

Da cana ao Caos



usos sociais do meio ambiente
em perspectiva comparada

Thereza Menezes

ALEXA
CULTURAL

EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Thereza Menezes

DA CANA AO CAOS

**Usos sociais do meio ambiente em perspectiva
comparada**

COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP – São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Açcolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patrícia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoni (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

COMISSÃO EDITORIAL DA OBRA

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Thereza Menezes

DA CANA AO CAOS

**Usos sociais do meio ambiente em perspectiva
comparada**



ALEXA
Embu das Artes - SP
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Geresa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Dedico este livro a minha orientadora Lygia Sigaud (in memoriam), que generosamente me apresentou o universo fantástico que é a Zona da Mata de Pernambuco.

A todos os assentados, moradores do manguezal, pescadores, pescadoras, marisqueiras e cortadores de cana da Mata Sul Pernambucana que ao compartilharem comigo suas histórias, permitiram a existência deste livro.

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão técnica

Adailton da Silva e Michel Justamand

Revisão da Língua

Joaquim O. Barbosa

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M543t - MENEZES, Thereza

Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada, Thereza Menezes, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm -288 páginas

ISBN -978-85-5467-045-0

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Políticas ambientais - 4. Meio ambiente - 5. Reforma agrária - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Políticas ambientais

Meio ambiente

Reforma agrária

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

ALEXA

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Entre Palmares e a Casa Grande

Adailton da Silva¹

Fico muito feliz que a professora Thereza Cristina Cardoso Menezes tenha aceitado o convite para contribuir, mais uma vez, com a série de publicações *Fazendo Antropologia no Alto Solimões - FAAS*. Bem sei que ela não se envaidece com bajulações acadêmicas, apesar disso faço aqui as vezes de quem tem a oportunidade de elogiar quem faz diferença por onde passa. Meu primeiro contato com esta antropóloga ocorreu em Tabatinga, cidade amazonense localizada no Alto Solimões, antes de conhecer a sofisticação de seu pensamento conheci a humildade da pessoa que assina esta obra.

Em 2011 voltei a viver em Tabatinga depois de um afastamento de alguns meses da atividade docente. Nesta época, Michel Justamand recebeu em seu apartamento a visita da então coordenadora da pós-graduação em antropologia que buscava aproximar seu programa na UFAM (sediado em Manaus) do bacharelado em antropologia da UFAM (que funciona em Benjamin Constant). Assim conheci a professora Thereza, um pouco constrangido pelas parcas condições de acolhimento, e muito empolgado com a perspectiva de encontrar uma parceria para o crescimento da antropologia que se fazia no Alto Solimões.

A iniciativa de aproximação disparada pela visita de Thereza Menezes ao Alto Solimões foi tão bem-sucedida que anualmente bacharéis em antropologia formados no Instituto de Natureza e Cultura terminam por ingressar no PPGAS UFAM, sendo que vários já se tornaram mestres, e logo haverá doutores em profusão. O Alto Solimões se tornou uma área etnográfica permanentemente vinculada ao corpo discente e docente do PPGAS. A reflexão antropológica produzida nos grupos e linhas de pesquisa vinculadas ao PPGAS permeia indiscutivelmente a formação dos estudantes do bacharelado em antropologia do INC. Isto não foi resultado de um fluxo institucional favorável a esta aproximação. É consequência do esforço de educadores que, assim como Thereza Menezes, entendem que a docência é mais do que dar aulas e que valorizam a antropologia que é feita na Amazônia.

¹ Docente do Curso de Bacharelado em Antropologia, no Instituto de Natureza e Cultura – INC, na unidade acadêmica do Alto Solimões, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, na cidade de Benjamin Constant, desde 2009. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, em Manaus.

Neste momento, outro colega professor do bacharelado em Antropologia está cursando o doutorado neste programa. Tharcísio Santiago Cruz, colaborador engajado da série FAAS também está fazendo seu doutorado no PPGAS- UFAM. Tharcísio Cruz está pesquisando sobre a capoeira no Amazonas e há anos desenvolve produção antropológica acerca desta região.

Eu mesmo concluí meu doutoramento no início de 2018 no PPGAS UFAM. Foi aí que tive o prazer de aprender com a professora Thereza. Fui seu aluno em duas disciplinas e pude contar com sua rica colaboração nas minhas bancas de qualificação e defesa. Enquanto estudante fui instigado a considerar outras leituras dos clássicos da antropologia, em acalorados debates que ocorriam em suas aulas. Creio que posso dizer, inclusive por meus colegas de turma, que é empolgante ter aulas com Thereza, uma verdadeira entusiasta da antropologia e dedicada mestra.

Ainda antes me tornar doutorando no PPGAS tomei ciência de seu esforço pessoal para consolidar e garantir a autonomia deste programa frente a investidas que queriam comprometer sua qualidade acadêmica. Um dos importantes resultados deste esforço foi a criação do Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia - NEPTA.

A tese de doutorado de Thereza Menezes descreve uma parte do litoral sul de Pernambuco, região nordeste do Brasil, e as mudanças sociais que acompanharam a transformação do canavial em assentamentos da reforma agrária e áreas de proteção ambiental. O enfoque de sua pesquisa privilegia a administração municipal como agente de reconversão econômica da agroindústria para o ecoturismo em Rio Formoso, Tamandaré e Sirinhaém entre 1999 e 2003. Rio Formoso (23 mil hab.), Tamandaré (19 mil hab.) e Sirinhaém (43 mil hab.) no litoral de Pernambuco são exemplos de *pequenas cidades brasileiras* (OLIVEIRA, 2009). Tabatinga (62 mil hab.) e Benjamin Constant (41 mil hab.) na fronteira amazônica também o são, não apenas pelo seu contingente populacional abaixo de 100 mil habitantes, mas também por semelhanças em sua caracterização em termos geopolíticos e econômicos.

Apesar disso, é possível destacar singularidades importantes acerca da história de Pernambuco em relação ao restante do norte-nordeste do país. Pernambuco foi cenário de múltiplas revoltas e rebeliões desde o período colonial (MAIOR, 1978; SODRÉ, 1979; FREITAS, 1982; FREITAS,

1988; THORNTON, 2004; GOMES, 2005; GOMES, 2011;) espaço de uma profícua vertente da intelectualidade nacional reconhecida como Escola de Recife (CHACON,1993), espaço de origem do culto afrobrasileiro de Xangô (CARVALHO, 1993; SEGATO, 2005) e da eclosão do Movimento Cultural Manguebeat no início da década de 1990.

Esta Pernambuco por onde passou o Alufá José Maria Rufino do reino de Oyó (REIS, 2010) e o príncipe humanista e negreiro João Maurício de Nassau - Siegen (ALENCASTRO, 2000) é um Estado exemplo de processos de múltiplas conexões. Seu potencial de produção de biomassa foi explorado exaustivamente durante a colonização, direcionando a migração de contingentes humanos de outras partes do mundo vinculando a economia regional aos fluxos econômicos internacionais e às disputas políticas entre os imperialismos português e holandês de outrora. De outra parte, as condições ambientais foram severamente alteradas pela ação humana com fortes impactos em relação à conformação da Mata Atlântica e ao modo de vida dos povos que anteriormente ocupavam esta faixa do litoral no trópico atlântico. O universo social das grandes plantações pernambucanas estabeleceu um modelo duradouro de engendramento das desigualdades sociais no país, que ademais de ter impacto concreto na vida das pessoas, permanece como referência das disputas discursivas que nutrem o pensamento social brasileiro. Ao tempo em que o manguezal e sua biodiversidade serviram como espaço de resistência simbólica e política, este também criou e alimentou aquele que se auto intitulou o homem caranguejo.

As mudanças ocorridas na Mata Sul pernambucana com a reforma agrária, o incremento do turismo e a criação de unidades de conservação impactaram diretamente no universo social descrito por Gilberto Freyre (1980), que descrevera esta parte do país como uma sociedade patriarcal, agrária, escravocrata e híbrida. A democratização retirou parte do suporte ao poder dos patrões e usineiros que vinha perpetuando as relações sociais nos moldes descritos por Freyre, apesar do surgimento das ligas camponesas e do Estatuto do Trabalhador Rural já nos anos 1960.

É dos anos 1990 o avanço na reforma agrária e da criação de Áreas de Proteção Ambiental em Rio Formoso, Tamandaré e Sirinhaém. O imperativo do desenvolvimento que orientou a produção de territórios nessa região passou a dividir argumentos com a defesa da justiça social e do desenvolvimento sustentável. Destacou-se a partir daí a importância da variável am-

biental entre sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios e assentamentos rurais como linguagem para abordar conflitos.

Tamandaré fica a 60 km do município de Palmares em Pernambuco, e a 180 Km do Parque Memorial Zumbi dos Palmares na Serra da Barriga, este já no estado de Alagoas. Tamandaré situa-se no extremo sul do litoral do estado de Pernambuco, a 35 Km de Ponta do Mangue de Maragogi, em Alagoas. No litoral pernambucano ao norte de Tamandaré está Rio Formoso, e imediatamente ao norte de Rio Formoso está Sirinhaém. A região apresentada na tese fica equidistante de duas das áreas que seguem alimentando imagens e interpretações do Brasil: o velho Recife dos casarões de Casa Grande & Senzala; e a Palmares de Zumbi, Dandara, Acotirene, Ganga Zumba, Sabina e Aqualtune. Tão fundamental para considerar as disputas discursivas deste país que ainda se colocam está, por um lado, a Democracia Racial de Gilberto Freyre, e por outro o Quilombismo de Abdias Nascimento (NASCIMENTO, 2002; ALMEIDA, 2011).

A tese da professora Thereza mostra como modificações das relações sociais desta área etnográfica, que ainda é tomada em sua versão freyreana como modelo para discutir o país, reagiram às mudanças na organização do Estado no Brasil, às mudanças na forma de ocupação da terra e de significação dos territórios. O que aconteceu na região no declínio do engenho/usina? O turismo e a ecologia entram, a partir dos anos 1990, como dimensões determinantes das reformulações da região, reinserindo por outra via as características ambientais aos interesses de agentes políticos e econômicos, locais, nacionais e estrangeiros.

O primeiro presidente eleito no período após a ditadura, Fernando Collor de Mello, tinha delineado um projeto para esta região, que envolvia sua transformação através do ecoturismo e do apoio a projetos de desenvolvimento sustentável. Mesmo Collor sendo descendente dos grandes senhores de engenho e da política de Alagoas, alterou marcadamente em seu curto mandato presidencial alguns dos parâmetros das relações sociais vigentes no Nordeste açucareiro, abrindo brechas institucionais para o posterior decorrer da reorganização da política local em Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém. A presença de autoridades policiais e de um ordenamento de proteção ambiental foi apropriada pelos locais em favor da redução das ingerências dos antigos poderes acerca do uso do território e como linguagem para as disputas em questão.

Sem a preferencial proteção que a ditadura militar ofereceu ao poder de patrões e usineiros (SUAREZ, 1977), organizações populares (Movimento Sem Terra, Federação de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) assumiram uma ofensiva na luta pela ocupação fundiária. A profunda crise da agroindústria canavieira que vinha sendo adiada graças ao tratamento privilegiado do Estado passou a se debater com a política de reforma agrária e de proteção ao meio ambiente. O processo de criação de Unidades de Conservação que teve início ainda na década de 1980 assumiu outra feição na década seguinte, levando a que na passagem para o segundo milênio a defesa do meio ambiente estivesse incorporada como valor nas agendas políticas locais, nas práticas sociais cotidianas, e entre as prioridades de diferentes grupos sociais em disputa por territórios. Neste contexto, populações autóctones e estilos de vida tradicionais tornaram-se “merecedores de proteção e prestígio por não representarem uma ameaça à integridade ecológica de áreas ainda preservadas” (MENEZES, 2018, p.255).

Jessé Souza argumenta que a mudança do centro economicamente dinâmico do Nordeste para o Sudeste contribuiu para profundas transformações sociais no Brasil “implicando novos hábitos, novos papéis sociais, novas profissões, e, ao fim e ao cabo, a construção de uma nova hierarquia social” (SOUZA, 2017, p.58). Ao mesmo tempo este autor denuncia a continuidade de uma lógica de convivência naturalizada com a desigualdade como traço longo da sociedade brasileira “O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes (...) Não houve portanto, nos últimos 150 anos, um efetivo aprendizado social e moral em direção a uma sociedade inclusiva entre nós.” (SOUZA, 2017, p.67).

Fernando Collor de Mello, o último herdeiro dos engenhos açucareiros a ocupar a presidência da república, trouxe para *pés-descalços e descamisados* a possibilidade de outra narrativa para as relações sociais no interior de Pernambuco. Orquestrou a Eco 92, sendo capaz de colocar em um mesmo evento George Bush e Fidel Castro. Collor foi o primeiro presidente brasileiro a pôr os pés no Alto Solimões. Na época foi inaugurar a via que liga por terra a área militar ao redor do aeroporto de Tabatinga à fronteira com a cidade de Letícia na Colômbia. Esta via tem o nome de avenida da amizade no lado brasileiro e de avenida internacional em seu trecho colombiano. Collor foi condenado por crime de responsabilidade, sofreu impeachment, chegou

a perder os direitos políticos por oito anos, porém voltou à vida pública e atualmente exerce mandato como senador por Alagoas.

Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente com a maior aprovação popular da história deste país, nascido em Garanhuns no agreste pernambucano de uma família de trabalhadores rurais, alavancou um projeto de inclusão dos pobres e de crescimento econômico do nordeste. Seu investimento em uma política de valorização do biodiesel permitiu inclusive uma repaginada na imagem dos usineiros, que puderam argumentar que a utilização do combustível derivado da cana era mais ecológica do que a exploração de combustíveis fósseis. Lula permitiu que os usineiros do nordeste se apresentassem como ambientalistas.

Luiz Inácio foi o segundo presidente a visitar o Alto Solimões, e atualmente o espaço cultural onde ocorre o principal evento cultural da mesorregião leva seu nome. O Festival da Onça do Alto Solimões (FESTISOL) ocorre anualmente em Tabatinga no Centro Cultural Luiz Inácio Lula da Silva. Lula foi impedido em 2018 de concorrer às eleições presidenciais em decorrência de uma condenação questionada internacionalmente. O juiz que condenou Lula a pena de nove anos de prisão “por atos indeterminados de corrupção”, impedindo-o de ser candidato em uma eleição em que era franco favorito, tornou-se ministro da justiça do presidente eleito em seu lugar para o mandato que tem início em janeiro de 2019. Lula cumpre pena na sede da polícia federal na cidade Curitiba, no estado do Paraná, região Sul do país, e foi indiciado em outros processos em andamento no judiciário brasileiro.

O presidente eleito no ano corrente, Jair Messias Bolsonaro, Capitão da Reserva do Exército Brasileiro, já fez inúmeras declarações contra o MST, a reforma agrária, a agenda de defesa do meio ambiente, os direitos de populações indígenas e quilombolas, e em defesa dos interesses dos grandes produtores rurais e do agronegócio. Ainda antes da completa transição de mandato presidencial entre Michel Temer e Jair Bolsonaro, o segundo já entrevistou de forma veemente para que o Brasil deixasse de sediar a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 25) que ocorrerá em 2019. Seus argumentos acusam os acordos ambientais internacionais, como o de Paris sobre aquecimento global ao qual o Brasil aderiu em 2015, de ferir a soberania e prejudicar a economia nacional. Além disto, nosso futuro presidente está montando uma equipe de governo que sinaliza com todas as luzes

para uma política de dura repressão ao ativismo social e de depreciação dos direitos coletivos dos setores mais vulneráveis da sociedade.

Se considerarmos a perspectiva de Jessé Souza, grande parte das mudanças sociais ocorridas no Brasil pós-ditadura constituem meros *pontos fora da curva*, desvios em uma trilha guiada pelo escravismo, já que o Brasil passou de um mercado de trabalho escravocrata para formalmente livre, mas manteve todas as virtualidades do escravismo entre nós” (SOUZA, 2017, p.102).

Mesmo considerando relevantes e razoáveis os argumentos pessimistas de Souza, aponto que o período em que Thereza Menezes realizou seu trabalho de campo, e os dados que coletou junto à população do litoral sul pernambucano permitem encontrar neste contexto mais do que notícias ruins. Considero necessário, infelizmente, admitir que atualmente seja inegável o enfraquecimento que o tema da defesa do meio ambiente já gozou. O tema da ecologia alçou em certo tempo a condição de uma espécie de “terceira via” após o desmantelamento do bloco socialista. Os verdes perderam força política graças a distintos fatores. Para efeito meramente ilustrativo, apresento aqui apenas três: os ataques da esquerda progressista em seu afã de promover a cidadania através do consumo; o flerte de importantes lideranças do campo ambiental com a direita; e o avanço avassalador do poder político do agronegócio no país.

A leitura da tese de Thereza Menezes aponta como este nosso povo, que sabemos ter uma longa memória de resistência à opressão, aprende rápido a jogar o jogo, a encontrar fissuras na engrenagem social que quer moer seus corpos como a cana do engenho. Os escravizados também aprendem com a escravidão, e inventam novas formas de encontrar a liberdade. E ainda que haja um contexto francamente desfavorável, são capazes de criar mecanismos de sobrevivência e de luta por melhores condições de vida. Muito antes do discurso dos ambientalistas chegar aí, estas pessoas haviam estabelecido uma relação muito particular com o ambiente que pode ser percebida, entre outras maneiras, através do culto de Xangô. A capacidade desta nossa gente para superar o impossível é impressionante. Nunca nos subestime.

Outro aspecto que impacta na leitura desta tese é a conclusão inevitável que o tempo não volta atrás. O processo de mudança na realidade social desta região envolve tantos aspectos, tantos detalhes e atores sociais

diferenciados que se dá como óbvio que isto jamais se repetirá da mesma forma. Nem o mais autoritário ditador pode impedir a passagem do tempo. O mundo gira e outro dia vem. Ainda que hajam por aí filhotes da ditadura, saudosos de um passado de torturas e chibatadas, o amanhã não cabe no ontem.

Thereza Menezes permanece como colaboradora do PPGAS UFAM, que neste ano de 2018 completou 10 anos de existência formando mestres e doutores em antropologia no Amazonas. Thereza Menezes voltou a residir no Rio de Janeiro, junto de seus familiares, após ser aprovada em concurso para a UFRRJ. Apesar de ambos sermos cariocas e termos estudado na UFRJ, (eu me graduei no IFCS, ela fez mestrado e doutorado no Museu Nacional) nunca encontrei Thereza Menezes no Rio de Janeiro. Nos conhecemos apenas no Amazonas e enquanto docentes da UFAM. Nos afastamos posteriormente da região norte em razão de outros destinos que a vida trouxe, mas sem deixar de todo o vínculo com a produção antropológica sobre a Amazônia. Entre outras surpresas que a vida no Alto Solimões me trouxe, ganhei uma referência intelectual e mais uma amiga no Rio de Janeiro.

Obrigado por confiar em nós para publicar sua tese. Torço para que voltemos a trabalhar juntos em breve.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e novas etnias. Manaus: Edições UEA, 2011.

CARVALHO, José Jorge. Cantos Sagrados do Xangô de Recife. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1993.

CHACON, Vamireh. Gilberto Freyre: Uma biografia intelectual. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana/ São Paulo: Editora Nacional, 1993.

FREITAS, Décio. Palmares: A guerra dos escravos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FREITAS, Mário Martins. Reino negro de Palmares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e Senzala. Rio de Janeiro: Livraria José

- Oympio Editora/ Brasília INL-MEC, 1980.
- GOMES, Flávio dos Santos. De olho em Zumbi dos Palmares: Histórias, Símbolos e Memória Social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.
- _____. Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (organizadores). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAIOR, Armando Souto. Quebra - Quilos: Lutas Sociais no Outono do Império. São Paulo: Ed. Nacional/ Brasília: INL/ Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. Brasília: Fundação Palmares/Rio de Janeiro: OR Editor, 2002.
- OLIVEIRA, José Ademir (org.). Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- REIS, João José Reis. O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822-c.1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEGATO, Rita Laura. Santos e Daimones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A história militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. Cassacos e corumbás. São Paulo: Ática, 1977.
- THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Sumário

Prefácio	
Entre Palmatres e a Casa Grande	
<i>Adailton da Siva</i>	9
Apresentação	21
Parte 1	35
Capítulo 1: Do turismo a unidade de conservação	37
Capítulo 2: Novas fronteiras territoriais e configurações de poder local	47
Capítulo 3: Polícia ambiental e denúncia de crime ambiental	67
Capítulo 4: Proteção ambiental e novas esferas de poder local: o Comdema	91
Capítulo 5: Denúncia de crime ambiental em um assentamento rural	127
Parte 2	151
Capítulo 6: A pesca e os direitos	155
Capítulo 7: O vício, a política e a proteção ambiental	173
Capítulo 8: O machadeiro e o caçador: trajetórias de conversão à proteção ambiental	197
Parte 3	207
Capítulo 9: “Uma usina símbolo”	209
Capítulo 10: Entre a proteção do mangue e de seus moradores	229
Capítulo 11: Proteção, casa e trabalho	245
Conclusão	261
Bibliografia	267
Sobre a autora	277
Coleção FAAS	279
<i>Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand</i>	

Coleção FAAS/Teses	281
<i>Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand</i>	
Obras Afins	283
<i>Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand</i>	
Coleção Arqueologia Rupestre	285
<i>Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand</i>	

Apresentação

Este livro trata de um tema pouco explorado na literatura: a gênese de um novo parâmetro de regulação da vida social. A incorporação de uma pauta ou etiqueta ambiental para além dos próprios segmentos ambientalizados é considerada um desafio tanto para promotores de políticas ambientais quanto para pesquisadores da temática ambiental. Este trabalho pretende através de trabalho etnográfico e comparativo reconstituir, a partir da descrição e análise de situações sociais precisas, como a questão ambiental surge, é incorporada e pode vir a tornar-se um instrumento disciplinar ou mecanismo de disputa entre distintos grupos sociais. Para explorar estas questões apresento o resultado de pesquisa realizada entre 1999 e 2003 entre pescadores, trabalhadores rurais assentados e promotores de políticas de defesa do meio ambiente e de reforma agrária em três municípios do litoral sul pernambucano historicamente devotados a agroindústria canavieira e que atualmente passam por um acelerado processo de transformações sociais e territoriais em função da promoção de políticas de reforma agrária e proteção ambiental : Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém (mapa1).

Meu contato com esta área começou em 1999, quando fui convidada a participar do projeto de pesquisa *Reforma Agrária, Meio Ambiente e Poder Municipal*, coordenado pela professora Lygia Sigaud. O referido projeto tinha por objetivo analisar processos de transformação social, como ocupações de terra e mudanças no perfil social das administrações municipais em Rio Formoso e Tamandaré. Em função de pesquisas prévias relacionadas a políticas de reconversão econômica em municípios do nordeste brasileiro, contribuí no projeto sobre o litoral sul-pernambucano responsabilizando-me pelo eixo ambiental do projeto, ou seja, à transformação da área da pesquisa em foco de investimento no ecoturismo.

Quando cheguei à área da pesquisa, parte das obras destinadas a transformar tradicionais espaços canavieiros no primeiro centro de turismo integrado do Brasil já estavam concluídas. Rio Formoso ainda era um grande canteiro de obras e Tamandaré, que não tinha sido contemplado com recursos ou projetos até aquele momento, continuava com suas tradicionais características de cidade de veraneio. Nos três municípios, a perspectiva do

desenvolvimento turístico não gerava expectativas de benefícios de curto prazo entre os habitantes. O turismo era visto como algo reservado a um futuro distante e incerto, quando comparado a outros sinais de mudança mais evidentes, como os recentes e numerosos assentamentos rurais existentes em Tamandaré e em Rio Formoso.

Cheguei a Rio Formoso e encontrei a Colônia de Pescadores do município organizando-se para a realização de um mutirão para limpar o manguezal que cerca a cidade, momento durante o qual presenciei os pescadores cobrando uma fiscalização mais rigorosa do órgão estadual de meio ambiente e denunciando aos seus representantes as pessoas que usavam métodos predatórios de pesca. A ênfase dos pescadores em denunciar levou-me companhia a Polícia Ambiental que atuava na região pesquisada. Eu visava investigar a extensão da mobilização em torno da defesa do meio ambiente e para tal dei início a pesquisas nos boletins de ocorrência entre o ano de 1999 e concluídas em 2003.

Não encontrei neles denúncias feitas por pescadores de Rio Formoso; no entanto, havia nestes documentos muitas outras denúncias, provenientes de assentamentos rurais e áreas ocupadas com acampamentos, outras denúncias partiram dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios. O cenário que fui encontrando em Pernambuco indicava a importância da variável ambiental entre segmentos não ambientalizados. O cruzamento de informações levantadas nos boletins e informações obtidas nos sindicatos, movimentos sociais e imprensa demonstravam que existiam numerosas coincidências entre datas de denúncias de crime ambiental e momentos de tensão na história de acampamentos, assentamentos e de enfrentamentos sindicais.

As referências ao meio ambiente e à sua proteção estavam em toda parte. Durante o primeiro trabalho de campo, acompanhei a organização de um mutirão de limpeza do mangue promovido pela colônia de pescadores de Rio Formoso. Em Sirinhaém, uma usina denunciava pescadores ao Ministério Público Estadual por degradação do mangue. Em Tamandaré, um conselho de defesa ao meio ambiente começava a se formar. Ao longo de quatro anos voltei ao campo e pude acompanhar o desenrolar deste processo e seus efeitos.

Os dados encontrados no campo obrigaram a uma ampliação do raio da minha pesquisa através da formulação de um projeto de doutorado

direcionado a compreender duas questões surgidas no trabalho de campo: a primeira era como e por que, nos três municípios, o meio ambiente se tornou uma referência de comportamento. A segunda questão tencionava reconstituir as condições que possibilitaram o surgimento e a proliferação de várias unidades de conservação de uso direto em uma área cujos territórios foram sempre rigidamente controlados por senhores de engenho.

Interessava-me saber em que circunstâncias se enunciavam determinados problemas como ambientais e por que se usava essa linguagem; em que situações e através de que meios se fazia uso de instrumentos legais disponíveis relativos à proteção ambiental, como a denúncia. No caso das recentes unidades de conservação, meu objetivo era considerá-las fora do padrão normativo, mas como historicamente datadas, buscando situar os agentes responsáveis e as motivações de sua criação.

Estas perguntas inscreveram-se em uma perspectiva que visa a “reconhecer o caráter polissêmico do que se costuma chamar meio ambiente, evitando considerar uma dada questão ambiental *a priori*, mas evidenciar traduções e utilizações que permitiram a transformação de *velhas* questões em questões ambientais.” (Leite Lopes *et alii* 2000:47). Abordar o meio ambiente não como conceito, mas como linguagem para expressar conflitos ou atualizar antigas disputas implica uma dupla recusa, primeiro em relação às perspectivas normativas no tratamento das unidades de conservação e, depois, quanto a uma tendência objetivista, muito presente na bibliografia sobre sociedade e meio ambiente, que trata a mobilização em torno da proteção ambiental como uma resposta às condições objetivas de degradação ambiental.

Esta pesquisa parte da premissa de que as relações entre homem e natureza são indissociáveis da relação que os homens mantêm entre si, “não existindo ação sobre o ecossistema que não obrigue um estudo apurado da sociedade que o impregna” (Leonel 1998 apud Escuret 1989). Tomar esta perspectiva como ponto de partida implica tomar uma direção teórico-metodológica focada na captação da dinâmica dos processos em análise, e ao longo deste caminho permitir-se um diálogo entre o empírico e o teórico (Elias 1990:215).

Este posicionamento justifica-se por um certo desconforto para se dialogar com parte significativa da bibliografia a respeito da temática meio

ambiente e sociedade, que parece ainda muito devotada a legitimar, no campo das ciências sociais, um espaço que a “questão ambiental” já conquistou em outras áreas¹. O crescente envolvimento de pesquisadores em organizações ambientais ou atividades relacionadas à política ambiental também se reflete nas pesquisas sobre o tema. Em alguns casos, uma postura marcada pela indiferenciação entre a “ciência” e a “política”, para usar termos weberianos, confunde tomadas de posição propositivas e analíticas, não “separando o estudo do que é do estudo do que deve ser” (Elias 1990: 226).

A dificuldade em trabalhar a bibliografia disponível redundou em um esforço de valorização e revisão do material empírico coletado ao longo da pesquisa, procurando articulá-lo, sem perder de vista o caráter localizado, datado e circunstanciado do processo em análise e, posteriormente, reintroduzi-los em um nível mais elaborado que permitisse uma maior compreensão das condições sociais que permitem a problematização do meio ambiente.

As perguntas feitas durante a pesquisa de 1999 sinalizavam um estudo comparativo entre os municípios e a necessidade de um trabalho de campo mais longo, que foi continuado de 2001 a 2002². Embora os três municípios estudados sejam vizinhos, com uma economia ainda fortemente baseada na agroindústria, a opção por uma análise comparativa justifica-se, sobretudo, pelas diferenças em termos de investimentos na defesa do meio ambiente e de diferenças na dinâmica histórica durante os últimos anos. Embora em todos os três municípios tenham surgido unidades de conservação ao longo do mesmo período, em meados de 1990, enquanto a crise da agroindústria atingiu fortemente Tamandaré e Rio Formoso, Sirinhaém recuperou-se: nesse município há pleno emprego e a empresa lá sediada vem produzindo em escala cada vez maior. A dimensão comparativa justifica-se, ainda, pela possibilidade de pensar como a diferença na dinâmica histórico-territorial influencia os investimentos em meio ambiente em áreas públicas e privadas.

A dimensão comparativa é ainda, reforçada, ao se tratar dos investimentos ambientais realizados por diferentes agentes (órgãos públicos, pescadores, empresa) e das configurações da política municipal. Tamandaré

¹ É o que sugere, por exemplo, determinadas ênfases temáticas como: a evolução da consciência ambiental no Brasil, as raízes históricas da consciência ambiental brasileira, a cronologia dos marcos da política ambiental, a reconstituição das fases do movimento ambientalista e seu processo crescente de maturidade.

² Entre 1999 e 2002, o trabalho de campo desenvolveu-se por cerca de sete meses.

abriu suas portas para a entrada de projetos de recuperação ambiental e para a criação de áreas protegidas, instalando um conselho de defesa do meio ambiente. Em Rio Formoso e Sirinhaém não existem conselhos ou órgãos de meio ambiente; as iniciativas de denunciar ou promover atividades partem de segmentos locais.

Responder comparativamente às questões que eu me havia proposto demandou a combinação de vários procedimentos de pesquisa: a pesquisa documental; múltiplas entrevistas, com funcionários de instituições ambientais, Incra, Prodetur, lideranças locais (assentamentos, sindicato rural, Colônia e associações de pescadores) e instâncias mediadoras (Promotores das comarcas de Rio Formoso e Sirinhaém); observação participante, ou seja, acompanhamento de atividades como reuniões do conselho de meio ambiente e de colônias de pescadores, audiências no fórum, depoimentos em delegacias, visitas e vistorias aos assentamentos, realizadas por instituições ambientais e Incra.

A pesquisa documental foi bastante facilitada pela informatização do acervo encontrada no CPRH (órgão ambiental estadual sediado em Recife), no qual pesquisei zoneamentos, diagnósticos, plano de gestão, pareceres e relatórios técnicos, ou seja, os documentos disponíveis relacionados à área da APA de Guadalupe³ (mapa 3). Em Tamandaré, todo material referente ao conselho de meio ambiente também está informatizado, mas não disponível ao público. Nestes arquivos, pude consultar atas de reuniões, ofícios, convocatórias, denúncias, pareceres e regimento interno do conselho municipal de meio ambiente de Tamandaré (Comdema).

Na polícia ambiental da APA de Guadalupe (Cipoma) fiz o levantamento e a tabulação de todos os boletins de ocorrência do período entre o final de 1998 e 2002. Em Rio Formoso, analisei as atas das reuniões da colônia de pescadores. Tanto o material da polícia quanto o da colônia estão disponíveis em cadernos escritos à mão pelos policiais ou pela secretária da colônia. No que diz respeito aos conflitos envolvendo a usina, em Sirinhaém, foi preciso pesquisar o material produzido pela imprensa e, principalmente, a documentação jurídica do caso (audiências, termos de conciliação, sentenças, pedidos de reintegração de posse). Uma funcionária da CPP dispunha de um dossiê reunindo todo esse material e permitiu-me fotocopiá-lo.

3 Parte deste material está atualmente disponível na internet, no *site* da instituição. Ao contrário do que acontece no CPRH, os documentos da sede estadual do Ibama (Recife) não estão organizados; na verdade nem existe a preocupação de se fazer um acervo. O pouco material que existe não está disponível para pesquisa.

O acesso a essa farta documentação e a muitos informantes só foi possível pelas relações de confiança e amizade estabelecidas ao longo do trabalho de campo. O contato prévio entre minha orientadora com funcionários do Inkra e lideranças sindicais (Fetape) abriu-me muitas portas, especialmente no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré. As amigas que eu construí ao longo do tempo com o chefe da APA de Guadalupe, o Presidente da Colônia de Rio Formoso e da Associação do Assentamento Laranjeiras, e com a representante da Pastoral dos Pescadores foram essenciais para ter acesso facilitado a atividades, documentos e pessoas (sobretudo, aos pescadores de Rio Formoso e Sirinhaém, os assentados de Laranjeiras, ambientalistas de Tamandaré e o promotor de Sirinhaém). Finalmente, o reconhecimento da importância do Museu Nacional como instituição de pesquisa na área de ciências naturais também favoreceu minha interação com pesquisadores da área biológica que desenvolviam projetos na área de pesquisa.

O retorno ao campo permitiu o desdobramento e ampliação do raio de alcance da pesquisa em três grandes eixos, inter-relacionados e fundados na experiência do uso da linguagem ambiental por cada um dos três municípios: na primeira parte deste trabalho, analiso o processo que permitiu a constituição de novos estatutos territoriais, seus efeitos no controle do uso e ocupação do solo e na geração de novos instrumentos legais para gerenciar conflitos. Nos capítulos 1 e 2, evidencio como o contexto de emancipação municipal de Tamandaré favoreceu a entrada de segmentos ambientalizados e a criação de unidades de conservação de uso direto: as APAs de Guadalupe e Costa dos Corais .

Nos capítulos 3 e 4 examino o processo de implantação e funcionamento dos aparatos burocrático-repressivos fundados na proteção ambiental: o Cipoma (Companhia Independente de Polícia Ambiental), o Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tamandaré) e a Guarda Municipal Marítima. Nos capítulos 3, 4 e 5 apresento como os instrumentos disponibilizados por essas instâncias, especialmente a denúncia de crime ambiental, vêm permitindo disputas institucionais entre instituições ambientais e de fomento do desenvolvimento agrário e turístico, bem como o gerenciamento de novos conflitos locais (além da atualização dos antigos).

Na segunda parte, trato da formação da Colônia de Pescadores de Rio Formoso, uma associação prestigiada por suas ações devotadas à prote-

ção ambiental. No capítulo 6, apresento como o aumento da quantidade de pessoas mobilizadas pela colônia para atividades de preservação está relacionado ao crescimento de associados em busca de direitos trabalhistas, como a aposentadoria, facilitados pela filiação à colônia. No capítulo 7, apresento como o poder de mobilização está relacionado a práticas de ajuda mútua, existentes entre a colônia e seus associados. No capítulo 8, demonstro como a valorização de conhecimentos sobre o meio ambiente por pesquisadores e instituições ambientais tem permitido a abertura de oportunidades profissionais a pessoas tidas anteriormente como degradadoras ambientais.

Na terceira parte, procuro demonstrar, a partir do caso da Usina Trapiche, sediada em Sirinhaém (capítulo 8), como a promoção de práticas de proteção vem se tornando uma estratégia de prestígio empresarial. No capítulo 9, analiso como o esforço de proteção ambiental resultou em um conflito judicial pela retirada de sítios e de seus moradores de áreas de mangue situadas na área da usina, sob a alegação de degradação ambiental. Durante o conflito, os moradores passaram a ser assessorados por funcionários e advogados da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), que denunciaram a usina por crimes ambientais. No último capítulo, apresento como o conflito ambiental tornou-se uma disputa entre a CPP e a usina, em torno da capacidade de proteger os moradores da área de mangue.

Apresento a seguir uma breve contextualização histórica da área analisada neste trabalho, visando a situar com mais clareza a configuração histórica local.

Monocultura canavieira e produção do território

Vistos em perspectiva histórica, as ocupações de terra com fins de reforma agrária, o incremento do turismo e a criação de unidades de conservação são sinais de ruptura no universo social das grandes plantações canavieiras da Mata Sul Pernambucana. A região tem sido explorada desde o período colonial por senhores de engenho que plantavam cana e produziam açúcar, impondo transformações territoriais e culturais, segundo Freyre (1943), na larga faixa da Mata Sul Pernambucana, como a substituição da vegetação nativa, a Mata Atlântica, por lavouras e o engendramento do que Freyre (1943) considerava uma civilização baseada no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

No século XIX, implantaram-se no local as usinas. Ainda que isso representasse uma mudança no equilíbrio de forças local, esses estabelecimentos deram continuidade ao modelo de gestão anterior, fundado nas grandes propriedades monocultoras e na manutenção do controle estrito das propriedades que exploravam (Andrade 1964; Belo 1985). Segundo Andrade (1994:36), o processo usineiro compreende quatro períodos: o primeiro iniciou-se graças às garantias de juros dadas pelo governo imperial, a partir de 1870, com a criação dos engenhos centrais, substituídos no final da Primeira República por numerosas usinas; o segundo período teria se iniciado com a racionalização da intervenção do estado na economia canavieira e com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), e terminado com a Segunda Guerra Mundial; o terceiro período se estenderia desde o início dos anos 50 até os anos 70, quando a política do IAA desmoronou em razão da pressão de produtores paulistas no mercado nacional; o quarto período se teria estabelecido nos anos 70, com a intervenção governamental procurando dinamizar, modernizar e acelerar a concentração da produção de açúcar e expandir a produção do álcool, com vistas a reformular a política energética do país.

Até os anos 1950, o acesso à terra era regulado pelos senhores de engenho e usineiros (os patrões, segundo a designação local), a partir das regras da morada, baseadas em obrigações recíprocas entre patrões e moradores. O patrão deveria dar casa, terra para lavoura e proteção em momentos difíceis e o morador deveria oferecer seu trabalho e lealdade. Em meados dos anos 1950, as normas da morada, especialmente a permissão de manter as lavouras de subsistência, começaram ser violadas pelos patrões. Impedir ou dificultar o acesso à terra resultou na quebra da obrigação de lealdade dos moradores. Neste período, surgem as ligas camponesas (Callado 1964; Julião 1962; Bezerra 1979), dando início ao movimento social que redundou na criação de sindicatos (Palmeira 1977) e, em 1963, na extensão de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural.

O respeito ao estatuto tornou-se o alvo de luta dos sindicatos da zona canavieira que conseguiram se reestruturar após a intensa repressão aos movimentos sociais que se seguiu ao golpe militar de 1964. Além da repressão, o período militar foi marcado por forte expansão produtiva da cana em Pernambuco. Fornecedores de cana e usineiros foram beneficiados através de subsídios e facilidades de crédito, advindos de programas como o Proál-

cool (1975-1985), que contribuíram para uma expansão sem precedentes das plantações de cana. O aumento das plantações deflagrou a expulsão de trabalhadores para a periferia das cidades (pontas de rua).

Em municípios como Rio Formoso, o sindicato teve sua atuação marcada pelo estímulo aos trabalhadores no sentido de demandar na justiça a obediência às obrigações patronais; isso permitiu a permanência de muitos trabalhadores nos engenhos, devido ao temor que os patrões tinham dos pedidos de indenização. Nos anos 1980, os sindicatos locais continuam exigindo o cumprimento da lei, através de greves pela manutenção de acordos coletivos e da multiplicação de processos contra patrões na Justiça do Trabalho. O processo de modernização da agroindústria canvieira continuou ao longo desta década, expandindo, sem repressão, práticas degradadoras do meio ambiente, como o uso generalizado de agrotóxicos nas plantações; seguindo-se nesse período a mesma orientação econômica do regime autoritário.

Nos anos 1990, houve uma significativa mudança nas regras do jogo entre Estado e atividade sucroalcooleira, sendo suspensa pelo Governo Federal a tradicional política de proteção à atividade. Sem as facilidades de crédito ou garantias de preço do açúcar para o mercado internacional, muitos patrões e usineiros não conseguiram dar continuidade à sua atividade. Em consequência deste novo panorama, ocorreram falências, fechamento de usinas, desemprego de trabalhadores rurais e uma queda acentuada da produção. Os sindicatos reagiram, tentando tornar as demissões custosas aos patrões: incentivavam trabalhadores sem contrato (clandestinos) a exigir o reconhecimento do tempo trabalhado sem carteira assinada; entretanto, os efeitos dessa estratégia foram desiguais na região.

Neste contexto de fragilidade do poder de patrões e usineiros, surgem, a partir de 1992, as primeiras ocupações de terra em Rio Formoso e Tamandaré, realizadas pelos militantes do MST e por dirigentes sindicais dos dois municípios, que exigiam do Incra pedidos de desapropriação por improdutividade ou endividamento dos patrões com os bancos. Desde meados dos anos 1990, o MST e a Fetape (Federação de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) começaram a concorrer em função do número de acampamentos montados. Baseada na categoria de Bateson, Sigaud (2000) nomeou esse processo de disputa entre os dois movimentos, na escalada de ocupações, de “cismogênese simétrica”; pontuava, assim, que entre a crise da

agroindústria e a proliferação de acampamentos há a mediação dos interesses dos militantes na ampliação de suas organizações.

O processo de criação Áreas de Proteção Ambiental em Rio Formoso, Tamandaré e Sirinhaém ocorre a partir de meados da década de 1990, nesse contexto de crise da agroindústria canavieira e, sobretudo, de conquista dos engenhos improdutivos pelos sindicatos locais e pelo MST. Ao longo deste estudo, pretendo mostrar as homologias entre as fronteiras da reforma agrária e as das unidades de conservação de uso direto no litoral sul de Pernambuco; proponho-me, ainda, a demonstrar que estas unidades vêm impondo parâmetros ambientais para a gestão territorial destes novos espaços (assentamentos rurais) originadas da reforma agrária.

Em Sirinhaém não há ocupações de terra. A crise da agroindústria foi superada pela usina existente no município através da modernização de equipamentos e inovações na gestão da empresa. No entanto, toda a área do estuário vizinha à usina foi também transformada em Área de Proteção Ambiental. Através deste caso, apresento como a criação de unidades de uso direto tornou-se, também, instrumento do Estado para gerenciar conflitos sociais e atender a demanda de movimentos sociais e empresariado.

Como foi apresentado nessa breve caracterização histórica do litoral sul, foi através do permanente incentivo do Estado que a cana-de-açúcar produziu territórios baseados no imperativo do desenvolvimento. Após a crise dos anos 90, vemos o Estado desempenhando a mesma função, criando, através das políticas de reforma agrária e de proteção ao meio ambiente, assentamentos rurais e unidades de conservação, territórios que se justificam em nome de ideais como a justiça social, segundo os funcionários do Incra, ou do desenvolvimento sustentável, para os funcionários de instituições ambientalistas.

Dois movimentos drásticos, relacionados à criação de unidades de conservação, ocorreram entre meados da década de 1980 e o início da década de 1990. No início da década de 1990 houve uma forte redução da criação de unidades de uso indireto, ao passo que, a partir de 1984, deu-se um acelerado crescimento das Áreas Protegidas de Manejo Sustentável, especialmente as APAs. Entre as explicações para o crescimento das APAs destaca-se a “facilidade política” da criação deste tipo de unidade, pois esse processo não depende da desapropriação de propriedades privadas nela in-

seridas; em seguida, vale, também, mencionar que a expansão desse tipo de território reflete a “diminuição da visão de antagonismo entre preservação ambiental e presença de populações humanas nas unidades de conservação.” (Capobianco 2002: 146).

Para fins de preservação ambiental, a expansão desta modalidade de unidade de proteção tem sido muitas vezes percebida com desconfiança por conservacionistas, que reconhecem uma reduzida eficácia em unidades de uso direto, diante das unidades de conservação de uso indireto; os que pensam assim opõem-nas, respectivamente em categorias como Ucs *fake* e Ucs de verdade, como apontou Barreto Filho (2001:25). Expressando esse antagonismo entre conservação ambiental e presença de populações humanas, Marc Dourojeanni, Especialista Ambiental Principal do Banco Interamericano de Desenvolvimento, afirma que “el uso directo de los recursos naturales por la población y en las que, com frecuencia, la propiedad de la tierra es privada o comunal, assegurando um menor grado de preservación.” (Dourojeanni 1997: 73).

No caso estudado, vemos a superposição de territórios geridos por órgãos do Estado, ou seja, há unidades de conservação e assentamentos rurais ocupando espaços onde antes só havia cana-de-açúcar. Deste encontro entre políticas e territórios na área estudada tem derivado a imposição pelas entidades ambientais de um modelo de ordenamento do solo fundado na racionalidade burocrática, que restringe, regula, interdita e prescreve como o solo deve ser usado. Esse controle vem sendo exercido com mais intensidade em áreas de assentamento rural, que se tornaram objeto de preocupação generalizada entre ambientalistas.

A proliferação de cifras relativas ao avanço do desmatamento em áreas de assentamentos contribui para reforçar com dados a tese de que reforma agrária é um correlato da degradação ambiental. Os primeiros resultados do levantamento de 1995-2000 mostraram o crescimento do impacto da reforma agrária sobre áreas nativas do bioma, sendo que, no estado do Paraná, a criação de assentamentos “resultou no desmatamento da maior área contínua já identificada no bioma desde 1985, com a remoção de mais de 16 mil hectares de floresta.” (Camargo et alii 2002:26).

Somada aos dados “alarmantes” a respeito do avanço da fronteira agrícola dos assentamentos sobre as florestas, parte da bibliografia dedicada

à gestão agrícola e ambiental contribui para divulgar a idéia de um destino predatório dos trabalhadores assentados, fadados a reproduzir a insustentabilidade do atual modelo rural brasileiro, o qual deve ser superado mediante a uma “mudança de padrão” que contemple a preservação ambiental. Portanto, o assentado é inscrito em um registro de opostos complementares, que por um lado o torna um predador natural do meio ambiente, e por outro também o considera responsável pela instauração da utopia da plena ordem e disciplina ambientais. O assentamento, como espaço ideal para a prática da agricultura familiar, seria o principal veículo de se operar a transição para a agricultura sustentável.

Seria hipócrita pensar que os trabalhadores assentados em áreas com grande cobertura vegetal não realizariam desmatamentos. Trata-se efetivamente de uma renovação do crescimento horizontal que sempre caracterizou a agricultura brasileira. Os assentamentos devem ser realizados nos latifúndios próximos dos centros consumidores, seguindo a regra de não estimular o crescimento da fronteira de destruição da floresta Amazônica ou da Mata Atlântica. Mas para isso é necessária uma mudança de mentalidade e práticas na formação dos assentamentos, adotando-se desenhos menos abstratos e mais ecologicamente corretos e inteligentes de distribuição da terra e dos recursos. É preciso, por exemplo, planejar cuidadosamente a apropriação coletiva da água e das florestas, associando conservação ambiental e produção agrícola e agroflorestal. (Pádua 2002: 190).

Os assentamentos são vistos simultaneamente como problema potencial de degradação e possibilidade de solução para o modelo insustentável da agricultura. Segundo um funcionário do órgão estadual de meio ambiente, os assentamentos seriam uma oportunidade de reverter o “enorme passivo ambiental” da Mata Sul Pernambucana. Por outros motivos, o Governo Federal elegeu a agricultura familiar como forma protagonista do desenvolvimento rural, considerando-a mais competitiva (rendimentos e emprego de mão-de-obra) em comparação com a agricultura patronal. Esse enfoque tornou os assentamentos rurais, a emanção da agricultura familiar, beneficiários de financiamentos. O acesso a alguns destes recursos (Banco do Nordeste) envolve exigências burocráticas, como licenciamentos ambientais, o que já vem provocando conflitos devido ao rigor na concessão de licenças. Em setembro de 2001, por exemplo, o MST ocupou a sede do órgão ambiental pernambucano exigindo que a entidade revisse a decisão de não aprovar um projeto destinado a assentamento de Tamandaré (Mascatinho).

A multiplicação de regulações ambientais vem contribuindo também para produzir usos imprevistos e formas variadas de apropriação dos instrumentos por elas gerados. Como um dos efeitos não programados da imposição de dispositivos de ordenamento e vigilância, o uso da denúncia de crime ambiental tem se difundido socialmente e permitido reivindicar legitimamente a solução de questões individuais ou de grupos isolados a partir de uma nova linguagem, que permite convertê-las em questões coletivas. Esse exercício de adequação da legislação ambiental às necessidades locais possibilita pensar que é justamente pelo fato de o meio ambiente aparecer em articulação com uma variedade de outros elementos que vem se tornando possível seu ajustamento e incorporação para além dos segmentos preocupados com o meio ambiente.

Da cana ao caos

Parte 1

CAPÍTULO 1

DO TURISMO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Em 13 de março de 1997 foi criada a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APA de Guadalupe)⁴, uma unidade de conservação estadual situada na porção meridional do litoral sul-pernambucano, que abrange os municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros. A APA de Guadalupe é formada por uma área de 44.255 hectares, dos quais 71,4% (31.591 hectares) são constituídos de área continental e 28,6% (12.664 hectares) são de área marítima. O município de Rio Formoso concentra 38,2% da porção continental da APA, seguido por Tamandaré (35,1%), Sirinhaém (19,5%) e Barreiros (7,2%), os quais concentram 28,6% da parcela marítima. Na área abrangida pela unidade de conservação vive uma população de aproximadamente 100.000 habitantes.

Município	Área total	Área do município na APA	
		Nº Absoluto	Percentual (%)
Rio Formoso	23.810	12.075	50.7
Tamandaré	18.617	11.079	59.5
Sirinhaém	37.462	6.150	16.4
Barreiros	23.583	2.287	9.7

Fonte: CPRH. Diagnóstico socioambiental da APA - Guadalupe

A APA de Guadalupe surgiu como um efeito *a posteriori* da decisão de promover o desenvolvimento turístico do litoral nordestino, tomada no início da década de 90, quando o governo federal (gestão de Fernando Collor de Mello) idealizou, juntamente com os governos estaduais de Alagoas e Pernambuco, um grande projeto turístico⁵ que seria implantado ao longo do litoral dos dois estados. Esta iniciativa deu origem ao Projeto Costa Dourada, que, segundo Cruz (200:11), “teria induzido a criação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), que, por razões políticas e operacionais, tornou-se extensivo a toda área de jurisdição da Sudene”.

4 Decreto n.º 19815/97, assinado pelo Governador de Pernambuco Miguel Arraes.

5 A política de megaprojetos turísticos surgiu entre o fim da década de 1970 e início dos anos 80, influenciada pelo “modelo Cancun” fundado na urbanização turística de trechos da costa pouco ou nada urbanizados e com grande concentração do equipamento turístico.

O Prodetur-NE foi criado pela Sudene e pela Embratur⁶ (Portaria conjunta 1, de 29 de novembro de 1991) e abarca todos os estados nordestinos e parte do estado de Minas Gerais⁷; esse programa tem como objetivos específicos aumentar o turismo receptivo e a permanência do turista no Nordeste, induzir novos investimentos na infra-estrutura turística, gerar empregos e renda com a exploração direta ou indireta da atividade turística. Dentre esses objetivos, priorizam-se os investimentos em infra-estrutura turística e adota-se como estratégia para alcançar este fim o provimento de infra-estrutura básica e de serviços públicos “para áreas em expansão turística, onde a capacidade do Estado não acompanhou a demanda por tais serviços” (BNB 1995:1).

Os investimentos em infra-estrutura básica e de acesso compreendem obras múltiplas, que abrangem saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário), administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, transportes (obras viárias, urbanas e rodoviárias) e recuperação do patrimônio histórico. O programa de investimentos está dividido em três etapas com limite de vencimento em 12 de dezembro de 2017; as operações previstas são classificadas hierarquicamente em prioridade I, prioridade II e prioridade III. Entre 1992 e 1995 houve inversões de prioridades no que se refere aos municípios envolvidos no Prodetur e restringiu-se a vasta área turística denominada Costa Dourada a um trecho do litoral sul de Pernambuco, que inclui os municípios de Rio Formoso e Sirinhaém (esses mantiveram o *status* de prioridade I do Prodetur-NE) e outra área, destinada à implantação de um centro de turismo integrado: o Centro Turístico de Guadalupe (CTG ou CT-Guadalupe, ver mapa 2).

A principal causa das alterações na concepção original do Prodetur-NE foi a dificuldade financeira encontrada pelos estados em responder pela contrapartida local exigida pelo financiador. Essa limitação levou ao enxugamento da fase 1 do programa, no que tange a extensão territorial das

6 O início da década de 1990 (e, particularmente, o ano de 1991) foi um marco importante na história das políticas nacionais de turismo. Em um período caracterizado por ampla reformulação da máquina administrativa federal (Governo Collor de Mello), a Embratur passou por profundas transformações, deixando de ser empresa pública e transformando-se em autarquia especial. A instituição tornou-se Instituto Brasileiro de Turismo, submetida à Secretaria de Governo em lugar do Ministério da Indústria e Comércio, que foi extinto. Neste período, a Embratur, reestruturada, estabeleceu as diretrizes para a formulação do que se tornaria, em 1996 — durante o primeiro mandato do Governo FHC (1995-1998) —, a Política Nacional de Turismo que vigorou no período 1996-1999.

7 Segundo Cruz (2000:111), a inserção de Minas Gerais no Prodetur-NE desta área fazer parte da jurisdição da Sudene.

áreas abrangidas e o número de localidades; foi o que aconteceu no estado de Alagoas, que teve excluídos da prioridade I os municípios de Japaratinga e Porto Calvo, situados no norte do estado, e que, a princípio, integrariam a área do Projeto Costa Dourada.

A primeira etapa do Prodetur-NE estava orçada em US\$ 800 milhões, tendo sido US\$ 400 financiados pelo Banco do Nordeste, instituição que administra os repasses do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Os US\$ 400 milhões restantes foram originários de contrapartida nacional⁸. Para Pernambuco, o Prodetur-NE repassou US\$ 25.800 milhões, condicionando a liberação dos recursos à sua destinação para obras de saneamento, sistema viário e desenvolvimento institucional. Na área do CTG (município de Rio Formoso), US\$ 10,456 milhões foram investidos para a realização de obras de sistema de esgotamento sanitário, abastecimento de água, da principal via de ligação entre os municípios do litoral sul, a estrada PE-60, e do mais valorizado trecho litorâneo do CTG, a Praia dos Carneiros.

As diretrizes básicas do Plano Diretor⁹ do CT-Guadalupe são a divisão funcional do espaço segundo três zonas turísticas (Carneiros, Gamela-Guadalupe e Rio Formoso), divididas ao longo de 15,5 Km que se estendem entre o litoral e a margem esquerda do Rio Formoso; essa área reúne características geográficas e ambientais diferentes. Das três zonas turísticas, apenas a que será instalada em Rio Formoso difere das demais, por estar situada integralmente no interior do estuário. Segundo o Plano Diretor, a ocupação do solo da zona turística de Rio Formoso será voltada para a hotelaria dedicada à construção de *resorts* e à exploração de atividades de lazer¹⁰; será, portanto,

8 A contrapartida nacional aloca recursos através do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. O órgão mutuário e executor é o Banco do Nordeste. Os estados que tiveram maior dificuldade para a liberação da contrapartida local foram Piauí e Alagoas, em razão de seus endividamentos internos.

9 Plano Diretor é um instrumento de política territorial do estado, do município de empreendedores. Visa regular os processos de desenvolvimento, programas, projetos e orienta ações dos agentes públicos e privados para um território. O BID exigiu a realização de planos diretores de todos os municípios inseridos no CTG. Em tese eles deveriam ser discutidos com a população local, porém a prática mais comum é a contratação, através de licitação, de empresas de consultoria que confeccionam os planos diretores.

10 Os complexos turísticos do tipo *resort* e *village* obedecem a modelos de gestão internacionalmente padronizados; são concebidos para ser auto-sustentáveis, independentes dos espaços circunvizinhos, o que torna desnecessário qualquer contato com ambientes exteriores ao empreendimento. Esses seriam territórios de turismo para os quais a bibliografia consagrou designações como “não-lugares” (Auge 1994), “bolhas” (Urry 1996), “enclaves” (Pearce 1990) ou “simulacros” (Eco 1984). O CTG demonstra, através de sua documentação oficial, da propaganda na internet e de publicações em feiras internacionais, a intenção clara de atrair investimentos estrangeiros, expressa já no título do empreendimento que circula nestes meios: “Golden Coast Project – Guadalupe Tourist Center”. O primeiro empreendimento que será implantado no CTG, administrado pela empresa espanhola Barcelo Hotéis, prevê investimentos iniciais de aproximadamente US\$ 96 milhões para a construção de três *resorts* e cerca de 1.200 apartamentos.

a área turisticamente mais elitizada e onde haverá os mais baixos índices de ocupação do solo, em comparação com as demais zonas. A ocupação máxima será de 10%, a área máxima de construção, 15% e o número máximo de pavimentos, 2.

O padrão urbanístico do CTG estabeleceu como diretriz básica a adoção de uma política rigorosa de preservação dos recursos naturais de modo a tornar o centro turístico não apenas um balneário tropical, mas também um destino ecoturístico. Para tanto, fixaram-se índices reduzidos de ocupação do solo e estabeleceu-se que nenhuma edificação deveria sobrepor-se à vegetação existente (neste caso, a copa dos coqueirais). O modelo do CTG segue a “tipologia arquitetônica polinésia”, de edificações horizontais integradas à natureza. Desta forma, fixou-se como gabarito máximo para todo o Centro Turístico 3 pavimentos e 75 metros de faixa de preservação *non aedificandi*, onde a vegetação deveria prevalecer como elemento marcante.

Para viabilizar o acesso à área de 8.803 ha do CTG, situada entre os municípios de Sirinhaém e Rio Formoso, o governo do estado de Pernambuco construiu com recursos do Prodetur-PE duas vias de penetração (norte e sul) e duas vias litorâneas (Guadalupe e Carneiros). Estas vias ligam a estrada estadual PE-60 ao centro turístico no sentido norte e sul e interligam os 15,5 Km de faixa litorânea do centro, formando um grande anel viário. Ainda para melhorar a acessibilidade, projetou-se a construção de uma ponte sobre o rio Ariquindá, ligando as duas vias litorâneas, e de um heliporto com capacidade para três helicópteros.

Um entrave sério à realização do projeto estava no fato de que, quando o CTG foi criado, não havia sistema formal de coleta e tratamento de esgoto doméstico em nenhum dos municípios nele inseridos; essas localidades contavam apenas com fossas sépticas ou com a simples ligação direta do esgoto domiciliar às redes de drenagem, quando essas existiam. As obras de esgotamento sanitário dos aglomerados urbanos e zonas turísticas do CTG tornaram-se condição fundamental para o sucesso do empreendimento por razões ambientais e por imposição dos financiadores. Devido à situação geográfica do CTG, todo esgoto lançado em Rio Formoso desaguaria na área dos *resorts*, o que tornava a realização de obras de saneamento uma exigência do BID¹¹ e um pré-requisito para o financiamento das demais obras. Essas

11 Nas entrevistas realizadas com os responsáveis pelo gerenciamento do projeto CTG, enfatizou-se que

condições determinaram que, a partir de 1999, fossem iniciadas obras de saneamento e abastecimento do município de Rio Formoso, área considerada pelos gerenciadores do projeto um perigo potencial para a mais valorizada zona turística da área (ZT Rio Formoso¹²).

O Plano Diretor do CTG foi formulado em 1993 e o contrato com o BID foi assinado em dezembro de 1994. Houve um processo de intensa negociação entre os órgãos estaduais de turismo (na época, a AD-Diper — Agência de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco¹³) e o órgão ambiental (CPRH)¹⁴. Nesta fase, segundo funcionários da CPRH que acompanharam todo o processo, “trocou-se” a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental — EIA/RIMA —, necessários à formulação do Plano Diretor do CTG, pela criação de uma Área de Proteção Ambiental na região do projeto turístico.

A razão para a “negociação”, de acordo com alguns dos funcionários da CPRH que participaram dela, era buscar, diante de um processo inevitável, construir bases para o controle ambiental futuro: se a área fosse uma APA, qualquer projeto a ela referente deveria passar pela aprovação e licença do órgão ambiental, o que possibilitaria que houvesse um acompanhamento da realização dos projetos individuais do CTG. Diante da grande pressão por parte do governo do estado em favor da aprovação do projeto do CTG, essa foi a estratégia dos funcionários do CPRH para garantir algum controle sobre as atividades futuras.

Apesar de todos os constrangimentos envolvidos na disputa entre os órgãos do governo do estado e o ambiental para aprovação de projetos, esse processo reflete, por outro lado, a crescente importância da variável ambiental em processos de tomada de decisão. Isso fica patenteado na difusão de constrangimentos jurídicos e institucionais que conferem legitimidade aos agentes preocupados com questões ambientais; um exemplo deste tipo

as obras de esgotamento sanitário de Rio Formoso foram realizadas exclusivamente por imposição ou “preocupações humanitárias” do BID, não sendo considerada obra prioritária no projeto original formulado pelo órgão estadual competente, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Seplandes).

12 Área turística situada no interior do estuário e destinada à hotelaria tipo *resort*. Segundo a gerente de projeto do CTG, essa era a área mais nobre do CTG, em suas palavras, o “filet mignon do centro turístico”, devido à beleza natural; por isso, era a área mais cobiçada entre os empresários do ramo hoteleiro.

13 Deste 2003 o órgão responsável pelo projeto CTG é a Seplandes (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento), órgão ao qual a Unidade Executora Estadual do Prodetur pertencia.

14 Algumas das suas atribuições são l.

de constrangimento é a subordinação, a partir da década de 1980, da concessão de empréstimos por parte de organismos financiadores (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) a avaliações ambientais¹⁵. Paralelamente a esta iniciativa, ocorreram mudanças na legislação ambiental brasileira que se efetivaram a partir da resolução Conama 001/86, que instituiu a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) para a implantação de projetos potencialmente impactantes, como hidrelétricas, atividades de mineração, projetos agropecuários etc.

A versão final do Plano Diretor do CTG contemplou várias demandas do órgão ambiental: primeiro, previa o estabelecimento de um termo de compromisso entre AD-Diper e CPRH para a criação de uma APA (APA de Rio Formoso), compreendendo a confluência dos rios Ariquindá e Formoso; o objetivo inicial era, portanto, formar um cinturão de proteção na área de manguezal inserida no CTG, havendo o controle permanente da área. Essa intenção se concretizou através da aceitação de condições impostas no EIA/RIMA, como as medidas mitigadoras, e mecanismos como o “Programa de Monitoramento”. Estes compromissos significavam a obrigatoriedade por parte dos órgãos responsáveis do CTG de elaborar e submeter à análise do CPRH um Relatório de Qualidade Ambiental anual (RQA) durante e após a fase de implantação do projeto.

O processo de negociação aconteceu em audiências públicas e foi descrito por participantes como “bastante tenso”. Houve veto de inúmeras propostas apresentadas pela gerência do CTG, consideradas de “altíssimo impacto ambiental”, tais como uma balsa para travessia de carros pelo Rio Formoso, uma estação de teleférico próxima à área de manguezal em Rio Formoso e, principalmente, a completa autogestão dos serviços do CTG, que, de acordo com alguns dos informantes do CPRH “aniquilava qualquer possibilidade de os centros urbanos de Rio Formoso e Sirinhaém beneficiarem-se com o turismo”.

Embora os representantes do CPRH que participaram da audiência tenham considerado a garantia da criação de uma unidade de conserva-

15 Há muitos exemplos dessa pressão internacional para o financiamento de políticas públicas, motivada por problemas ambientais causados por grandes projetos. Em 1985, por exemplo, o BIRD exigiu da Eletrobrás a elaboração de um Plano Diretor para a Proteção do Meio Ambiente para financiar a recuperação do setor. Neste mesmo ano, o órgão condicionou o financiamento da pavimentação da BR-364 (Porto Velho - Rio Branco) à elaboração do Plano de Proteção do Meio Ambiente e das comunidades Indígenas (PMCAI).

ção como uma vitória, eles destacam que “perderam a briga” em assuntos importantes como a aprovação da construção de uma ponte de concreto e ferro sobre o Rio Ariquindá e uma vasta área de manguezal. A idéia de criação de uma unidade de conservação resulta, portanto, de um processo de troca entre instituições do governo do estado visando a proteger as características ambientais do futuro centro turístico e possibilitar ao órgão ambiental meios futuros de controle territorial.

Por razões heurísticas, referi-me aos representantes do órgão ambiental (CPRH) e turístico (AD-Diper) como se constituíssem blocos homogêneos. Contudo, um olhar mais próximo, sobretudo sobre aqueles que mediarão o processo de negociação entre os órgãos estaduais de turismo e de meio ambiente¹⁶ permite entrever um quadro mais complexo. O perfil profissional e etário dos criadores e gerenciadores do projeto CTG, funcionários da AD-Diper, é relativamente homogêneo; são arquitetos ou engenheiros pernambucanos na faixa entre quarenta e sessenta anos e com trajetória profissional realizada dentro do poder público; muitos deles eram funcionários de outros órgãos estaduais de Pernambuco (Fiam e Chesf) e migraram voluntariamente para o órgão de turismo na década de 1990. Dentre os principais formuladores do projeto CTG há antigos colegas de faculdades renomadas de Recife, entre os principais quadros do órgão há donos de pousadas ou arquitetos que realizam projetos para hotéis no litoral do estado. Segundo o coordenador da instituição, havia no “quadro funcional muitas pessoas com turismo em seus DNAs”, inclusive ele, proprietário há muitos anos de uma pousada em Olinda. A arquiteta que criou o projeto do CTG também já havia desenhado vários projetos de pousadas no litoral pernambucano.

Os integrantes do CPRH (em especial da divisão de áreas protegidas) possui um perfil bastante diverso, constituído essencialmente por biólogos, engenheiros de pesca, cartógrafos, engenheiros agrônomos e geólogos na faixa entre trinta e cinco e quarenta e cinco anos. O recrutamento de funcionários é realizado por indicações externas (políticos, juizes etc.) e, nos anos imediatamente anteriores, devido ao achatamento salarial que tornou o emprego público pouco atrativo, o ingresso vinha ocorrendo através de indicações de funcionários mais antigos.

16 O perfil traçado refere-se aos mediadores do Cprh e AD-Diper que participaram diretamente da formulação do Plano Diretor do CTG, todos ainda ocupam cargos no funcionalismo estadual nos mesmos órgãos. Houve mudanças na hierarquia ocupada pelos órgãos no CTG, refletindo a volta do investimento em áreas turísticas tradicionais como Recife, Porto de Galinhas, Olinda.

Esse método de contratação conserva, por um lado, o quadro de alianças e disputas internas dentro do CPRH e, por outro, mantém as alianças com outras instituições, especialmente aquelas que representam oportunidades profissionais no mercado de trabalho das organizações não governamentais, cada vez mais ambicionadas perante o crescente desmonte do Estado. Entre 1999 e 2002 foi possível acompanhar o trânsito de pessoas dispensadas de organizações não governamentais e amparadas devido a vinculações pessoais com empregos no CPRH, assim como presenciar oportunidades de emprego em outras ONGs sendo oferecidas a funcionários que se destacavam do CPRH.

Ao contrário de um dualismo entre o governamental e o não governamental, o exame das inter-relações entre estas esferas confirma uma peculiar articulação entre elas; observaram-se trânsitos freqüentes e, mesmo, interdependência de ação entre essas instituições, a partir de redes de relações de amizade, lealdade, dívida e crenças. Tal tipo de arregimentação, baseada na distribuição de cargos como bens, tão característica da formação do Estado no Brasil, que Souza Lima (1995) designou “clientelismo de Estado”, perpassava a relação entre representantes de organizações não governamentais na área pesquisada e funcionários do CPRH. Na maioria das vezes era muito difícil encontrar quem não pertencia ou não pertencera aos quadros do funcionalismo público nas equipes das ONGs que lá atuavam; alguns eram ex-funcionários do Ibama que buscavam melhores salários e/ou se livrar da falta de autonomia que a “pesada estrutura estatal” conferia às suas práticas profissionais.

A CPRH é uma instituição com divisões internas marcantes, traduzidas na forma como as suas facções se referem umas às outras: cada grupo de técnicos com poder de decisão rivaliza com outros em função de posturas assumidas em avaliações relacionadas a licenciamentos ou à aprovação de projetos. As designações mais comumente empregados entre essas facções são “radicais” (para aqueles que criam dificuldades nos licenciamentos de processos de desenvolvimento) e os que “vendem o meio ambiente” (facilitam a aprovação da criação de loteamentos e empreendimentos lesivos ao meio ambiente).

A existência dessas facções institucionais manifestou-se com relevo ao longo da estruturação da APA de Guadalupe, que teve dois coordena-

nadores que se enquadravam quase idealmente nas duas designações supra-citadas. O primeiro, um engenheiro de pesca da área de planejamento, que era enquadrado no grupo do CPRH acusado de “vender o meio ambiente”, assumiu a APA, coordenando-a entre 1998 e 2000; possuía uma relação amistosa e colaborativa com as prefeituras de Tamandaré, onde fica a sede da APA. O segundo coordenador da APA, visto como um “radical”, assumiu a unidade em 2001; esse outro possui um ótimo trânsito entre organizações não governamentais.

Voltaremos à confrontação destas posições nos próximos capítulos, apontando como e em que momentos elas se manifestam, causando rupturas e alianças com grupos locais que também rivalizam em função das posições relativas à preservação ambiental e aos projetos de desenvolvimento municipal.

CAPÍTULO 2

NOVAS FRONTEIRAS TERRITORIAIS E CONFIGURAÇÕES DE PODER MUNICIPAL

De acordo com o Plano Diretor do CTG, a APA de Guadalupe deveria compreender a Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, ou seja, a área de 6.459 ha de manguezal e alagados do Centro turístico. A APA de Guadalupe possui hoje um território de 44.799 ha; portanto, houve uma larga ampliação territorial entre os anos de 1993 e 1997, período compreendido entre a aprovação do Plano Diretor e a criação da APA. O atual chefe da APA de Guadalupe afirmou que esta ampliação teria ocorrido pelo fato de “agentes de Tamandaré” terem alegado “a necessidade de aumentar a área da APA de Guadalupe”; essa necessidade era determinada por razões que serão expostas a seguir, pelas quais os representantes do CPRH “compraram a briga pela inclusão do município na APA”.

A existência da APA de Guadalupe é parte de um amplo processo que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, aproximou as problemáticas do desenvolvimento e da preservação ambiental; esta última questão se manifesta, no caso em análise, através das exigências de pareceres ambientais por organismos financiadores como o BID. A reconstituição do processo de confecção do plano diretor do CTG demonstrou que a crescente demanda de aprovação desses projetos por entidades ambientais vem se traduzindo em um aumento da esfera de influência das mesmas em decisões relacionadas à promoção de projetos de desenvolvimento.

A conjuntura política municipal de Tamandaré permitiu ao órgão ambiental formar alianças locais e ampliar territorialmente a área geográfica da APA de Guadalupe: entre 6 e 9 de outubro de 1998 aconteceu no município o “Seminário para a Implantação e Gestão da APA de Guadalupe”, harmonizado com as prerrogativas de democratização das relações entre sociedade e Estado via fortalecimento da participação popular (“*empowering*”). A proposta inicial do encontro, segundo técnicos do setor de áreas protegidas do CPRH, era a realização de uma consulta pública, para que as “comunidades inseridas na APA de Guadalupe” pudessem conhecer, opinar, e aprovar sua implantação e proposta de gestão. O seminário foi elaborado a partir da

concepção de planejamento participativo¹⁷, visando a desenvolver ações integradas, compatibilizando os âmbitos municipal, estadual e federal.

A abertura de espaços de participação baseia-se na perspectiva de que a legitimidade das políticas públicas não pode estar fundada apenas na autoridade formal, nomeada por critérios representativos, mas sim pela governança apoiada nos segmentos sociais interessados. O objetivo desta prática seria “gerar um controle público das políticas de gestão dos recursos de modo a promover o acesso igual aos meios e aos fins do desenvolvimento sustentável” (Camargo et alii 2002:34). Esse envolvimento público pode ser realizado de forma fraca ou forte, dependendo do contexto e convergência entre o interesse institucional e o “público”, essa é a variável determinante da extensão desse processo de interação.

O Seminário de Tamandaré contou com os representantes do Estado e da sociedade civil. Representando o Estado estavam a CPRH, a Coordenação Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO-MMA), a Coordenação do Prodetur, a AD-Diper, o Banco do Nordeste, o Ministério Público Federal, o Ibama, o Cepene, a Reserva Biológica de Saltinho, a Petrobrás, a Capitania dos Portos e o Inbra. Compareceram como representantes da sociedade civil a Colônia de Pescadores de Rio Formoso, presidentes das Associações de assentamentos rurais de Rio Formoso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamandaré e Rio Formoso e o diretor de uma das usinas situadas na área da APA, a Usina Trapiche.

O secretário de obras de Tamandaré (cujas atribuições abarcavam assuntos relacionados ao meio ambiente em 1998) foi o representante oficial da Prefeitura no evento, participando ativamente do mesmo e tornando-se, posteriormente, o representante oficial da Prefeitura para tratar de assuntos relativos ao meio ambiente. Segundo o secretário, “no seminário foi rompida a concepção de que a APA de Guadalupe deveria ser apenas um cinturão de proteção do Centro Turístico de Guadalupe”, devido à relutância por parte dos representantes do órgão ambiental em incluir nela Tamandaré, que consideravam “um município com um núcleo urbano problemático, que dificultaria o andamento da APA”.

17 O seminário foi organizado a partir da elaboração do Plano de Ações Prioritárias, sendo identificados diversos problemas que, depois de agrupados, foram transformados em objetivos consolidados em 6 programas (Conservação/Preservação dos Recursos Ambientais e Ecossistemas; Ordenamento do Solo e Infra-estrutura Básica e Serviços; Controle Preventivo e Corretivo de Atividades Impactantes; Preservação de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural; Dinamização e Diversificação das Atividades Produtivas; Educação Ambiental), com linhas de ação e responsáveis. Ao final, foram estabelecidas as atribuições e a composição do Conselho Gestor da APA, além de uma agenda com o objetivo de assegurar a implantação de algumas ações consideradas emergenciais para a área, visando a continuidade do Plano de Gestão.

Durante o seminário, a Prefeitura de Tamandaré, através de seu secretário de obras e dos grupos interessados em questões ambientais do município (representantes de instituições sediadas no município, como a Reserva Biológica de Saltinho e o Cepene — Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste), pressionaram o CPRH para que a área da APA não ficasse restrita à Bacia Hidrográfica do Rio Formoso e entorno do CTG, mas fosse estendida para incluir a Bacia Hidrográfica dos rios Ilhetas e Mamucabas, quase totalmente situados no município de Tamandaré; a inserção desta bacia hidrográfica significava, portanto, a inclusão do município de Tamandaré na Área de Proteção Ambiental de Guadalupe.

A discussão sobre a ampliação da APA desenvolveu-se, principalmente, em torno de argumentos técnico-ecológicos dos grupos presentes, em defesa de um estatuto territorial que garantisse uma proteção legal mais ampla às fronteiras de Tamandaré, o que poderia ser alcançado pela inserção do município dentro da APA de Guadalupe. O Prefeito de Tamandaré apoiou essa proposta; ao contrário dos representantes de Sirinhaém e Rio Formoso¹⁸, que não tiveram participação ativa neste debate, ele enfatizou o interesse de sua administração em “abrigar e dar retaguarda à APA”. O interesse da Prefeitura e o dos referidos “grupos interessados na preservação” correspondiam a motivações e mesmo a compreensões bastante diferenciadas do significado da criação de uma APA no município. Outros fatores que contribuíam para esse interesse eram especificidades da conjuntura municipal e a existência, em Tamandaré, de mediadores e instituições interessadas na preservação ambiental.

O ano do seminário foi, também, o inicial da primeira administração municipal de Tamandaré, município que, através de um plebiscito realizado em 1996, emancipou-se, deixando de ser distrito de Rio Formoso. Entre 1996 e início de 1998, período compreendido entre a emancipação e a posse do primeiro prefeito de Tamandaré, a cidade enfrentou condições difíceis, sofrendo retaliações por parte da Prefeitura de Rio Formoso, que se opusera à autonomia:

Emancipado o município, o prefeito de Rio Formoso loteou praças e áreas verdes de Tamandaré e suspendeu todos os serviços públicos da cidade, como recolhimento de lixo, envio de equipamentos, funcionários e

¹⁸ Entre os participantes do município de Sirinhaém estavam o diretor da Usina Trapiche e o da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. De Rio Formoso, participaram representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais, das Associações de Assentamentos Rurais e da Colônia de Pescadores.

recursos. O primeiro prefeito eleito de Tamandaré (reeleito em 2000) é um pescador e ex-presidente da Colônia de Pescadores de Rio Formoso (sediada em Tamandaré até a emancipação), que dirigiu por 3 gestões. Quando assumiu o cargo, o prefeito encontrou condições precárias. Segundo ele, “não havia nem sede e nem mesmo uma cadeira para sentar, pois todo mobiliário fora levado pelo Prefeito de Rio Formoso”.

A integração na APA se inscreve, portanto, no processo particular de emancipação e nas contingências da primeira administração municipal. Conforme explicou o Prefeito de Tamandaré a respeito dessa iniciativa, no primeiro ano de mandato ele “estava se apegando a qualquer coisa que pudesse ajudar”, pois “qualquer apoio era importante naquele momento e a CPRH foi o primeiro a chegar, cercado de autoridade locais, estaduais e federais.”¹⁹

A demonstração de adesão das entidades ambientais criou uma grande expectativa, pois foi interpretada inicialmente por muitos representantes do CPRH a partir da visão romântica do “prefeito pescador naturalmente identificado com a problemática ambiental”; essa interpretação era corroborada, na primeira gestão de Tamandaré, pela abertura do espaço político municipal para estes grupos. Portanto, em um primeiro momento, o seminário ocorrido em Tamandaré garantiu à Prefeitura o reconhecimento público, a construção de alianças externas úteis futuramente e a legitimação da nova administração.

O evento atraiu para o município um conjunto considerável de autoridades da área de meio ambiente, ou seja, funcionou como um *rito de instituição*, no sentido de se constituir, conforme a acepção de Bourdieu (1996:101), como “um ato de comunicação, que notifica a alguém sua identidade exprimindo-a e a impondo a todos”. Foi a primeira ocasião na qual o novo município recebeu um grande número de visitantes dos governos estadual e federal.

Voltando à influência dos “grupos interessados em questões ambientais do município”, cabe, primeiramente esclarecer que essa designação foi utilizada pelo primeiro Secretário de Obras de Tamandaré (que esteve no cargo entre 1998-2000) para nomear os representantes das instituições de

19 Esta aposta inscreve-se em um conjunto de outras que o Prefeito de Tamandaré estava empreendendo: a emancipação permitiu a criação de um Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré, dirigida por um opositor de seus rivais políticos. O Prefeito de Tamandaré explorou as divisões internas do sindicato, apoiando, na segunda eleição sindical, uma chapa contrária a seus opositores, que acabou sendo eleita. A atual sede do sindicato foi doada pelo Prefeito e os principais dirigentes recebem salários da Prefeitura por seu trabalho no Sindicato que o apoiou em sua reeleição para a Prefeitura de Tamandaré.

pesquisa e proteção ambiental existentes no município e, de alguma forma, a si mesmo, pois teve relações estreitas e uma história de colaboração com este grupo. A existência de pessoas preocupadas com a proteção ambiental em Tamandaré deve-se especialmente à instalação, entre as décadas de 1940 e 1950, de duas instituições (atualmente ligadas ao Ibama) dedicadas ao ensino e à pesquisa relacionadas ao uso de recursos ambientais: O Cepene (Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste) e a Reserva Biológica de Sal-tinho.

O Cepene é, atualmente, o centro do Ibama que coordena e realiza pesquisas sobre recursos marinhos da costa Nordeste do Brasil, mas, originalmente, foi a primeira escola de pesca da região, a Escola de Pesca de Tamandaré, fundada em 28 de dezembro de 1950, com o objetivo de formar técnicos na atividade. Em 1983 essa escola se transformou em Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste, dedicado à execução de pesquisas e à geração de tecnologias para o desenvolvimento do setor pesqueiro.

O Cepene possui dimensões físicas grandiosas se contrastado com o reduzido espaço urbano de Tamandaré. Está localizado em uma faixa de 1.200 metros ao longo do litoral, em uma área de 32 ha. Sua área construída é de aproximadamente 13.000 metros quadrados e compreende quatro unidades: administrativa, de treinamento, de pesquisa e de operações. Na unidade administrativa funcionam a chefia do Centro e todas as atividades de infra-estrutura dos setores de administração e finanças, serviços gerais e recursos humanos. A Unidade de treinamento é composta por um prédio de dois pavimentos com 14 apartamentos quádruplos, sete alojamentos, sete salas para reuniões, sala de recreação, sala de jantar, auditório com 80 lugares, refeitório e cozinha industrial. A estrutura dessa instituição é freqüentemente utilizada pelo Ibama para reuniões técnicas e congressos.

A unidade de pesquisa é constituída de dois prédios, num total de 2.500 metros quadrados, nos quais funcionam quatro laboratórios: maricultura, oceanografia física, oceanografia química e bioecologia aquática; biblioteca; salão de processamento de pescado e nove salas de pesquisadores. Na unidade de operações, cuja área é de 300 metros quadrados, encontram-se as câmaras frigoríficas, fábrica de gelo, silos de estocagem de gelo que são utilizados pelos pesquisadores da entidade. O centro possui ainda um cais de atracação de 700 metros quadrados, o único de Tamandaré.

Segundo o Presidente da Colônia de Pescadores de Tamandaré, o Cepene foi uma instituição importante para os pescadores locais até o início da década de 1980, quando era uma Escola de Pesca e oferecia cursos aos pescadores. Após ser transformada em instituição de pesquisa, teria se isolado e deixado de se relacionar mais diretamente com a população de Tamandaré. Este distanciamento teria ocorrido entre as décadas de 80 e 90 e justificaria a denominação de “elefante branco”, atribuída atualmente pelos pescadores de Tamandaré à instituição, devido à sua grandiosidade e inutilidade para a cidade. Os pescadores desconhecem as atividades lá desenvolvidas e queixam-se freqüentemente da “ausência de retorno” para a comunidade por parte de uma entidade que, possuindo tantos especialistas dedicados ao estudo da pesca, não oferece nenhum tipo de amparo à grande população de profissionais do município.

Funcionários do Cepene na área de educação ambiental explicam de outra maneira o afastamento da instituição em relação à Colônia: alegam que o afastamento teria ocorrido devido ao fato de a Colônia de Tamandaré ser “viciada” (Castro e Silveira Correa 2001), ou seja, exigir sempre benefícios imediatos e financeiros em troca de sua colaboração aos projetos dos pesquisadores do Cepene.

Havia um curto-circuito, causado por expectativas recíprocas muito distintas em relação aos dois grupos. O Cepene via a participação dos pescadores como um ato de doação e generosidade institucional, ao qual a comunidade deveria corresponder com apoio irrestrito às atividades promovidas pela instituição. Sempre vistos como uma força política importante, os pescadores da Colônia de Tamandaré, estavam habituados a encarar seu apoio e participação como um dom, solicitado sobretudo durante as eleições, e que, portanto, deveria ser correspondido necessariamente com algum tipo de contra-dom. Para os pescadores a participação era correlata aos chamados para atividades políticas, semelhantemente ao que ocorre no “tempo da política” (Palmeira 1996), onde apoio é negociado em troca de assistência e prestação de serviços.

Para os pesquisadores do Cepene, o pescador seria naturalmente protetor da natureza porque dependia dela para sobreviver e, portanto, estaria logicamente disposto a colaborar em qualquer ação voltada para sua preservação. A exigência de contrapartida concreta, especialmente finan-

ceira, por parte dos pescadores para oferecerem sua colaboração era percebida como a inversão dessa expectativa de conduta natural. Tal inversão foi interpretada por um pesquisador do Cepene como a prova cabal de que “eles foram corrompidos pela política”. Devido a este impasse, o Núcleo de Educação Ambiental do Cepene suspendeu as atividades com pescadores de Tamandaré, buscando promover suas ações em outros municípios próximos, como Várzea do Una ou Abreu do Una, locais onde os pescadores não eram “viciados” e a organização dos pescadores era ainda muito incipiente.

A expectativa dos pescadores em relação ao Cepene era a de que uma instituição federal de dimensões tão grandiosas, possuindo várias embarcações, carros e pesquisadores, tivesse recursos para “dar uma ajuda aos pescadores”, seja na forma de recursos financeiros, cursos ou pesquisas que aumentassem os recursos pesqueiros, em troca da colaboração da colônia. A desconfiança da Colônia de Pescadores de Tamandaré em relação ao Cepene aumentou depois que, em meados da década de 1990, um de seus funcionários apoiou a fundação, por uma facção da colônia, de uma associação rival para representar os pescadores²⁰.

Além do Cepene, há em Tamandaré outra instituição sob controle do Ibama: A Reserva Biológica de Saltinho²¹. O local é uma área preservada desde 15 de dezembro de 1943, quando um engenho de cana-de-açúcar de Rio Formoso foi comprado pelo Governo Federal e convertido em um Horto Florestal. Esta área funcionou até 1967 como uma fazenda florestal, tendo sido ocupada por cerca de sessenta famílias que, segundo contou o atual administrador da reserva, tinham por função “colaborar para atender ao projeto de expansão florestal da região”.

Em 1967, o estatuto de Saltinho foi modificado e a área passou a ser uma EFLEX – Estação Florestal de Experimentação, período em que foram desenvolvidos aproximadamente 45 experimentos para reflorestamento

20 O criou um cisma na Colônia de Pescadores, a entidade representativa mais importante de Tamandaré, reunindo mais de 400 associados. Atualmente a instituição rival, Associação de Pescadores, está endividada devido a empréstimos não saldados referentes à compra de embarcações, apetrechos de pesca e um caminhão; o Banco do Nordeste é a instituição bancária credora da associação.

21 Os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas são criados em conformidade com a Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967, a Lei de Proteção à Fauna. Reservas Biológicas são unidades de conservação destinadas à preservação integral da biota e atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação dos ecossistemas e ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o ambiente natural e a diversidade biológica. As reservas Biológicas não são destinadas à visitação recreativa, mas podem se prestar à mesma, com objetivos educacionais. A pesquisa científica também é autorizada, desde que previamente autorizada pelo IBAMA.

(eucalipto, pinus, jacarandá etc.). Em setembro de 1983, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) transformou essa EFLEX em Reserva Biológica (REBIO Saltinho), tornando a área uma unidade de uso indireto²², na qual é proibida a visitação pública (exceto com objetivos educacionais) e a pesquisa científica depende de autorização prévia do Ibama e da administração da unidade²³.

As atividades desenvolvidas em Saltinho desde 1992 voltaram-se principalmente para a intensificação do serviço de fiscalização da unidade: controle de incêndios, atividades de educação ambiental para escolas da região, desenvolvimento de pesquisas (sete pesquisas foram realizadas na área da reserva), elaboração de trabalhos técnicos (levantamento de experimentos introduzidos e a reserva florestal de Mata Atlântica). Atualmente a reserva possui 548 hectares, onde estão localizados os mananciais hídricos que abastecem a cidade de Tamararé. A imagem da Reserva Biológica de Saltinho é a de uma pequena floresta cercada por canaviais. Um território fechado, onde a visitação é quase completamente interdita e cuja entrada e fronteiras são protegidas por guardas.

Para a população local, o isolamento e a proibição do acesso fez da área um espaço misterioso. Era comum escutar histórias fantásticas sobre a reserva quando os transportes públicos passavam na entrada de Saltinho. A reserva tornou-se para a população que vive em seu entorno objeto de lendas e histórias sobre criaturas sobrenaturais fantásticas, como cobras e macacos gigantes que se escondem nas matas. As áreas de mata usadas pela população são as bordas da reserva, onde se realizam cultos e oferendas dos chamados "xangozeiros"²⁴ e banhos de cachoeira de moradores das proximidades e pessoas que, nos fins de semana, chegam de cidades do interior em ônibus de excursões.

22 As unidades integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; esta categoria é composta pelas Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. Áreas deste tipo criadas por estados e municípios são denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. Nas Unidades de Uso Sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com a exploração sustentável de recursos naturais, enquadrando-se nesta categoria as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

23 Embora minha pesquisa não tratasse dos recursos naturais da reserva, o fato de eu não possuir uma autorização do Ibama obrigou-me a realizar entrevistas com o administrador e guardas fora da área da Unidade de Conservação.

24 Denominação nativa para pessoas que praticam religiões afro-brasileiras, especialmente a denominação conhecida como Xangô Pernambucano (Motta, R. 1988).

O Cepene e a Rebio Saltinho constituíram-se como enclaves institucionais-ambientais do governo federal no município de Tamandaré; essas instituições mantiveram pouca interação com o poder local antes da emancipação, devido à total falta de interlocução do grupo com os representantes políticos que assumiram as administrações municipais anteriores (geralmente associados a segmentos associados à agroindústria canavieira e sem interesse em investimentos de caráter ecológico). No entanto, o atual prefeito teve apoio eleitoral destas entidades por ser considerado o candidato potencialmente mais próximo das “questões ambientais” ou dos “grupos interessados em meio ambiente”²⁵, essa proximidade derivaria de sua posição de líder da colônia de pescadores de Tamandaré, que lhe facultou durante anos a função de interlocutor entre pescadores e o Cepene.

Decisões como a nomeação, no início do primeiro mandato do prefeito, de um Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Pesqueiro que se identificava com a defesa do meio ambiente e o apoio à ampliação da APA de Guadalupe reforçaram a disposição deste grupo em construir uma agenda ecológica em parceria com a nova administração. Durante esse primeiro mandato, isso efetivamente aconteceu: nesse período, a Prefeitura e a mais atuante força na política ambiental local, o Projeto Recifes Costeiros (a qual analisaremos adiante) atuaram em produtiva colaboração.

A demanda da Prefeitura pela ampliação da APA de Guadalupe torna-se ainda mais compreensível quando reconstituímos os significados locais atribuídos ao seminário de gestão da APA e as apostas em termos de aliança e apoios políticos que o evento assinalou para a administração municipal de Tamandaré. Como procurei mostrar acima, o apoio à instalação da APA e à inserção de Tamandaré nela era, para a Prefeitura, um meio de garantir alianças com as entidades presentes ao encontro, assim como com aquelas instituições do Ibama situadas em Tamandaré desde longa data, afastadas da entidade de origem do prefeito: a colônia de pescadores. Estar na APA também era percebido como uma forma de estar no Centro Turístico, devido à notória relação simbiótica entre a APA de Guadalupe e o CTG. Para o Prefeito de Tamandaré, participar da APA seria também uma forma de “assegurar o lugar de Tamandaré no centro turístico”, pois o município não foi considerado prioritário nos planos de obras de infra-estrutura do Prodetur.

25 Os outros candidatos representavam segmentos ligados a proprietários de terra e ao sindicalismo rural.

O litoral de Sirinhaém e o estuário de Rio Formoso foram escolhidos como partes integrantes do CTG porque eram áreas sem ocupação prévia, além do fato de que as obras lá realizadas se justificavam principalmente em virtude do grau de “influência negativa” (lixo, esgoto) destes municípios sobre a área do CTG. No município de Tamandaré, apenas um trecho de litoral (Praia dos Carneiros) foi incluído no Centro Turístico; adicionalmente, devido a fatores como posição geográfica e influência de correntes marítimas, somente os dejetos provenientes de Rio Formoso poderiam afetar o CTG, o que excluiu Tamandaré das prioridades de investimento do Prodetur. Considerou-se, ainda, que o litoral de Tamandaré tinha um cenário inadequado ao ecoturismo, pois uma grande faixa litorânea já está bastante ocupada por casas de veraneio.

Para os grupos ligados a entidades ambientais de Tamandaré (Cepene e Rebio Saltinho), a pressão para incluir Tamandaré na APA de Guadalupe tinha um sentido totalmente diverso daquele atribuído pela administração municipal. Para os segmentos ambientalizados, o estatuto de APA seria uma forma de obter “maior respaldo legal em termos de controle ambiental para a fase em que o Prodetur/CTG chegasse a Tamandaré”: nas Unidades de Conservação há maiores possibilidades de disciplinar o uso e ocupação da área, através de licenças do órgão estadual, obrigatórias para qualquer empreendimento realizado na unidade.

A legislação relativa ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) estabelece como critério de gestão de APAs a criação de um Conselho Gestor²⁶, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e da população da região. Como já havia entidades ambientais situadas em Tamandaré, os representantes dessas entidades do Ibama se tornariam candidatos naturais à composição do conselho gestor. Portanto, a ampliação da APA significava, também, a abertura de um espaço de poder para estes segmentos até então excluídos da política local, dominada até a emancipação por segmentos ligados à agroindústria canavieira, como usineiros, proprietários de terra e sindicalistas.

A consideração do processo de formação territorial da APA de Guadalupe através das alianças entre órgãos ambientais e segmentos locais, permite entrever que tanto a criação quanto a ampliação desta área prote-

26 Lei 9.985 (SNUC) Artigo 15 capítulo III-5.

gida resultou, ao menos em sua gênese, da imposição de práticas baseadas nos princípios do desenvolvimento sustentável, tais como a valorização da variável ambiental e da participação da sociedade civil nas decisões (as populações da região são as maiores atingidas por ações governamentais como a aprovação de grandes projetos de desenvolvimento).

O efeito palpável da valorização da variável ambiental tem sido a multiplicação de exigências de pareceres ambientais para a aprovação de empreendimentos, prestigiando e aumentando o poder de decisão de entidades ambientais. No que se refere às exigências da participação da sociedade civil, o seminário de aprovação do Plano de gestão da APA de Guadalupe, que, segundo um dos presentes, deveria ser apenas uma formalidade burocrática, tornou-se uma oportunidade real de participação local. Esse resultado é devido à convergência de interesses diversos resultantes de novas dinâmicas locais de configuração territorial (emancipação do município de Tamandaré) e à existência de mediadores interessados em ampliar o raio de ação da proteção ambiental no município (grupos ligados ao Ibama). Combinadas as diversas apostas da administração municipal e as dos grupos ambientalizados, criaram-se condições para um novo desenho territorial e, como veremos a seguir, para a criação de novos mecanismos, esferas de poder e o surgimento de novos atores dispostos a gerir este território.

Plano de gestão da APA de Guadalupe

O plano de gestão da APA de Guadalupe estabeleceu como diretrizes para a implementação efetiva da unidade de conservação os seguintes itens:

- 1) Promoção do desenvolvimento sustentável
 - . Respeito à capacidade de suporte ambiental;
 - . Promoção da qualidade de vida e equidade social;
 - . Dinamização das oportunidades e da eficiência econômica.
- 2) Adoção de planejamento participativo
- 3) Execução de ações integradas
- 4) Atuação embasada em decisões colegiadas
- 5) Garantia do acesso à informação e de sua divulgação
- 6) Conscientização e mobilização dos atores sociais

O *Plano de Gestão* da APA de Guadalupe contém uma caracterização ambiental e social da área, extraído do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro. Baseado em preceitos geodeterministas, a partir dos quais se define *a priori* a vocação dos espaços que compõem o território da APA, essa peça de planejamento está orientada no sentido de identificar, intervir, prever, incentivar e proibir usos e atividades no território da APA.

De acordo com a seção do documento dedicada à caracterização sócio-ambiental do território protegido, a área de abrangência da APA de Guadalupe se caracterizaria pela existência de “duas grandes feições sócio-ambientais”: o domínio dos morros e colinas tradicionalmente ocupados com cana-de-açúcar e a planície costeira que tem no coco, na pesca e no veraneio “os principais elementos estruturadores de sua organização espacial”, estando inserida em um contexto marcado por significativas mudanças nos últimos 20 anos. A história da APA de Guadalupe seria marcada por três grandes eventos, elencados em virtude da potencialidade de gerar ou ter gerado impactos ambientais ou de desenvolvimento sustentável.

- “1) a criação, em 1975, do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que teria motivado a expansão sem precedentes, da cana-de-açúcar e da produção sucroalcooleira, com impacto na cobertura vegetal nativa, no solo e nos recursos hídricos superficiais e sub-superficiais;
- 2) A criação, em 1993, do Centro Turístico de Guadalupe – um empreendimento estratégico do Governo do Estado, concebido para dar início à implantação, em Pernambuco, do Projeto Costa Dourada, cujo objetivo seria promover a ordenação da orla marítima, de sorte a associar exploração turística e manutenção dos ecossistemas costeiros, especialmente o dos manguezais;
- 3) A implantação de novos assentamentos rurais a partir de 1996, que constituiria “um importante passo na implantação da reforma agrária naquele espaço, desde que aliados a práticas ambientalmente adequadas.” (CPRH 1998: 6).

O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC)²⁷, documento anexado ao Plano de Gestão, apresenta a classificação e os limites geográficos das cinco zonas de atividade em que a APA de Guadalupe foi

27 O Zoneamento Ecológico Econômico foi criado com o objetivo de dotar o governo de embasamento técnico para a espacialização de políticas públicas, visando o ordenamento territorial de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Os programas de zoneamento foram criados pelo Decreto nº 99.540, de 21/09/90, alterado pelo Decreto nº 707, de 22/12/92. Formulado a princípio para a Amazônia Legal, em agosto de 1992, o ZEE passou a ter abrangência nacional, devendo ser executado pela União, Estados e Municípios e por suas comissões coordenadoras (CCZEE). Nos estados, a coordenação é feita por Comissões Estaduais. O Zoneamento da APA de Guadalupe é parte do trabalho de zoneamento costeiro de Pernambuco, realizado pela GERCO (coordenadoria estadual de gerenciamento costeiro).

dividida. O princípio dos Zoneamentos, como afirma Nistch (1997) é “indicar o que deve ser ou existir, respectivamente não-ser/existir em um certo território”, a partir do que se considera como vocação dos sub-espacos que compõem um território.

No zoneamento da APA de Guadalupe, além dos limites e categorias de uso, foram fixados os objetivos a alcançar a partir da intervenção do órgão ambiental até o ano 2010, bem como os usos/atividades proibidos, tolerados e a incentivar na área da APA. O ZEEC divide a área da APA em Zona Marítima, Zona de Turismo, Veraneio e Lazer, Zona Rural Diversificada, Zona Agrícola Diversificada e Zona de Preservação da Vida Silvestre, apontando para cada uma delas qual seria o padrão de desenvolvimento adequado. Há um grande desequilíbrio em termos da extensão do documento dedicada a cada uma das zonas no documento de zoneamento da APA, o que indica quais são as áreas que, segundo o CPRH, sofrem maior impacto ambiental e, portanto, devem ser os focos privilegiados de controle.

As zonas marítima e de preservação da vida silvestre (Reserva Biológica de Saltinho) e agrícola diversificada ocupam, cada uma, apenas uma página do ZEEC, ao passo que a área turística e a rural diversificada (formada por assentamentos rurais e pequenas propriedades) possuem, respectivamente, seis e cinco páginas. Apresento, no uma síntese das propostas de zoneamento para as cinco áreas da APA de Guadalupe, destacando os objetivos e atividades indicadas para cada uma delas.

Longe de ser um mero instrumento burocrático de controle territorial ou de manifestação de ideologias e utopias ambientalistas (Ribeiro 1992), o zoneamento da APA de Guadalupe reflete transformações nas divisões de poder entre grupos sociais pelo território litorâneo do sul-pernambucano. A divisão apresentada no ZEEC ganha um sentido que extrapola o geodeterminismo comum aos dos Zoneamentos Ecológicos-Econômicos, se vista à luz das transformações ocorridas nessa faixa litorânea durante a segunda metade da década de 1990 e do quadro das relações estabelecidas entre os representantes do órgão ambiental e outros grupos e instituições locais.

O Zoneamento da APA de Guadalupe patenteia e legitima estas mudanças ao criar uma zona destinada ao turismo e outra aos assentamentos rurais, justamente os dois territórios mais relevantes para o órgão ambiental, para os quais incidem as maiores interdições. As outras 3 zonas corroboram

espaços e autoridades previamente determinados, como a Reserva Biológica de Saltinho, sob controle do Ibama, as áreas de monocultura da cana, sob controle de proprietários rurais, e a área marítima, controlada pelo Cepene e pelo Projeto Recifes Costeiros (do qual falaremos adiante). O ZEEC é um documento técnico que reconhece a vocação territorial sem omitir demarcações preexistentes: reconhece divisões e autonomia de territórios do Governo do Estado (centro turístico, unidades de conservação) e de proprietários rurais; no entanto, não faz o mesmo no caso das recentes áreas de assentamentos rurais.

A relação prévia entre o órgão ambiental e o turístico determinou funções bem definidas e compromissos para o CPRH / administração da APA de Guadalupe, no controle de infrações ambientais na área turística. A função da administração da APA tem sido proteger a integridade da área destinada ao centro turístico; o chefe da APA de Guadalupe exerce um controle estrito e pessoal das infrações ligadas a construções irregulares e derrubadas de mangue na área. Já as denúncias de infrações ambientais que resultaram das obras de infra-estrutura do CTG (desmatamento do entorno das estradas ou lançamento de esgoto no rio em virtude de erros de projeto de saneamento básico) não são encaminhadas diretamente ao órgão ambiental, mas chegam a ele através da mediação de denúncias encaminhadas pela “sociedade civil” (Colônia de Pescadores e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).

A relação da administração da APA de Guadalupe com os assentamentos é absolutamente diferenciada: em 1998 já havia um documento complementar ao ZEEC com mapeamentos e planejamentos específicos destinados aos assentamentos rurais, que tomou a forma de um documento especial denominado “Parâmetros Técnico-Ambientais para Áreas de Assentamentos Rurais Inseridos na APA de Guadalupe”. Nenhuma outra zona da APA fora até então objeto de um documento especial. O motivo para esse tratamento particularizado, segundo o chefe da APA de Guadalupe, teria sido o grande número de assentamentos existentes na área (sete na época em que o documento foi produzido) e a expectativa do crescimento dos mesmos.

As áreas de assentamentos rurais eram um elemento complicador para o estabelecimento de zoneamentos, pois esses são territórios dificilmente controláveis, que aumentam em função da pressão do movimento social.

O acompanhamento da expansão destas áreas dentro da APA torna qualquer mapa e zoneamento permanentemente desatualizado, dada a dinâmica de ocupações e a pouca troca de informações entre Incra e CPRH. Por outro lado, o crescimento dos projetos de assentamento cria submapas do CPRH e enclaves de poder na jurisdição do Incra dentro da área da APA, pois, a partir da desapropriação e imissão de posse, os assentamentos tornam-se tutelados pelo Incra por dez anos, mas ficam, também, sujeitos as normas especiais da legislação ambiental por estarem situados dentro de uma APA; portanto, sob controle do órgão ambiental.

Na introdução do documento sobre os assentamentos (Parâmetros 1998) consta que seu objetivo seria “atender as determinações advindas da reunião entre CPRH, Incra, Ibama e Prefeitura Municipal de Rio Formoso, realizada em 25/08/98, onde ficou estabelecida a necessidade de definição de parâmetros técnico-ambientais que viessem a subsidiar o parcelamento das áreas comprometidas com assentamentos rurais dentro do perímetro da APA de Guadalupe”.

Entre 30/9/98 e o final de outubro de 1998 foi realizada visita técnica em sete engenhos desapropriados existentes na área da APA de Guadalupe, uma área de 5.017,01 hectares, nas qual, segundo o documento, “são encontrados um grande número de fragmentos de vegetação de Mata Atlântica, em diferentes estágios de conservação, além de nascentes e pequenos cursos d’água, fundamentais ao abastecimento dos municípios da região”. A vistoria técnica foi realizada por dois técnicos do CPRH (um engenheiro florestal e um engenheiro agrônomo) acompanhados por representantes das associações dos assentamentos. Anexado ao documento consta uma descrição sumária das classes de solo predominantes na região da APA de Guadalupe, cujo objetivo seria:

“subsidiar o planejamento e ocupação ordenada dos imóveis comprometidos com assentamentos e parcelamentos rurais do Incra, no que diz respeito às classes de solo existentes e sua aptidão de uso (...) para que no futuro, as atividades agropecuárias sejam realizadas de maneira mais racional e de forma a garantir a sustentabilidade das mesmas” (Parâmetros 1998)

O documento é concluído com a afirmação da necessidade de ocupação racional das terras onde estão localizados os assentamentos a

partir dos parâmetros abaixo, a determinação da necessidade de aprovação, pelos órgãos ambientais federal e estadual (Ibama e CPRH), de todos os projetos de parcelamento das áreas de assentamento vistoriadas e, finalmente, a resolução de que o Incra deverá averbar todas as áreas de reserva legal e preservação permanente.

- Manter a faixa de no mínimo 30 metros das bordaduras das matas, coberta com culturas permanentes, preferencialmente nativas, sendo nesta faixa não recomendado o uso de queimadas e insumos agressivos ao meio ambiente, principalmente agrotóxicos;
- Manter uma faixa de cobertura das margens dos cursos d'água com no mínimo 60 metros de largura, de forma a manter e/ou recompor a vegetação das margens, sendo que esta pode ser enriquecida com espécies de valor econômico;
- Manter a faixa de 50 metros de raio, tendo as nascentes como centro, coberta com vegetação nativa;
- Evitar a implantação de culturas temporárias que possam reduzir o poder de retenção do solo, em áreas com declividade acentuada e a queima indiscriminada de material vegetal;
- Adotar técnicas de conservação do solo, como por exemplo, plantio em curva de nível, cobertura morta, adubação verde, entre outros, visando a preservação de recursos naturais;
- Adotar alternativas de produção conjunta (associativismo), visando verticalizar os ganhos, através da utilização de técnicas de manejo mais racionais e que agreguem valor à produção garantindo sustentabilidade da atividade produtiva;
- Não permitir retiradas ilegais de material vegetal e/ou animal, provenientes dos remanescentes de vegetação nativa;
- Não permitir a instalação de residências e/ou instalações para a criação de animais próximas às áreas de nascentes e nos brejos adjacentes a estes, sem que seja realizado um tratamento adequado dos resíduos provenientes destas ocupações. Com relação às áreas residenciais, seria ideal a instalação de agrovilas próximas ao perímetro urbano, de forma a facilitar a resolução de problemas de abastecimento de água, energia, coleta e tratamento de resíduos sólidos/líquidos;
- Preservar áreas de Reserva Legal, conforme é indicado na legislação, uma vez que a maioria das áreas está em débito²⁸.

Não existe um documento do CPRH fixando parâmetros para a Zona Agrícola Diversificada, ou seja, a área de grandes propriedades (engenhos) onde predomina a cultura da cana-de-açúcar e que está legalmente sujeita às mesmas restrições ambientais que vigoram sobre a Zona dos as-

²⁸ Os Engenhos Laranjeiras, Brejo, São João e Amaraji têm débitos em relação à área de reserva legal (20% da propriedade). Para cada uma dessas propriedades há, respectivamente, 77,55; 110,35; 34,44 e 123,96 hectares de débito.

sentamentos rurais. O ato de estabelecer parâmetros técnico-ambientais e legais diferenciados para a zona de assentamentos rurais indicava a intenção (atualmente posta em prática) por parte do CPRH e do Ibama de dividir com o Incra (Superintendência de Pernambuco) o controle institucional dos assentamentos rurais do litoral sul de Pernambuco.

A existência de um número crescente de ocupações de terra e a criação de projetos de assentamento na Mata Sul Pernambucana tem permitido à Superintendência do Incra de Pernambuco, o principal órgão responsável por todas as etapas do processo de desapropriação (da vistoria à imissão de posse) de terras na área, um crescente controle institucional sobre uma faixa territorial cada vez mais ampla Pernambuco, sendo o litoral sul do Estado uma das regiões do país em que, desde meados da década de 1990, este processo ocorre de forma mais acelerada.

A ausência de diálogo entre o Incra e os municípios (onde ocorrem ocupações e desapropriações de terra) foi citada repetidamente pelo prefeito de Tamandaré e por alguns de seus secretários como motivo de insatisfação crescente com a atuação do órgão. Um exemplo do que o prefeito de Tamandaré considerou “ausência total de comunicação entre o Incra e a Prefeitura de Tamandaré”, foi a tentativa da Prefeitura de incluir no projeto de parcelamento de um dos assentamentos do município (o Assentamento Brejo) a implantação de uma unidade de tratamento de lixo. A negociação com o Incra para a execução do projeto teria sido sempre dificultada em virtude do fato de uma das facções que representam o assentamento, a do MST²⁹, ser contra a instalação de uma unidade de tratamento de lixo.

A unidade de tratamento de lixo foi um projeto apoiado pelos segmentos ambientalizados de Tamandaré (Cepene, Ibama) e a recusa na efetivação do projeto, percebida também como falta de diálogo entre o Incra e órgãos ambientais. Frente à “ausência de comunicações”, representantes do CPRH se apresentaram como mediadores na questão (municipal e ambiental), recorrendo à Superintendência Geral do Incra (Brasília) para interceder na criação de um canal de comunicação entre o Incra de Pernambuco, a Prefeitura de Tamandaré e o CPRH. O Incra de Brasília enviou assessores a Recife, que realizaram reuniões em separado, tanto na Superintendência Estadual do Incra quanto no CPRH, em 1999. O documento referente aos Parâmetros

29 O Engenho Brejo, pesquisado por Chamorro (2000), foi ocupado por militantes do MST em abril de 1997 e desapropriado em junho de 1998.

para uso e ocupação do solo em assentamentos surgiu neste contexto de disputa pelo controle destas áreas.

Em entrevistas realizadas com funcionários da Divisão de Assentamentos do Incra (Pernambuco), as referências às entidades ambientais (CPRH e, especialmente, o Ibama) como “pedras no sapato” foram recorrentes, em função do fato de o Incra vir recebendo multas altas, geralmente a mais alta permitida pela lei, devido a pendências ambientais em parcelamentos, tais como a demarcação incorreta de reservas legais, parcelas e casas localizadas próximas a cursos d’água e exigências de reflorestamentos em áreas sem mata. Para a diretora da divisão de assentamentos, “o Ibama estaria sempre à procura do que o Incra está fazendo de errado para colocá-lo na justiça”. A recorrência de conflitos de ordem ambiental em áreas de assentamento levou o Incra de Pernambuco a criar em 2000 o cargo de Assegurador Ambiental³⁰, ou seja, um funcionário responsável por mediar as relações entre o Incra e os órgãos ambientais estaduais e federais em todos os conflitos referentes ao assunto existentes no estado de Pernambuco.

Durante as entrevistas, perguntas que tratavam da relação assentamentos rurais/ proteção ambiental suscitaram imediatamente, tanto por parte dos funcionários dos órgãos ambientais (Ibama e CPRH) quanto do Incra, acusações recíprocas. Tocar nesse assunto sempre foi delicado, especialmente no Incra; o tema costuma despertar uma enorme irritação por parte dos funcionários, que consideram os organismos ligados ao meio ambiente insensíveis e desconhecedores da importância social e histórica de se promover a reforma agrária, especialmente na Zona da Mata de Pernambuco. A maioria dos funcionários do Incra de Pernambuco possui mais de 50 anos, uma longa trajetória profissional no órgão e contato direto e cotidiano com sindicatos rurais e movimentos que se dedicam à ocupação de terras no estado; a diretora da Divisão de Assentamentos enquadra-se neste perfil: tem cerca de 60 anos e trabalha na instituição há 22. Pude observar que ela mantém contato, por telefone e pessoalmente, com representantes de associações e cooperativas dos assentados, sindicalistas e militantes do MST e de outros movimentos; através desses contatos, tem informações detalhadas e controle sobre o cotidiano dos assentamentos rurais.

Segundo essa diretora, a sua função é legitimada pela missão de viabilizar o pagamento de uma dívida social com trabalhadores rurais que

³⁰ Embora o documento a respeito dos Parâmetros Técnico-Ambientais para Assentamentos seja datado de 1999 e enviado ao Incra nesta época, no órgão não se tem conhecimento deste documento.

têm sido secularmente explorados pelos patrões (senhores de engenho e usineiros) ligados à agroindústria canavieira. Para estes antigos funcionários do Incra, diante da importância de promover a justiça social, a proteção ao meio ambiente torna-se uma questão menor, sobretudo nas áreas de predominância da monocultura da cana-de-açúcar, onde o peso histórico da exploração seria ainda maior que em outras áreas e a existência de mata preservada, praticamente nula.

Tanto para os funcionários do CPRH quanto para os do Ibama ligados aos setores de áreas protegidas, a atuação do Incra é percebida como irresponsável, autoritária e antiquada. Seria irresponsável porque colaboraria para a criação de projetos ambientalmente inadequados, ferindo frequentemente a legislação ambiental. Seria autoritária e antiquada devido à recusa em estabelecer parcerias com os órgãos ambientais para a criação de projetos de assentamentos. O Incra teria, segundo eles, uma visão limitada a respeito do significado da função social da propriedade rural voltada exclusivamente para o benefício de um único segmento da sociedade: os trabalhadores rurais. Esta perspectiva estaria em conflito com a definição legal sobre meio ambiente, que o trata constitucionalmente como um bem coletivo; torna qualquer projeto que possa ter impacto ambiental objeto de discussões coletivas, não restringíveis a decisões de um único órgão.

A produção de um documento oficial assinalando as restrições da legislação ambiental como meio de garantir espaço para os órgãos ambientais no estabelecimento de parâmetros de ocupação do solo nos assentamentos rurais resultou estrategicamente ineficaz, pois “reduzia a gestão do território ao exercício genérico de poder” (Machado 1995:24), não tratando o assunto como produto de uma teia complexa de relações sociais e parcerias institucionais.

Os embates institucionais entre Incra e CPRH refletem a possibilidade da atuação de novas e diferentes escalas de poder sobre o território no litoral sul- pernambucano, permitida pelas descontinuidades nas condições produtivas da cana-de-açúcar em curso na área desde a década de 1990. Esse processo desalojou ou fragilizou as elites fundiárias locais e seu modelo de gerir, através de formas de dominação tradicional³¹, os seus territórios. Diante deste contexto, atinou-se o móvel da conquista territorial dos organismos

31 Refiro ao conceito de dominação tradicional weberiano, referente à forma personalizada do poder dos patrões, legitimada em normas tradicionais cristalizadas historicamente e fundadas em obrigações recíprocas entre patrões e empregados/moradores (Weber 1964: 264-265 e 753). Sobre os senhores de engenho desta área e o padrão de dominação que exercem sobre seus domínios, ver Bello (1958) e Freyre (1937).

estatais sobre lugares, recursos naturais e populações (Moraes s/d:84-85), indicando que o Estado ainda é o principal agente incorporador e regulador no uso do território ou, como afirma Menezes (2002:216), “o promotor da ordem no caos”.

No entanto, no caso estudado, o Estado é representado por instituições com projetos territoriais distintos. Ordenar o território não é apenas uma atividade técnica, mas resulta da relação entre fatores como o perfil das instituições dedicadas à tarefa e a geração à qual pertencem seus quadros. Desta relação resultam o grau de sensibilidade a determinadas questões (justiça social ou proteção ambiental, por exemplo) e os pressupostos que orientam as práticas e crenças a respeito de qual deve ser a função social do território.

CAPÍTULO 3

POLÍCIA AMBIENTAL E DENÚNCIAS DE CRIME AMBIENTAL

Em 1999, paralelamente à busca de afirmação perante o Incra, empreendida pelo CPRH através da imposição da legislação ambiental, instalou-se em Tamandaré a sede da APA de Guadalupe, e nela a Companhia Independente de Polícia Ambiental (CIPOMA). A sede da APA começou a funcionar em 1998 em uma pequena casa de um pavimento situado em uma área afastada do centro de Tamandaré. Em 2000 a sede já estava mais bem equipada, totalmente reconstruída, formando um complexo com dois blocos: um para o Cipoma e outro para a chefia e atividades da APA de Guadalupe. Na área da APA, composta por dois pavimentos, havia uma sala para educação ambiental, freqüentemente visitada pelas escolas de Tamandaré e municípios vizinhos, equipada com biblioteca, aparelhos de vídeo e computadores, escritório e área de alojamento de pesquisadores e visitantes.

Desde sua criação a APA teve dois chefes. O primeiro deles esteve no cargo até o início de 2000, quando foi afastado do cargo devido a acusações de incompetência dos segmentos relacionados a instituições ambientais de Tamandaré (especialmente os integrantes do Projeto Recifes Costeiros e Comdema), motivadas pela concessão de um parecer ambiental favorável à construção de um loteamento criado pelo prefeito de Tamandaré. A pesquisa demonstrou que se manter chefe da APA de Guadalupe exigia uma atuação em consonância com os segmentos preocupados com questões ambientais na região. O segundo e atual chefe da APA vem se enquadrando neste critério; através da atuação conjunta com estes segmentos locais, ele vem tornando a APA de Guadalupe e a força policial a seu serviço (Cipoma) um suporte às ações empreendidas pelas organizações ambientais não governamentais que atuam no município.

Este laço com o poder estatal vem conferindo legitimidade local para tais organizações, traduzida na concessão de uso da força policial da APA e na interlocução direta com o órgão ambiental, o que vem causando indiferenciação, no nível local, entre o âmbito governamental e o não governamental (o que tem poder de estado e o que não o tem). Esta indiferenciação

é ampliada pela pouca nitidez, aos olhos locais, entre as próprias esferas ambientais estaduais e federais, como Ibama e CPRH. Portanto, em Tamandaré, as diversas forças ambientais em operação (Ibama, Cepene, CPRH, Projeto Recifes Costeiros) costumam ser percebidas como uma única entidade: “o Ibama”. Isso conduz a uma percepção superestimada da dimensão do poder da entidade, tornando-a temida, em razão da suposta onipresença.

Durante os primeiros anos da existência da APA de Guadalupe, a unidade contou apenas com um funcionário, o chefe da instituição, que mora e trabalha em Recife e, por ter outras funções no CPRH, costumava estar nos municípios da APA apenas uma vez por semana. Portanto, esta APA reunia todas as condições para não ter efetividade, sendo uma unidade de conservação com existência apenas legal. No entanto, a pressão de redes de alianças locais sobre o chefe da APA vem dinamizando a atuação do poder ambiental local, que funciona através de informes permanentes à chefia da unidade. Ainda que a distância, essa rede de informação local vem permitindo ao chefe da unidade algum controle territorial.

Portanto, mesmo com a ausência física do chefe da unidade, a presença institucional do órgão ambiental se multiplica e vem se tornando eficaz, devido à vigilância de mediadores (como os integrantes do projeto-ONG Recifes Costeiros), dispostos a fiscalizar e impor o cumprimento das normas ambientais, ações algumas vezes só possíveis pela intermediação do órgão ambiental estatal. Desta relação entre Estado-ONG resulta um alcance pelo poder estatal sobre áreas antes inatingíveis, tornando sua ação, mais eficaz por um lado e, por outro, mais dependente, orientada e sujeita as pressões destas organizações.

Há uma freqüente comunicação entre o chefe da APA e os grupos da região. Os representantes de instituições e projetos ambientais de Tamandaré, familiarizados com os procedimentos burocráticos, utilizam principalmente o fax (ofícios) e telefone (casos extremos) para se comunicarem com o chefe da APA. Em Rio Formoso, onde a colônia de pescadores é o principal segmento social devotado à proteção ambiental, o que prepondera é o contato face a face com o chefe da área de preservação durante as suas visitas à região. Guiado pelo padrão das relações sociais diádicas, diretas e personalizadas estabelecidas na região (Palmeira 1978), entre patrões e trabalhadores rurais, ou prefeitos e população, geralmente o presidente da colônia de pesca-

dores procura o chefe da APA durante suas visitas aos municípios e o informa sobre acontecimentos recentes, quase sempre lhe cobrando uma presença mais constante. A colônia possui meios de efetuar esse contato através de meios burocráticos (ofícios), mas prefere a relação direta por considerá-la mais eficaz.

Os trabalhadores rurais assentados em Rio Formoso esporadicamente fazem denúncias ao chefe da APA em conversas particulares e secretas. Embora o padrão de denúncia de trabalhadores rurais seja o encaminhamento pelos sindicatos rurais em nome de entidades coletivas, denúncias particulares feitas face a face partiam freqüentemente de jovens parceiros de assentamentos rurais contra parceiros idosos e referiam-se, quase sempre, à quebra das regras de vizinhança e das normas da convivência coletiva. Esse tipo de denúncia era o meio mais simples e menos arriscado, pois o ato formal era acompanhada do pedido de uma visita pessoal do chefe ao local; o denunciante buscava, pelo procedimento informal, um meio de não se expor, nem expor demasiadamente o denunciado, o que ocorreria no caso de uma visita policial, que poderia resultar em graves conflitos.

As denúncias individuais de trabalhadores rurais partiam quase sempre de jovens do assentamento, uma geração que certamente sofreu a doutrinação escolar da necessidade da proteção ambiental; essas denúncias geralmente recaíam sobre parceiros idosos que estavam derrubando a mata para retirar madeira ou ampliar suas parcelas. O motivo alegado pelos jovens parceiros para essas iniciativas era o incômodo de ver a mata sendo destruída e o temor de que a generalização da prática criasse problemas para todos os assentados. É o que se observa nas palavras de um parceiro do Assentamento Minguito, dirigidas ao chefe da APA:

“eu estou fazendo esta denúncia porque me dá dó ver ele derrubando a mata e pode prejudicar o coletivo”.

Essa opção pela denúncia através do contato pessoal incomodava o chefe da APA, que insistia na mudança deste procedimento, orientando o Chefe da Colônia e assentados a lhe encaminhar suas denúncias por ofício ou a telefonar para o Cipoma, formalizando a denúncia através do registro em boletins de ocorrência, ou seja, segundo os padrões da impessoalidade formalista associados à dominação burocrática. A resistência ao uso desses

meios burocráticos, com opção pelo contato estreito e pessoal tem sido uma forma de garantir, ao se realizar uma denúncia, descrição e o mínimo possível de conflito na solução do incômodo. Esperava-se, com esse procedimento, que o Chefe da APA adotasse a atitude de um senhor de engenho: chamasse o infrator para uma conversa e lhe informasse, imbuído de sua autoridade, que ele estava fazendo algo errado e que deveria se comportar de acordo com a lei.

Esse tipo de expectativa indica a aceitação da autoridade ambiental, baseada em pressupostos prévios do que se concebe como domínio territorial, ou seja, o domínio do patrão. A crescente presença de instituições estatais na região vem produzindo percepções locais marcadas pela idéia de continuidade passado-presente, que justificam a autoridade e aceitação do poder estatal na resolução de conflitos cotidianos. Ao pesquisar assentamentos situados em Rio Formoso, L'Estoile (2000) observou que os assentados viam sua nova situação de parceiros como uma “mudança de patrão”; portanto, tornar-se parceiro de um assentamento era interpretado como se tornar empregado do Estado, cujos representantes, por sua vez, deveriam corresponder ao modelo do patrão.

Seja através de meios burocráticos ou da comunicação personalizada, a APA de Guadalupe é, para os habitantes dos municípios, personificada por um indivíduo, o chefe da instituição. Excetuando-se os segmentos pertencentes às instituições ambientais, existe pouca clareza nos municípios estudados sobre o que significava uma unidade de conservação como a APA. A percepção mais geral era de que havia uma entidade do governo controlando infrações ambientais, representada pelo chefe da APA e, sobretudo, por sua polícia: o Cipoma.

A Companhia Independente de Polícia Ambiental (Cipoma) tem como função coibir a degradação ambiental na área da APA de Guadalupe, constituindo uma força policial com um efetivo de 9 policiais militares instalados em prédio anexo ao da sede da APA de Guadalupe; esses profissionais trabalham armados com rifles e usam uniformes e jipe camuflados. Os policiais alternam-se em turnos de 24 horas (3 deles em cada turno) na realização de rondas diárias e investigações de denúncias na área de preservação. Há alta rotatividade de policiais no Cipoma, fato explicado como uma rotina do trabalho policial. A alocação de policiais era determinada pelo comando da

Polícia Militar, não existindo nenhuma influência do chefe da APA na escolha do efetivo do Cipoma.

Ao longo dos sucessivos períodos de trabalho de campo foi possível perceber mudanças na orientação das rondas, reduzindo-se progressivamente aquelas feitas por determinação do chefe da APA e aumentando o número das feitas a pedido de grupos locais: nos últimos dois anos aumentaram as solicitações das autoridades ambientais de Tamandaré (Projeto Recifes Costeiros, sobre o qual me deterei adiante), do Sindicato de Trabalhadores Rurais, e de Usinas. A partir dessa observação, pode-se afirmar que o Cipoma vem sendo progressivamente apropriado como um instrumento repressivo de infrações ambientais a serviço dos segmentos locais organizados (ambientalistas, sindicalistas e usineiros) da região.

O Cipoma tem por orientação geral do chefe da unidade vigiar as áreas de mata existentes na APA, mas os policiais geralmente escolhem as áreas a visitar ou visitam as que foram alvos de denúncias. Por vezes as denúncias encaminhadas ao Cipoma são feitas anonimamente, realizadas por mediadores, por telefone ou através de conversas com os policiais na rua, conforme indica o trecho da entrevista abaixo:

T (pesquisador) - Eu queria saber como vocês chegam aos lugares em que acontecem os crimes ambientais?

P (policial) - É através de denúncia. A gente vai por livre espontânea vontade ou por denúncia de desmatamento ou pesca predatória como eu falei para você, tudo através de telefone.

T - Tem muita denúncia por telefone?

P - É. Sim, anonimamente, por telefone. Sabe como é que é, as pessoas têm lá suas razões. Tem um corte de madeira numa mata assim e aí a gente vai lá verificar. Se provar ou a gente tenta coibir ou apreende a coisa já em andamento.

T - As denúncias têm fundamento?

P - Na maioria das vezes, sim. Eu diria que 98% das denúncias são comprovadas.

T - O que costuma ser denunciado?

P - Pesca, madeira, comércio de animais. E também pedreiras.

T - E quem são os infratores daqui?

P - Isso aqui é uma área canavieira, a riqueza desse território está em cima da cana-de-açúcar, então as pessoas não dispõem de outras possibilidades de arrumar trabalho, de ter subsistência. Então, já que está tendo recessão de cana-de-açúcar, as pessoas vão caçar explorar, tirar madeira e vender à padaria, pescar. A coisa gira em torno disso daí.

T - E os assentamentos, há ocorrências lá?

P - O assentamento é uma coisa que vem constante, que você não pode

nem chegar lá e...você tenta na medida do possível....principalmente esse negócio de MST... eles querem fazer o movimento mas, eu não sei se eles têm uma equipe para isso, para saber dizer se pode desenvolver nas margens dos rios, eles não têm aquela noção, então vai e desmata os leitos dos rios, as nascentes. É uma área carente, se vive da caça, da pesca, do plantio da mandioca e da macaxeira. Então eles procuram mais essas zonas férteis dos rios e lagos e tiram as matas. E, derrubando a mata, vai prejudicando todo o ecossistema.

T - Os assentamentos também são denunciados?

P - Chegam denúncias sempre pelo telefone ou no meio da rua a gente é solicitado.

T - Existe medo de denunciar?

P - Realmente existe isso aí, mas, mesmo assim, está chegando a denúncia e geralmente vem de alguém que não tem nada a ver com a área, ligado, por exemplo, ao comércio e acaba passando para a gente a informação. Vem indiretamente. De toda essa área aqui: Rio Formoso, Barreiros, Sirihaém vêm denúncias.

T - Há denuncia vazia?

P - Acontece. Mas é vazia para a gente, porque quem denuncia tem sempre um objetivo: a presença da gente. A gente não trabalha só com meio ambiente, a gente também é polícia militar. Até na rua a gente às vezes tem que atender... no outro dia tinha um casal brigando na rua e tem que ir lá. Nós não somos ligados estritamente ao meio ambiente. É um todo, entendeu? Geralmente, quando a gente vai a um local e não presencia uma agressão à natureza, a gente subentende que houve alguém que quis a nossa presença ali para inibir, quem sabe, uma agressão a pessoa, um assalto ou crime. Mas existe uma polícia militar aqui especificamente ligada ao policiamento fardado ostensivo, mais para o lado social. Mas a polícia de meio ambiente somos nós.

Mudando a tendência do Governo do Estado de Pernambuco de concentrar investimentos destinados ao turismo em uma única área (no caso, o Centro Turístico de Pernambuco, preponderante desde meados da década de 1990), houve, a partir do ano 2000, uma mudança de prioridades em termo de áreas de promoção do turismo do estado: os investimentos convergiram para outras áreas tradicionais de desenvolvimento turístico do estado. Um dos efeitos desta mudança de foco político foi a crescente precariedade do Cipoma existente na APA de Guadalupe que, por exemplo, passou vários meses em 2001 e 2002 sem realizar rondas devido à quebra de peças do carro usado pelos policiais nas rondas.

A ausência de um comando permanente e local ligado ao órgão ambiental, acrescida à carência estrutural frustrava as expectativas dos segmentos preocupados com questões ambientais em Tamandaré. Segundo o

primeiro presidente do conselho de meio ambiente do município (Comde-ma), a atuação do Cipoma vinha apresentando resultados pouco eficazes em temas de proteção ambiental da APA, entre outras razões porque o Cipoma funciona de forma demasiadamente independente das autoridades ambientais; obedece ao comando da Polícia Militar e estabelece convênios com segmentos locais sem consulta a nenhuma instituição ambiental. Esta postura tinha como conseqüência o afastamento entre o Cipoma e os segmentos ambientalizados locais, além de uma aproximação desse órgão de policiamento a outros segmentos sociais da região.

Em 2002, o único carro disponibilizado ao Cipoma para a realização de rondas permaneceu quebrado durante vários meses e, segundo consta no livro de ocorrências, foi concertado com recursos de uma usina de Sirinhaém (Usina Trapiche). O apoio da usina foi classificado pelo chefe da administração da empresa com a denominação de convênio, ou seja, “uma forma de retribuição da empresa ao apoio do Cipoma à fiscalização das áreas preservadas e de propriedade da usina”, tema do qual trato na terceira parte da tese.

A empresa vem oferecendo, desde 1999, uma cota diária de gasolina para que o Cipoma realize rondas diárias dentro da propriedade ou atenda a chamados especiais realizados pelo chefe de segurança da usina. Pelas informações registradas nos boletins de ocorrência do Cipoma, é possível concluir que as contribuições advindas do convênio com a Usina Trapiche, como quotas de combustível e, sobretudo, reparo do veículo usado na fiscalização, eliminaram as longas temporadas de inatividade na investigação e fiscalização policial; essa tem sido, nos dois últimos anos, uma das principais garantias de funcionamento do Cipoma. Isso também dissocia fortemente a atuação do Cipoma da influência dos segmentos ambientalizados de Tamandaré.

O crescente apoio da usina vem tendo como contrapartida a maior freqüência na solicitação dos serviços policiais do Cipoma pelo setor de segurança da empresa, que pede “apoio” na fiscalização ambiental e em conflitos ocorridos na área da empresa (especialmente necessidade de expulsão de moradores de seus sítios). Devido a esse vínculo, o Cipoma tem sido alvo de múltiplas acusações. O sindicato de trabalhadores rurais de Tamandaré e Rio Formoso sustenta que a Companhia se converteu em uma milícia privada de

proprietários e usineiros da região da APA. Os segmentos atuantes nas causas ambientais acusam o Cipoma de ser ineficaz no controle da degradação ambiental na região:

T (pesquisador) - De maneira mais efetiva, você vem sentindo alguma diferença depois da instalação da APA e do CIPOMA (Companhia de Polícia de Meio Ambiente, sob coordenação do CPRH)?

P (presidente do Conselho de Meio Ambiente de Tamandaré entre 1999-2000) - Melhorou, pelo menos nós temos uma polícia, mais ainda não está funcionando. Eu acho que a mudança de governo (estadual) atrapalhou, vinha vindo numa linha ascendente, não sei nem dizer se ela estabilizou ou ela está na descendente. Antes tinha equipamento e carro para os policiais trabalharem, que já foi desviado para outra finalidade. Os policiais estão aí, mas não têm dinheiro para poder se locomover, o carro é pequeno, não dá para eles entrarem no problema. Não tem uma integração com o Batalhão Policial, nem com a Polícia Civil. A gente está com a ferramenta aí, mas não está funcionando. Nós estamos querendo apertar com chave de fenda o que para apertar com chave Philips. Ainda não deu o aperto.

A ineficácia atribuída ao Cipoma pelos ambientalistas estaria relacionada ao fato de a atuação da polícia ambiental não estar resultando em medidas mais duras contra a degradação ambiental. Embora, com o policiamento, tenham sido feitas algumas apreensões de animais nas feiras e madeira extraída das matas, desde que foram iniciadas essas ações na APA, não houve nenhuma prisão por infração à legislação ambiental. Através da comparação de informações obtidas em entrevistas, conversas informais com os policiais e análise de boletins de ocorrência, foi possível perceber que os policiais consideravam as penalidades da legislação ambiental excessivamente rígidas e, quando encontravam casos de contravenção, pautavam sua ação na apreensão das provas do delito (aves, madeira, armas de caça); mas raramente os autores eram punidos. Os boletins policiais estão repletos de registros de fugas “em desabalada carreira”, ou seja, fugas a pé de infratores que sempre deixam cair espingardas de caça ou machados no momento da chegada dos policiais (que se locomoviam de carro). Seguem trechos de boletins de ocorrência do Cipoma:

desmatamento no Engenho Minguito, onde na fiscalização de rotina nos deparamos com um elemento que estava saindo da mata com um cavalo carregado de troncas e varas, onde ao darmos voz de prisão ao elemento, o mesmo deixou o animal e se evadiu em desabalada carreira. Fizemos

a apreensão de uma foice, uma espora e as peças cortadas e conduzimos até a APA de Guadalupe.” (BO Cipoma 9/8/2002).

Quando em deslocamento na estrada que liga a Usina Cucaú à Gameleira nos deparamos com um elemento praticando caça, onde foi dada voz de prisão ao mesmo, sendo esta ignorada pelo elemento que não obedecendo soltou a espingarda no mato e fugiu em disparada. Fizemos a apreensão da arma e conduzimos até a sede da APA de Guadalupe.” (BO Cipoma 22/10/2002).

Os policiais do Cipoma possuem entre 30 e 45 anos e são oriundos de famílias do interior do estado de Pernambuco ou da periferia de Recife, alguns são filhos de trabalhadores rurais e não tiveram formação específica para lidar com questões ambientais. O trabalho no policiamento ambiental é visto pela maioria deles com descanso, como um trabalho mais leve em comparação à repressão de crimes comuns. Esses profissionais demonstraram possuir uma avaliação particular do que pode ser considerado como crime ambiental, incluindo nesta categoria os grandes desmatamentos e grandes apreensões de animais (feiras livres) e excluindo dela as infrações em pequena escala, como o corte de uma árvore e a caça praticada por indivíduos; consideram esses últimos atos conseqüências da “questão social”, ou seja, entendem que a “recessão da cana de açúcar” ou a “crise de emprego na região” e a falta de informação são causas da degradação, não relacionada com a ação de índoles criminosas.

Esses policiais, por outro lado, atribuíam a reduzida eficácia no controle de crimes ambientais no local à falta de autonomia no exercício da função policial, pois para o Cipoma chegar a prender alguém precisaria de apoio do Ibama (com sede em Recife) ou a Delegacia de Tamandaré, instituição que, segundo eles, não considera infrações ambientais como crimes. Um policial relatou que em meados de 2001 fez a prisão de uma pessoa que estava cortando árvore em área proibida e reagiu com um machado. O homem só foi detido porque agrediu um policial, não pelo corte da árvore; quando o agressor foi encaminhado à delegacia, seu caso foi completamente ignorado porque os policiais de Tamandaré não consideravam “cortar uma árvore em área proibida” um crime ou infração digna de prisão.

O cotidiano da atuação do Cipoma permite entrever que nos diversos níveis intermediários em que a justiça opera (polícia, delegacia e promotoria), os códigos legais passam por questionamentos à sua legitimidade

e pertinência em relação à realidade local. Estes questionamentos ocasionam ajustes que tornam possível a aplicabilidade dos códigos; desta prática resultam novos julgamentos e reflexões a respeito das conseqüências de sua aplicabilidade pelas pessoas responsáveis pelo exercício da lei. A atuação do Cipoma indica que os policiais têm uma concepção própria do direito ambiental, que é constantemente reelaborada ao ser posta em prática.

Mesmo sem realizar prisões ou apreensões de madeira ou animais silvestres, o Cipoma continua recebendo denúncias, o que foi justificado, tanto por policiais quanto por alguns denunciante, pelo fato de que o objetivo de uma denúncia dirigida à Polícia Ambiental não é necessariamente coibir uma infração ambiental através de multas ou prisões, mas ter a força simbólica da autoridade policial presente em dado local e dirigida contra determinada pessoa. É, portanto, possível propor outra questão: por que chamar a polícia ambiental e não a polícia militar instalada nos municípios (aquela que os policiais do Cipoma denominam “polícia social”)? Logicamente, uma explicação aprofundada desta escolha demandaria uma pesquisa mais abrangente e intensiva das polícias militares destes municípios.

O contato travado com as polícias e promotorias de alguns destes municípios, permitiu, entretanto, detectar a existência de uma hierarquia nas investigações policiais: no ápice está a investigação dos crimes de maior incidência nos municípios que compreendem a APA, como os homicídios, as agressões e a violência sexual contra menores. Diante da gravidade desses crimes, as outras infrações, menos graves, ocupam um lugar secundário na pauta de investigações, o que torna lenta ou mesmo inexistente a sua investigação.

Mas por que recorrer ao Cipoma? Primeiramente, por esse recurso se consegue uma maior possibilidade da presença policial, pois esse órgão não é considerado uma “companhia pesada”, ou seja, sobrecarregada de denúncias ou investigações. Em Tamandaré, o Cipoma é visto como uma polícia disponível. Em segundo lugar, essa divisão de policiamento chama muita atenção: sua chegada costuma ser escandalosa, não passa jamais despercebida; assim, se o objetivo é assustar e envergonhar alguém, a simples presença do Cipoma já é eficaz³². Finalmente, a abrangência do conceito de crime ambiental permite que atividades anteriormente consideradas cotidianas (cor-

³² A chegada do Cipoma é um evento que atrai muitas pessoas. Os policiais se esforçam por fazer uma performance teatral, chegam com uma grande carro e armamento, a lataria assim como os uniformes de padronagem camuflada.

te de árvores para fazer cercas, queima de cana sem autorização ambiental, banho de animais em rios, caça, captura de pássaros) tornem-se passíveis de punição; é, portanto, relativamente fácil tornar alguém alvo do Cipoma.

T (pesquisador) - Sobre a legislação que você acabou de mencionar, baseados em que código vocês atuam?

P (policial) - Eu estou com a lei aqui (uma edição de bolso da Lei de Crimes Ambientais). Ela diz que todos nós temos direito ao meio ambiente. Isso quer dizer que todos nós estamos engajados nisso daí, para defendê-lo. Isso aqui é a Lei de Crimes Ambientais, é a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Aqui tem uma série de artigos que nos acobertam e que a gente pode usar quando a gente estiver atuando. Isso aqui é a Bíblia da prática, eu sempre ando com isso aqui no meu bolso, qualquer dúvida eu vou aqui e consulto. Com essa Lei aí tudo é crime (risos de outros dois policiais). Com essa Lei, muita coisa que era contravenção passou a ser crime, tinha muita Lei do Código Penal que entrou aqui. Com essa lei já deu um avanço.

Entre 1999 e 2002, parte substancial das denúncias encaminhadas e áreas comuns de ronda do Cipoma foram referentes a locais onde existe demanda de trabalhadores rurais pela reforma agrária, como acampamentos, áreas consideradas improdutivas por Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) ou pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ou mesmo assentamentos rurais inseridos na área da APA de Guadalupe. A ida do Cipoma a estes locais ocorreu pela recomendação expressa do chefe da APA ou através de denúncias geralmente encaminhadas por mediadores que representavam os interesses de trabalhadores rurais, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais dos municípios, especialmente o de Tamandaré.

Se a ronda policial recomendada pelo chefe da APA pode ser compreendida como o ponto terminal de uma rede de vigilância ambiental estabelecida sobre os assentamentos rurais, como busquei demonstrar anteriormente, a reconstituição do quadro em que denúncias encaminhadas por mediadores dos trabalhadores rurais foram realizadas aponta para a conclusão de que a sua proliferação estaria relacionada ao aproveitamento da denúncia de crime ambiental como um meio eficaz para realizar “acertos de conta” em circunstâncias onde preexistem conflitos. Apresento a seguir uma relação de denúncias apresentadas ao Cipoma, buscando situar denunciantes e denunciados e o contexto preciso da realização das denúncias.

Denúncia e eleições municipais: dois eventos públicos e exemplares

Em períodos eleitorais no fim dos anos 90, houve em Rio Formoso dois eventos bastante conhecidos de denúncias de crime ambiental. Um envolvia uma candidata ao cargo de deputada estadual e outro envolvia o Presidente da Colônia de Pescadores de Rio Formoso. Os implicados eram, de um lado, o prefeito de Rio Formoso, um dos mais destacados líderes sindicais rurais da região e importante participante, naquele momento, da mobilização de trabalhadores rurais do município para as ocupações de terra; do outro lado, estava uma candidata a deputada, esposa do ex-prefeito de Rio Formoso, um dos maiores proprietários de terra da região, que era prefeito de Sirinhaém.

Às vésperas da data da eleição, o prefeito sindicalista e seus partidários denunciaram a candidata a deputada aos órgãos ambientais (Ibama e CPRH)³³ por desmatamento. Nesta época, o prefeito colaborava na organização de ocupações de terra em três engenhos do município, um deles na fronteira de um dos engenhos de propriedade da candidata. A denúncia foi motivada pelo fato de ela ter ordenado aos seus empregados que retirassem madeira da área de um destes engenhos ocupados para trocar por votos no município de Rio Formoso.

O desmatamento estava sendo realizado no Engenho Minguito, ocupado por trabalhadores rurais de Rio Formoso que pleiteavam a sua desapropriação. Cerca de cinquenta pessoas, que estavam acampadas no engenho, montavam guarda para o vigiar; flagraram os empregados da candidata desmatando a área por eles ocupada e cercaram-nos, entregando-os aos cuidados do Ibama e do CPRH. Alguns homens foram presos, mas libertados logo em seguida, pois, na época, a Lei de Crimes Ambientais ainda não havia sido regulamentada³⁴; portanto, desmatamento era considerado uma infração e não um crime ambiental.

Embora não tenham ocorrido prisões ou processos prolongados na justiça este acontecimento me foi contado inúmeras vezes pelos partidários do prefeito e seus companheiros sindicalistas, sendo o evento descrito

33 O Ibama de Recife não possui registros ou arquivos de denúncias encaminhadas ao órgão. Segundo o chefe da fiscalização as denúncias provenientes da região pesquisada são encaminhadas em grande parte pelos representantes de instituições locais do Ibama, o chefe da Reserva Biológica de Saltinho e Cepene, no caso de denúncias provenientes de Tamararé e Rio Formoso. O CPRH possui um serviço de disque-ecologia para receber denúncias, no entanto estas só começaram a ser contabilizadas a partir de 1998, em 2001 este serviço recebia cerca de 30 denúncias por semana.

34 A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada em setembro de 1999.

como um fato heróico tanto pelos atuais assentados de Minguito, quanto pelos membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso. Anos depois do ocorrido esta ainda é uma história conhecida tanto em Rio Formoso quanto nos municípios vizinhos, uma demonstração do sentimento de grupo daqueles que se regozijavam com a narrativa da história tornando-a um evento publicamente reconhecido como uma evidência do poder desqualificador da denúncia de crime ambiental.

O segundo caso de denúncia conhecido publicamente ocorreu também pouco antes das eleições municipais de 1996, quando o presidente da Colônia de Pescadores de Rio Formoso também foi denunciado ao CPRH por dano ambiental em virtude do fato de estar realizando um mutirão de limpeza do manguezal, o que foi interpretado por um candidato a vereador como uma tentativa de lançar a sua candidatura a vereador, num sinal de possível competição, pois eles disputariam no mesmo reduto eleitoral (população que habita as margens do rio- *Rua da Lama*).

O CPRH esteve no local e não constatou qualquer irregularidade, pois o presidente da colônia obteve licença do órgão para o corte de alguns galhos para que o mutirão e a limpeza pudessem ocorrer. No final do episódio, o candidato a vereador ficou desmoralizado por ter denunciado alguém que estava realizando um trabalho voluntário de preservação ambiental. A configuração específica na qual estas denúncias foram realizadas, ou seja, períodos eleitorais, nos quais as rivalidades tornam-se mais visíveis e definidas e abre-se a possibilidade de confrontos diretos, é um momento propício para se praticar a denúncia como meio de constrangimento público e desmoralização de inimigos. Esses eventos tiveram um caráter exemplar na difusão e confirmação da eficácia da denúncia de dano ambiental como um recurso com efeitos práticos imediatos.

Denúncia e ocupação de terras

O Engenho Mamucaba, situado no município de Tamandaré, começou a aparecer no livro de ocorrências do Cipoma em meados de 1999 como objeto de denúncias e visitas regulares da polícia ambiental. Este engenho foi ocupado por um acampamento coordenado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) em junho de 1998 e sua desapropriação

esbarrava em entraves jurídicos complicados, como a morte do proprietário e problemas referentes à partilha da propriedade entre os herdeiros, o que fez com que o acampamento fosse transferido para o engenho vizinho, o Engenho Brejo, conforme assinala o estudo de Fajolles (2000).

O acampamento Mamucaba ainda existia em dezembro de 2002 (época da última fase de trabalho de campo) e sua história tem sido marcada por muitos momentos de tensão entre proprietários e ocupantes. Entre junho de 1998 (data da ocupação do engenho) e agosto de 1999, os ocupantes lá acampados haviam sofrido vários despejos.

Um dos herdeiros, que assumia a posição de proprietário, utilizava empregados armados em vigilância permanente para impedir que os ocupantes voltassem a acampar dentro da área da propriedade, principalmente após o segundo despejo, realizado pela polícia militar. Foi neste contexto que se iniciou uma série de denúncias de desmatamento ao Cipoma, feitas pelos ocupantes contra o proprietário (e vice-versa). As denúncias motivaram inúmeras incursões da polícia ambiental ao engenho, que cessaram apenas quando a polícia ambiental apreendeu um caminhão de madeira no local, em meados do mês de julho de 1999.

Examinando os momentos em que as denúncias são feitas foi possível perceber que correspondiam a grandes acirramentos das tensões no processo de ocupação do engenho (ver quadro comparativo a seguir).

A primeira denúncia de desmatamento encaminhada ao Cipoma foi dirigida pelo proprietário contra os acampados em abril de 1999. Destaque-se que esta primeira denúncia ocorreu dias depois de uma das reocupações do Engenho Mamucaba. Os acampados voltaram ao engenho após o despejo ocorrido em 1 de fevereiro. No mês de junho houve um outro despejo dos acampados que se deslocaram para uma parcela no Assentamento Brejo, vizinho ao Engenho Mamucaba; entretanto, as suas lavouras coletivas, plantadas antes do despejo e com cerca de 8 hectares de terras na época, estavam dentro das fronteiras do engenho. A partir de então os acampados passam a sofrer ameaças regulares do dono para que não ultrapasassem os limites do engenho, nem mesmo para cuidar da lavoura que lá haviam deixado.

É justamente no mês de julho, ápice deste conflito, que se segue uma série de denúncias de desmatamento envolvendo o engenho e dirigidas pelos dois lados, resultando na apreensão de um caminhão com 1000 estron-

cas recolhidas pelo CIPOMA. Apresento a seguir uma tabela confrontando a seqüência das denúncias com o histórico da ocupação do Engenho Mamucaba³⁵.

Quadro comparativo entre denúncias envolvendo o Engenho Mamucaba e história da ocupação.

Período	História do acampamento	Denúncias
Junho-1998	Engenho Mamucaba é ocupado pela primeira vez. Despejo.	
Julho-1998	MST envia ao Incra solicitação de vistoria.	
29 setembro-1998	Reocupação do Engenho Mamucaba pelo MST.	
Outubro-1998	Despejo violento realizado por milícias privadas (pistoleiros, incêndio de barracas, perda de roupas e documentos dos ocupantes, ameaças de morte, montagem de acampamento no Assentamento vizinho ao engenho Mamucaba-Assentamento Brejo)	
Janeiro-1999	Nova ocupação do Engenho Mamucaba	O Cipoma começa a operar em Tamandaré
Fevereiro	1 de fevereiro. Novo despejo realizado pela Polícia Militar.	
Março	21 de março - reocupação do Engenho Mamucaba)	
Abril	Engenho continua ocupado	3 de abril – Primeira denúncia partindo do proprietário-herdeiro. Um homem é pego cortando madeira (não há maiores especificações no boletim de ocorrências).
Maior	Engenho continua ocupado	

35 Os dados referentes à reconstituição da ocupação de Mamucaba apoiam-se no estudo de Fajolles (2000) e em artigos do Diário de Pernambuco (1998).

Junho	Despejo (realizado por policiais e sob forte ameaça do dono, presente durante o ato).	
Julho	Acampamento é deslocado para o limite do engenho, em terras do Assentamento Brejo. Os acampados são impedidos de cuidar das roças deixadas em Mamucaba, o dono mantém homens armados vigiando o limite do engenho.	<p>Cinco denúncias anônimas sobre desmatamento no Engenho Mamucaba.</p> <p>. 2 de julho: policiais encontram empregados do dono derrubando árvores (o dono apresenta documento de autorização do Ibama que autorizou corte de árvores frutíferas).</p> <p>. 12 de julho: apreensão de três metros quadrados de lenha pelo Cipoma no Engenho Mamucaba. Denúncia feita pelo dono</p> <p>.14 de julho: encontradas 1000 estroncas sendo transportadas por um caminhão entre o engenho Mamucaba e Paquevira. Estroncas recolhidas pela APA.</p> <p>16 de julho: Dono do engenho Mamucaba informa ao Cipoma que no dia 12/07 relatara o desmatamento realizado pelos acampados na delegacia de Tamandaré.</p> <p>28 de julho: Devido a uma denúncia anônima, policiais vão à Mamucaba e encontram caminhão carregado de lenha O dono apresenta novamente alvará do Ibama autorizando retirada de árvores frutíferas.</p>

Agosto	10 de agosto: Tentativa de reocupar o engenho. 11 de agosto: os ocupantes são despejados por pistoleiros do dono de Mamucaba.	
--------	--	--

A análise do momento em que os fatos ocorrem em Mamucaba permite perceber a existência de uma multiplicidade de motivações relacionadas às denúncias, como a inserção de conflitos preexistentes, referentes às disputas pelas terras do engenho no âmbito das infrações ambientais. A Legislação Ambiental passou a ser usada como uma arma simbólica num quadro de disputas em que, entre os oponentes, havia uma grande diferença de poder. Os ocupantes acampados que eram alvos da vigilância de empregados armados do proprietário conseguiram, através da denúncia de crime ambiental, desmoralizar publicamente o dono (herdeiro) do engenho, tornando-o alvo permanente de vigilância da polícia ambiental, que passou a visitar sua propriedade periodicamente e a tê-lo como uma pessoa suspeita.

Em Rio Formoso, em 1999, ocorre outro caso de denúncias mútuas que se inscreve no quadro de acirramento de antigas rivalidades. As denúncias partem do então Assentamento Amaragi (antigo Engenho Amaragi). Amaragi era um dos principais engenhos de Rio Formoso, com uma produção de 30.000 toneladas de cana nos anos 70. Na metade dos anos 1990, sua produção se reduziu a 6.000 toneladas em virtude das mudanças na política econômica do governo que suspendeu, por exemplo, as facilidades de crédito (Sigaud et alii 2001:37). Este fator, somado às secas prolongadas e à queda do preço do açúcar no mercado desencadeou uma onda de demissões na região.

O Engenho Amaragi era propriedade da Usina Central Barreiros³⁶, mas vinha sendo explorado pelo filho do antigo rendeiro que assumiu a propriedade em 1983. Em 1995 o engenho estava endividado como o Banco do Brasil e em conflito com a Usina que, inclusive, confiscou uma parte de sua produção. O filho do antigo rendeiro acumulou muitas dívidas trabalhistas, após anos de crise de produção, e resolveu, em meados dos anos 1990, solicitar aos dirigentes sindicais que fizessem o pedido de expropriação do seu engenho, visando, como isso, a receber indenizações referentes aos me-

36 A maioria dos engenhos da Usina Central Barreiros foi cedida ao Banco do Brasil como parte de pagamento de dívidas contraídas com o banco. Neste procedimento, os engenhos passam as propriedades ao Incra, tornando-se passíveis de desapropriação e, por conseguinte, de ocupação.

lhoramentos que foram sendo realizados na propriedade desde 1952³⁷, quando seu pai assumiu a sua administração.

Em 1997 o Engenho Amaragi foi ocupado por cerca de 3 dias em um acampamento organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso; após vistoria, que em 1998 atestou a improdutividade da propriedade, o engenho foi desapropriado. Diferentemente de outras propriedades da região, que foram sendo abandonadas pelos trabalhadores ao longo da crise ocorrida na década de 1990, Amaragi abrigava cerca de 400 pessoas quando foi desapropriado, o que é explicado por pesquisadores pela “proteção excepcional” (Sigaud 1999; Benoit L'Étoile & Pinheiro Costa 2001) oferecida pelo pai do último rendeiro. O velho administrador morou no engenho até sua morte, em 1996 e, mesmo durante a crise, não expulsou os trabalhadores, permitindo-lhes cultivar a terra e manter sua subsistência, o que reafirmou sua qualificação de bom homem e bom patrão, permitindo a continuidade da sua autoridade sobre o engenho e seus trabalhadores. Após a morte do pai, o filho buscou manter em relação a si a mesma em relação construída por seu pai com os trabalhadores, recrutando entre eles os empregados da sua pousada e reproduzindo em escala reduzida as tradicionais práticas de proteção.

Ainda antes da desapropriação, os moradores de Amaragi, incentivados pelo sindicato, iniciam um processo de mobilização pela reforma agrária no qual foram excluindo cada vez mais a participação do rendeiro (filho do patrão) na tomada de decisões. O patrão, que imaginava ter um papel de gerente do engenho após a desapropriação, intermediando trabalhadores rurais (fornecedores de cana) e usineiros, foi substituído pela associação de assentados de Amaragi, liderada por um jovem filho de assentado que havia passado anos afastado do engenho por ter ido estudar em São Paulo, se formando técnico agrícola e retornando em 1997, quando se iniciou a movimentação pela desapropriação do engenho.

O afastamento e o capital cultural adquirido por este jovem permitiu-lhe estar desvinculado de relações de dívida e dependência, comuns entre os antigos moradores, podendo se opor sem constrangimentos às expectativas de manutenção da dominação sobre o assentamento do antigo patrão. Deste modo, ter permanecido afastado do engenho permitiu-lhe não compartilhar o sistema de valores dos outros moradores e entrar na disputa

37O engenho Amaragi foi arrendado a ele pela Usina Santo André (Grupo Othon) em 1952, o antigo proprietário geriu-a por 26 anos, entre 1952 e 1978, tendo morado lá até sua morte, em 1996.

de poder no assentamento. Esse comportamento foi interpretado pelo ex-patrão como ingratidão, pois ele teria contribuído financeiramente para os estudos do jovem presidente da associação.

O Ex-patrão e o jovem presidente da associação possuíam projetos concorrentes para o assentamento: enquanto o primeiro pretendia administrá-lo investindo no turismo, o segundo pretendia difundir entre os assentados as culturas comerciais (maracujá, mamão e verduras) e romper com a produção voltada unicamente para a subsistência. É neste contexto de disputa entre projetos concorrentes que, em 1999, o ex-patrão denuncia ao CPRH os assentados de Amaragi pela interrupção do curso do rio que corta o território do engenho, causada pela construção de um tanque para a organização de um pesque-pague na área coletiva do assentamento. A denúncia, na verdade, não surtiu efeito, porque o pesque-pague tinha licença do CPRH, além do fato de que a interrupção do rio não estava sendo feita pelos assentados, mas por uma empresa contratada para a construção da estrada de acesso ao CT-Guadalupe (Via de Penetração Sul).

Como reação a essa denúncia, parte dos assentados de Amaragi (encabeçados pelo presidente da associação) encaminhou uma outra, desta vez contra o ex-patrão, ao Cipoma. Nessa denúncia, alegavam que o lixo era tratado inadequadamente em sua pousada.

O ato de denunciar os assentados, praticado pelo patrão, foi interpretado pelo prefeito de Rio Formoso (também assentado de Amaragi) como uma demonstração de “ciúme” em relação à autonomia dos assentados que rejeitaram suas propostas, adotando uma outra, desenvolvida por eles próprios, numa demonstração de que poderiam agir sem a sua proteção. A sua denúncia inicial foi, então, vista como uma resposta, provocada pela indignação experimentada por ocasião da perda da dominação sobre o espaço e da ingratidão de que acreditava ter sido alvo.

Já a contra-denúncia, que partiu do presidente da associação, funcionou como afirmação de uma nova liderança no espaço do assentamento, ocupando o espaço deixado pela fragilização da figura do patrão. Este último se tornou, posteriormente, alvo permanente das visitas do chefe da APA. Ao mesmo tempo, a divulgação destes eventos, que se tornaram conhecidos publicamente, contribuiu para legitimar a norma ambiental pela demonstração de sua eficácia simbólica quando direcionada aos inimigos.

Em julho de 1999 o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré denunciou ao Cipoma a extração de madeira no Engenho Saué. Desde os anos 70, este engenho mantinha uma forte vinculação com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, participando ativamente de greves e manifestações promovidas pelos dirigentes sindicais para reclamar as violações dos contratos coletivos (Sigaud 1996). Nos anos 90, entretanto, como resultado da crise na agroindústria canavieira, a usina que explorava o Engenho Saué deu início a demissões em massa de trabalhadores rurais.

Como reação a esse processo, o sindicato estimulou os trabalhadores dispensados, bem como os que ainda estavam empregados, a reclamar o não cumprimento de direitos trabalhistas na justiça. Face ao crescente número de processos, a usina adotou medidas para desencorajar o encaminhamento de novos processos, como a recusa em empregar filhos de trabalhadores que foram à justiça, a não renovação de contratos com familiares dos mesmos e a divulgação para outros empregadores de uma lista com o nome de trabalhadores que haviam ido à justiça.

Em 1998, o Inbra realizou uma vistoria em cada um dos engenhos da Usina e produziu um laudo de improdutividade das terras. A usina entra com recurso contra esse laudo, afirmando que os sete imóveis da usina deveriam ser analisados em conjunto por constituírem área contígua. O Inbra inicia um novo processo de desapropriação, com a realização de novas vistorias.

Paralelamente, a usina arrendou dois de seus engenhos, dentre eles o Engenho Saué, a um rendeiro com reputação de violento e intransigente. Esta medida provavelmente tinha o objetivo de dissuadir os trabalhadores de insistir no pedido de desapropriação e fazê-los abandonar o engenho diante da previsível pressão do arrendatário. As pressões realmente aconteceram: houve espancamentos, ameaças de morte e destruição de casas e barracas ao longo do ano de 1998, o que levou o sindicato, em janeiro de 1999 a denunciar essas ocorrências à Polícia Civil. Em julho de 1999, ou seja, seis meses após a denúncia, o sindicato de trabalhadores rurais de Tamandaré voltou acusar o arrendatário, desta vez de desmatamento. Em setembro de 1999, funcionários do Inbra foram impedidos por homens armados e pelo rendeiro de realizar a vistoria para avaliar se os seus engenhos eram ou não produtivos³⁸.

38 Em dezembro de 1999 o Inbra desapropriou cinco imóveis da usina, somando um total de 2.925 hectares a serem parcelados entre 420 trabalhadores. 50 famílias foram assentadas no Engenho Saué.

A denúncia de crime ambiental no Engenho Saué inscreve-se em um conflito entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré e o rendeiro, que se torna inteligível se relacionamos as vinculações pré-existentes entre os trabalhadores do engenho e toda uma história de regulação de conflitos realizada por intervenção sindical. Como se pôde ver, a denúncia de crime ambiental segue-se à intensificação da pressão por parte do arrendatário e insere-se em um projeto de desqualificação pública. A imprensa pernambucana noticiou passo a passo os capítulos do conflito, descrito quase sempre como um confronto entre a justiça representada pelo sindicato, em luta pelo cumprimento das normas (trabalhistas, fundiárias, ambientais) e a arbitrariedade do rendeiro, identificado como violador de normas.

Finalmente, é possível afirmar que o uso da denúncia pelo sindicato contra o rendeiro do Engenho Saué funcionou como um elemento a mais para desprestigiar o inimigo. Até então, o sindicato havia mobilizado a justiça trabalhista, o Incra e a Polícia Federal³⁹ contra ele. A norma ambiental funcionou como um reforço à sua imagem negativa, ou seja: “além de tudo, o inimigo ainda degrada o meio ambiente”.

No final de 1999 e em abril de 2000, este mesmo rendeiro foi alvo de duas outras denúncias de crime ambiental feitas ao Cipoma. A denúncia foi feita por uma associada do Sindicato de Trabalhadores rurais de Tamandaré⁴⁰ e também parceira de um assentamento vizinho a engenhos por ele arrendados: o Assentamento Cipó. A primeira denúncia, do final de 1999, encaminhada ao Cipoma contra o rendeiro, referia-se à poluição do rio⁴¹. Dentro da sua propriedade, búfalos banhavam-se no rio que deságua no Assentamento Cipó, o que estaria causando doenças nos assentados.

Em abril de 2000, o rendeiro foi novamente denunciado por desmatamento, desta vez ao Cipoma do município de Águas Pretas. Quando a Polícia Ambiental foi averiguar a primeira denúncia, não foram encontrados

39 No início dos anos 90 o Sindicato de Trabalhadores Rurais denunciou este mesmo rendeiro pela violação às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, devido uso de mão-de-obra infantil no corte da cana em engenhos arrendados por ele.

40 A sindicalista e parceira se chama Lica, tem cerca de 40 anos e trabalhou no Sindicato de Rio Formoso; no período em que este estudo foi desenvolvido, trabalhava no STR-Tamandaré. Participou da saga de ocupações de terra no litoral sul-pernambucano, colaborando no recrutamento e organizando a permanência em acampamentos. Tornou-se parceira primeiro do Assentamento Cipó e depois de Laranjeiras.

41 O rendeiro teria soltado muitos búfalos perto da cabeceira do rio que abastece o assentamento. Segundo a denunciante, as crianças do assentamento estavam apresentando coceiras, bem como apareceram muitos peixes mortos.

búfalos no rio, porém dois assentados de Cipó foram pegos pelos policiais do Cipoma com espingardas soca-soca (própria para caçar pequenos pássaros); violentamente repreendidos foram também ameaçados de prisão em caso de reincidência. Em abril, a parceira denunciou novamente o reideiro por desmatamento ao Cipoma de Águas Pretas, que o multou e apreendeu a madeira que ele havia extraído.

A parceira que fez as denúncias já vinha sofrendo uma rápida e progressiva perda de prestígio diante dos seus vizinhos-parceiros de Cipó, por ter se afastado do assentamento e não cumprir sua função como secretária da Associação de Assentados⁴². A primeira denúncia malsucedida resultou na deterioração da sua imagem perante os assentados; alguns parceiros de Cipó chegaram a informar ao reideiro o nome da autora das denúncias, o que a tornou alvo de constantes perseguições e ameaças, o que a levou, finalmente, a abandonar sua parcela em junho de 2001.

Este caso indica que a denúncia de crime ambiental vem se tornando uma forma alternativa de enfrentamento do sindicato diante de antigos inimigos; porém, aponta também para o risco que permeia a denúncia, quando ela é iniciativa individual, não apoiada por um conjunto de pessoas. Por outro lado, a alternativa da denúncia também acarreta um maior controle interno em relação à observação das normas ambientais nos assentamentos.

Este controle está relacionado à responsabilidade coletiva dos assentados em respeitar as fronteiras e os proprietários que cercam o assentamento, sob pena de retaliações que podem prejudicar a coletividade. Ou seja, desenvolveu-se a preocupação de se estabelecer um controle ambiental interno nos assentamentos, visando a evitar torná-los alvo de denúncias e conflitos com órgãos ambientais. Essa constatação é confirmada pelo seguinte trecho de entrevista com um parceiro do Assentamento São João, localizado em Tamandaré e vizinho ao Assentamento Laranjeiras, que por sua vez, é fronteiro a uma reserva biológica e foi multado pelo Ibama (mapa 5).

Pesquisador - E agora estiveram ajudando alguém, aconselhando, essa semana?

Assentado - Não, essa semana não andei para canto nenhum não, mas, daqui para o final de semana vou sair a andar, aconselhar o povo; se al-

42 A perda de prestígio estava ligada ao fato de Lica não morar no assentamento e da situação de inadimplência dos assentados. Em 1998 os assentados conseguiram o crédito investimento de R\$ 7.500,00. Em 2000 terminou o período de carência e todos os 37 parceiros ficaram inadimplentes com o Banco do Nordeste devido as chuvas que levaram a perda da produção.

guém estiver, nós temos o direito, se a gente tiver, qualquer um, destruindo a floresta, nós temos o direito, se for aqui dentro da propriedade, nós temos o direito de reclamar a ele próprio; mas, se não tiver, nós temos que fazer uma assembléia, mas se for aqui mesmo -- nós temos o direito de reclamar logo a ele, porque estamos na propriedade da gente, e se nós ver outro parceiro, assim distante, destruindo a floresta já em outra parte, nós temos que chamar ele para a assembléia, fazer uma reunião e dizer a ele que não continue aquilo porque vai prejudicar a nós todos, porque a floresta pertence ao Ibama e nós podemos trabalhar com o mesmo direito que tem o Ibama.

Pesquisador - Qual o setor da floresta que fica em São João?

Assentado - Aqui em São João, essa parte ali é São João, essa parte aqui já é Barro Branco. É São João, mas pertence ao Ibama. Aquela dali é do engenho Barro Branco, mas pertence ao Ibama. Esse outro lado ali, da casa do parceiro, ali do companheiro, é Mascatinho, mas pertence ao Ibama e nós não podemos deixar ninguém estragar. Porque se nós vemos alguém estragando e não avisar, nós podemos ter culpa. Mas nós avisamos assim, dando um conselho de amigo, de amigo, só o trabalho da gente só é esse.

Pesquisador - E teve algum caso de pessoas que...

Assentado - Teve, teve, no começo teve, mas não foi o povo daqui, foi o povo de outro assentamento que começaram a destruir a mata daqui, mas nós comunicamos.

Pesquisador - De que assentamento?

Assentado - Daqui de Laranjeira

Pesquisador - Que estavam...

Assentado - Tirando madeira para construir barraco.

Pesquisador - Aqui da mata...

Assentado - Da mata de Mascatinho, mas passava aqui por dentro de São João, mas nós avisamos e eles entenderam que estavam errado e cooperou e depois não foi mais.

Pesquisador - E quando aconteceu?

Assentado - Nós dissemos, mas ele, “mas rapaz, eu preciso de fazer uma casa”, não, você tire lá, se o acampamento é lá você não pode passar para aqui”, “mas é pouquinha”, “não, é pouquinha mesmo mas, você sabe que nós não trabalhamos para isso, nós trabalhamos na amizade”, e eles se conformaram, nós nunca arrumamos inimizade, não, tudo a gente sabe trabalhar, quando vai reclamar reclama na calma, tem que reclamar, o errado tem que reclamar, mas a gente sabe do tipo como é que vai reclamar, tem que ser na calma, porque se for reclamar na mordida aí vai ficar diferença mas tem que reclamar na calma e no amor, porque ele vai saber que estava errado, e se a gente for reclamar na dura sorte está errado também, aí o errado não quer acerto não, mas quando a gente chega lá ele se humilha, está certo seu Apolônio, eu não faço mais, eu não faço mais.

Pesquisador - E quando foi aquilo, há quanto tempo?

Assentado - Há uns seis meses, mas a gente só reclamou uma vez, só uma vez e ele se conformou e lá não pisou mais, na mata não buliu mais, porque nós não podemos deixar bulir em nada, não. Porque, nós na nossa propriedade, nós não podemos desfrutar mais da floresta não, é preservar a floresta, se a gente precisar está certo, mas explorar não, porque nós não

podemos explorar o que é da gente, eu creio que é um direito sagrado, e nem no que é dos outros.

A iniciativa de criar um controle ambiental interno no assentamento São João denota o reconhecimento do poder de entidades ambientais sobre determinados territórios. Este reconhecimento está relacionado ao surgimento, desde o final da década de 1990, de novas esferas de poder ambiental no município de Tamandaré, como a APA, o Cipoma e, especialmente, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tamandaré (Comdema), que, através da união de entidades ambientais que antes trabalhavam separadas e de um corpo técnico devotado exclusivamente a impedir infrações à legislação ambiental, vem conseguindo vitórias na justiça com efeitos diretos sobre os rumos de projetos de desenvolvimento municipal, como os turísticos, e da criação de assentamentos rurais. A seguir descrevo o processo de formação do Comdema e como sua atuação vem permitindo o reconhecimento público do poder ambiental no município de Tamandaré.

CAPÍTULO 4.

PROTEÇÃO AMBIENTAL E NOVAS ESFERAS DE PODER LOCAL: O COMDEMA (CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE TAMANDARÉ)

A APA de Guadalupe não é a única área ambiental legalmente protegida em que o município de Tamandaré está inserido. Em 23 de outubro de 1997 foi criada a APA dos Corais⁴³, cujos objetivos são: garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, como sua fauna e flora; manter a integridade do *habitat* e preservar a população do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*); proteger toda a faixa de manguezais situada ao longo da desembocadura dos rios, com sua fauna e flora; ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental; incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional. A existência da APA é justificada pelo fato de se encontrarem entre o litoral sul de Pernambuco e Norte de Alagoas os mais extensos e preservados recifes de corais costeiros do Brasil.

A partir da criação da APA Costa dos Corais (mapa 5), ficaram proibidas ou restringidas na sua área as seguintes atividades: atividades salineiras ou industriais potencialmente poluidoras que afetassem os mananciais de água; implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplanagem, abertura de estradas e de cais e a prática de atividades agrícolas quando essas iniciativas importassem em alteração das condições locais, principalmente das Zonas de Vida Silvestre; exercício de atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas; exercício de esportes náuticos que implicassem matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional, principalmente o peixe-boi marinho; uso indiscriminado de biocidas e fertilizantes, ou em desacordo com as normas e recomendações técnicas oficiais; despejo, no mar, nos manguezais ou em cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente; retirada de areia e material rochoso

43 A APA dos corais é uma APA marinha que se estende da . Essa área de proteção;ei,,faixa litorânea a 18 milhas para dentro do mar. Compreende 144 quilômetro de praias entre Tamandaré e Maceió.

dos terrenos de marinha que impliquem alterações as condições ecológicas locais; extração de corais.

A APA Costa dos Corais é uma área de proteção ambiental marinha que, semelhantemente à APA de Guadalupe, surgiu para dar amparo legal a um projeto, neste caso, o aprovado pelo BID em 1998, denominado Projeto Iniciativa de Manejo Integrado para o Sistema Recifal Costeiro entre Tamandaré-PE e Paripuera-AL, conhecido pelo nome Projeto Recifes Costeiros. Esse projeto foi submetido e aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em janeiro de 1998, recebendo o total US\$ 2 milhões em recursos para colaborar no estabelecimento do plano de gerenciamento costeiro, sendo U\$ 1,75 milhões provenientes do BID. Esse projeto é apoiado por entidades do Ibama, como a Fundação Mamíferos Marinhos, o Centro Peixe Boi e o Cepene; também recebe apoio do Departamento de Oceanografia da UFPE. O seu objetivo é promover o manejo integrado e participativo na área da APA Costa dos Corais a partir da criação de esferas de participação local na definição da política ambiental municipal e da recuperação recifal através da criação de áreas interditadas à pesca e a atividades náuticas, o que também permitiria aumentar o estoque pesqueiro.

Uma equipe composta por dez integrantes, entre funcionários e pesquisadores dedicados exclusivamente às atividades do Projeto Recifes Costeiros, garante o funcionamento das atividades. O grupo é formado de gaúchos e um mineiro, ex-colegas de cursos de graduação ou pós-graduação em oceanografia ou biologia marinha da Universidade do Rio Grande (RS). O núcleo duro do projeto é formado por três pessoas com idades entre 37 e 40 anos: dois pesquisadores e o executor local do projeto, que também ocupava a função de Secretário Executivo do Comdema.

Os dois pesquisadores são professores do Departamento de Oceanografia da UFPE. Um deles, um professor do Departamento de Oceanografia da UFPE que fez seu curso de doutorado na Austrália, é o criador do Projeto Recifes Costeiros e também o seu coordenador geral. A outra pesquisadora é sua esposa, também doutorada na Austrália e coordenadora da área de pesca artesanal e de subsistência do projeto. O então Executor Local do projeto assumira o cargo em setembro de 2000; fora colega de graduação e vizinho do coordenador do projeto, tendo larga experiência na administração de unidades de conservação⁴⁴.

44 Ele possui experiência na prática administrativa ambiental, tendo gerenciado unidades de conservação no

Embora a Prefeitura não tenha tido participação direta na criação da APA Costa dos Corais, houve, por parte deste órgão, um esforço para facilitar a execução de atividades previstas no Projeto Recifes Costeiros, tais como a interdição de uma área de recifes de coral à pesca e a atividades náuticas, base fundamental para a ação ambiental. O mencionado empreendimento poderia ter iniciado suas intervenções para recuperação dos recifes corais em qualquer município entre Tamandaré e Paripuera, mas optou por Tamandaré.

Os dois critérios que permitiram o estabelecimento do Projeto Recifes Costeiros em Tamandaré foram o apoio institucional oferecido pela Prefeitura e apoio estrutural e institucional representado pela existência do Cepene no município. Para instalação das pesquisas, foi necessária uma legislação municipal que previsse e respaldasse legalmente atividades previstas pelo projeto, como o isolamento de um trecho do litoral para recuperação ambiental. Antes do início dessas atividades, os coordenadores fizeram circular uma carta de intenções informando os objetivos do projeto com relação aos municípios litorâneos da APA Costa dos Corais selecionados como áreas de intervenção (Tamandaré, no Estado de Pernambuco, Maragogi e Paripuera, no estado de Alagoas).

No mesmo momento em que circulava a carta de intenções, era formulada a primeira Lei Orgânica do Município de Tamandaré, trâmite necessário no processo de emancipação municipal, o que permitiu agregar ao código itens necessários à ação do Projeto Recifes Costeiros. Portando, o contexto de emancipação de Tamandaré mais uma vez facilitou, como ocorreu no caso da ampliação e instalação da APA de Guadalupe, o processo de entrada de grupos devotados à preservação ambiental no município. A alteração de legislações preexistentes, que poderia ser um processo complexo, demorado e desgastante em outros municípios, tornou-se mais simples em um município em formação e com um prefeito disposto a preservar e construir novas alianças, especialmente com projetos como o Recifes Costeiros, que traziam um significativo aporte de capital do BID, destinado à recuperação de recursos pesqueiros, uma demanda da principal base de sustentação política do prefeito de Tamandaré: a Colônia de Pescadores⁴⁵.

Rio Grande do Sul e Bahia e trabalhado em ONGs.

⁴⁵grupo majoritariamente formado por

A gestão da APA Costa dos Corais vem sendo realizada através da atuação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente, implantados em Tamandaré e Maragogi com o apoio do Projeto Recifes Costeiros. A concepção dos conselhos surge na Constituição de 1988: eles seriam instrumentos de expressão, representação e participação da sociedade e teriam por função mediar as relações entre sociedade e Estado. Em 2000, a Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabeleceu, entre os critérios para a constituição e gestão das unidades de conservação, a participação social na sua criação, implantação e gestão, que seriam responsabilidades do Estado.

Baseado nos pressupostos da gestão participativa e integrada, a formação do Comdema foi concebida por uma junta de representantes de instituições ambientais (Ibama, CPRH, Projeto Recifes Costeiros, Cepene e Prefeitura de Tamandaré). O Comdema tem 15 conselheiros, podendo funcionar com *quorum* mínimo de 8 deles, sendo excluído do conselho o conselheiro que tiver mais que três faltas. Esta última regra foi resultado da ausência freqüente de determinados participantes, especialmente de alguns dos representantes da sociedade civil (integrantes de associações locais) que ficaram impossibilitados de freqüentar as reuniões em função de seu horário de trabalho, ou simplesmente por se sentirem constrangidos de não acompanhar as discussões do conselho, freqüentemente conduzidas em linguagem técnico-ambiental, pouco acessível aos não iniciados.

As reuniões do Comdema⁴⁶ são abertas à população da cidade, tendo ocorrido durante cerca de dois anos dentro do auditório do Cepene, uma área de acesso controlado por seguranças, não familiar à população de Tamandaré; recentemente, transferiram-se para a câmara de vereadores de Tamandaré. Esses encontros ocorriam sempre às 9:30 h ou à noite, na área urbana de Tamandaré, o que dificultava a participação de pessoas que trabalhavam ou moravam em áreas afastadas ou tinham interesses envolvidos nos debates e resoluções tomadas nas reuniões; como pude presenciar entre 1999 e 2002, pela presença e leitura de atas das reuniões do conselho. A reunião do conselho no mês seguinte era marcada ao final de cada uma delas; não havia divulgação pública desses agendamentos na cidade. Em caso de reunião extraordinária, os conselheiros eram informados por fax ou telefone; para quem não é conselheiro, é, portanto, difícil acompanhar o calendário do Comdema.

46Comdemaºº .C.e, instituído pelaºº e promoção do

Além dos conselheiros, apenas outros funcionários do Ibama, convidados dos conselheiros e estudantes de um curso de pós-graduação em gestão de ambientes costeiros do Departamento de Oceanografia da UFPE (que ocorre nas dependências do Cepene) costumavam estar presentes à reunião do Comdema. Pelo que foi relatado, percebe-se que há vários impedimentos de ordem prática (horário, local, teor dos debates, controle da frequência) que dificultam a participação.

A formação original do Comdema compreende três representantes do poder público (executivo, legislativo e judiciário), um representante do Cepene (Ibama), um representante da Reserva Biológica de Saltinho (Ibama), cinco representantes da sociedade organizada (associação dos barraqueiros, associação de assentados do Assentamento Brejo, idosos, Colônia de Pescadores de Tamandaré, uma associação de moradores do bairro conhecido como Estrela do Mar), um representante da APA de Guadalupe (seu chefe), dois representantes de ONGs que atuam na região (os escolhidos foram a Fundação Mamíferos Marinhos - Ibama e a Fundação Josué de Castro) e um representante da APA Costa dos Corais. Os representantes de instituições ambientais formam, portanto, um terço do número de conselheiros. Em caso de *quorum* mínimo, a situação mais freqüente, esse contingente é majoritário e domina o processo de tomada de decisões.

O Comdema tem um núcleo duro formado por quatro conselheiros e “um convidado permanente”; esses são os maiores responsáveis pelo processo de encaminhamento das questões do conselho. Formam a “locomotiva” que o faz funcionar. Os quatro conselheiros são o chefe da REBIO Saltinho (Ibama), o chefe da APA de Guadalupe (CPRH), a Presidente do Conselho (Pesquisadora do Projeto Recifes Costeiros) e o Secretário Executivo do Comdema - Executor Local (Projeto Recifes Costeiros); o convidado permanente e especial é o Coordenador Geral do Projeto Recifes Costeiros, o marido da Presidente do conselho.

A primeira reunião do Comdema de Tamandaré ocorreu em 13 de julho de 1999 e foi realizada nas dependências do Cepene-Ibama, com a participação de conselheiros representando a Câmara de Vereadores, a Cipoma, o Cepene, a Associação dos Barraqueiros, a Associação de Moradores do Bairro Estrela do Mar, a Colônia de Pescadores de Tamandaré (Z-5), o Centro Josué de Castro, a Prefeitura de Tamandaré e a Fundação Mamíferos

Marinhos - Projeto Recifes Costeiros. Entre meados de 1999 e meados de 2000 o tema central das reuniões do Comdema foi a elaboração do regimento interno.

No período inicial de atuação do Comdema, ainda quando se tratava do regimento interno, buscavam-se, nos debates, alternativas legais para aumentar as atribuições do Conselho, sendo pleiteada, principalmente pelos “participantes ativos”, a competência de acompanhar “tudo que vinha sendo feito no município” e de monitorar a ação e a fiscalização exercida pelos órgãos estaduais e federais. Pretendia-se incorporar ao texto a competência de julgar e emitir pareceres sobre a aplicação de recursos públicos estaduais ou federais em programas de desenvolvimento econômico e social realizados no município com possíveis interferências no meio ambiente.

Em meados de 1999, o conselho reivindicava, sobretudo, o direito de intervir nos recursos destinados aos assentamentos rurais situados em Tamandaré, em virtude da omissão do município nas decisões a respeito do andamento do processo de criação de assentamentos rurais, loteamentos e projetos turísticos em seus limites territoriais. Em 26 de novembro de 2000 aprovou-se o regimento interno do Comdema.

Antes mesmo da finalização do regimento interno, o Comdema iniciou ações voltadas para o estabelecimento da exigência de participação de representantes do município em todas as políticas públicas ou ações empresariais que implicassem empreendimentos em Tamandaré. Essa foi uma antecipação do modelo de desempenho que daria a tônica no município a partir do início de 2001, marcado pela fiscalização e controle rigorosos sobre empreendimentos considerados impactantes ao meio ambiente. Entre 1999 e início de 2000, o presidente do Comdema era o então secretário de agricultura e pesca do município. Ele é um paulista que abandonou o curso de engenharia mecânica na USP e foi para Pernambuco graduar-se em engenharia de pesca pela UFPE; segundo ele, essa escolha se explicaria pela possibilidade de “ficar mais próximo ao meio ambiente”. Ele trabalhou na execução de um projeto de piscicultura em propriedades da Usina Central Barreiros, situadas em Tamandaré e, depois de formado, voltou para São Paulo. Trabalhou dois anos em um projeto na USP e, dizendo-se “insatisfeito com a vida urbana”, voltou a morar em Tamandaré e a trabalhar em projetos relacionados à pesca. Desde 1996, gerencia uma fazenda de criação de camarão em Rio Formoso.

O primeiro presidente do Comdema esteve, desde a década de 1990, próximo à Colônia de Pescadores de Tamandaré e do seu então presidente, que, em 1997, se tornaria o Prefeito de Tamandaré e o nomearia o primeiro diretor de desenvolvimento agrícola e pesqueiro do município. A sua influência sobre o prefeito foi fundamental para que o acesso e a instalação de áreas protegidas, entidades e fóruns de debate ambiental em Tamandaré fossem facilitados durante o primeiro mandato da administração municipal.

A seguir apresento as questões de maior destaque levadas ao conselho, ou seja, que redundaram em muitas reuniões, mobilizaram agentes de fora do grupo (sindicatos, governo do estado, BID, Ministério Público), procurando demonstrar como, a partir desses processos de embate, o Comdema tornou-se uma entidade legítima, temida e com poder de influência fora das fronteiras de Tamandaré.

Comdema X Prodetur

Em setembro de 2000, o então presidente do Comdema manifestou seu posicionamento contrário à execução das obras do Sistema Viário do CT-GUADALUPE na área de Tamandaré, formulando, juntamente com os conselheiros integrantes do Projeto Recifes Costeiros, um documento de *moção de protesto às obras de implantação do sistema viário do CT-Guadalupe*. Na moção, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tamandaré recupera a discussão de meados da década de 1990 sobre o EIA-RIMA do CT-Guadalupe.

Com base na análise de dois pareceres do CPRH com conclusões diferentes sobre a aprovação do Plano Diretor da CPRH, o Comdema afirma seu posicionamento contrário à execução das obras do Sistema Viário do CT-Guadalupe (Ponte sobre o Rio Ariquindá, Via Litorânea dos Carneiros e Via de Contorno), da maneira como vinham sendo executadas. Para tanto, o Comdema retoma, em 2001, um parecer produzido seis anos antes pelo CPRH (em 1994), no qual o EIA/RIMA do projeto é considerado insuficiente para avaliar o impacto ambiental das obras e são sugeridas mudanças no projeto viário. O documento conclui que:

em vista das inadequações verificadas no planejamento urbanístico do CT-Guadalupe e insuficiências no estudo de impacto ambiental realizado, ambos, EIA/RIMA e o Plano Diretor não reúnem condições de serem aprovados, requerendo-se para esse fim, prévia reformulação do Plano Diretor e realização de estudos ambientais complementares.

Entre as propostas de reformulação sugeridas pela CPRH para a reformulação do Plano Diretor encontramos os itens:

b) supressão da ponte sobre o Rio Ariquindá; c) Relocação da via litorânea dos Carneiros, com proposição de outras alternativas de acesso aos setores hoteleiros e residenciais de veraneio dos Carneiros (...) d) apresentar avaliação dos impactos ambientais para a rede viária e demais infra-estruturas e equipamentos que venham a ser reformulados ou relocados.

Em 1995, o CPRH aprovou a segunda versão do Plano Diretor do CT-Guadalupe, acrescentando medidas mitigadoras, como a criação de uma unidade de conservação e a necessidade de licenciamento prévio do CPRH para a implantação dos equipamentos. As propostas de relocação da via litorânea dos Carneiros e supressão da ponte sobre o Rio Ariquindá não foram acolhidas, pois não representariam riscos ao ecossistema.

O capítulo 4 trata das diretrizes estabelecidas com o objetivo de disciplinar a aprovação do Plano Diretor e orientar a subsequente fase de licenciamento do empreendimento. Com relação ao sistema viário, encontramos os seguintes itens:

4.1) A implantação de quaisquer obras, atividades e equipamentos dependerá de prévio licenciamento da CPRH; (...) 4.15) A ponte proposta para a travessia do Rio Ariquindá, ligando a via de penetração sul a via litorânea dos Carneiros, não deverá prejudicar a existência dos ecossistemas situados em seu entorno e assegurará a passagem das embarcações habilitadas a transitar nesse trecho do estuário; 4.16) O traçado da via litorânea dos Carneiros no trecho próximo à confluência dos Rios Ariquindá e Formoso deverá manter-se dentro da faixa de descontinuidade (modificada por ação antrópica) entre a mata e o manguezal, de modo a não prejudicar os referidos ecossistemas.

Entre as conclusões apresentadas no capítulo 5, destacam-se as medidas apresentadas pela AD-DIPER complementarmente ao EIA/RIMA, que propiciaram a aprovação desse estudo e do respectivo relatório, entre as quais:

a) a criação e implantação de uma unidade de conservação da mata atlântica no entorno da confluência dos Rios Formoso e Ariquindá; b) o disciplinamento e regulamentação legal da proteção e manejo da APA – Área de proteção Ambiental do estuário do Rio Formoso e c) a implementação do monitoramento desses ecossistemas.

Como examinei na primeira parte deste trabalho, as ressalvas e divisões de opinião dentro do órgão ambiental, referentes à na aprovação do plano diretor do Centro turístico de Guadalupe, refletiam lutas de facções que se acusavam mutuamente com relação ao seu posicionamento a respeito da preservação ambiental e dos projetos de desenvolvimento (radicais *versus* vendedores do meio ambiente).

O Comdema retomou esta disputa em torno da formulação do Plano Diretor do CT-Guadalupe, produzindo e encaminhando para o diretor do CPRH, o BID, as Secretarias de Estado do Governo de Pernambuco e os Ministérios Públicos Estadual e Federal uma Moção de Protesto respeitante às irregularidades legais no licenciamento do plano diretor do CTG. Em fevereiro de 2001, o Comdema solicitou do CPRH maiores informações para acompanhamento deste processo, tais como as licenças prévias e de instalação; posteriormente, a instauração de um Inquérito Civil Público paralisou completamente as obras do CT-Guadalupe.

A partir de 2001, foram iniciados os contatos entre Comdema, BID, BNB e Governo do Estado de Pernambuco, para o devido esclarecimento da questão. Em fevereiro de 2001 foi realizada a primeira reunião entre as partes para definição de procedimentos que deveriam ser adotados para o andamento das negociações. O Ministério Público Estadual, após vistoria às obras do sistema viário do CT-Guadalupe, ainda no mês de fevereiro de 2001, instaurou Inquérito Civil Público para apurar as causas da degradação ambiental identificadas ao longo dos trechos das vias de penetração sul e litorânea dos Carneiros, incluindo os manguezais, a mata de restinga, a Mata Atlântica e os rios União e Ariquindá.

O Comdema constituiu um grupo técnico (março de 2001) para agilizar os trabalhos, analisar a documentação existente no processo de licenciamento e participar, juntamente com o Governo de Pernambuco, das reuniões e visitas técnicas. Em meados de abril de 2001 realizou-se uma vistoria conjunta das obras do sistema viário do CT-Guadalupe, da qual participaram integrantes do Comdema, da CPRH, da SEPLANDES/PRODETUR, da Secretaria Estadual de Turismo, do DER/PE, do BNB, do Projeto Recifes Costeiros e do Ministério Público Estadual. A partir desta vistoria, elaborou-se um relatório, no qual ficou agendada uma reunião para apresentação das propostas do Comdema ao Governo de PE; seu conteúdo serviria de base

para as partes firmarem um Termo de Ajustamento de Conduta, com intervenção do Ministério Público Estadual.

Em julho de 2001, o conflito tomou proporções maiores e o Especialista Ambiental do BID, Marc Dourojeanni, o mesmo que aprovou em 1996 o financiamento do Prodetur ao CT-Guadalupe, foi convocado a comparecer a uma reunião extraordinária do Comdema, em Tamandaré, acompanhado dos representantes do BNB (Banco do Nordeste, que gerencia os recursos do Prodetur) e do Governo do Estado de Pernambuco. O representante do BID realizou vistoria às obras do CTG e, na reunião, apresentou o seu parecer, relatando “o abandono, a péssima execução e grandes movimentos de terras nas estradas, um enorme impacto ambiental”; explicava que “no ano de 1992 a situação do Município de Tamandaré era diferente, porque não havia muita especulação imobiliária; portanto havia possibilidade de grandes investimentos nacionais e internacionais (Hotéis, *Resort* etc.)”. Afirmava, em seguida, que “hoje é diferente: Tamandaré não possui mais áreas para esse tipo de empreendimentos.”

O especialista do BID afirmou que, ao chegar ao Brasil em 1996, o primeiro documento que chegou as suas mãos era do Centro Turístico de Guadalupe e que mesmo não tendo conhecimento da região, considerou o plano muito bom e, portanto, aprovou-o. Considerando o atual estado do projeto “um problema muito sério”, afirmava estar diante de projetos contraditórios, uma vez que “enquanto o BID constrói com o Projeto Recifes Costeiros, destrói com o CT-Guadalupe”. O especialista do BID exigiu, durante a reunião, saber as posições dos envolvidos no projeto (Estado, BNB e o próprio BID), para que sua execução final fosse feita de forma adequada, indicando a possibilidade de reformulação da proposta original do Estado. Na mesma reunião, o Comdema conseguiu a posição sobre o encaminhamento de todas as medidas mitigadoras propostas ao Governo do Estado, exceto a criação de uma unidade de conservação de uso indireto.

A proposta do Comdema era não somente de mitigação e compensação dos impactos ambientais, mas também de reavaliação no sentido de se buscarem alternativas para o atual modelo de desenvolvimento turístico, com base na informação de que empreendimentos semelhantes no litoral brasileiro geraram degradação dos ecossistemas costeiros, não colaboraram para o desenvolvimento das comunidades locais e trouxeram oportunidades

somente para grandes empresários do setor turístico hoteleiro. Visando-se a uma influência maior das reuniões do Comdema na determinação de iniciativas de planejamento turístico, facultou-se ao conselho a participação do processo de deliberações relacionadas ao Prodetur II; isso de fato ocorreu: em 2002 o Comdema tornou-se um dos seis grupos representantes do terceiro setor que atualmente participam do planejamento do programa.

O grupo técnico do Comdema apresentou sugestões de medidas mitigadoras, compensatórias e preventivas que deveriam ser adotadas para a continuidade das obras e do plano diretor do CT-Guadalupe:

- 1) A criação e implantação de uma unidade de conservação de uso indireto (a sugestão era de um Parque Estadual, com aproximadamente 218 ha) para proteção dos remanescentes de Mata Atlântica e dos manguezais dos rios Ariquindá e União (prazo para criação da UC: dezembro de 2001);
- 2) A elaboração e implantação de um programa de fiscalização efetiva, quanto da ocupação do solo, principalmente próximo às áreas de preservação permanente, ao longo do sistema viário do CT-Guadalupe e do estuário do Rio Formoso (prazo para elaboração do programa: agosto de 2001);
- 3) Elaboração e execução de projeto de pavimentação para os trechos finais da via de penetração sul (1,5 km de cada lado do rio Ariquindá) nos moldes do trecho inicial da estrada PE 076 que cruza a REBIO Saltinho (prazo: até dezembro de 2001);
- 4) Elaboração e execução de projeto de recuperação (utilizando vegetação nativa) dos cortes dos morros ao longo da via de penetração sul (prazo: até dezembro de 2001);
- 5) Elaboração e execução de projeto de recuperação do assoreamento oriundo das obras da via de penetração sul no rio União e o manguezal do mesmo rio que se comunica diretamente com o rio Ariquindá (prazo: até dezembro de 2001);
- 6) Elaboração e execução de projeto de reflorestamento (utilizando espécies nativas) para as margens da via litorânea dos Carneiros, especialmente em áreas onde foram retiradas a mata de restinga e as dunas interiores deste ecossistema (prazo: até dezembro de 2001);
- 7) A elaboração de EIA/RIMA para as obras de cruzamento do rio Ariquindá (prazo: até maio de 2002);
- 8) Que o município de Tamandaré, através do Comdema, participe ativa e conjuntamente com o Governo de PE, na elaboração das propostas do PRODETUR II (prazo: quando do início da elaboração do projeto);

9) Que os órgãos responsáveis garantam que nenhuma obra do sistema viário seja iniciada ou reiniciada sem terem suas respectivas licenças previstas por lei emitidas pelos respectivos órgãos responsáveis (CPRH, IBAMA, levando em consideração as leis de criação das APAs de Guadalupe e Costa dos Corais).

Em janeiro de 2002, em reunião extraordinária, o Comdema buscou modificar um dos itens do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Governo do Estado de Pernambuco. A proposta a ser modificada era relativa ao item 1 do parecer do Comdema, que tratava da criação de um Parque Estadual no entorno do Rio Ariquindá, como medida compensatória das obras do Prodetur. Após reuniões entre representantes do Governo, concluiu-se que haveria muitas dificuldades em alocar recursos para a desapropriação e criação do parque, além do fato de que a resolução nº 2 do Conama, de 1996, indica que o percentual máximo para medidas compensatórias é de 0,5% do valor total do empreendimento (a criação do parque ultrapassaria esse percentual). Percebendo essas dificuldades, os representantes do Governo do Estado acordaram que as negociações para o a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta não teriam prosseguimento se o Comdema não criasse uma alternativa para a medida compensatória; decidiu-se levar o caso à justiça comum.

A alternativa oferecida pelo Governo do Estado foi a criação de um Parque Municipal Tamandaré, em uma área pública de 349 hectares (área correspondente ao Forte de Tamandaré e seu entorno). Como este local é uma área de Marinha e da União, não houve necessidade de desapropriação, apenas de cessão ao município. Consta nas atas de reunião do Comdema de 2002 que, como principal agente nas questões ambientais municipais, “a entidade deveria assumir naturalmente as iniciativas de definir as estratégias e fiscalizar a gestão do parque”, que, ao englobar a áreas de pesquisa e recuperação recifal do Projeto Recifes Costeiros, tornava possível, entre outras coisas, maior autonomia para o encaminhamento da renovação das portarias do Ibama, o que viabilizava o fechamento da área a cada três anos e a continuidade das pesquisas de manejo do Projeto Recifes Costeiros.

Semelhantemente com o que aconteceu na negociação que permitiu da aprovação do EIA/RIMA do CTG em troca da criação da APA de Guadalupe, vimos mais uma vez o uso de instrumentos legais de controle ambiental como mecanismo de anexação e poder territorial por instituições

ambientais, manifesto na troca da assinatura do TAC pela criação de uma área protegida (Parque Municipal).

O embate com o Prodetur permitiu o reconhecimento e participação crescentes de uma entidade de representação local em processos de tomada de decisão pertencentes à esfera do governo do estado e de organismos internacionais. O Comdema vem sendo convidado, por exemplo para reuniões do Prodetur e do BID por sua atuação na defesa do meio ambiente. Como se percebe a partir narração do seu desempenho no caso Prodetur, feita anteriormente, esse reconhecimento foi alcançado mediante a denúncia de infrações à norma ambiental, cometidas quase 10 anos antes pelos órgãos turísticos e ambientais do Governo do Estado de Pernambuco, no intuito de aprovar o plano diretor do CT-Guadalupe.

No entanto, a insatisfação do Comdema com as propostas de medida compensatória apresentadas pelo órgão turístico, o desgaste decorrente da lentidão na negociação da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta / arquivamento do Inquérito Civil Público / retomada das obras, vem ocasionando um processo de isolamento do conselho ambiental. Após o inquérito movido pelo Comdema, houve mudanças drásticas na estruturação dos órgãos responsáveis pelo CTG: funcionários que ocupavam chefias no projeto há muitos anos foram remanejados para outros órgãos e houve mudanças institucionais na coordenação da unidade executora do Prodetur.

Segundo uma funcionária que acompanha o projeto CTG desde o início, a atitude do Comdema de levar ao BID os problemas ambientais provocados pelas obras do CTG teria feito “muitas cabeças rolarem” no órgão turístico e dificultado a negociação de recursos do Prodetur II. Após o episódio, o BID, que assumiu uma postura cautelosa em relação à unidade executora do Prodetur de Pernambuco, especialmente em relação ao CT-Guadalupe, que tinha um cronograma de obras bastante atrasado. Esta mudança estaria provocando um deslocamento de investimentos em turismo do Governo do Estado para outras áreas que demandavam menores investimentos, como Porto de Galinhas.

Vimos, ainda, que toda a força manifestada pelo Comdema no embate com o Prodetur residia em seu domínio dos meios burocráticos, expresso em um corpo de funcionários capazes de fazer com que a instituição fosse ouvida, através do conhecimento dos trâmites burocráticos e da ope-

racionalização de diversas legislações (federais e locais) em favor da causa da preservação ambiental. Outro elemento determinante para a ação eficaz do conselho foi a possibilidade de interlocução direta com o órgão financiador, o BID, alcançada durante o processo de negociação do financiamento do Projeto Recifes Costeiros. Trazer o representante do BID a uma reunião do Comdema em Tamandaré funcionou como uma evidente demonstração de poder perante os representantes do Governo do Estado e, sobretudo, os governantes locais.

O apoio do Ministério Público Estadual (Comarca de Rio Formoso), na figura de seus promotores, foi outro ponto capital para a instauração do Inquérito Civil Público. Desde o início da atuação do Comdema, três promotores assumiram o cargo. Sem o apoio destes representantes, o Comdema não teria sido ouvido por tantas entidades e se tornado mediador central na negociação do Termo de Ajustamento de Conduta. O Promotor que instaurou o Inquérito Civil Público foi transferido para outro município (Cabo de Santo Agostinho) poucos meses após a instauração do inquérito. Sucedeu-ou uma promotora, considerada também aliada do Comdema, que permaneceu no cargo por cerca de um ano e também foi transferida.

Em agosto de 2001, uma terceira promotora assumiu o cargo na comarca de Rio Formoso. Ela, diferentemente dos promotores anteriores, raramente ia às reuniões do conselho. Em uma conversa comigo, revelou ter se afastado da questão após acompanhar representantes do Comdema em uma reunião com o Governo do Estado, a partir da qual teria ficado “assustada com o extremismo e radicalismo deles” (o coordenador do Projeto Recifes Costeiros e o secretário executivo do Comdema). O afastamento foi explicado pelo fato dela conduzir uma promotoria muito pesada, com cerca de 2.000 processos relacionados a muitos crimes violentos, envolvendo menores de idade, assuntos que ela percebe como mais urgentes do que a degradação ambiental.

Na última reunião do Comdema em 2002, um dos temas centrais do debate foi a falta de apoio do Ministério Público, ressaltando-se que a postura da promotora revelava que ela não desejava confrontos com o Governo do Estado e que era necessário encaminhar uma “denúncia de descaso” contra ela à “corregedoria”.

Comdema X ocupação irracional do espaço urbano

Além de fazer uso da legislação ambiental contra as obras do Prodetur, ainda no final do ano 2000 o Comdema dava início ao que é considerado a sua grande vitória: as denúncias que incorreram no disciplinamento e cancelamento de licenças de construção para dois loteamentos em Tamandaré, aprovados pela Prefeitura e licenciados pelo CPRH: os loteamentos Portal de Tamandaré e o empreendimento Village Tamandaré Residencial e Resort.

O projeto Village Tamandaré Residencial Resort previa a construção de edificações com três blocos de 04 andares e cobertura, que comportariam 84 apartamentos em uma área de aterro de meio metro sobre o mangue; outra parte seria composta de duas piscinas, deque, banheiro, churrasqueira, depósito e *playground*, que seriam edificados sobre a restinga. O aterro existente no local seria complementado com mais 2.000 m³ de terra, cuja origem não estava especificada ou licenciada.

Para o esgotamento sanitário do empreendimento, previa-se a construção de fossas sépticas; não havia um planejamento especial para o abastecimento de água dos 84 apartamentos. Segundo informações do gerente local da COMPESA (empresa de abastecimento e saneamento de Pernambuco), não estava previsto mais nenhum sistema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário público para empreendimentos imobiliários no município, até que fosse aprovado o Prodetur II.

O empreendimento ainda previa trabalho de contenção das margens do rio Mamucabas, que, de acordo com o engenheiro responsável, seria feita a partir da colocação de sacos de areia e da plantação de coqueiros. No caso do empreendimento Village Tamandaré, o Comdema questionava as irregularidades da licença concedida pelo CPRH ao mesmo. Dentre as irregularidades e infrações legais que envolviam o projeto havia falta de licenças e autorizações ambientais para a sua execução.

Já o empreendimento Portal de Tamandaré seria um loteamento com mais de 900 lotes, também não abastecido pela Compesa. De acordo com parecer do Comdema enviado ao CPRH, o projeto do loteamento Portal de Tamandaré também revelava uma série de irregularidades relacionadas tanto à legislação federal (Código Florestal) quanto à municipal (Lei Orgânica, Código de Obras, Código de Posturas).

O desfecho do conflito entre o Comdema e os dois empreendimentos foi a recomendação de reformulações do projeto do loteamento Portal de Tamandaré, que foram seguidas pelo empreendedor do projeto, que impetrou um mandado de segurança contra a Prefeitura de Tamandaré pelo fato desta ter aprovado um projeto com irregularidades e causado transtornos aos empreendedores. A reformulação do projeto obedeceu às diversas legislações citadas pelo Comdema, o que viabilizou a obtenção das licenças ambientais. As obras do empreendimento Village Tamandaré, foram, por sua vez, paralisadas devido aos ofícios, pareceres e cartas-denúncias enviadas pelo Comdema ao CPRH e ao Ibama. No final de 2002, o empreendimento estava embargado e sendo processado pelo Ibama.

O episódio de enfrentamento entre Comdema e empreendedores funcionou como demonstração de força perante a política municipal, tornou-se claro, para a Prefeitura, empresários e órgãos ambientais, o custo da exclusão do Comdema nas decisões sobre o desenvolvimento municipal: a Prefeitura teve contra si um mandato de segurança, os empresários tiveram de arcar com os custos de novos projetos e licenças, além de verem seus empreendimentos atrasados e com sua legalidade questionada, o que, por exemplo, afastava a clientela de possíveis compradores dos lotes. No caso do órgão ambiental, o responsável pela licença aos empreendimentos (que foi conselheiro do Comdema e primeiro chefe da APA de Guadalupe) perdeu o cargo de chefe da APA e ficou desmoralizado entre seus pares, sendo rotulado de “traidor” pelos integrantes do Projeto Recifes Costeiros e pelos chamados “radicais” do CPRH.

Em Tamandaré, reconhece-se que, embora o Comdema não seja uma entidade com poder executivo, através do encaminhamento eficaz de denúncias (pleno conhecimento dos trâmites burocráticos e pessoal capacitado e dedicado exclusivamente a este fim) e do uso da legislação ambiental e da legislação local voltada para a proteção ambiental, ele conseguiu fazer cumprir suas deliberações; tornou-se, portanto, um agente de intervenções práticas em esferas cada vez mais abrangentes da vida municipal. O principal efeito deste reconhecimento foi o estabelecimento de um decreto municipal que assinala que todos os loteamentos e empreendimentos municipais devem ser submetidos à aprovação do Comdema, que hoje, inclusive, critica a Prefeitura por vir repassando as responsabilidades da secretaria de obras para a entidade.

Até aqui tentei demonstrar que a posição do Comdema foi conquistada pela acumulação de poder decisório ao longo do processo de enfrentamentos, o que fez com que a entidade e todos os órgãos nela representados fossem temidos, devido ao seu potencial de interferência em questões que envolvem o município. No próximo segmento do trabalho, buscarei demonstrar como a influência do Comdema se manifesta na vida dos habitantes de Tamandaré (pescadores e assentados). Descreverei, ainda, como a entidade vem se tornando representante central do município diante dos órgãos do Governo do Estado e do BID, como vimos no embate com o Prodetur, e abrindo espaços de participação em processos de tomada de decisões que municípios vizinhos a Tamandaré jamais tiveram.

A título de exemplo, quando o Prodetur realizou as obras de esgotamento e abastecimento sanitário de Rio Formoso, o Prefeito da cidade nem chegava a ter a planta das moradias que seriam beneficiadas, ao passo que o Comdema possuía informações detalhadas a respeito do traçado de estradas, quantidade de áreas desmatadas, material de construção de pontes e das previsões de atividades que seriam realizadas pelo Prodetur II.

Essa comparação aponta para a conclusão de que o processo de participação da esfera local em decisões mais amplas exige um vasto conhecimento e domínio de trâmites e linguagens burocráticas cada vez mais sofisticadas (zoneamentos, planos diretores, planos de gestão e mecanismos para acionar a justiça, como moções e TAC). O domínio destes recursos, como a atuação do Comdema ilustra, vem concentrando poder crescente nas mãos de um segmento social e afastando as lideranças locais eleitas de deliberações sobre seus municípios.

O posicionamento do Prefeito de Tamandaré perante o Comdema mudou ao longo do período de trabalho de campo. Em 1999 era comum ver membros do Projeto Recifes Costeiros nos corredores da Prefeitura em constantes reuniões com o Prefeito, que os considerava aliados e deles esperava algum tipo de retorno, decorrente do alto orçamento de que o projeto dispunha. Ao final de 2002, o Prefeito de Tamandaré se comunicava com os integrantes desse grupo principalmente através de ofícios e se referia a eles como pessoas que atrapalhavam o desenvolvimento da cidade, “sem dar nada em troca”, ou seja, havia, por parte do Prefeito, a expectativa de que a abertura para a instituição de APAs e projetos ambientais se convertesse em ganhos

materiais ou políticos; no entanto, a seu ver, para a prefeitura estes projetos teriam representado apenas perdas.

Para o Prefeito, a presença do Comdema resultava apenas em perdas de investimentos futuros e recursos que poderiam ser arrecadados em forma de impostos territoriais, se certos empreendimentos (Village Tamandaré, por exemplo) não tivessem sido embargado e outros novos dificultados pelas exigências de adequação à legislação ambiental. Os danos se relacionariam, ainda, à perda de reconhecimento de autoridade política fora de Tamandaré, pois os investimentos turísticos no município passaram a ser discutidos com o Comdema e não com o Prefeito. Finalmente, existiriam perdas relativas à diminuição de investimentos do Governo do Estado, que perceberia Tamandaré como um local problemático para a continuação das antigas obras do CT-Guadalupe (sistema viário) e para o início de novas obras, devido à vigilância ambiental do Comdema, que já resultara em denúncias feitas ao BID e ao Ministério Público.

As ações do conselho são, na maior parte do tempo, encabeçadas pelos integrantes do Projeto Recifes Costeiros, o que se explicaria pelo fato de todos eles morarem em Tamandaré e arredores, o que permite um acompanhamento próximo dos acontecimentos da cidade. Os funcionários do projeto ganham bons salários (segundo alguns deles, melhores que os de seus empregos anteriores); é possível, também, perceber que se empenham no que fazem, mudaram-se de suas cidades e fixaram residência em Tamandaré, trabalham nos fins de semana, durante a noite ou depois do expediente. Segundo alguns deles, esta dedicação se justificava pelo caráter de missão que atribuíam a seus trabalhos: impedir a destruição do que restou daquela faixa litorânea, cuidar de um espaço no mundo.

Certamente o Conselho vem acumulando um poder extraordinário, o que resulta na renovação de contratos, em honra e prestígio aos coordenadores, pesquisadores e funcionários do projeto, perante outras instituições ambientalistas que consideram, tanto as experiências de manejo, quanto a atuação do Comdema, exemplos bem sucedidos de gestão ambiental participativa. Apesar disso, é partir dessa perspectiva de missão de salvação, com o impedimento do avanço de forças degradadoras, que pesquisadores e funcionários do Projeto Recifes Costeiros dão sentido ao seu trabalho de proteção ambiental.

Quanto à atuação dos outros conselheiros que compõem o núcleo permanente e atuante do Comdema, como os representantes do CPRH e do Ibama (que moram em Recife e quase sempre exercem suas funções nos escritórios da capital), suas atuações na entidade renderam-lhe um notável ganho de influência perante a população de Tamandaré, pois o esforço de controle sobre o uso territorial do Comdema é creditado, principalmente, ao apoio do Ibama e do CPRH.

Há uma diferença marcante no modelo de relacionamento dos conselheiros do Comdema com a população da cidade, em relação a outros representantes institucionais. Enquanto os policiais do Cipoma (representados no conselho) e o chefe da APA de Guadalupe, mesmo não morando na cidade, são freqüentemente parados na rua pelas pessoas, compartilham da vida social de pescadores e pessoas do Sindicato de Trabalhadores rurais, vereadores e assentados, conhecendo quase todos pelo nome, os integrantes do Projeto Recifes Costeiros, mesmo morando na cidade, raramente são cumprimentados, consultados ou reconhecidos nas ruas de Tamandaré, tendo sua vida social restrita às relações com os membros do próprio projeto.

O engajamento e distanciamento diferenciais perante a população local são elementos fundamentais para a compreensão da disposição na aplicação da lei, abrindo pistas para situar limites entre a manutenção/ruptura das relações sociais e aplicabilidade/adaptação de normas legais. Se tomarmos a noção de eficácia de uma lei, por sua crescente referência ao comportamento coletivo, a polícia ambiental (Cipoma) pode ser considerada altamente eficaz como propagadora e viabilizadora do uso da lei ambiental. Ainda que considerada um fracasso por grupos preocupados com o meio ambiente, ao se aproximar de segmentos sociais locais e adaptar a lei a realidade e demandas locais, o Cipoma vem permitindo um alargamento do uso do código ambiental entre grupos sociais para os quais a defesa do meio ambiente era algo estranho até então. O Comdema vem demonstrando ser também eficaz ao impor através da imposição da norma ambiental, espaço para a esfera municipal na tomada de decisões estaduais e federais, assim como criar e garantir para a entidade a gestão de novas áreas protegidas. A seguir apresento como o Comdema vem se relacionando com as infrações praticadas pela população de Tamandaré.

Comdema X pesca em área de exclusão

No início de 2000, o pequeno texto transcrito abaixo foi afixado na Prefeitura, na Colônia de Pescadores e em alguns estabelecimentos comerciais de Tamandaré, apresentando da seguinte forma o Projeto Recifes Costeiros para a população:

De acordo com a portaria federal de 11 de novembro de 1999, para garantir a recuperação de alguns recifes de coral, a área marinha cercada com bóias amarelas na Baía de Tamandaré está fechada por um período de três anos para todas as atividades náuticas, turísticas e de pesca. A área fechada representa somente uma pequena porção do litoral e dos recifes de Tamandaré. A necessidade de recuperar os recifes e seu potencial pesqueiro é um consenso entre a comunidade pesqueira local e várias instituições federais, estaduais e municipais e a comunidade científica que participa da ação. Segundo lei Federal de Crimes Ambientais no. 9605/98 o desrespeito a essa portaria sujeita o infrator a pena de prisão e multa. Como a área fechada é parte de uma unidade de conservação federal, a Área de Proteção Ambiental dos Corais, as penas para os infratores podem ser triplicadas. A pena é triplicada também para infrações durante a noite.

Esse comunicado é de 1998, antes da publicação da portaria do Ibama que permitiu o fechamento de uma pequena parte de área marinha para pesca e atividades turísticas na Baía de Tamandaré. Acatando a exigência do Ibama de consulta e aprovação da comunidade na concessão de portarias de interdição de áreas, os pesquisadores do Projeto Recifes Costeiros apresentaram a proposta e objetivos do experimento à Colônia de Pescadores do município. A princípio, em troca da anuência ao fechamento, a Colônia de Pescadores de Tamandaré exigiu um salário mínimo para cada pescador filiado à colônia durante os três anos em que a área estivesse fechada, pois entendia a pesquisa como a decretação de um longo período de defeso pelo Ibama. Diante da recusa veemente (e revolta) dos pesquisadores à condição imposta pelos pescadores para o uso da área e devido à mediação do prefeito, buscando convencer a colônia a não colocar obstáculos ao projeto, os pescadores aprovaram o fechamento da área para pesquisa durante o prazo de três anos estabelecido por portaria do Ibama sem fazer exigências.

O projeto Recifes Costeiros trabalha, atualmente, em duas áreas fechadas, uma em de Tamandaré e outra em Paripuera, que totalizam cinco quilômetros quadrados de área restrita para pesquisa. Segundo uma matéria de meia página publicada sobre o projeto na seção *Ciência e Vida* do jornal O

Globo (edição de 16/04/2001), “a iniciativa de criação de áreas de exclusão de pesca é a primeira do gênero no Brasil” e, segundo seus coordenadores, tem como objetivo “indicar às autoridades um modelo de preservação ambiental de recifes costeiros de corais, assim como estabelecer normas para atividade pesqueira e turismo ecológico sustentável.”

A área fechada de Tamandaré é o principal laboratório de pesquisa do projeto Recifes Costeiros, ou seja, o mais monitorado para que condições ótimas de pesquisa sejam mantidas, constituindo a área de “amostragem super intensa”, na qual se baseia a pesquisa realizada desde meados de 2000 pelo projeto. Segundo a cientista e coordenadora da área de pesca e biodiversidade do projeto, a pesquisa conta com a participação de cinco pescadores residentes em Tamandaré, que foram contratados pela Fundação Mamíferos Marinheiros / Projeto Recifes Costeiros para recolherem dados para a elaboração de estatísticas que permitam um mapeamento da pesca no litoral do município. A função destes pescadores é anotar “o que (tipo de peixe), onde, como e por quem os peixes são capturados”, assim como o peso, tamanho e qualidade do que é pescado no município de Tamandaré. O objetivo é comparar esses dados com os da população (fauna marinha) da área fechada.

Os primeiros resultados da pesquisa de amostragem na área fechada de Tamandaré indicaram que a população de lagostas, peixes e polvos teria quadruplicado em um ano de experimento. A população de peixes de valor comercial da família *lutjanidae*, como cioba, caranha e ariocó, teriam apresentado crescimento surpreendente. Peixes como o dentão tiveram sua população aumentada em 11 vezes. Além do crescimento populacional, a pesquisa vem procurando estimar também a biomassa dos peixes; portanto, os pescadores contratados realizam também o recolhimento de dados através de atividades de mergulho. Através de treinamento, eles aprenderam a avaliar com precisão o tamanho dos animais pela observação. Baseados nos dados sobre comprimento, os pesquisadores inferem o peso aproximado do animal.

De acordo com a coordenadora, com o fechamento para a pesca, “a área marinha tornou-se mais tranqüila e os animais podem dedicar mais tempo à alimentação, ao invés de se esconder do predador”, pois “mesmo quando os pescadores usam linha, ao invés de arpão ou rede, o ambiente passa a ser de estresse para o peixe”. Segundo ela a “vibração da água que um peixe provoca ao se debater quando capturado alerta aos outros, fazendo

com que eles procurem se esconder”. Segundo a coordenadora da pesquisa, os resultados obtidos já demonstravam que os peixes da área de exclusão são maiores do que aqueles da mesma espécie que viviam fora dela.

Venceu, em 2002, o prazo da portaria que estabelecia a existência da área de exclusão por três anos e a Colônia de Pescadores de Tamandaré se manifestou veementemente contrária à sua renovação. A mudança da posição dos pescadores frente ao projeto ocorreu em decorrência das atividades repressivas promovidas pelos representantes do Projeto Recifes Costeiros, que aumentou a vigilância da Guarda Municipal Marítima, força repressiva criada pelo projeto para exercer um controle estrito da área fechada. Como, ao longo dos três anos de vigência da portaria do Ibama, o Comdema fortaleceu-se e tornou-se influente nos assuntos ambientais de Tamandaré, a aprovação dos pescadores deixou de ser determinante para a continuidade do experimento e da área fechada, ficando a cargo do Comdema deliberar a esse respeito. O argumento dos conselheiros para justificar o fim da consulta à colônia de pescadores consistia no pressuposto de que delegar a decisão da continuidade da interdição apenas a um segmento da comunidade seria uma forma de privilégio, especialmente porque os pescadores já tinham um representante no conselho e a preservação de recursos marinhos era um assunto de interesse coletivo.

O processo de implantação da Guarda Municipal Marítima em Tamandaré foi uma iniciativa dos pesquisadores do Projeto Recifes Costeiros em convênio com a Marinha do Brasil, a Polícia Militar de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Tamandaré, visando ao ordenamento da área marinha e da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Após a oficialização do convênio que firmou a existência da Guarda Marítima de Tamandaré por um ano (17 de outubro de 2000 a 17 de outubro de 2001), foi iniciada a etapa de capacitação de pessoal. A Polícia Militar, através do Cipoma e do 10º Batalhão de Polícia Militar de Palmares liberou policiais para participarem do curso. O Projeto Recifes Costeiros também cedeu quatro de seus agentes de campo, os mesmos que trabalhavam nas atividades de pesquisa do projeto, para atuarem como guardas.

Segundo os pesquisadores do Projeto Recifes Costeiros, a idéia da implantação da guarda surgiu a partir de pesquisas de opinião, levantamentos e trabalhos monográficos realizados entre 1999 e 2001 por alunos do cur-

so de especialização em Gestão de Ambientes Costeiros Tropicais (Departamento de Oceanografia /UFPE), que é ministrado no Cepene/Ibama. Os professores do curso são os dois principais responsáveis pelo Projeto Recifes Costeiros e incentivam seus alunos a realizar trabalhos que aproveitem os investimentos do projeto em Tamandaré e forneçam subsídios para futuras práticas de intervenção do projeto.

Em 1999, produziu-se um trabalho monográfico cujo objetivo era, a partir de pesquisas de opinião com proprietários de embarcações, marinheiros, veranistas e turistas, conhecer a avaliação destas pessoas sobre o ordenamento da área marinha. Essa pesquisa revelou que a área marinha de Tamandaré era considerada bastante desorganizada (circulação de veículos na praia e circulação de embarcações muito próximas aos banhistas foram citados como exemplos) e os entrevistados concordavam que alguma medida devia ser tomada no sentido de se controlarem as infrações.

Esta pesquisa foi utilizada para dar respaldo científico, perante a Marinha, o Comdema e a Prefeitura, à proposta de criação da guarda marítima e da adoção de medidas repressivas contra infrações na área marinha, numa demonstração de que a população de Tamandaré apoiava essas medidas. Uma outra aluna do curso de especialização realizou um “levantamento minucioso”, segundo avaliação dos pesquisadores que lhe orientaram, dos arquivos das marinas de Tamandaré. A partir do levantamento, os membros do Projeto Recifes Costeiros elaboraram uma circular para todos os proprietários de embarcações orientando-os a portar os documentos de registro, habilitação do condutor, seguro obrigatório, equipamento de salvatagem e a assegurar as medidas necessárias para evitar conflitos com banhistas.

Vemos, então, que o Projeto Recifes Costeiros é um empreendimento em que ensino, pesquisa e intervenção estão associados a um projeto racionalizador do espaço terrestre e marítimo, no qual a pesquisa vem tendo a função de criar uma demanda para legitimar as ações do projeto. Durante os meses de dezembro de 2000 e janeiro/fevereiro de 2001, foram produzidos e afixados em locais públicos do município de Tamandaré (bares, correio, banco, hotéis, pousadas etc.) 1000 cartazes pondo a população a par das ações de ordenamento da área marinha e da presença da Guarda Municipal para “garantir a tranqüilidade dos banhistas em relação à circulação de lanchas e jet-ski e proteger a área de recuperação dos recifes de coral”.

Em janeiro e durante as duas primeiras semanas de fevereiro de 2001, a guarda, acompanhada de dois policiais militares e um técnico do Projeto Recife Costeiros, passou a abordar, no mar, todas as embarcações, buscando reforçar o trabalho de divulgação. Neste período, outra pesquisa monográfica⁴⁷ foi realizada por uma aluna do curso de especialização que acompanhava os guardas durante a abordagem e perguntava aos ocupantes das embarcações se eles apoiavam e achavam necessário o trabalho de educação/orientação e fiscalização. De acordo com o resultado desta pesquisa, os entrevistados consideravam o trabalho da guarda importante, mas “a opinião mais freqüente era que, sem multas, de nada adiantaria o trabalho da Guarda Marítima Municipal”.

Progressivamente, a abordagem da guarda municipal foi se modificando, passando de uma ação voltada para a informação de normas e educação ambiental para uma intervenção repressiva, o que teria sido motivado, de acordo como os técnicos do Projeto Recife Costeiros, pela própria demanda da comunidade por uma maior eficácia da atuação da guarda, demanda comprovada pelas pesquisas de opinião realizadas pela estudante do curso de especialização. Em fevereiro de 2001, a Guarda Marítima passava a advertir e obrigar que os responsáveis por embarcações sem equipamentos de salvatagem, com superlotação ou em alta velocidade próximo a banhistas, ou, ainda, cujo piloto estivesse sem habilitação voltassem à marina.

No carnaval do ano de 2001, a guarda transmitiu, via rádio, uma mensagem para todas as marinas avisando que haveria fiscalização permanente durante o feriado; nesse período, quatro embarcações de veranistas foram multadas (duas lanchas e dois jet-ski), das quais três foram lacradas. A adoção de ações mais duramente repressivas foi explicada pela guarda e seus responsáveis pelo fato de estas terem sido “situações extremas”, envolvendo pilotagem sem habilitação associada à circulação em alta velocidade perto dos banhistas, obstrução à fiscalização e desrespeito à guarda. O total das multas aplicadas nos quatro dias de carnaval foi de R\$ 6.700,00.

De acordo com uma das cláusulas do convênio que instituiu a Guarda Marítima, o órgão designado para julgar os recursos de defesa de multa é o Comdema e o pagamento das multas seria destinado ao Fundo

47 Os pesquisadores e funcionários do Projeto Recife Costeiros me permitiram pesquisar sem restrições todos os seus arquivos (atas, ofícios, pareceres, relatórios). No entanto, embora as monografias fossem freqüentemente mencionadas e eu tenha insistido em vê-las, eu jamais consegui ter acesso a elas; por isso, não há referências bibliográficas das mesmas.

Municipal de Defesa do Meio Ambiente. O conselho instituiu um comitê de julgamento formado pelos conselheiros, a partir do qual se decide a reitereção da punição, o oferecimento de alternativas à punição ou a absolvição. A multa não é única pena julgada pelo Comdema: o conselho também delibera sobre o encaminhamento de casos considerados mais graves (crimes ambientais) para julgamento pelo Ministério Público. A defesa do infrator é realizada através de carta produzida pelo acusado e lida pelos conselheiros, ou através da defesa oral do acusado durante a reunião.

Das quatro embarcações multadas pela Guarda, três apresentaram recurso de defesa na reunião realizada em 23/03/2001. Nos casos em que a atuação envolvia a falta de documentos, e, no recurso de defesa, os referidos documentos foram apresentados, a multa foi anulada. Para os casos, de circulação em alta velocidade próximo aos banhistas e obstrução à fiscalização, foi concedido um abatimento de 50% do valor da infração. O perdão e abatimento de multas foi justificado pelo pioneirismo do experimento para a Guarda, Comdema e infratores.

Dos três proprietários de embarcações que apresentaram recurso em relação às multas, dois, após o julgamento, pagaram-nas, totalizando R\$ 2.000,00, e tiveram suas embarcações deslacradas. Uma das lanchas permaneceu lacrada pelo não pagamento da multa, sob risco de ser leiloada, e o dono de um jet-ski não obteve abatimento da multa por não ter apresentado recurso de defesa no Comdema. Na Semana Santa, a guarda continuou a fiscalização e somente uma lancha foi multada por não portar documentação. O proprietário não apresentou recurso no Comdema e tampouco pagou a multa.

Um dos efeitos mais visíveis da atuação da guarda marítima foi a difusão do procedimento de encaminhar denúncias e pedidos de providências ao conselho, através de cartas-denúncia encaminhados pelos residentes das camadas médias de Tamandaré ao Comdema e, eventualmente, à Prefeitura. A denúncia foi se cristalizando ao longo do tempo como um meio de manifestação, um formato para tornar incômodos por vezes pessoais matéria de interesse coletivo (Boltanski *et alii* 1984). As denúncias partiam de donos de pousadas, casas de veraneio e restaurantes, pessoas que geralmente sofririam transtornos há algum tempo em seus negócios ou no lazer, em virtude da atuação de outro empreendimento, do desrespeito às normas de uso do

espaço público por parte de outra pessoa (por exemplo, construções ou usos irregulares em propriedades de vizinhos).

Estas acusações tanto partem quanto se dirigem a um mesmo segmento social; portanto, ocorrem entre pessoas situadas em um mesmo plano da hierarquia social. Circunscrevem-se freqüentemente a veranistas e ao empresariado local ligado ao turismo e refletem conflitos em torno de concepções e expectativas distintas em relação ao desenvolvimento turístico da cidade (turismo de massa, turismo ecológico, turismo de casas de veraneio), ou indicam a busca de manutenção de um estilo de vida calmo e mais próximo à natureza. Este tipo de denúncia volta-se à preservação da distinção social, representada pela ocupação de territórios que conferiam prestígio por ser acessíveis a poucos e passaram a estar ameaçados pela democratização do espaço litorâneo. A denúncia tornou-se um exercício retórico de conversão das ameaças aos privilégios territoriais de poucos em agressão ambiental com potencial de afetar a muitos.

Os segmentos sociais supracitados viram no Comdema e na Guarda Marítima a possibilidade de eficácia das suas denúncias na preservação de seus patrimônios, progressivamente desvalorizados com a especulação imobiliária acelerada da orla e o descontrole por parte do poder municipal na fiscalização da ocupação desse território. Como mostram os trechos das cartas-denúncia encaminhadas ao Comdema, apresentados abaixo, quase sempre estes transtornos foram traduzidos como “agressão ambiental”, o que tinha o fito de buscar maior adequação à pauta do Comdema e, assim, motivar coibição mais eficaz.

Prezada Presidente do Comdema

Como é do conhecimento de todos, o Restaurante O Terraço, é ponto de referência entre os freqüentadores da Praia de Tamandaré. Fundado em 1992, tem atraído turistas da capital do Estado, interior, sul do país e até mesmo do exterior, oferecendo a maior qualidade sem perder de vista a preservação da paisagem local. Seus proprietários (um casal de alemães), apaixonados por esta praia, tem como obstinada preocupação a harmonização da arquitetura do Restaurante com a referida paisagem. Cientes da combatividade deste conselho na luta pela preservação das riquezas e da pureza de nosso litoral, solicitamos interferência no projeto de cinco chalés a serem construídos no terreno vizinho ao restaurante pelo seguinte: o projeto prevê que três chalés encostem com os fundos no muro de nosso terreno, prejudicando muito o visual do nosso restaurante. Sugerimos que os chalés sejam construídos encostados no muro alto da casa do vizinho. Assim melhora e muito o ambiente, pois nosso jardim encosta no jardim

do vizinho, formando um ambiente verde muito agradável.” (carta-denúncia enviada ao Comdema em 18/07/2001).

Sr. Prefeito

Formulo a presente para apresentar denúncia de grave agressão ao meio ambiente na orla marítima de Tamandaré e pedir providências. Trata-se de uma invasão de terreno público, que está sendo realizada pela Sra.X e seu marido, Sr. Y, este de nacionalidade italiana. A citada senhora, com a convivência de seu marido fez construir uma calçada de concreto de 2 metros de largura por 30 metros de comprimento na beirada da praia. Agora constrói muros de alvenaria de tijolos, perpendiculares à praia, em continuação aos muros laterais de sua residência (...) Além disso, entre a casa e o terreno existe uma rua de pedestres por onde passam todas as pessoas: vendedores ambulantes, crianças, moradores e veranistas que se deslocam de uma casa a outra do loteamento e que ficarão impedidos de transitar. Segundo a própria Sra X, pretende impedir a passagem de pobres, já que tornou sua casa em pensão (sem autorização, segundo informação do setor jurídico da própria prefeitura) e não quer seus hóspedes incomodados. (carta-denúncia encaminhada à Prefeitura em 19/03/2001, a qual, por sua vez, encaminhou-a ao Comdema através do ofício 084/2001-GP em 21/03/2001).

Sra Presidente do Comdema,

Vimos por meio desta fazer uma denúncia e pedir providências às autoridades competentes de coibir o tráfego de veículos motorizados nas praias de Tamandaré. Esta prática irresponsável e ilegal vem se tornando cada dia mais comum na Praia dos Carneiros, onde uma marina vem alugando quadriciclos indiscriminadamente a crianças, adolescentes e adultos que se divertem fazendo manobras radicais na faixa da praia e apresentando risco real aos banhistas e principalmente às crianças. Conforme lei municipal que proíbe o tráfego de veículos na praia, venho solicitar deste conselho que se faça cumprir a referida lei. Informamos também que jet-ski estão sendo alugados a pessoas menores e não habilitadas que desrespeitam todas as regras de segurança estabelecidas”. (carta-denúncia enviada ao Comdema em 24/09/2001 pela dona de uma pousada na Praia dos Carneiros).

Todas as denúncias encaminhadas ao conselho são discutidas nas reuniões mensais, onde os conselheiros decidem o encaminhamento adequado. Em caso de danos ambientais previstos pelas leis (federal, municipal ou estadual), o Comdema encaminha a denúncia ao órgão competente, geralmente a Prefeitura ou CPRH, os quais, possuindo representantes no conselho, são, posteriormente, cobrados pelos outros conselheiros a respeito das providências tomadas. Algumas dessas denúncias resultaram na paralisação de obras em andamento ou na demolição de construções; esse foi o desfecho

do caso das construções irregulares do muro e calçamento da Sra X, que, a partir da denúncia apresentada acima, foi autuada pela Prefeitura e pelo CPRH.

Houve casos em que alguns dos denunciados por dano ambiental também recorreram ao Comdema, buscando, através da entidade, solicitar uma nova análise dos seus casos pelos órgãos competentes. Nestas situações buscava-se, sobretudo, uma nova avaliação da existência do dano e da intenção de provocá-lo, acusação desonrosa para alguns denunciados. Segue uma carta de defesa escrita por um proprietário denunciado no Comdema por construir em área de preservação permanente e lida em reunião do conselho (23 de maio de 2001).

Prezada Presidente do Comdema,
Solicito a visita de um fiscal do CPRH para analisar a construção de um deck no Rio Ariquindá (...) que foi suspensa através de um auto de constatação imposto por fiscais da Prefeitura de Tamandaré, alegando dano ambiental ou como foi colocado no auto construção de cais (muro de arri-mo) em área de uso público e de preservação ambiental sem autorização. Gostaria de frisar que jamais quis fazer qualquer coisa que pudesse prejudicar o meio ambiente, pois me considero também um ambientalista, basta conferirem o zelo que tenho pela minha propriedade. O motivo pelo qual eu comecei a construir este muro foi principalmente por questão de segurança. O meu terreno se encontra sob um barranco e na maré cheia quando o fluxo de lanchas é grande as marolas provocadas pelas lanchas atingem a base do barranco e como diz o ditado “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura” (...) A obra está sendo executada sem destruição de vegetação alguma. Peço a colaboração e compreensão neste caso. Não pretendo causar dano ao meio ambiente, nem tão pouco ir contra as regras dos órgãos competentes, estou apenas pensando na conservação do meu patrimônio”. (carta de defesa enviada ao Comdema em 23/4/2001).

As ações de fiscalização da Guarda Marítima não se restringiram somente a veranistas e empresários do setor turístico: entre maio e julho de 2001 foram aplicados pela guarda outros quatro autos de infração. Diferentemente das autuações anteriores, justificadas pelo cumprimento das normas de disciplina e ordenamento da orla marítima de Tamandaré, as quatro realizadas nesse período foram aplicadas sobre residentes da área urbana de Tamandaré e motivadas por “pescar ou fundear jangadas na área de recuperação de recifes de coral”.

O primeiro destes autos de infração foi aplicado em 16 de maio a um pedreiro com cerca de 30 anos de idade, residente desde o nascimento

na área urbana de Tamararé. Na época da infração, ele estava “parado”, ou seja, sem nenhum trabalho remunerado. Tinha pescado aproximadamente dois quilos de peixe que foram apreendidos juntamente com sua jangada e vara de pescar, tendo ele recebido, cumulativamente, uma multa de R\$ 40,00, por estar nos arredores na área protegida. Como não teve como pagar a multa e, após três tentativas, não conseguiu resgatar a jangada, abandonou-a; a embarcação permaneceu, assim, apreendida nas dependências do Cepene/Ibama:

Eu perdi a jangada e não tenho recursos para comprar outra, e fazer o quê? Lutar contra a lei não pode. Se eu ganho R\$ 50,00 por semana, eu não tenho como sobreviver com R\$ 10,00 (sobre o valor de R\$40,00 da multa). Eu tava na jangada porque estava precisando, eu tava parado, só vou pescar quando estou precisando e não ia pegar o que é dos outros. Aí caí na cruzeta. Eu ser pego ali foi um engano que existiu.

Na primeira reunião após ter recebido o auto de infração, o pedreiro apresentou por escrito sua defesa (lida pelo Secretário Executivo do Comdema). Devido ao fato dele ser analfabeto, sua defesa fora anteriormente escrita pelos membros do Comdema. A argumentação da carta desenvolvia-se a partir da alegação de desconhecimento dos exatos limites área protegida, visto que, além da área cercada por bóias amarelas, há outras demarcações com estacas de madeira estabelecendo limites de influência da área fechada, onde a pesca também é proibida. O réu declarava-se inocente alegando, ainda, que não havia qualquer placa indicando que o lugar era uma “reserva”.

Durante a reunião, a promotora de Rio Formoso (a segunda que ocupou o cargo desde a existência do Comdema) esteve presente e, após ouvir a leitura de defesa do pedreiro autuado, indicou as penas previstas para ele, como consta na ata de reunião do conselho:

A promotora explicou que em relação às multas, prevalece as contidas na legislação federal (crime de ação penal público), o infrator é multado, preso e encaminhado a polícia federal onde é julgado e, se culpado, encaminhado ao presídio Aníbal Bruno, e quanto ao material de pesca este fica apreendido. Ela citou o Art.34 da Lei dos Crimes Ambientais que diz sobre pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgãos competentes, será aplicada detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente (...) A promotora pediu para encaminhar a denúncia ambiental ao Ministério Público, pois o Comdema não tem competência para julgar o caso. (Ata XXVII do Comdema)

Diante do agravamento da situação do pedreiro, o coordenador do Projeto Recifes Costeiros assinalou a possibilidade de penas mais brandas:

O coordenador do Projeto Recifes sugere a criação de alternativas, tais como serviços à comunidade, em detrimento moral do autuado, pois se sabe que, se o infrator for encaminhado a um presídio, poderá ter sua vida transformada. (Ata XXVII do Comdema)

Os três últimos autos de infração aplicados durante o convênio processavam três pescadores que, no dia 25 de julho de 2001, tomaram uma canoa emprestada e fundearam-na a dez metros da área fechada e, a pé, foram pescar dentro do local proibido. Cada um dos três ocupantes da canoa foi multado em R\$ 200,00; os acusados tiveram a jangada, três variedades de peixe (dois budiões, um gato e um xira) e o material de pesca (quatro varas de pesca e três facas) apreendidos pela Guarda Marítima. Nenhum dos três pagou a multa ou apresentou recurso de defesa ao Comdema. A embarcação foi devolvida porque os proprietários assinaram uma declaração, nas dependências do Cepene/Ibama, comprometendo-se a não mais emprestá-la para estes pescadores.

Nós (nome completo dos proprietários da jangada), declaramos para os devidos fins que emprestamos uma jangada para (nome completo das três pessoas que receberam os autos de infração), que a utilizaram de forma irregular, fundeando a jangada a cerca de 10 metros da área fechada de Tamandaré e a pé foram caminhando para pescar dentro do local proibido. Declaramos ainda que nos comprometemos a não mais emprestar a referida jangada para pesca nas redondezas da área fechada, e que caso isso aconteça poderemos ser também responsabilizados nos processos de crimes ambientais que porventura vierem a ser instaurados. (Projeto Recifes Costeiros- Declaração 30/07/2001)

Embora o convênio de criação da Guarda Marinha tenha terminado em outubro de 2001, as atividades de fiscalização da guarda continuaram ao longo do ano, porém, sem a legitimidade e a possibilidade de uso de mecanismos de ação repressiva, como a aplicação de multas, acarretadas pelo convênio. Os integrantes do Projeto Recifes Costeiros esforçaram-se para a renovação do mesmo, mas a Marinha do Brasil, através do Comando do 3º Distrito Naval, relutava, pois passou a interpretar determinadas ações da guarda (como a aplicação de multas) como um “abuso de poder”. A posição

da Marinha era percebida pelos membros do projeto Recifes Costeiros como “corporativismo militar”: receio de perder suas atribuições para a sociedade civil organizada.

O fim do convênio, entretanto, não significou o fim das ações da Guarda Marítima. Ela continuou exercendo a função fiscalizadora ao longo do ano de 2001, mas adaptada às novas condições que a falta do convênio lhe impunham. Portanto, a guarda passou a ter de solicitar obrigatoriamente a presença das polícias e órgãos repressivos do Estado, tais como a Polícia Militar (Cipoma) e o Ibama, para dar continuidade às suas ações sem sair da legalidade.

Após o fim do convênio e consideradas as quatro infrações envolvendo a área fechada em 2001, também houve mudanças na postura do Comdema no julgamento dos recursos. O Comdema atuava baseado na premissa de que “consciência ambiental se adquire com fiscalização e multa”, conforme as palavras do coordenador do Projeto Recifes Costeiros⁴⁸; caberia, portanto, à guarda fiscalizar e multar e ao Comdema julgar recursos de defesa dos acusados. No entanto, as infrações cometidas na área fechada colocaram o conselho diante de um dilema legal, pois se tratava de crimes ambientais previstos em lei federal (Lei de Crimes Ambientais) e com penas de prisão bastante duras. O conselho não tinha competência para este tipo de julgamento, mas sim o Ministério Público.

Na prática, a situação adquiriu a seguinte configuração: uma guarda atuava sem poder legal após o fim do convênio; portanto, deveria agir acompanhada de policiais militares. Quando um infrator era flagrado, não se podia legalmente multá-lo ou aplicar um auto de infração; seu caso era, portanto, conduzido ao Comdema, que ameaçava o infrator com denúncia ao Ministério Público. Portanto, o efeito principal da apreensão passou a ser o prejuízo moral, decorrente da possibilidade de detenção e de todo o processo que se desenrolava entre ser surpreendido pela guarda, defender-se e receber ameaças de denúncia no Comdema.

A trajetória de humilhações iniciava-se na hora em que o infrator era surpreendido e levado ao cais do Cepene, algumas vezes na presença de policiais do Cipoma; em seguida, a pessoa se via alvo de comentários referentes ao assunto, que se alastravam pela cidade depois do acontecimento (geralmente diziam que o infrator foi preso pela polícia ou pelo Ibama). Final-

mente, havia o processo de acusação e defesa no Comdema, durante o qual o acusado tinha o direito de produzir uma carta de defesa, que era lida em sua defesa. Em seguida, os conselheiros indicavam a duração da pena (quase sempre de 3 a 9 anos) que o acusado poderia sofrer se o conselho levasse o processo adiante, através de denúncia ao Ministério Público. Tudo isso acontecia na presença de uma platéia e de representantes de vários setores da sociedade civil da cidade (associações de bairro, sindicalistas, paróquia, colônia de pescadores etc.).

Após o fim do convênio, ainda houve mais quatro casos de pessoas surpreendidas pescando na área fechada: um encanador, um pescador (de dia e noite⁴⁹), um eletricista e sua esposa e um chaveiro, acompanhado de seu sobrinho. Sobre os dois primeiros casos tenho pouca informação (na verdade apenas aquelas fornecidas pelos guardas), pois tanto o pescador quanto o encanador não quiseram tecer comentários sobre o assunto. O caso do encanador foi o mais grave e chamou mais atenção das pessoas na cidade. Diante da aproximação da polícia, que o surpreendeu pescando, ele fugiu correndo dos policiais e se escondeu na cidade, tornando-se foragido da lei durante algumas horas; posteriormente, foi capturado pela polícia. Só não foi para a cadeia devido aos pedidos da família, que teria implorado ao coordenador do Projeto Recifes Costeiros para que ele não fosse punido com a prisão.

Tanto ele quanto a sua família passaram por um processo de degradação pública, pois sua fuga e captura pela polícia foi presenciada por muitas pessoas. Ele foi o único autuado que rompeu relações com os integrantes da guarda. Os outros disseram compreender a postura dos vizinhos-guardas, alegando que esse era o trabalho deles; deixaram, entretanto, transparecer que também percebiam na sua atuação uma forma de violação das normas de sociabilidade, amizade e vizinhança.

Detenho-me, a seguir, nos dois últimos casos (o eletricista e sua esposa e o chaveiro e seu sobrinho), pois, particularmente nesses, tive oportunidade de entrevistar os acusados e de assistir à defesa de um deles no Comdema.

O eletricista e sua mulher foram autuados no fim do mês de outubro pela pesca de um polvo de 13 gramas na área de exclusão do Projeto Recifes Costeiros e tiveram seu equipamento de pesca apreendido (máscara de mergulho, arpão e vara de pesca). A jangada que utilizavam só não

49

foi recolhida porque foi emprestada por outra pessoa e estava fora da área delimitada para o experimento de manejo. O electricista, que morou em Tamandaré quase toda sua vida, vive na cidade há 38 anos e é considerado um profissional muito competente em Tamandaré, tendo boa reputação, inclusive no Cepene/Ibama, que o contrata freqüentemente para prestar serviços de manutenção de equipamentos.

Ele considerava injusta sua apreensão porque não reconhecia a sinalização usada pelo projeto (segundo ele apenas “um pau cheio de ostras”) como demarcador de uma área de exclusão. O principal efeito da apreensão foi, certamente, a forte crise depressiva sofrida por sua esposa em decorrência dos comentários de que o marido havia sido preso, o que a fez evitar sair à rua ou levar o filho à escola. Segue um trecho da entrevista com o electricista:

Eu não fui trabalhar, aí inventei de pescar com a minha mulher. Quando eu tava pescando naquela pedra, tem uma parte que é proibida e a outra não. Eu não sabia, tinha só um pau podre. Aí botamos a vara e ficamos lá, em dez minutos encostou ele (o coordenador do Projeto Recifes Costeiros) com uma lancha. e disse: Você está pescando aí na reserva! E eu falei que não sabia não. Se tivesse um negócio bem sinalizado, mas era um pau cheio de ostra. Eu não tinha pegado um peixe ali. Eu já trabalhei no Ibama (Cepene), faço manutenção, às vezes eu faço contrato de seis meses lá para manutenção e se eu soubesse que era reserva eu não ia. Eu sabia que tinha uma parte que era reserva, mas não que era ali onde eu fui pescar. Eu não preciso de pescaria, eu não vivo de pescar, só pesco de vez em quando. Eu nunca fui com ela (sua esposa), foi a primeira vez e aconteceu essa. Ela ficou depressiva, não queria mais sair de casa, não queria ir para a rua de vergonha. Lá no Ibama (Cepene) pegaram o peixe que era a isca (polvo de 13 gramas) e mediram o peixe e pesaram o peixe e depois me chamaram para uma reunião e eu fui lá na reunião. Ele (coordenador do projeto) disse que não tinha problema não. Eu fiquei aperreado foi por causa do problema que uns funcionários lá do Ibama saíram espalhando na rua que eu fui preso. Eu nunca fui preso, nunca fui em delegacia. Minha mulher ficou depressiva e nem queria levar o menino no colégio. Ficou uns quinze dias sem nem colocar a cara aí fora, com vergonha. Lugar pequeno né,...todo mundo começa a falar que eu fui preso que o Ibama me pegou. Mas foi um sufoco danado depois disso aí. Eu disse assim: se isso continuar eu vou procurar meus direitos e vou processar vocês tudinho, porque é mal sinalizado. De lá para cá nunca mais eu pesquei. Eu perdi o material que não era nem meu, paguei R\$ 60,00 nessas máscaras que não eram nem minhas. Não pegaram a jangada porque estava fora da reserva e eu tava numa pedra que era dentro da reserva. Infelizmente... eu passei do pau.

O caso que acompanhei mais proximamente foi o da detenção de um chaveiro de Tamandaré e seu sobrinho por pesca na área fechada. Pre-

senciei sua defesa no Comdema e o entrevistei poucas semanas depois da reunião. O chaveiro é um fuzileiro naval evangélico e aposentado da Marinha. Ele nasceu em um engenho da região (Duas Bocas) e, com três anos, após seu pai ter abandonado a família, foi morar com a mãe e o irmão na área urbana de Tamandaré. Viveu na cidade até ingressar na Marinha, quando foi transferido para o Rio de Janeiro; no entanto, manteve contato com amigos e familiares e voltou à cidade diversas vezes durante os 27 anos de residência no Rio de Janeiro. É uma pessoa conhecida e respeitada em Tamandaré, escutei referências indignadas à acusação de que estava sofrendo, geralmente seguidas de expressões elogiosas a seu respeito, tais como “um homem cristão”, uma pessoa que “venceu na vida”, alguém que nunca “abandonou seus familiares”; portanto, o efeito da apreensão pela guarda, as ameaças policiais e do conselho representaram um episódio profundamente desonroso, uma mácula em toda uma trajetória de vida de uma pessoa que quis ser um exemplo para as outras pessoas.

Toda a sua defesa no Comdema foi baseada no desconhecimento dos limites da área fechada e na sua história de honradez durante 27 anos de serviço na Marinha e na condição de evangélico devotado e atuante em uma igreja de Tamandaré. Após a defesa, o coordenador do projeto afirmou a “gravidade da infração” do chaveiro, afirmando em um tom severo que ele “poderia pegar 9 anos de detenção no Presídio Aníbal Bruno”, pois seu crime ambiental tinha agravantes que triplicariam a sua pena, como pescar à noite e dentro de área federal protegida. O Comdema estava, portanto, punindo como crime ambiental a alteração das condições ideais de pesquisa.

Foi uma situação dramática: após escutar as acusações o chaveiro estava visivelmente arrasado e dizia com os olhos cheios d’água “isso não pode estar acontecendo comigo, eu tenho que ser um exemplo”. Segue-se um trecho de entrevista no qual ele conta como tudo aconteceu:

Aí quando eu estava pescando eu vi o guarda e chamei pelo seu apelido em Tamandaré, meu sobrinho chamou e ele não respondeu. Aí eu escutei ele falando: “pode vir para cá que tem dois pescadores”, quando nos viu disse: “são vocês! Mas eu não posso perder meu emprego”. Em dois minutos veio a lancha e me disseram “você vai ter que ir lá para o Ibama”. Chegando na praia, anotaram todos os dados e eu falei para ele (o Coordenador do Projeto Recifes Costeiros): “eu não estava dentro, eu estava nas imediações, se eu estivesse dentro ele podia ter caracterizado um abuso, uma invasão. Eu como cristão tenho que dar exemplo,

até porque eu sou fascinado pela preservação das espécies. Eu não sou de matar animal nenhum, muito menos invadir uma área proibida. Se eu vejo cobra na estrada eu paro, mas não atropelo a bichinha. No dia seguinte da confusão eu fui na residência dele (coordenador do projeto) e ele me disse que diante do que conversamos, eu não precisava ir a reunião, só devia fazer uma carta de desculpa e apresentar ao conselho e estava tudo certo. Mas eu disse que fazia questão de ir. Se estão dizendo que eu cometi aquele erro, tem que apurar, eu não devia ser tratado como bandido, como um criminoso. Na hora que estavam apreendendo os meus materiais no Ibama, tinham dois policiais que diziam que se eles (guardas e o coordenador) quisessem já podiam me levar para a delegacia e encaminhar para a polícia federal. Para mim está sendo muito difícil, eu não tenho dormido bem. Eu estou sentindo na pele o que é um homem de bem passar por isso. Minha mulher me diz que como nós somos cristãos a nossa conduta tem que ser excelente. E na função que eu me encontro hoje na congregação, eu sou um servo ministerial, eu sou Testemunha de Jeová. Na congregação os cabeças são os anciãos e eu estou prestes a ser um ancião então eu tenho que ser um exemplo. Eu tenho 27 anos de marinha e nunca tive punição. E lá na reunião eu só ouvia dizer “tem que punir, tem que punir”. Eu estou muito magoado, muito triste com a forma com que eles (Comdema) eles me coagiram. Eu posso ser preso numa penitenciária por um fato como esse.

Em 2002, o Comdema decidiu encaminhar os casos de pesca na área fechada para o Ministério Público Federal. No entanto, até meados de 2003, nenhuma das pessoas pegadas em infração sofreu nenhum tipo de consequência deste encaminhamento. No final de 2002, o Comdema buscava mais uma vez renovar o convênio com a marinha e realizar um “experimento para o verão”, no qual a Guarda Municipal Marítima, formada por 4 duplas de fiscais e um policial militar, atuaria. Seriam colocados 4 *outdoors* na estrada de acesso a Tamandaré, informando sobre a existência do Comdema e de áreas de proteção ambiental. O empreendimento tinha como objetivo “coibir atividades ilegais no meio ambiente” e seria feito com um investimento de R\$ 30.000,00, financiado com recursos do BID.

Os esforços de racionalização territorial e marítimo do Comdema vêm apresentando efeitos distintos, decorrentes dos diferentes níveis de combate a infrações ambientais. Com o caso do Prodetur, o Comdema ganhou legitimidade a partir da demonstração de força representada pela revisão e imposição de modificações no projeto do CTG. Para a Prefeitura de Tamandaré, o Comdema se tornou um sinônimo de atraso: não ofereceu nenhum aporte de capital à administração municipal, desviou do município projetos

a ele destinados (CTG e loteamentos) e afugentou futuros investidores, temerosos com o controle estrito do órgão sobre licenciamentos ambientais. A Colônia de Pescadores já admitiu que em caso de consulta para a renovação da portaria do Ibama, os pescadores serão contra, pois não ganharam nada com a atuação do projeto e ainda estão proibidos de pescar no entorno da área onde há mais peixe. A população urbana de Tamandaré teme o Comdema pelo controle policial sobre atividades cotidianas que foram convertidas em ações criminosas. A seguir, abordarei a ação do Comdema sobre áreas rurais do município.

CAPÍTULO 5

DENÚNCIA DE CRIME AMBIENTAL EM UM ASSENTAMENTO RURAL

“O Ibama entrou com uma ação contra o Incra sobre casas do Assentamento Laranjeiras, dizendo que em dez anos as casas irão poluir os mananciais hídricos de Tamandaré. O Ibama tem implicância com as áreas do Incra, antes aquele local das casas era área de cana e nunca houve reclamação. O Ibama tem entrado muito na justiça contra o Incra, está sempre procurando o que o Incra está fazendo de errado para entrar com o Incra na justiça”. (Diretora da Divisão Técnica e de Consolidação de Projetos de Assentamentos- Incra – PE 6/09/2001

A imposição da disciplina ambiental sobre territórios empreendida pelo Comdema não se restringe a empreendimentos turísticos, loteamentos e orla marítima; o Comdema vem também mediando um conflito ambiental entre Ibama e Incra envolvendo um assentamento rural situado em Tamandaré, o Assentamento Laranjeiras. O assentamento foi denunciado em reunião do conselho por um dos conselheiros do Comdema, por constituir um risco ambiental ao município de Tamandaré, em função do local onde foi instalada a agrovila. O caso das “casas de Laranjeiras” tornou-se paradigmático no Incra-PE, seja por ter resultado na mais alta multa que o órgão recebeu do Ibama (R\$ 50.000,00), seja pela demonstração de força dada pelo Ibama, paralisando um projeto de assentamentos rural do Incra, por ter sido excluído das decisões referentes a áreas onde existem unidades de conservação sob seu controle, como ocorre em Tamandaré.

Em 2000, além de ser alvo de denúncias, o assentamento Laranjeiras tornou-se também um espaço de denúncias entre os próprios ocupantes. Pretendo demonstrar, através da trama de acusações de crime ambiental entre ocupantes deste território e entre instituições do Estado, como a denúncia vem se tornando uma linguagem e estratégia para preservar fronteiras e legitimar controle territorial por agentes e instituições.

Do engenho ao assentamento

O processo que resultou no embargo das casas recém-construídas no Assentamento Laranjeiras partiu de uma denúncia feita em uma reunião do Comdema. Contrariamente às outras denúncias encaminhadas

anteriormente, geralmente movidas por representantes do Comdema ligados a instituições ambientais situadas em Tamandaré, esta partia de um antigo morador do chamado Engenho Laranjeiras; ela abriu precedente para outras denúncias, feitas por parceleiros do assentamento. Pretendo demonstrar a existência de inter-relações entre estes dois padrões de denúncia, que parecem independentes: a denúncia ambiental movida por grupos *outsiders*, que pretendiam, através do uso da legislação ambiental, impor sua participação em esferas cada vez mais amplas de tomada de decisão, e as denúncias locais, movidas por trabalhadores rurais, e usadas em enfrentamentos entre facções em disputa, situadas em segmentos hierárquico distintos.

O Assentamento Laranjeiras possui 37 parceleiros, área de 412 hectares e limita-se com o Assentamento São João, os engenhos Paquevira, Barro Branco e Duas Bocas e a Reserva Biológica de Saltinho. A maior parte dos parceleiros nasceu, morou e casou-se com moradoras do engenho e trabalhou durante toda a vida no local. Muitos dos filhos destes parceleiros ainda residem no mesmo lugar e trabalhavam no corte da cana como “clandestinos” para o ex-rendeiro do engenho. A imissão de posse do Engenho Laranjeiras aconteceu em 20 de janeiro de 1999, uma data recordada por boa parte dos parceleiros entrevistados como “o dia que todos nós perdemos a ficha” (carteira assinada). A transformação do engenho em assentamento foi quase sempre associada à perda de estabilidade e segurança para os moradores de Laranjeiras.

Até a véspera da imissão de posse, os parceleiros trabalhavam fichados para o arrendatário que administrava a propriedade nos 12 anos anteriores; permaneciam morando no arruado do engenho (casas de alvenaria) ou em casas de taipa muito próximas deste arruado, perto das quais havia uma escola, uma casa de farinha e uma igreja. Com a imissão de posse, veio a perda do trabalho fichado e a transformação de quase todos os não aposentados em clandestinos, contratados apenas na época da moagem no engenho vizinho (Paquevira). Fora da época da moagem, a sobrevivência do assentamento baseia-se principalmente nos recursos provenientes das aposentadorias e de recursos do governo federal, como bolsa-escola e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

A mudança de estatuto de engenho para assentamento não implicou uma perda total da proteção do patrão, mas, sobretudo, uma mudança

de modo de gestão do espaço que os trabalhadores ocupam. No antigo modo, dominavam as relações diretas e personalizadas, sem mediações. A transformação em assentamento impôs uma outra ordem de relações, mediatizadas, burocratizadas e indiretas. O engenho, que antes tinha um dono, passava à tutela do Incra, questionada e mesmo desafiada por instituições ambientais.

A situação de indefinição na forma de gestão que se seguiu à imissão de posse, agravada pelas disputas entre Incra e Ibama, colaborou para a manutenção dos laços com o ex-patrão. Mesmo após a imissão de posse de Laranjeiras, ele continuava a prestar auxílio a alguns trabalhadores residentes no assentamento, que recorriam a ele para obter ajuda em tratamentos de saúde, pequenos favores (caronas, por exemplo) ou dinheiro. O ex-patrão continuava contratando, na época de moagem, alguns trabalhadores do assentamento para trabalhar em um engenho vizinho por ele arrendado e manteve uma relação amistosa com os moradores de Laranjeiras. Muitos desses moradores afirmaram poder recorrer a ele em caso de necessidade.

Quando os homens do assentamento se reuniam na casa do Presidente da Associação de Assentados de Laranjeiras, freqüentemente os presentes contavam histórias do ex-patrão, ou de seus contatos mais recentes com ele, contrastando seu famoso jeito rude de tratar as pessoas com sua generosidade ou disponibilidade de ajudar quem o procurava. Em 2002, ele estava bastante doente e as pessoas do assentamento lamentavam esse acontecimento. Um assentado de Laranjeiras, que foi durante muitos anos tratadista de engenhos do ex-patrão, sofria de sérios problemas de coluna e contou-me que recebia dele “uma feira”(cesta básica) toda semana do ex-patrão em reconhecimento por sua lealdade enquanto foi seu empregado.

O ex-patrão ainda realiza algumas práticas de manutenção do espaço do assentamento. Em 2001, na época das chuvas, enviou empregados para realizar obras emergenciais nas estradas do assentamento, abrindo outros 8 Km de estradas no assentamento. Em um ano chuvoso, as chuvas ininterruptas podem durar muitos meses, tornando os acessos ao assentamento praticamente intransitáveis e obrigando os moradores a realizar caminhos alternativos, que aumentam bastante a jornada entre o assentamento e a estrada principal. Neste mesmo ano, ele fez um campo de futebol próximo à agrovila do assentamento.

Os investimentos no assentamento e a ajuda aos moradores eram percebidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré como uma

forma adiantada de campanha eleitoral do ex-patrão, pois se comentava que ele tinha interesse em concorrer ao cargo de prefeito de Tamandaré nas eleições seguintes. Mas os moradores de Laranjeiras falavam nestas práticas como dádivas, viam-nas como a continuidade de uma relação prévia entre o bom patrão e os seus trabalhadores.

Embora o Incra e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré se refiram aos ocupantes de Laranjeiras como “parceiros”, eles se auto-denominam moradores de Laranjeiras. O termo “morador” remete ao período anterior à generalização do direito do trabalho, configurava um vínculo de dependência pessoal aos ex-patrões (Palmeira 1978; Garcia 1986; Heredia 1989; Sigaud 1999: 115).

No caso de Laranjeiras, o termo “morador” tem o peso da longa permanência no engenho, atestada por uma relação oficial de trabalho baseada na “ficha” e, sobretudo, o da diferenciação perante os acampados. O tipo de recrutamento para acampamentos realizado pelo MST, buscando pessoas de fora (periferia, outros engenhos, outros estados como Alagoas) reforça ou atualiza a categoria “morador”, já sinônimo de direito legítimo à terra perante a lei. No caso de Laranjeiras, em virtude do reduzido espaço para parcelamento, vários relatos de moradores remetiam as orientações de funcionários da divisão de conflitos e de assentamentos para que se evitassem contatos, mantendo uma distinção clara entre eles.

Os moradores de Laranjeiras possuem entre 40 e 70 anos, a maioria nasceu no próprio engenho e se casou com mulheres de lá; muitos dos seus filhos lá também permaneceram e formaram novas famílias. Os homens mais jovens já vinham trabalhando em Laranjeiras nos últimos 15 anos como clandestinos, e sobreviviam, no período em que esta pesquisa foi realizada, do corte da cana, trabalhando na época da moagem como clandestinos em um engenho vizinho (Paquevira)⁵⁰.

Embora os dirigentes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré assinalassem que em 1997 tivessem pedido a vistoria de terras improdutivas do município sem nenhum retorno do Incra, a história da desapropriação do Engenho Laranjeiras, relatada por seus moradores, iniciou-

50 Durante os meses do último trabalho de campo, período da moagem, 24 homens de Laranjeiras trabalhavam como clandestinos no corte da cana em engenhos vizinhos ao assentamento. Vinte deles cortavam cana no Engenho Paquevira e 4 no engenho Barro Branco, pertencente ao ex-rendeiro de Laranjeiras. A relação entre o ex-rendeiro e moradores de Laranjeiras parecia ser amistosa, os moradores diziam poder contar com ele em caso de necessidade. Um ex-morador que foi seu tratorista durante muitos anos e que agora encontrava-se com sérios problemas de coluna recebia dele “uma feira” toda semana.

se no final de 1997, quando o MST⁵¹ organizou um acampamento dentro do engenho com aproximadamente 50 famílias recrutadas em Tamandaré e cidades vizinhas, especialmente Rio Formoso.

O primeiro acampamento durou oito dias, sendo dissolvido devido ao despejo promovido por milícias privadas, formadas por trabalhadores provenientes de outras propriedades do rendeiro de Laranjeiras. Seis meses depois, o MST reocupava o engenho com aproximadamente 30 famílias. O segundo acampamento do MST em Laranjeiras durou algumas semanas, terminando após um despejo judicial. O terceiro e último acampamento ocorreu 24 horas depois deste último despejo e continuou em Laranjeiras até pouco depois da imissão de posse, quando existiam 22 acampados. Este último acampamento perdurou de meados de 1998 até os primeiros meses de 1999, perfazendo aproximadamente um ano de permanência.

Pouco antes da imissão de posse, o Incra recebeu dois cadastros de possíveis parceiros, uma lista do MST com 22 nomes de acampados e uma lista do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré, na qual constavam 37 nomes de moradores fichados do engenho. Em virtude do reduzido tamanho da propriedade e da lei de priorizar os trabalhadores rurais residentes no engenho, o Incra acatou apenas a lista do Sindicato, não selecionando nenhum nome da lista do MST. Após a seleção dos moradores do engenho, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré entrou em acordo com o MST para que o acampamento existente em Laranjeiras fosse transferido para outro engenho; no entanto, militantes do MST voltaram ao Incra e tentaram negociar a inclusão de alguns nomes.

Sem sucesso nessas negociações, o MST desocupou Laranjeiras, porém dois participantes (Geraldo e Cardoso) do acampamento permaneceram no Assentamento Laranjeiras. Adiante, mostrarei que o processo de permanência desses dois remanescentes do acampamento é revelador para a compreensão das possibilidades de alguém se tornar alvo de denúncias de crime ambiental. Os dois remanescentes dos acampamentos eram *outsiders* em um contexto em que a falta de terra tornava a distinção entre estabeleci-

51 Os moradores de Laranjeiras referiam-se ao acampamento e seus ocupantes com grande distanciamento, a partir de dualismos como “nós, os moradores de Laranjeiras / eles”, “nós / os sem-terra” ou “nós / o MST”. Segundo os moradores, este distanciamento era aconselhado pela chefe da Divisão Técnica e Consolidação de Projetos de Assentamento do Incra desde a vistoria das terras, em função da reduzida área do engenho, como forma de evitar um cadastro único entre moradores e acampados (Não se aproximar para não perder a terra). Diante do afastamento, as lideranças do MST mudaram de tática, optando por improvisar um “corte da terra” (parcelamento) extra-oficial, contemplando os acampados.

dos e *outsiders* elemento fundamental de direito legítimo à parcela de terra para os moradores fichados.

No entanto, Geraldo foi apoiado pelos moradores e teve seu nome incluído na lista dos 37 nomes enviada ao Incra⁵², tornou-se parceleiro e deixou a barraca para ficar em uma casa de taipa cedida pelos moradores de Laranjeiras, ao passo que Cardoso foi denunciado ao Ibama por poluir o assentamento. O diferencial nas estratégias de incorporação dos dois acampados permitiu ver que os motivos que conduzem a uma denúncia estão associados às avaliações coletivas sobre formas de conduta individual e não apenas à escassez territorial ou ao tempo de permanência em dado local. Após a apresentação do histórico de relações entre a Reserva Biológica de Saltinho e Laranjeiras, voltaremos à questão de como a denúncia de crime ambiental tornou-se um mecanismo para resolução de conflitos internos ao assentamento.

Protegendo as fronteiras: O assentamento rural e a Reserva Biológica.

A REBIO Saltinho, à qual já nos referimos anteriormente, é administrada pelo Ibama; possui 548 hectares de Mata Atlântica não habitados e é interditada para toda e qualquer atividade que não seja pesquisa ou visitação para fins educativos. Dentro da área da reserva estão localizados os mananciais hídricos que abastecem a população de Tamandaré. Em suas fronteiras situam-se a nascente de um rio (Rio Mamucabas) e uma barragem com capacidade de acumular 360 metros cúbicos de água. A reserva é cercada por plantações de cana-de-açúcar, distribuídas em duas propriedades (Engenhos Duas Bocas e Paquevira) e um assentamento (Assentamento São João).

O Assentamento Laranjeiras seria, segundo o diretor de Saltinho, “o principal foco de ação da reserva no que se refere à questão social”. Devido ao fato de o assentamento estar situado “próximo à nascente” da barragem que abastece Tamandaré, tornou-se, para o administrador da reserva, “uma temeridade” ou “um perigo para o abastecimento de água municipal”. Embora o diretor da REBIO Saltinho tenha se tornado conselheiro do Comdema ainda em sua fase regimental e, durante uma entrevista realizada com ele em 1999, tenha se mostrado ciente do “risco” representado pela existência de um assentamento tão próximo ao rio e à reserva biológica, não levou a questão

52 Na primeira lista, constavam os nomes de 37 moradores fichados, mas um deles faleceu ainda durante o período de acampamento. Em reunião entre os moradores, foi indicado o nome de Geraldo para substituí-lo.

oficialmente ao Comdema na forma de denúncia. As providências que tomou em 1999 foram buscar meios de negociar com o Incra a incorporação da reserva legal do assentamento à reserva biológica⁵³ e impedir futuros cultivos dos assentados nas margens do rio, como mostra o trecho de entrevista abaixo:

Nós estamos trabalhando muito com a comunidade no sentido de organizar esse assentamento de uma forma que não crie nenhum dano ambiental para a reserva biológica e, por consequência, para a cidade. Nesse assentamento nós estamos pegando a parte da reserva legal do imóvel e esses 20% a gente está negociando com o Incra para que ele seja voltado para a reserva biológica, para que o assentamento seja feito a partir dessa reserva legal. Esses 20% dão em torno de oitenta e tantos hectares; a gente quer aumentar a proteção desses mananciais hídricos das nascentes. E é um problema, porque as pessoas lá estão estabelecidas, tem os locais onde fazem a agricultura deles. nós estamos nos adiando ao processo de parcelamento para assegurar os 20% deles para a gente. Mas isso vai passar por uma discussão com os assentados, o que vai ser reflorestado desta reserva. Só não vai poder ter lá é atividade agrícola, não vai poder ter roça como mandioca e milho. Você não vai assentar ninguém lá, porque se coloca um agrotóxico lá você coloca em risco o açude. Até hoje nós conseguimos demarcar essa área e deixamos esse ano liberado para que eles façam o cultivo. No ano que vem nós já vamos proibir. Eles vão ter que ser assentados nos 80% restantes. Já está sendo colocado, tem que ter participação do Incra neste processo. A própria associação deles está em fase de formação e isso aí a própria associação vai ter que trabalhar com eles e, inclusive, com a associação eles vão ter que buscar um fundo para bancar o reflorestamento desta área. Tem que procurar um fundo deste aí um FNMA, porque eles não vão ter condições de fazer isso.

No início do ano 2001, foi levada ao Comdema, através de um conselheiro, uma denúncia específica sobre o perigo aos mananciais hídricos da construção de casas no Assentamento Laranjeiras. A denúncia foi realizada por Amaro Laranjeira, então secretário de agricultura de Tamandaré, filho de trabalhadores rurais que passou sua infância no referido engenho e cuja família teve uma história de longa permanência no local. A trajetória de Amaro é marcada por idas e vindas entre São Paulo e Rio de Janeiro entre os anos 70 e 80. Nos anos 90, voltou a Tamandaré, assumiu o cargo de delegado sindical no STR-Rio Formoso e foi expulso da entidade por seu presidente, por ter apoiado a emancipação de Tamandaré. Seu nome ainda aparece escrito em algumas paredes de casas da antiga agrovila do Engenho Laranjeira,

53 A área de cobertura vegetal de Laranjeiras é de 5,0 hectares; portanto, Laranjeiras possui um déficit ambiental de 77,55 hectares de terra, que deverá ser reflorestado com recursos do assentamento.

resquícios da propaganda das eleições municipais mais recentes (2000), nas quais disputou a reeleição para vereador de Tamandaré. Nas eleições de 1996, fora eleito com uma boa porcentagem de votos, muitos obtidos no então Engenho Laranjeiras.

Nas eleições de 2000, Amaro se candidatou novamente a vereador, mas perdeu, obtendo poucos votos em Laranjeiras. No ano seguinte tornou-se secretário de agricultura de Tamandaré e assumiu a vaga de conselheiro do Comdema, como representante da Secretaria de Agricultura de Tamandaré. No dia de seu ingresso no conselho (20 de junho), começa a encaminhar denúncias referentes à degradação ambiental, especialmente sobre casas do Assentamento Laranjeiras. A leitura das Atas do Comdema demonstrou que Amaro Laranjeiras fez também denúncias relacionadas ao bairro Estrela do Mar, seu reduto eleitoral. No caso de Estrela do Mar, as denúncias ao Cipoma e ao Comdema eram referentes à aplicação de agrotóxico no manguê e direcionadas a uma candidata que foi eleita vereadora, moradora e concorrente pelos votos do bairro. Amaro permaneceu no cargo de conselheiro entre o início do ano 2001 e junho de 2002, sendo, depois, substituído, devido às numerosas ausências às reuniões do conselho.

As denúncias de Amaro tornaram o Assentamento Laranjeiras um dos temas centrais das reuniões do Comdema. Cincos dias depois das mesmas, o Comdema criou um grupo de trabalho de conselheiros, destinado a tratar especificamente do tema. Em junho de 2001, o grupo visitou o assentamento e elaborou um relatório técnico sobre a situação ambiental do local. O diagnóstico apresentado no documento foi o seguinte:

O presente relatório objetiva diagnosticar a situação atual de implantação do assentamento Laranjeira, em área próxima às nascentes do rio Brejo. O rio Brejo abastece o açude de Saltinho, de onde é captada a água para a cidade de Tamandaré. Este açude está localizado nos limites da Reserva Biológica do Saltinho, unidade de conservação federal, que protege os remanescentes de Mata Atlântica na região. O assentamento Laranjeira está localizado no entorno da Reserva Biológica Saltinho e atenderá 37 famílias, antigas moradoras do engenho de mesmo nome. Serão construídas 30 casas na nova vila e outras 07 casas nas parcelas, que ainda serão demarcadas pelo INCRA.

Esta nova vila se localiza muito próxima à várzea que é uma das nascentes de água do rio Brejo, que por sua vez abastece o açude do Saltinho. O açude é o local onde é captada água que abastece o município de Tamandaré. Do rio Brejo até a vila são cerca de 200 metros de distância, sendo

que a vila será implantada na parte mais alta do morro e o rio no vale deste morro.

Atualmente estão sendo construídas 11 casas na nova vila e está previsto para os próximos dois meses o término das 19 casas restantes.

Com a implantação da nova vila do assentamento alguns impactos ao meio ambiente, em especial ao rio Brejo são previsíveis, a saber:

1 - acúmulo de lixo em toda área próxima à vila, inclusive nas margens do rio, visto que a área não é atendida pelo sistema de coleta de lixo do município de Tamandaré;

2 - problemas de extravasamento das fossas, construídas sem poço absorvente e subdimensionadas;

3 - utilização da água do rio pelos assentados para os mais diversos fins, visto não existir sistema público de abastecimento de água e tampouco recursos para perfuração de poço artesiano;

4 - como o INCRA ainda não definiu as parcelas, alguns assentados já estão plantando roça em áreas de encosta, próximas às margens do rio, agravando ainda mais o problema de carreamento de sedimento e poluentes para o rio;

5 - ocorrência de queimadas nos brejos e matas da REBIO Saltinho, sabido que a prática do fogo como “técnica agrícola” é comum na região; criação de animais (gado, porco) em área próxima às nascentes.

É inconcebível que o INCRA, dispondo de aproximadamente 300 hectares de terra, esteja implantando a nova vila do assentamento em área próxima a nascente do rio que abastece a cidade de Tamandaré. A antiga vila onde se concentravam os moradores do engenho, local que agrega a comunidade e é afastada das nascentes, provavelmente será demolida (segundo informações dos assentados). **Entendemos como ideal que o INCRA construa as casas da nova vila em outro local, preferencialmente o mais afastado possível do rio, em função dos potenciais impactos ambientais que irão advir com a ocupação desta área.** O INCRA deve parar imediatamente a construção das casas, indicar outro local para implantação da vila e reconstruir as onze (11) casas que já estão praticamente prontas. *Relatório técnico sobre a situação de implantação do assentamento laranjeira em área próxima ao rio brejo - Comdema, junho de 2001.*

Na reunião do conselho de 25 de julho de 2001, o relatório técnico foi aprovado e encaminhado ao Ibama e ao CPRH. Em setembro de 2001, o Ibama/PE autou o Incra em R\$ 50.000,00 pela instalação de agrovila no entorno da REBIO sem a sua anuência. O auto de infração foi posteriormente enviado ao Ministério Público Federal. Na reunião seguinte do Comdema, realizada no dia 22 de agosto de 2001, estavam presentes o assegurado ambiental do Incra, um representante da Companhia Estadual de Abastecimento e Saneamento do Estado (Compesa) e mais de 25 assentados de Laran-

jeiras, levados em um ônibus conseguido pelo STR-Tamandaré através da parceira do assentamento, Lica, que é membro do sindicato.

Lica foi avisada do agravamento da situação do assentamento pelo próprio Amaro Laranjeira. Segundo ela, que sabia que ele fora o autor das denúncias, Amaro teria dito que “o Ibama e um grupo do Comdema estavam fazendo tudo secretamente para prejudicar Laranjeiras”. A partir deste momento o Sindicato de Tamandaré começou a participar da história. Lica procurou o chefe da APA de Guadalupe, que é considerado pelo sindicato a única pessoa dentro do conselho “com quem se pode conversar” e ele a encorajou a participar da reunião seguinte.

Em agosto de 2001, já havia 28 casas construídas na agrovila, faltando apenas 3 para a conclusão total da construção da agrovila do assentamento. Segundo os presentes foi uma reunião tensa, com a Câmara dos Vereadores de Tamandaré cheia de parceiros apreensivos com a notícia de que suas casas poderiam ser demolidas a qualquer momento pelo Ibama. Segue trecho da ata relatando esta reunião:

A Presidente do Comdema abriu a reunião com o quarto assunto da pauta referente ao Assentamento Laranjeira, em virtude da presença de vários assentados antes mesmo de ser iniciada a reunião. Quanto à construção das casas, o representante da REBIO Saltinho ressaltou que estas só deveriam ser licenciadas pelo IBAMA se estivessem a uma distância de 10 km da reserva. Quanto ao IBAMA, informou que o Setor Jurídico e a Fiscalização poderão notificar o empreendimento do INCRA e encaminhar o processo ao Ministério Público. O chefe da REBIO dá prosseguimento ao seu relato dizendo que a preocupação do IBAMA em relação ao Assentamento Laranjeira é que este e os outros assentamentos se adequem à legislação ambiental para que possam ser licenciados. O coordenador do Projeto Recifes Costeiros informou que já existem indícios de contaminação da água, e que exames específicos só são realizados em Laboratório especializados, como a CETESB órgão ambiental do Estado de São Paulo e na UFRJ, portanto é necessário que a COMPESA órgão responsável, faça o controle da qualidade da água. O representante da COMPESA no Município de Tamandaré, solicitou ao Comdema toda a documentação inclusive as atas para encaminhar ao Gerente da COMPESA, para que sejam tomadas as providências cabíveis. O representante do setor ambiental do INCRA, explicou que houve mudança na estrutura do INCRA, tal mudança vai fazer valer a Lei da Reserva Legal, poucos assentamentos possuem esta reserva. Em relação ao Engenho Laranjeira ele disse que será impossível derrubar as 28 casas, seria interessante montar um esquema de coleta de lixo e dimensionar as fossas sépticas para os esgotamentos sanitários. O coordenador do Projeto Recifes questionou como os órgãos responsáveis (financiadores) podem liberar recursos sem projetos e sem

licenças O representante do Incra explicou que há muita pressão dos movimentos sociais rurais e urbanos em todo Brasil, e esse processo acelerou a liberação desses recursos pelo INCRA. O diretor da REBIO Saltinho acredita que vai haver o embargo das casas, a forma de autuação está sendo discutida. (Ata XXX da Reunião Ordinária do Comdema).

A partir da reunião do condema de outubro de 2001, ou seja, a primeira posterior à autuação, o Incra enviou novamente seu assegurado ambiental⁵⁴ para prestar esclarecimentos e apresentar propostas para minimizar os impactos ambientais que adviriam da ocupação da agrovila. A proposta por ele apresentada consistia na permanência do núcleo populacional no mesmo local, na instalação de um sistema condominial de esgotamento sanitário, na plantação de uma cerca viva, no reflorestamento de encostas, na instalação de caixas coletoras de lixo e na recuperação natural da mata ciliar do riacho Brejo.

Sete meses após esta reunião, o Incra não havia apresentado o detalhamento da proposta. Em maio de 2002, o Comdema delibera que o Ministério Público Federal deveria ser consultado sobre o andamento do caso e, um mês depois, dois dos representantes do Comdema (a Presidente e o Secretário Executivo) encontraram-se com o Procurador da República para se informarem sobre os encaminhamentos do Procedimento Administrativo instaurado no Ministério Público. A conversa foi comunicada ao assegurado ambiental do Incra e, em 28 de agosto de 2002, realizou-se uma reunião extraordinária no Comdema, cuja pauta foi a discussão das propostas para a agrovila do Assentamento Laranjeiras. Estavam presentes, além dos conselheiros, o superintendente adjunto e o assegurado ambiental do Incra, o procurador do Ibama, uma assessora do Ministério Público Federal, o diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré e 26 assentados de Laranjeiras.

Até a data desta última reunião, o Incra não havia pago a multa ou apresentado defesa em relação ao auto de infração. O Superintendente do Incra sustentou na reunião extraordinária a mesma proposta apresentada pelo assegurado ambiental em 2001, declarando que considerava inviável relocar a agrovila, em função do custo dessa operação, que necessariamente recairia sobre os assentados.

54 Cargo cuja função é acompanhar a adequação dos assentamentos à norma ambiental. O cargo foi criado pelo Incra em 2000, devido aos constantes conflitos ambientais envolvendo assentamentos em Pernambuco.

Tanto os conselheiros, quanto o diretor do sindicato se manifestaram negativamente diante da proposta, afirmando que os assentados não poderiam ser penalizados pela inexistência de propostas consistentes do Incra para contornar o problema. Lica, como integrante do sindicato, manifestou a proposta dos parceiros: “Eles querem a reconstrução de casas nas parcelas e estão dispostos a ajudar na preservação ambiental. Eles não querem ser responsabilizados por problemas futuros de poluição da água”. Diante da proposta da parceira, o procurador do Ibama sinalizou positivamente com a possibilidade de redução da multa em 90% do valor, caso o Incra se comprometesse a investir o valor da multa na reparação do dano, ou seja, o abatimento de 90% deveria contribuir para custear a remoção das casas..

Ao longo de todo esse processo, o assentamento passou por diversas vitórias, nas quais pessoas do Incra, Ibama, CPRH e Comdema chegavam e tiravam fotografias da agrovila, do rio, das latas de lixo e comentavam perante os moradores “a situação insustentável do assentamento”. Acompanhei dessas vitórias, uma realizada pelo superintendente do Incra e CPRH, em setembro 2001, e outra realizada pelos conselheiros do Comdema e Ibama, em outubro de 2002. O superintendente do Incra e vários técnicos estiveram no assentamento para ver o local da construção das casas e ficaram revoltados ao ver que havia mais de 200 metros entre a agrovila e o rio e que o Incra tinha sido multado por uma potencialidade futura de problema ambiental.

Em um momento mais tenso do diálogo, o superintendente do Incra perguntou ao chefe da APA de Guadalupe se ele tinha consciência de que estava “lutando para destruir a única coisa que aquelas pessoas miseráveis conseguiram durante toda a vida” e ele respondeu que estava pensando em toda a população, na saúde de Tamandaré e não apenas nos assentados. Os assentados assistiam sem se manifestar; nem sabiam que haveria visita naquele dia (era um domingo), tampouco qual era o seu objetivo.

As visitas constantes de instituições fizeram os parceiros de Laranjeiras irem progressivamente se mudando da antiga vila do engenho (área que possuía energia elétrica e abastecimento de água) para as novas casas que, devido ao embargo do Ibama e à indefinição sobre a permanência da agrovila, ainda não possuíam água, energia elétrica ou saneamento. Uma moradora comparou a situação de mudança coletiva e apressada a “um acampamento depois da imissão de posse”. A explicação dos assentados para a sua mudança

foi que o Ibama não derrubaria as casas se os moradores estivessem dentro delas. A idéia dessa prática de resistência partiu da coordenadora de projetos de assentamento do Incra, que teria orientado os parceiros a “fazer a ocupação” da nova agrovila e pintarem suas casas para indicar permanência.

Configurou-se uma situação aparentemente insólita, os parceiros ocupavam como forma de manifestação suas próprias casas para que elas não fossem derrubadas pelo Ibama. Como demonstrou Comerford (1999:145), a ocupação é uma forma de “demonstrar capacidade de mobilização e criar condições para alterar a capacidade de pressão sobre um órgão do Estado”, o diferencial da situação é que a ocupação foi proposta por um órgão do Governo Federal contra outro (Incra contra o Ibama), indicando a apropriação pelo Estado de estilos de mobilização do qual geralmente são os alvos⁵⁵. Em novembro de 2001, 19 das 28 casas da agrovila já estavam ocupadas pelos parceiros, devido à recomendação da coordenadora ou ao precário estado de conservação de algumas das casas da antiga vila de moradores, que desabaram com as chuvas.

A segunda visita que acompanhei ocorreu em 25 de outubro de 2002. Seu motivo foi uma determinação do Ministério Público Federal, que, no dia 19 de setembro, reuniu-se com o superintendente do Incra e seus assessores e determinou que o Ibama e CPRH apresentassem as respectivas posições técnicas sobre a manutenção das habitações:

O procurador da República requisitará ao CPRH e ao Ibama laudo técnico, conclusivo, sobre a manutenção ou não das habitações naquela área. O procurador da República, por oportuno, informou que, em caso de conclusão técnica recomendando a remoção do assentamento, caberá ao Incra arcar com os ônus financeiros dessa remoção, que não podem ser repassados para os assentados, uma vez que estes não foram responsáveis pelo assentamento. O procurador da República informou por fim que nessa hipotética situação e remoção poderá ser firmado Termo de Ajustamento disciplinando a forma e cronograma de remoção. (Ministério Público Federal-Ata de reunião realizada em 19/09/2002 com o Incra para apurar instalação de vila residencial no Assentamento do Engenho Laranjeiras – PA 1.26.000.911/2001-64.

As visitas geralmente ocorrem sem o conhecimento prévio dos moradores, pois são adequadas às agendas dos funcionários, quase todos vindos de Recife. A visita referida acima ocorreu no início da tarde e foi reali-

⁵⁵ O Incra de Pernambuco é possivelmente um dos órgãos públicos mais ocupados do país. A instituição já criou, inclusive, uma agenda para organizar as datas de ocupações, para que não existam sobreposições, durante o mesmo período, de vários movimentos ocupando o prédio.

zada pelo chefe da APA de Guadalupe, por dois representantes do Comdema (uma pesquisadora e o executor local), pelo chefe da REBIO Saltinho, por Lica (STR-Tamandaré) e pelo assegurado ambiental do Incra. O objetivo central era conferir o mapa que o Incra fez após o parcelamento de Laranjeiras, verificando se a área de Reserva Legal (20% da área do assentamento) estava corretamente demarcada. O Ibama exigiu a demarcação oficial para conceder o parecer sobre as casas ao Ministério Público. Durante o sorteio de parcelas entre os moradores de Laranjeiras, realizado pelo Incra em outubro de 2001, os moradores pediram a exclusão do sorteio da parcela situada nos limites de Saltinho (a parcela 14). Essa decisão resultou na concessão de 23% da área de Laranjeiras (93 hectares) para reserva legal; portanto, uma área maior do que a exigida por lei.

Todos chegavam em carros institucionais, inclusive eu e Lica, que pegamos uma carona como Chefe da APA de Guadalupe. Há duas entradas em Laranjeiras: pela antiga agrovila e pela nova agrovila, aquela condenada pelo Ibama; o assegurado ambiental chegou primeiro e ficou a espera dos outros na antiga agrovila. Os representantes de instituições ambientais chegaram um pouco depois, pela nova agrovila. Várias mulheres do assentamento vieram furiosas em sua direção, gritando que estavam sem energia elétrica e água há um ano por causa deles. Informados de que o assegurado ambiental estava no outro lado do assentamento e que um parceiro tinha ido chamá-lo, os representantes do Ibama, CPRH e Comdema, de posse de seus numerosos mapas, esperaram por sua chegada.

O parceiro que foi chamar o representante do Incra voltou dizendo que ele não subiria; esperaria por todos lá embaixo. Os ambientalistas decidiram não aceitar o comportamento do assegurado ambiental e ignoraram sua presença, realizando a visita e discutindo os mapas junto com Lica, que foi designada, naquele momento, substituta do Incra, na condição de representante oficial dos assentados.

Morando na área desde que nasceu, Lica foi indicando com precisão as coordenadas geográficas da localização de parcelas, engenhos, área definida como reserva legal etc. e indicando incongruências no mapa do Incra.

As mudanças no domínio de territórios, materializadas na confecção de novos mapas do litoral sul, vêm acarretando consultas freqüentes a agentes locais para corrigir erros cometidos em função das rápidas visitas dos

técnicos ao local. Semelhantemente à atuação de Lica, retificando os mapas do assentamento, acompanhei os pescadores da Colônia de Rio Formoso colaborar na correção de mapas do estuário do rio, produzidos pelo CPRH, que omitiam afluentes ou atribuíam nomes errados ou trocados a alguns outros. Embora haja uma ênfase, tanto por parte das instituições governamentais quanto das não governamentais, em garantir a participação política dos agentes locais alvos de políticas públicas, essa participação vem ocorrendo sobretudo através da cooperação técnica, devido ao inegável conhecimento mais aprofundado do espaço local. Foi apenas no domínio da geografia local que foi percebida uma quebra de hierarquia, que permitiu um diálogo entre iguais entre Estado e população local, na área pesquisada. Era neste âmbito que havia um real reconhecimento de que o outro tinha realmente uma contribuição a dar.

Na visita a Laranjeiras, ficou patente a ignorância geográfica do chefe da Rebio, que desconhecia completamente a posição das propriedades privadas em volta da reserva que administrava há anos. O mapa do Incra demonstrava erros grosseiros, causados por desconhecimento dos termos da legislação ambiental, apresentando, ainda, confusões na nomenclatura. No mapa de Laranjeiras, a área de Reserva Legal estava indicada como Área de Proteção Ambiental. Finalmente, membros do Ibama, CPRH e Cipoma chegaram à conclusão de que os mapas do Incra tinham erros e seriam necessários mapas suplementares de curva de nível, superpostos ao mapa do assentamento, para que se pudesse fazer uma avaliação técnica e concluir se o parcelamento do assentamento respeitava integralmente a legislação ambiental; não obstante essa verificação fosse feita, Lica ressaltava veementemente que não havia nenhuma parcela na fronteira com a reserva, pois nenhum parceleiro aceitou ser vizinho desse terreno para evitar problemas futuros.

Ao final dos acertos cartográficos, os representantes de instituições ambientais desceram a antiga agrovila para comunicar a demanda pelos mapas de curva de nível ao Incra, o que provocou uma grande discussão entre o assegurado ambiental da instituição (furioso por ter sido ignorado e pela exigência dos novos mapas que considerou absurda) e os representantes do Comdema e da REBIO-Saltinho. A discussão ocorreu diante de todo assentamento, ficando claro que ainda se estava muito longe da resolução do impasse. Alguns parceleiros, irritados, começaram a agredir verbalmente e

jogar pedaços de pau nos carros institucionais, ensaiava-se um possível linchamento. Lica tentava acalmar as pessoas e muitos me perguntavam sobre a decisão dos “engravatados”, denominação que eles usavam para os burocratas do Estado.

O assegurador ambiental entrou irritado e amedrontado no carro e foi embora e, logo depois, os representantes do Ibama, CPRH e Comdema também o fizeram. Nenhum deles deu qualquer esclarecimento aos assentados, tarefa que acabou ficando nas mãos de Lica. Na saída de Laranjeiras, o chefe da APA, também indignado com o impasse que parecia cada vez mais complicado, avaliou a situação afirmando que a região havia “saído da cana para entrar no caos”, parafraseando o título da música do compositor pernambucano Chico Science “Da lama ao caos”, que acabou inspirando o título desse trabalho. Na visita, foi possível perceber a invisibilidade dos assentados perante as instituições presentes e a pouca disposição em negociar uma solução para o conflito, tanto por parte do Incra quanto das entidades ambientais (Ibama, CPRH e Projeto Recifes Costeiros), para quem parecia mais importante criar condições para a manutenção do conflito.

O caso de Laranjeiras foi exemplar e abriu precedente para outras ações do Comdema no sentido de controlar, através de exigências do cumprimento de normas ambientais, o território dos assentamentos rurais de Tamandaré. Em reunião do Comdema em 20 de novembro de 2002 (um pouco depois da visita narrada), o coordenador do Projeto Recifes Costeiros tentava reforçar e avivar a idéia do risco ambiental destes espaços, apresentando laudos sobre a qualidade da água no Rio Mamucaba.

De acordo com estes laudos haveria níveis altíssimos de coliformes fecais nas águas próximas a dois dos assentamentos rurais de Tamandaré (Brejo e Laranjeiras). Segundo resolução do Conama Nº 274/00, o padrão de aceitabilidade para banho é de no máximo 1.000 coliformes fecais, ou *E coli*, por 100 ml; em duas ou mais amostras. Foram coletadas amostras em 5 pontos: boca do Rio Mamucabas (2 amostras), canal do Loteamento Portal de Tamandaré (2 amostras), entrada do loteamento Brejo (2 amostras), antes da Primeira casa do loteamento Brejo (2 amostras), açude de Saltinho (2 amostras). Eis os resultados do exame bacteriológico:

- Açude da REBIO-Saltinho: 8.000 a 6.000
(O resultado indica que a água do açude já é contaminada);

- Antes do Assentamento Brejo: 1.000;
- Depois de Brejo: 150.000;
- Loteamento Portal de Tamandaré: 900;
- Boca do Rio Mamucaba: 29.000.

Ao apresentar os dados, que considerou “alarmantes”, o coordenador do projeto fez chegar as seguintes conclusões: “Os assentamentos acabaram com o rio mais limpo do Estado”. “Os assentamentos destruíram o rio em um ano”. “O Incra fez serviço porco”. E, referindo-se ao Assentamento Brejo: “O Incra colocou uma favela na beira da estrada”. Os resultados do exame bacteriológico foram anexados à vistoria efetuada por Comdema, Ibama e CPRH para serem encaminhados ao Ministério Público Federal.

O exame da água foi mais uma tentativa de reforçar com dados científicos a posição do conselho quanto ao risco representado pelo assentamento e à condenação, perante o Ministério Público, da agrovila de Laranjeiras. A reconstrução desta denúncia permite entrever o questionamento da hegemonia do Incra sobre territórios que apresentam uma veloz expansão espacial na região, provocando disputas institucionais pela divisão de poder em torno do seu controle, pois mesmo que o movimento social assumira estes espaços, cabe ao Estado, através de sua administração, a gestão.

Denúncia e resolução de conflitos internos do assentamento

A transformação do Engenho Laranjeiras em Assentamento Laranjeiras foi marcada pelo diferencial do ingresso de duas pessoas provenientes de um acampamento do MST: Geraldo e Cardoso. Reconstituo, a seguir, a trajetória de inserção dos dois, a partir do que pretendo, analisando o processo de acolhimento de Geraldo pelos moradores de Laranjeiras, compreender também como Cardoso tornou-se alvo de uma trama de denúncias feitas pelos próprios assentados.

A explicação imediata da inclusão do nome de Geraldo na lista de parceiros, constituída pelos moradores, em um contexto em que nenhum dos vários trabalhadores clandestinos do engenho foi contemplado com parcela, envolvia sempre os atributos positivos de Geraldo: de acordo com as avaliações dos moradores, “ele veio com a família”, “não é encrenqueiro”, “é calmo e não bebe”, “plantou logo roça e fez casa de taipa, é trabalhador”, “colocou os seus sete filhos na escola do engenho e no “mão amiga” (nome que

denominam o Programa Bolsa Escola) assim que chegou no acampamento”, se relacionava bem com os moradores, era “comportado, casado, família grande”, “morou com a família na barraca de taipa desde que chegou”, participava das reuniões dos moradores”, “precisava muito de terra e lugar para morar”.

Enfim, durante o período de acampamento em Laranjeiras, um dos mais antigos moradores faleceu e, portanto, havia uma “vaga” sobrando; ao mesmo tempo, Geraldo demonstrava cada vez mais ser a personificação invertida dos preconceitos atribuídos aos acampados trazidos pelo MST (estavam sozinhos, sem família/filhos, arranjavam confusão, bebiam cachaça, tinham uma relação distanciada com os moradores e com os assuntos do engenho, não moravam no acampamento, não precisavam de terra porque moravam e tinham casa na cidade). Geraldo, ao entrar no acampamento, se incorporou ao grupo de moradores através da participação em algumas das suas principais experiências coletivas: a escola e as reuniões. Ele descreve assim a sua ida para Laranjeiras:

“Quando fui chamado pelo MST, eu estava na casa de um irmão em Barreiros, meu irmão ia entregar a casa e eu não tinha para onde ir, então fiz da barraca a minha morada.” (Geraldo, em entrevista realizada em 30/10/2001).

Durante todo o período do acampamento, Geraldo não se afastou das lideranças do acampamento; ao contrário, participava ativamente das místicas, das atividades coletivas e das manifestações movidas pelo MST, demonstrando até hoje a sua gratidão, ao obrigar os filhos a usar o boné vermelho do movimento e afirmando que participa de qualquer manifestação em que solicitarem a sua participação.

Antes do processo de desapropriação, porém, ocorreram outras mudanças que provocaram novas alterações no cadastro de parceiros, tais como as substituições de parceiros que faleceram ou abandonaram o engenho. Além de Geraldo, que entrou no lugar de um morador falecido, foram feitas mais duas substituições no cadastro de Laranjeiras. Ambas foram resultantes de escolhas coletivas dos moradores do engenho, posteriormente, acatadas pelo Incra. Um morador cadastrado pelo Incra desistiu de sua parcela porque recebeu uma proposta de emprego para trabalhar em São Paulo. Perguntados sobre este parceiro a resposta mais recorrente dos moradores

de Laranjeiras era: “um dia encostou uma Kombi e foi todo mundo (o parceleiro, mulher e filhos) embora para São Paulo e ele deixou a parcela para o irmão”. O irmão foi indicado pelo parceleiro e os moradores e o Incra acata-ram a indicação.

Um outro caso de mudança de parceleiro foi o de um antigo morador que foi pego usando um revólver em município vizinho e acabou sendo preso pela polícia. Quando voltou ao engenho, o patrão expulsou-o, o que mostra que até pouco antes da imissão de posse, ele ainda tinha autoridade total sobre o espaço do engenho. O morador expulso conseguiu um emprego em outro município e, devido à vergonha por ter sido “botado para fora” do engenho, desistiu da sua parcela. Em seu lugar, entrou uma integrante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tamandaré (Lica), parceleira de outro assentamento, que estava sob ameaça de morte pelo ex-patrão, porque denunciou ao Cipoma por poluir o rio que corta o assentamento onde tinha parcela. Sua entrada ocorreu através de uma solicitação do STR-Tamandaré e do Incra ao presidente da Associação.

Enquanto Geraldo tinha reputação de homem sério e trabalhador, o outro remanescente do acampamento do MST, Cardoso, conduziu a sua permanência em Laranjeiras de forma desastrosa após o fim do acampamento. Os moradores de Laranjeiras costumavam dizer que não queriam Cardoso lá porque ele não precisava, pois era “funcionário público (lixeiro) da Prefeitura de Rio Formoso, possuía casa na rua (centro urbano)”, tinha várias mulheres e, principalmente, porque “ele ficou a pulso”, ou seja, impôs sua presença contra a vontade dos moradores.

Durante o período em que durou o acampamento, Cardoso, o remanescente do acampamento do MST em Laranjeiras não aceito pelos moradores, se apropriou de uma área atribuída a ele durante um pré-parcelamento improvisado pelas lideranças do acampamento e plantou árvores, contrariando as determinações do Incra, que estabeleciam que não se poderiam plantar lavouras permanentes até que o parcelamento fosse concluído. Os moradores obedeceram rigorosamente a essas determinações e não plantaram nem mesmo lavouras de subsistência até o sorteio e demarcação das parcelas; esse período durou um ano e meio e é lembrado como uma fase de privações e sofrimentos, necessários para que não houvesse empecilhos à imissão de posse e ao parcelamento.

Nesse período, Cardoso construiu uma casa de taipa e colocou um homem idoso para morar e tratar da lavoura na parcela que considerava sua. Segundo acusações dos moradores, após a emissão de posse, ele aparecia no assentamento cerca de uma vez por semana com sua mulher e raramente visitava a agrovila onde residiam todos os moradores de Laranjeiras. Era acusado de usar a parcela como casa de veraneio.

Em outubro de 2001, poucos meses após o embargo das casas e a multa ao Incra, Cardoso foi denunciado ao chefe da REBIO-Saltinho pelos moradores de Laranjeiras e por Lica, que os conduziu e representou durante a maior parte do processo de denúncia, por “poluir o assentamento com lixo”. Os moradores denunciaram-no ao motorista do chefe da REBIO-Saltinho, que, desde a autuação, fazia rondas semanais para fiscalizar se os assentados estavam utilizando água do rio ou plantando nas encostas que dividem o assentamento da reserva; outra denúncia foi feita ao chefe da APA. Lica também telefonou para chefe da Reserva Biológica de Saltinho e disse que Cardoso estava colocando lixo no assentamento. As denúncias ocorreram logo após os moradores terem a confirmação por parte do Incra do dia do sorteio das parcelas, ou seja, uma semana antes da divisão do assentamento em parcelas, o “corte da terra”.

A atitude de denunciar parecia, a princípio, irracional, pois corroborava a postura propagada pelo Ibama de que o Assentamento era um risco ambiental. No entanto, o momento preciso em que ocorreu a denúncia permite apontar sua motivação: foi um meio de inviabilizar definitivamente qualquer possibilidade da presença de Cardoso no assentamento após o parcelamento da terra, buscando, através do desprestígio conferido pela denúncia, excluí-lo do sorteio das parcelas. Vale lembrar que a estratégia foi elaborada em função dos recentes conflitos com as entidades ambientais, momento em que os funcionários do Incra estavam querendo evitar a todo custo mais desavenças institucionais, devido ao desgaste institucional representado pela multa, pelo embargo das casas da agrovila e pela demonstração de força do Ibama. Tendo participado das reuniões do Comdema, os moradores conheciam a situação delicada do Incra.

Antes da transformação do engenho em assentamento, o contato entre os moradores de Laranjeiras e a reserva ocorria, sobretudo, através de seus guardas, com os quais os moradores tinham boas relações. Não houvera

nenhuma tentativa de intervenção e nem mesmo visitas ao local enquanto ele era explorado pelo patrão. A REBIO Saltinho possui 8 guardas que já trabalhavam na segurança da reserva há vários anos e residiam em Tamandaré. Alguns deles tinham amigos em Laranjeiras, outros até se consideravam parceiros de outros assentamentos de Tamandaré, devido à colaboração freqüente nos trabalhos agrícolas de parentes residentes no Assentamento Brejo.

Todas as vezes que estive na reserva de Saltinho conversando com os guardas presenciei a passagem de trabalhadores rurais pela estrada, paravam em frente à reserva, conversavam um pouco com os guardas, às vezes ofereciam um pedaço da cana que vinham carregando. Segundo os moradores de Laranjeiras, por várias vezes, os guardas flagraram pessoas do engenho pescando no açude, eles repreendiam-nas, mas nada comunicavam ao chefe da reserva. Perguntados a respeito das relações com os moradores, os guardas declaravam que “eles não causam problema, esta história das casas foi um problema que o Incri criou”. Portanto, durante os anos anteriores ao final deste estudo, a convivência com os guardas da reserva vinha sendo caracterizada pelo exercício de uma vigilância ambiental tolerante sobre o engenho, sem maiores conseqüências.

Antes de Laranjeiras tornar-se pauta do Comdema, esse tipo de conflito estava longe do horizonte de seus moradores. A REBIO-Saltinho era somente um vizinho com cujos guardas se mantinham relações pacíficas. O processo que conduziu à denúncia de Cardoso foi resultado do aprendizado obtido nas reuniões do conselho, pelas quais os 25 parceiros de Laranjeiras tomaram conhecimento do alcance e da eficácia do uso da legislação ambiental; aquela foi uma demonstração pedagógica da eficácia da denúncia para estabelecer fronteiras e expulsar vizinhos indesejáveis para bem longe deles.

Logo após as denúncias sobre Cardoso, funcionários da reserva estiveram no assentamento, fotografaram o lixo que ele havia depositado no assentamento e concluíram que aquilo não configurava poluição ambiental, pois só havia despejo de lixo orgânico, uma prática até mesmo recomendada de agricultura sustentável. Cardoso era lixeiro em Rio Formoso e estava levando o caminhão com sobras da feira para adubar a terra da parcela que vinha cultivando desde o período do acampamento. Lica e os moradores de Laranjeiras ficaram indignados. Lica, ao saber que o Ibama nada faria contra

Cardoso, disse agressivamente ao chefe do CPRH que eles queriam evitar conflito com a Prefeitura de Rio Formoso, pois o caminhão que jogava lixo em Laranjeiras pertencia à prefeitura.

Se os moradores visavam exclusivamente a atingir Cardoso com a denúncia, o ato de Lica tinha um alcance maior: visava, através de Cardoso, atingir a Prefeitura, acusando-a de poluir o assentamento. Rio Formoso tinha como prefeita a mulher do ex-prefeito de Rio Formoso, inimigo político pessoal e do sindicato ao qual pertencera. A longa história de rivalidade estava ligada às posições políticas de Lica e do ex-prefeito ao longo dos anos. Enquanto representante do sindicato, ela liderou greves contra a prefeitura durante a sua gestão, participou de ocupações de terra em suas propriedades e tornou-se parceira de um dos engenhos que ele explorava. A tensão entre os dois inimigos atingia o ápice exatamente naquele momento, quando Lica se tornou vizinha do ex-prefeito e eles travavam uma permanente guerra de nervos: ele fazia piadas e ameaçava reintegrá-la ao serviço público (do qual foi afastada devido a uma greve) em condições humilhantes, colocando-a para varrer as ruas da cidade. Quando a via passar na rua, gritava que tinha um “vassourão esperando-a em Rio Formoso”.

Mesmo com a denúncia contra Cardoso considerada infundada, a chefe da divisão de assentamentos do Inbra foi imediatamente contatada pelo Presidente da Associação de Laranjeiras, informando-lhe que o Ibama voltara a vistoriar Laranjeiras devido a denúncias contra Cardoso. Para evitar conflitos entre moradores e Cardoso, considerado uma pessoa violenta, o sorteio das parcelas foi feito na véspera da data oficial às 8 horas. Cardoso chegou para o sorteio no dia seguinte de manhã e viu o mapa das parcelas pendurado na parede da escola; no local que ele estava cultivando, estava o nome de um morador.

Embora todos considerassem Cardoso o remanescente indesejável do acampamento, foi sua esposa quem teve a iniciativa de participar do acampamento em Laranjeiras. Ela tinha 42 anos, morava na área urbana de Rio Formoso e tinha dois filhos pequenos. Era a única mulher de acampamento do MST em Laranjeiras, sua única experiência de ocupação. Encontrei-a no “arruado” (centro social) de Laranjeiras no dia seguinte ao sorteio, quando ela e o marido souberam que tinham sido excluídos e que a parcela cultivada por eles, destinada a um morador. No mesmo dia, Cardoso foi ao

Incra, em Recife, buscar uma solução para reverter o processo. Lá os funcionários informaram-lhe que nada mais podia ser feito a esse respeito.

Enquanto isso, sua mulher passou o dia sentada em frente à escola do arruado, esperando que ele chegasse do Incra; estava visivelmente desolada e chorava muito, enquanto os moradores passavam por ela exultantes, porque naquele dia o Exército estava demarcando oficialmente as suas parcelas década família. A mulher de Cardoso disse que fora acampar para “ter uma garantia para poder se separar do marido”, pois a parcela ficaria em seu nome: ela acampara e o marido não poderia ser contemplado porque era funcionário público.

Ela não tinha um bom relacionamento com Cardoso desde que descobriu, após cinco anos de casada, que ele possuía outra mulher e filhos no agreste pernambucano. Uma acusação freqüente relacionada a ele que escutei dos moradores era referente às “suas três mulheres”. Ela confirmou essa história, afirmando que a decisão de acampar foi tomada quando ele arranhou a terceira mulher, desta vez em Rio Formoso, o que tornou sua situação humilhante. Após ver as ocupações dos três engenhos próximos a Rio Formoso, resolveu entrar no acampamento seguinte. Segundo ela, a parcela seria sua “libertação”; imaginava que, após conquistá-la, conseguiria uma casa do governo e recursos para plantar, ficando independente do marido.

Durante a medição e demarcação de parcelas pelo exército, os moradores exigiram que fossem excluídos do parcelamento toda a fronteira da reserva biológica, a nascente do rio e o entorno do açude, pois ninguém queria terras naqueles locais após todo o conflito com o Ibama. A conclusão do parcelamento determinou que havia três parcelas excedentes ao número de cadastrados entregue ao Incra; uma delas ficou para a reserva, a segunda tornou-se área comunitária e o Incra solicitou que os assentados decidissem se Cardoso deveria ou não receber a outra. Eles solicitaram ao Incra que determinasse o uso da parcela, pois não queriam tomar tal decisão.

Alguns meses depois e sem nenhuma parcela, Cardoso, acompanhado de três homens, foi à casa do morador que recebeu em sorteio a terra, que vinha cultivando, para ameaçá-lo e mandar que abandonasse o local. A partir deste acontecimento, os moradores passaram a telefonar para o Incra pedindo providências. O Incra reuniu os assentados, que pediram que esse órgão se encarregasse de expulsá-lo. Segundo informações obtidas no STR-

Tamandaré, a Procuradoria do Incra teria “botado ele para fora”, ameaçando levar a questão à polícia caso existissem novas denúncias de ameaças por ele praticadas.

Depois desse acontecimento, nem Cardoso nem sua mulher voltaram a Laranjeiras. A prática da denúncia como recurso para enfrentar inimigos e desafetos difundiu-se em Laranjeiras; na última vez que estive no assentamento, a mulher de um parceleiro, recentemente abandonada pelo marido após denunciá-lo à polícia por espancamento, perguntou-me se eu tinha o telefone do Cipoma para que ela o denunciasse pelos inúmeros passarinhos que criava em casa.

O caso Laranjeiras permite confrontar, através dos usos das denúncias de crime ambiental, estratégias múltiplas de conquista e controle territorial por parte do Estado e dos assentados. Agentes ambientalizados do Estado e ONGs buscavam, através da denúncia e da manutenção de uma situação de conflito por ela instaurada, impor a norma ambiental a novos territórios e obter um espaço até então negado na tomada de decisões referentes a estes espaços. Para os assentados, a denúncia foi um meio de livrar-se de um intruso e reafirmar o privilégio conferido por lei a um grupo (moradores) sobre o espaço do assentamento. Nos dois casos, a denúncia se tornou uma linguagem, um meio de posicionar-se, garantindo ou questionando formas de poder sobre o território.

Da cana ao caos

Parte 2

Se os trabalhadores rurais assentados e suas prática de agricultura de subsistência de ciclo curto são freqüentemente caracterizados por ambientalistas como potencialmente predatórios ao meio ambiente, outros segmentos sociais e atividades costumam ocupar uma posição diametralmente oposta, alimentando imagens idealistas da existência de grupos em maior sintonia com a natureza, seja por suas práticas pouco impactantes, seja por constituírem grupos ou “culturas” valorizados como reservatórios de tecnologias úteis à exploração adequada do meio ambiente.

Semelhantemente à “ecologização” de populações indígenas da Amazônia (Castro 1992) ou grupos sociais como os caçadores da África Ocidental (Leach 1999), os pescadores artesanais são associados às imagens românticas dos homens indissociavelmente ligados à natureza, vivendo em perfeita harmonia com o meio ambiente, ou seja, “populações-animais reguladas por parâmetros naturais” (Castro 1992: 25).

Este segmento do presente estudo explorará o processo de “ecologização” de um grupo social e como esta “substantivação” vem sendo apropriada para a criação e legitimação de associações e para a produção de identidades sociais prestigiadas entre pessoas que exerciam uma atividade antes socialmente desvalorizada. Faço esta análise através da reconstituição da formação da Colônia de Pescadores de Rio Formoso, sua relação com os associados, o poder municipal e instituições ambientais, e da identificação social das pessoas passaram a ser convencionalmente denominadas “os pescadores de Rio Formoso”.

Em 2002 o Presidente da Colônia de Pescadores de Rio Formoso foi premiado com um troféu e intitulado personalidade do órgão ambiental de Pernambuco (CPRH) do ano de 2002, por “relevantes serviços prestados ao meio ambiente”. Não há conselho de defesa do meio ambiente ou órgãos ambientais sediados em Rio Formoso, como ocorre em Tamandaré, mas a Colônia de Pescadores do município já organizou três mutirões de limpeza do manguezal que cerca a cidade (em 1997, 1999 e 2002) e um seminário que visava a cobrar do Ibama e do CPRH o cumprimento do Zoneamento Ecológico Econômico da APA de Guadalupe. No final de 2002, antes do último desses mutirões, a Colônia mobilizou educadores ambientais na promoção de palestras de sensibilização para um público de 400 pessoas de assenta-

mentos rurais e escolas públicas do município, com o objetivo de difundir o esforço de proteção ambiental para além dos pescadores.

A Colônia de Pescadores de Rio Formoso foi fundada após a emancipação de Tamandaré, em 1996, e a cada ano vem conseguindo atrair mais associados, além da colaboração de instituições governamentais e não governamentais, dispostas a promover atividades em parceria com a entidade. Descreverei o processo que permitiu a associação da colônia de pescadores de Rio Formoso à proteção ambiental. Em seguida, procuro identificar a composição social de fundadores e alguns associados da colônia, buscando caracterizar a associação à colônia como uma estratégia de garantir direitos e proteção institucional para um futuro percebido como altamente incerto.

CAPÍTULO 6

A PESCA E OS DIREITOS

“A colônia de Rio Formoso era a Z-5, que agora é de Tamandaré. Para fundar esta colônia foi muita briga, muita zoada. Aquela gente do lado de lá dizia assim: aquele nego lá tem competência para ser presidente e para administrar? Nesta época, o presidente da colônia era o que agora é prefeito de Tamandaré. Ele ficou 12 anos no poder, era um ditador”.
(entrevista com Gil, pescador e sócio fundador da colônia Z-7).

A Colônia de Pescadores de Rio Formoso foi fundada em agosto de 1996, uma data lembrada pelos fundadores como um marco de vitória coletiva. Na parte anterior deste trabalho demonstrei que a emancipação de Tamandaré permitiu a constituição de novas organizações, instituições e legislações, o que teria facilitado o acesso e a atuação de entidades devotadas à proteção ambiental. A única instituição do município-mãe que foi incorporada por Tamandaré após a emancipação foi a Colônia de Pescadores. Há duas razões para esse evento excepcional. Primeiramente, a entidade era a base política do primeiro prefeito de Tamandaré. Além disso, a maior parte dos pescadores morava na área litorânea, totalmente abrangida pelo então distrito de Tamandaré (a sede da colônia sempre esteve situada lá); ocorreu, ainda, que, após a emancipação, a divisão geográfica seguiu o mesmo recorte dos limites distritais e Rio Formoso perdeu para Tamandaré toda sua área costeira.

A iniciativa de fundar a colônia partiu dos pescadores que moravam em Rio Formoso, insatisfeitos com a discriminação que sofriam em relação aos pescadores de Tamandaré. A grande maioria dos pescadores de Rio Formoso pratica a pesca artesanal apenas em rio (em 2002, entre os mais de 250 associados da colônia, apenas 4 pescadores praticavam a pesca marítima). A pesca exclusivamente fluvial, voltada para a subsistência e praticada em canoas pelos associados da colônia provenientes de Rio Formoso, era um modelo marginalizado, tido como amador pelos pescadores de Tamandaré, que pescam com traineiras no mar. A posição de inferioridade era marcada pela escolha recorrente de lideranças que representavam os grupos voltados para a pesca marítima.

A pequena representatividade numérica dos pescadores de Rio Formoso não significava ausência de participação. Eles tinham um represen-

tante oficial, que durante as reuniões freqüentemente apontava a necessidade de uma maior atenção da colônia a esse contingente de pescadores; assinava, especialmente, a necessidade de distribuição mais justa dos recursos e equipamentos que a entidade conseguia através de projetos, pois o grupo de Rio Formoso ficava excluído das partilhas realizadas pelo presidente da entidade.

Eles faziam projeto de R\$ 150.000,00 vindo da Alemanha. Quando o dinheiro saía o presidente da colônia perguntava para cada um: o que é que tu quer? Aí um dizia eu quero uma canoa, o outro dizia eu quero uma rede de arrasto. E conseguia. O pessoal daqui não ganhava nada. (entrevista com Gil pescador filiado à Z-7).

Segundo a versão dos ex-participantes da colônia, o tratamento desigual entre associados ocasionou, em 1988, à mobilização dos pescadores provenientes de Rio Formoso associados à colônia, para o lançamento de uma candidatura que representasse os interesses do grupo contrário à nova tentativa de reeleição do presidente. Lançaram a candidatura de Chico, um conhecido pescador de Rio Formoso. A atitude teria sido vista pelo dirigente da entidade como um desafio à sua autoridade. Os pescadores de Rio Formoso relataram que várias vezes o candidato deles foi convidado a levantar-se em meio às reuniões da antiga colônia e hostilizado com brincadeiras racistas do então presidente da colônia, que não os demoveram da candidatura de oposição.

Alguns meses antes do dia da eleição, o então presidente da colônia tentou inviabilizar a referida candidatura, consultando funcionários da Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento Pesqueiro) e da Federação de Pescadores de Pernambuco a respeito das normas de pertencimento a colônias de pescadores e condições de elegibilidade para presidente destas entidades; terminou por encontrar uma brecha legal capaz de derrubar a candidatura oposta: segundo as normas, quem possui outra profissão não pode ser associado ou se candidatar a cargos em colônias de pescadores (o candidato dos pescadores de Rio Formoso, Chico, era funcionário da prefeitura).

A ação que visava a pôr um fim a qualquer pretensão de enfrentamento dos pescadores de Rio Formoso teve um desfecho descrito como desonroso, tanto para o candidato opositor quanto para os pescadores que o apoiavam. Após a denúncia, a Sudepe e a Federação dos Pescadores

consideraram ilegais não só a candidatura de Chico, mas também a sua associação à colônia; ele foi, então, oficialmente expulso da entidade, perdendo até mesmo a carteira de pescador. Embora eu tivesse por diversas vezes conversado, entrevistado e acompanhado Chico em várias atividades entre 1999 e 2002, ele jamais comentou o episódio da expulsão comigo; no entanto, muitos pescadores referiam-se ao fato como um episódio de humilhação coletiva que influenciou no desejo de fundar uma outra colônia.

O presidente da colônia encheu a cabeça da federação e da Sudepe de que ele era funcionário público, fez a cabeça deles. Aí ele trouxe o pessoal da Sudepe, que tirou todo mundo que tinha outra profissão, carpinteiro, eletricitista, umas dez pessoas, inclusive o Chico (candidato), que era funcionário. Ele deixou de ser sócio e de ter carteira de pescador. Ele se sentiu humilhado e pisado e ficou oito anos fora da colônia. (entrevista, 2001 com Gil pescador e sócio fundador da colônia Z-7).

Em 1996, ocorreu o plebiscito que determinou a emancipação de Tamandaré. A nova configuração geográfica permitiu o surgimento de novos desenhos na esfera de poder em Rio Formoso. Vimos que, em Tamandaré, esse processo resultou na abertura de espaços políticos para grupos que não tinham acesso à participação na política local (Cepene/Ibama) e ao enraizamento de grupos ambientalizados recém-chegados, como o Projeto Recifes Costeiros. Em Rio Formoso, a emancipação permitiu o empoderamento de facções antes minoritárias em entidades dominadas por grupos provenientes de Tamandaré. O novo município, Tamandaré, herdou a então Colônia de Pescadores de Rio Formoso que, tornou-se, após a emancipação, a Colônia de Pescadores de Tamandaré. Concomitantemente, os pescadores descontentes de Rio Formoso fundaram uma nova Colônia de Pescadores de Rio Formoso.

A emancipação de Tamandaré e criação da nova colônia de pescadores de Rio Formoso permitiram, ainda, a abertura de um canal de participação para o Ibama na nova associação de pescadores em Rio Formoso, fundando-se um novo período das relações amistosas do órgão com esse tipo de associação na região, em contraste com o relacionamento com a colônia dirigida pelo grupo de Tamandaré que permaneceu conflituoso ou distante. Um funcionário do Cepene-Ibama incentivou e ajudou na realização dos trâmites burocráticos para que os pescadores de Rio Formoso fundassem uma

nova colônia. O grupo que articulou a candidatura de oposição para a presidência da colônia em 1988 solicitou a este funcionário que intercedesse junto ao Ibama, para que Chico recuperasse sua credencial de pescador e pudesse liderar a nova colônia.

Através da mediação do funcionário, Chico recuperou em pouco tempo a sua carteira de pescador; em seguida, o mesmo funcionário do Ibama solicitou a colaboração da Federação de Pescadores de Pernambuco no envio de um advogado que cuidasse dos trâmites burocráticos necessários à fundação da colônia. A história prévia de enfrentamento ao candidato tido como ditador e o exílio de oito anos sem direito legal de praticar a pesca tornaram Chico uma liderança inquestionável dos pescadores de Rio Formoso; ele tem sido reeleito, desde 1996, à presidência da colônia, por unanimidade e sempre como candidato único. A colônia nasceu como produto de uma aliança de pretensões de poder.

Nós achamos que era necessário fundar uma colônia. Eu não queria ser o presidente, tinha outro muito bom e prestativo que queria ser presidente, mas ele era aquela pessoa que quer impor. Aí o pessoal não aceitou, então pressionaram e eu fui empossado interino por 90 dias e depois eleito por aclamação. Eu não quero deixar cair e eles dizem que se eu não me candidatar eles deixam de ser sócios da colônia. (entrevista, 1999 com Chico, presidente da Colônia de Rio Formoso).

O funcionário do Cepene/Ibama que colaborou na fundação da colônia era também um ativo defensor da preservação do manguezal de Rio Formoso. Durante um longo tempo ele fez rondas de barco coibindo a pesca predatória no local. Esta fase era lembrada como a de maior eficácia no controle da devastação ambiental. A presença deste funcionário nos primórdios da existência da colônia foi fundamental para o perfil ambientalista que a organização foi adquirindo ao longo do tempo. De acordo com os relatos dos pescadores, durante essas primeiras reuniões da colônia, ele argumentava que a preservação do mangue era a garantia de sobrevivência dos pescadores, que era deles a responsabilidade de zelar pela sua preservação pois eram os seus protetores naturais. Solicitava a colaboração de cada pescador para que este fim fosse alcançado e ressaltava que a proteção ambiental deveria ser o diferencial da Colônia de Rio Formoso em relação as outras, especialmente, à de Tamandaré.

A maior parte dos filiados da colônia de Rio Formoso reside em áreas nas margens ou próximas ao rio que banha a cidade. Estes locais são conhecidos no município como Rua da Levada, Olho D'água, Rua da Lama e Siqueira, áreas periféricas formadas por manguezal, que foram ocupadas entre as décadas de 1960 e 1970 por trabalhadores rurais, formando as chamadas “pontas de rua”, que atualmente correspondem a ruas formais e bairros de Rio Formoso. A formação das “pontas de rua” de Rio Formoso resultou de um processo mais vasto de transformações no campo, iniciadas na metade da década de 1950 e ao longo da década de 1960, que incluiu o alargamento da área produtiva das plantações de cana de açúcar e o aumento do custo da mão-de-obra, decorrente da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores rurais⁵⁶ (Sigaud 1993).

Este processo levou um número crescente de trabalhadores rurais a deixar engenhos e a instalar-se na cidade, em função dos constrangimentos impostos pelos patrões para a manutenção da casa e do roçado que permitiam aos trabalhadores a subsistência familiar (os sítios). A transferência para a cidade não implicou necessariamente uma mudança de atividade: muitos dos residentes das “pontas de rua” continuaram a trabalhar nos engenhos durante o período do corte da cana (moagem), mas sob condições e regime de recrutamento diferentes⁵⁷, que tornavam o trabalho nas plantações uma atividade sazonal. Durante o inverno (fora da época da moagem da cana) estes trabalhadores buscavam sua sobrevivência em atividades temporárias, ou em recursos do governo estadual voltados para a sobrevivência dos trabalhadores durante a entressafra.

Os filiados à colônia fazem parte de sucessivas gerações que deixaram os engenhos e foram viver nas “pontas de rua” nos anos 1970 e 1980. São filhos e netos destas gerações, que chegaram jovens em Rio Formoso. Os trabalhadores provenientes dos engenhos freqüentemente consideram sua entrada na pesca como uma alternativa imediatamente disponível de trabalho, que permitia a sobrevivência entre uma moagem e outra, quando não havia outras possibilidades. Residir na área urbana (pontas de rua) não

⁵⁶ Refiro-me ao *Estatuto do Trabalhador Rural*, Lei de 1963.

⁵⁷ A ampliação da produção de cana demandou a constituição de um mercado de intermediários para a contratação de mão-de-obra. Estes intermediários eram quase sempre membros da antiga hierarquia administrativa das plantações, na qual ocupavam o cargo de administradores; chamavam-se empreiteiros e se encarregavam de recrutar trabalhadores, conduzi-los às plantações no período do corte da cana, ou à moagem nas usinas, e vigiar a execução das atividades agrícolas. Os patrões pagavam os empreiteiros e eles pagavam os trabalhadores.

significou necessariamente o abandono do trabalho nas plantações de cana; além da pesca, esse trabalho era a outra atividade garantida, ao menos antes da década de 90, época de pleno emprego nos canaviais durante a moagem.

O termo “pescador” envolve uma série de situações profissionais. A pesca freqüente entre os períodos de moagem criou condições para a profissionalização, com o surgimento de pescadores em tempo integral.

Alguns conseguiam durante certos períodos uma produção pesqueira maior do que o necessário para a sobrevivência e comercializavam o excedente nas feiras locais, na praia ou na vizinhança. Havia casos ainda mais raros de pescadores que investiam na compra, aluguel ou faziam parcerias para a adquirir barcos; esses começaram a pescar em veículos maiores e mais potentes, capazes de alcançar áreas marítimas. Tornaram-se, assim, “pescadores de noite e dia”, passando a viver exclusivamente dessa atividade.

Há um outro grupo que se tornou pescador porque não suportava o trabalho nos canaviais e escolheu a pesca porque “não queria mais ter patrão” ou “não queria ficar preso na ficha”. No entanto, muitos daqueles que são pescadores em tempo integral afirmam que, recentemente, devido à escassez e ao aumento do número de pescadores em Rio Formoso, a atividade tornou-se incapaz de fornecer o suficiente para as necessidades de subsistência familiares.

A pesca em Rio Formoso é percebida como uma atividade crescentemente incerta; como relataram alguns pescadores, “há dias que se passa o dia no rio e não se pega nenhum peixe”. Para muitos filiados à colônia, a pesca não é percebida como uma profissão, mas como algo que se faz enquanto se espera uma oportunidade melhor. É uma atividade socialmente desvalorizada, muitas vezes associada ao subemprego e a uma situação de desespero pela completa falta de alternativas de trabalho.

Há, entre os pescadores de Rio Formoso, uma hierarquia relacionada ao produto da pesca, que determina gradações distintas de prestígio e desprestígio. Pescar peixe exige equipamento (canoa, catraia, equipamentos de pesca) e certas habilidade para localizar cardumes e capturá-los; é uma atividade eminentemente masculina e quem a exerce ocupa o topo da hierarquia, gozando do prestígio de quem tem habilidade e disponibilidade de recursos (barco, motor, equipamento). Ir para o mangue coletar caranguejos é também uma atividade masculina e representa a mais baixa posição na hie-

rarquia dos pescadores; é uma atividade com muitos riscos de ferimento, em que é preciso se sujar na lama, que exige pouca habilidade, equipamento e que resulta em pouca rentabilidade. A coleta de moluscos do estuário é uma atividade eminentemente feminina, considerada bastante trabalhosa, mas que exige pouca habilidade e coragem. Está voltada quase exclusivamente para subsistência familiar, pois os moluscos têm baixo valor comercial. Esse tipo de pesca representa um nível intermediário entre a pesca de peixe e a captura de caranguejo.

Em muitos casos, as trajetórias dos atuais filiados à colônia constituem um *continuum* de deslocamentos, que se iniciou quando ainda viviam com os pais, circulando entre diversos engenhos à procura de casa, trabalho e espaço para cultivar lavouras. Há um número representativo de associados que faz parte ou é diretamente descendente desta primeira geração que abandonou os engenhos e dirigiu-se para as cidades. Muitos deste grupo migraram para São Paulo e Rio de Janeiro, devido à falta de emprego em Rio Formoso e arredores e à abertura de perspectivas nos grandes centros urbanos do sudeste, onde deram continuidade à saga de deslocamentos por várias cidades e exercendo vários empregos. Muitos destes migrantes retornaram a Rio Formoso em função do refluxo do mercado de trabalho na região sudeste entre os anos 1980 e 1990. Houve ainda aqueles que, ao sair dos engenhos, permaneceram em Rio Formoso sobrevivendo de trabalhos temporários como biscates, construção de casas de veraneio em Tamandaré e contratos na época da moagem.

Uma outra parcela empregou-se na prefeitura de Rio Formoso, que desde a década de 80, segundo relatos dos pescadores-funcionários, transformou-se na grande contratadora dos habitantes sem qualificação da cidade. A pesca sempre fez parte da vida destes que permaneceram residindo na cidade, assim como, posteriormente, dos imigrantes que retornaram ao município, complementando a renda ou como uma atividade para manutenção da família durante a espera por um emprego. A espera demasiadamente prolongada por uma oportunidade que não veio formou gradativamente um grupo de pessoas que foi transformando a pesca em atividade permanente.

“Antes de eu vir para a rua, eu com a família sempre trabalhei como agricultor. A gente plantava legumes para nós e fazia salário para a fazenda. Fizemos quatro sítios e deixamos os sítios. Quando o sítio estava coberto de lavoura o dono falava que não dava mais, porque a terra era pouca

e ele precisava do sítio. Quando o pai não dava o sítio ele acochava. Aí plantava cana até só ficar a casinha. Aí o pai não agüentava e se mudava para outro engenho e perguntava: “você tem uma casa para eu morar e na minha família tem tantas pessoas que trabalham” e ele dizia “eu tenho”. Porque a vantagem para o dono de engenho é quando tem muita gente para trabalhar e meu pai e minha mãe tiveram 25 filhos. Aí continuava, a gente cobria o mundo de lavoura e de repente enchia de cana e só ficava a casinha. Eu tenho 46 anos e nasci em Escada. Com 10 anos eu comecei a trabalhar em Sauezinho. Trabalhei em Mato Grosso, Duas Bocas, São Manuel, Tabor e Mamucaba. Fiquei 10 anos em Bom Jardim. Aí o pai e a mãe morreram. Depois que eu saí do engenho, eu vim para cá para a rua com ela (esposa) e o irmão. Sai do engenho e vim pescar. Quando a gente chegou aqui onde é a Rua da Levada era tudo mato virgem. Faz 22 anos que a gente mora aqui. Nós somos os primeiros que moraram aqui. Depois é que invadiram e fez essa rua. Eu comecei a cortar cana por aí, mas é ruim demais cortar cana. Aí fui pegar caranguejo, um outro serviço de corno. Você fica todo esfolado e cortado. Fiz uns biquinhos por aí, mas também não dava Aí fomos pescar de linha. O irmão dela pegava dez quilos e eu pegava dois. Para mim era só para comer. Eu tinha uma máquina Kodak e troquei por uma canoa e voltei a pescar, isso foi há 18 anos. Em 1972 fiz a primeira viagem para São Paulo porque aqui não tinha serviço. Lá fui motorista, cortador de cana, manobrista, ajudante de pedreiro, dedetizador. Até pedi para comer. Já até dormi no meio dos mendigos. Em 1974 voltei para Rio Formoso e em 1976 fui para São Paulo outra vez. Passei 6 anos em São Paulo.

Eu quero parar de pescar, está sem futuro. Antes eu pegava dez quilos de peixe aqui na porta. Eu vou ficar pagando a colônia para poder me aposentar e vou parar de pescar”. (Zuza, pescador – outubro de 2001).

“Eu nasci em Tamandaré e vim para cá para Rio Formoso com 6 meses de idade. Morei muitos anos no engenho Machado e em 1980 vim para a rua. Trabalhei em muitos engenhos. Quando era tempo de moagem eu ia cortar cana, quando era tempo de inverno eu ia pescar e ajudar meu pai na roça”. (Gil, pescador - outubro de 2001).

“Eu nasci no Engenho Goicana, trabalhava na agricultura na cana de açúcar, mas estava sempre pescando. Em 1983 eu virei funcionário público, assistente administrativo. A renda é pouquíssima não dá para sobreviver da pesca. Os pescadores aqui têm outras funções, eles são funcionários, carpinteiros, pedreiros, eletricitistas. Só da pesca não dá. A colônia tem 149 sócios (em 2001), mas não cadastrado tem mais de 1.000 pescadores. Na entressafra se pesca toda hora até poder alimentar a família. Quando está na safra diminui”. (Chico, presidente da colônia Z-7, setembro de 1999)

“A realidade é que Rio Formoso não tem emprego, ou é cana ou é Prefeitura. Aí a maioria que mora aqui perto da maré começa pescando e depois arranja um trabalho na Prefeitura. Aí fica pescando e sendo funcionário da Prefeitura. Há 30 anos atrás essa Rua da Levada só ia até minha casa. Era tudo mangue. Aí foi crescendo e aí o pessoal foi aprendendo a pescar.

E quem não gosta de pescar? Aí aprende, porque não tem outra coisa para fazer, então vai pescar. Antigamente quando chegava o verão muita gente deixava a pesca e ia cortar cana. Alguns ainda fazem. Mas hoje que praticamente não tem mais cana, aqueles que cortavam cana estão tudo pescando. Pegando siri, caranguejo, qualquer coisa. Aqui tem caminho no meio do mangue que tem 60 centímetros de fundura do povo andar. Imagina um caminho com 30 centímetros de largura com 60 centímetros de fundura dentro do mangue, para você ver como andou gente. Tem dia que você conta 150 pessoas pescando de pé. Mas isso é o que? Caranguejo, siri, aratu ou pescando de varinha aqueles peixes pequenos, sururu, unha, ostra”. (Neco, pescador, novembro de 2002).

Em geral, os migrantes que retornaram do sudeste e aqueles que não ingressaram no funcionalismo público permaneceram após o retorno fora do mercado formal de trabalho de Rio Formoso; poucos ainda têm perspectiva de algum dia retornar a ele. A maioria ultrapassou a faixa dos 40 anos e acredita não ter mais chances de ser fichado.

Na década de 1990 a falência dos engenhos e usinas reduziu a arrecadação, limitando gastos públicos e oportunidades de ingresso de novos funcionários no único grande espaço empregador que restou na região: a Prefeitura. As mensalidades da colônia de pescadores começaram a ser pagas pelos migrantes “retornados” como um meio para garantir amparo financeiro futuro diante da falta de expectativas de retorno ao mercado formal de trabalho. Os funcionários públicos de Rio Formoso, que formam a grossa maioria de associados, pagam a colônia para garantir uma aposentadoria um pouco maior, pois ganham salários que consideram baixos para o sustento da família quando aposentados. A filiação à colônia constituiria para estes uma forma de previdência complementar.

No final de 2002, funcionários do Ministério do Trabalho estiveram na colônia de Rio Formoso para prestar esclarecimentos aos pescadores sobre as normas para solicitação do salário-desemprego e outros direitos pelos pescadores. Ao explicarem os procedimentos para o pedido, os funcionários do ministério afirmaram que, para requerer o seguro, não se poderia estar recebendo nenhum outro benefício da previdência social. Alguém no meio da sala lotada perguntou se a mesma regra valia para pedido de aposentadoria e o funcionário afirmou que sim. O mesmo homem disse: “mas aqui todo mundo é funcionário público” e o funcionário respondeu: “para se aposentar você vai ter que escolher se é pescador ou funcionário público”.

O público ficou inquieto e agitado e, durante a reunião, começou a questionar o presidente sobre a situação. Chico ficou nervoso, sem saber como responder às perguntas de tantas pessoas. Os funcionários do ministério encerraram o assunto dizendo que precisavam submeter os pescadores a um questionário e pediram para que permanecessem na sala apenas os “legítimos pescadores”, ou seja, aqueles que tiravam seus sustento da pesca, mesmo que eventualmente “realizassem trabalhos temporários”. Cerca de 70% do público presente abandonou a sala de reunião.

A colônia de Rio Formoso vem contabilizando, desde a sua fundação, um crescimento expressivo de mulheres associadas. Em 2002, 25% dos filiados eram mulheres. No entanto, segundo as filiadas que foram entrevistadas, não houve um aumento do número de mulheres pescando, mas sim um maior número de mulheres que resolveram “procurar os seus direitos”, associando-se à colônia. A coleta de moluscos no mangue é descrita por elas como uma atividade ancestral passada de mãe para filha e voltada para a complementação da alimentação, e, eventualmente, da renda familiar, com a venda do excedente nas feiras ou na vizinhança.

Segundo elas, a atividade foi ganhando importância na economia familiar depois que famílias de trabalhadores rurais deixaram os engenhos e foram morar nas cidades. A partir das entrevistas realizadas com as associadas à colônia, foi possível definir duas situações distintas entre as associadas: mulheres que nunca trabalharam formalmente e que pagam a colônia como uma garantia de aposentadoria futura para aumentar a renda familiar e mulheres que trabalhavam formalmente (com carteira assinada), ficaram desempregadas e se associaram à colônia como um meio de não “perder direitos” enquanto tentam conseguir outro emprego.

“Meus pais e meus irmãos são pescadores, então eu tive que seguir. Eu procuro emprego e não tem. E, se não tem emprego, então o jeito é partir para a maré. Tem pessoas que pescam de tempos em tempos, mas se filia visando uma aposentadoria como pescador e pescadeira. As mulheres daqui sempre pescaram, mas umas pararam por problemas de saúde ou acharam um trabalho ou os maridos arranjaram um trabalho na usina, mas elas para garantir se associa. Porque dificilmente uma pessoa por aqui não pesca. De vez em quando vai no mangue pega um sururu, um aratu, mas sempre vai no mangue ou é parente de pescador. E por conta disso se associa à colônia.” (Nega, filiada à colônia Z-7 desde 2002).

“Passei quatro anos e seis meses vendendo passagem da Cruzeiro (empresa de ônibus). Depois fiquei uns anos desempregada, então trabalhei

10 anos no supermercado e fiquei desempregada de novo. Aí voltei para a pesca, mas se eu arranjar outro emprego, eu largo a pesca. Eu me filiei à colônia há dois anos para ir para a pesca mais segura e com meus direitos”. (Maria José, filiada à colônia Z-7 desde 1996)

“Eu me filiei por causa do Chico. Ele disse assim: Gedalva, você está ficando velha, daqui para frente é bom para você. E o meu marido estava parado. A colônia é como se fosse uma empresa para a gente trabalhar. Minha carteira nunca foi assinada e agora está assinada pela colônia”. (Maria Gedalva, filiada à colônia desde 2001).

Antes de 1998, o pescador artesanal (aquele que não trabalha para empresa pesqueira) necessitava apenas de uma declaração da colônia de tempo de serviço para poder se aposentar. Desde 1998 o pescador precisa contribuir com a previdência social para ter direito à aposentadoria, pagando 2% do salário mínimo por mês e podendo aposentar-se com 25 anos de contribuição, devido à insalubridade e ao risco da atividade. O pescador artesanal é categorizado como “segurado especial”, mesma classificação dos trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada, assim como dos cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos, que trabalham com a família em atividade rural e dos índios que exercem atividades rurais e de seus familiares.

Como segurado especial, o pescador tem direitos como aposentadoria (por idade, tempo de contribuição ou invalidez), auxílio em caso de doença ou acidente e pensão aos dependentes. Em 1991, os pescadores artesanais passaram a ter o seguro-desemprego em áreas onde o Ibama decretasse o defeso. Esse direito concedido aos pescadores foi uma consequência da intensificação das medidas de preservação ambiental no país na década de 1990. A medida conhecida como “período de defeso” vem sendo posta em prática desde 1991, através de portarias do Ibama. Tem como objetivo coibir a pesca em épocas de reprodução, decretando sua interdição por determinado período para assegurar a reposição dos estoques ou o ganho de peso dos animais. O defeso tem sido adotado para os seguintes recursos marinhos: lagostas; sardinhas; camarões do Sudeste, Sul e Nordeste; camarão-rosa da costa Norte; bagres do Sudeste e Sul; enchova e robalo etc. Na época em que o defeso é decretado, o trabalhador que tira o seu sustento da pesca fica impedido de trabalhar e, portanto, está habilitado a receber, durante a interdição, o seguro-desemprego igual a um salário mínimo.

A lei⁵⁸ garante o recebimento de tantas parcelas quantos forem os meses de duração do defeso. Para ter acesso a esse direito, o pescador deverá ter o registro profissional, emitido pelo IBAMA, há no mínimo três anos, apresentar atestado da colônia comprovando que é pescador e não receber renda superior a R\$ 179,51 (em valores de julho de 2002). A visita dos representantes do Ministério do Trabalho à colônia de Rio Formoso teve como objetivo esclarecer dúvidas a respeito do seguro-desemprego e do defeso, embora não exista nenhuma portaria do Ibama estabelecendo defeso de espécies na área de Rio Formoso ou em municípios vizinhos.

Os representantes do ministério do trabalho estavam visitando todas as colônias do litoral sul-pernambucano para informar sobre o benefício que não existe nesta área e conclamar os pescadores a pressionarem o Ibama pela criação de uma portaria que estabelecesse o período de defeso do camarão na região para que a população de pescadores da área pudesse ser beneficiada com recursos federais. A difusão da decretação do período de defeso era apresentada como direito pelo qual os pescadores deveriam lutar, indicando que medidas de proteção ambiental se tornaram também um veículo de aporte de recursos a instituições como o Ministério do Trabalho.

Durante a reunião, os pescadores de Rio Formoso demonstraram interesse pelos trâmites burocráticos e esclarecimentos sobre a aposentadoria do pescador; desejavam informar-se sobre mudanças na previdência social, os procedimentos para requisição, anos de contribuição etc. Queriam, assim, certificar-se de que teriam mesmo seus direitos de aposentadoria garantidos. As perspectivas de futuro dos filiados à colônia de Rio Formoso são muito pessimistas: ainda que poucos, há homens e mulheres jovens que pagam a colônia porque acreditam que nunca terão emprego formal. A sobrevivência familiar de muitos tem dependido cada vez mais da pesca, considerada cada vez mais escassa. A sensação de insegurança vem se tornando ainda mais patente com o crescimento do número de pessoas pescando, o que faz com que a pesca que só tenha rendido o suficiente para a alimentação diária daqueles que não têm recursos para investir na navegação até locais distantes daqueles onde há maior esforço de pesca.

Mesmo o salário dos pescadores que se tornaram funcionários públicos na década de 1980 era considerado muito baixo, insuficiente para

58 Refiro-me à Lei 8.287, de 20 de dezembro de 1991. Em 2002, 83 mil pescadores brasileiros receberam seguro-desemprego em função de defesos. Segundo a fiscal do ministério do trabalho que esteve na colônia Z-7 em 2002, desde 2000 não havia decretação de defesos em Pernambuco pelo Ibama.

manter as necessidades da família, o que os levava a pescar freqüentemente e fazer biscates para complementar a renda. Aqueles que sempre conseguiam trabalho nos engenhos durante a moagem, afirmaram ser a cada ano mais incerta a obtenção de contratos ou a permanência durante todo o verão/moagem. Esse estado de insegurança é verbalizado pelos pescadores através de expressões como “não ter direitos” ou “perder os direitos”, a entrada para a colônia seria o reverso, significaria “ter os direitos”, “conquistar os direitos”, “garantir ou recuperar os direitos”, indicando que o campo simbólico dos direitos apresenta-se profundamente imbricado com a noção de segurança e proteção.

Rio Formoso é um município onde houve grande engajamento sindical; segundo o censo realizado nos sindicatos da Zona da Mata Pernambucana (Sigaud 1994), Rio Formoso ocupava a terceira posição em números de reclamações encaminhadas à justiça. Os direitos trabalhistas foram rapidamente divulgados aos trabalhadores rurais pelos dirigentes sindicais da região. Poucos anos após a promulgação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, já eram visíveis os efeitos do processo de socialização em relação aos direitos trabalhistas (ibidem:143). Os trabalhadores já tinham, nesta época, incorporado o sentimento de que tinham direitos.

Quando interrogados sobre a natureza de seus direitos, os trabalhadores rurais freqüentemente respondiam “os direitos são as férias, o décimo, o remunerado e o salário”(Ibidem 143). A explicação das motivações da associação à colônia retoma a linguagem dos direitos: o ato de filiar-se à colônia visa a simultaneamente poder “pescar dentro do direito” e “garantir direitos”. O principal dos sentidos referentes à concepção de direitos remete ao direito à carteira de pescador; só a colônia pode atestar que determinada pessoa é um pescador e, com este atestado, tem-se acesso à licença do Ibama, atestado de que determinada pessoa é um pescador profissional.

Para os pescadores, ter a carteira do Ibama significava pescar com segurança, era uma comprovação empírica, mediante as autoridades ambientais, de que se estava trabalhando legalmente. Por vezes, os pescadores relacionaram a carteira de pescador profissional à carteira, usando a expressão “ter a carteira assinada pela colônia”. O segundo direito que a entrada para a colônia confere é a aposentadoria; cabe ao presidente da entidade atestar os anos de trabalho e ser mediador dos pescadores junto a INSS, IBAMA e

Ministério do Trabalho. Semelhantemente ao sentido atribuído, outrora, ao sindicato de trabalhadores rurais na região, a colônia vem sendo percebida como “um instrumento para garantir os direitos” (Sigaud 1979:24).

Há poucos jovens filiados à colônia. A geração que o vem fazendo tem entre quarenta e sessenta anos de idade; alguns foram sindicalizados, enquanto estavam nos engenhos, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, ou aos sindicatos relacionados aos empregos que tiveram quando trabalharam no Sudeste, ou mesmo ao Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais. Muitos dos atuais filiados da colônia estão há muitos anos fora do mercado formal ou nunca chegaram a se inserir nele; esse é o caso da maioria das mulheres associadas. De qualquer forma, a categoria simbólica dos direitos é uma referência obrigatória para explicar a filiação à colônia; não está relacionada necessariamente ao pertencimento prévio a um sindicato, mas a uma concepção partilhada coletivamente sobre o que se concebe como estar protegido.

A associação está relacionada à incerteza em relação ao futuro, a casos de doença ou à chegada da velhice, ao momento onde existirá o impedimento para se conseguir biscates, “ir para a maré” ou fazer novos contratos durante a moagem. A filiação vem se tornando uma saída para enfrentar a incerteza do futuro, através da obtenção da proteção de uma entidade que permite o acesso aos direitos àqueles que estiveram fora das relações formais de trabalho durante quase toda a vida. Tornar-se oficialmente pescador profissional constituiu-se uma alternativa legal em um momento da vida no qual as alternativas de sobrevivência vão se tornando cada vez mais escassas e deseja-se estar amparado pelos direitos ao menos durante a velhice.

“Eu e minha mulher entramos na colônia este ano (2002). Eu sou trabalhador rural, mas agora estou vivendo da pesca. Eu pescu aratu e vendo quebradinho de aratu para uma mulher de Tamararé todo sábado. Eu vivo disso há 6 meses, antes eu cortava cana. Eu era contratado de Cucaú para o verão, mas como este ano eu não fiz contrato, eu estou pescando para manter a minha família. E se para o ano eu fizer contrato, eu volto a cortar cana, mas eu vou continuar pagando a colônia sempre, porque se eu pago a colônia, eu tenho direitos e ela tem que me proteger”. (Genivaldo, filiado à colônia em 2002).

“Eu estou pagando a colônia desde os 20 anos porque eu estou me prevenindo para o meu futuro. Eu estou com 37 anos e se eu cair doente em cima de uma cama? E se eu levar uma furada de um peixe? E se eu me

acidental em uma ostra? Eu quero saber que um dia eu terei uma aposentadoria garantida. Tem gente que não quer pagar a colônia porque ela não pega projeto, mas eu não penso só nisso, eu penso no futuro. Antigamente você pegava uma carteira e o senhor de engenho assinava. Mas hoje em dia isso acabou-se”. (Gil, pescador).

“Ter o direito de pescar” e “pescar para ter os direitos” são as duas principais razões para se filiar à colônia. Mostrei acima que a antevisão de um futuro inseguro justifica a entrada para a colônia, o direito à aposentadoria seria o objetivo final do ato de se tornar pescador. No entanto, “ir para a maré” exige a obediência a regras estabelecidas pelo Ibama, especialmente a permissão emitida pelo órgão para se praticar a pesca. A exploração dos recursos naturais depende de regulamentação específica do Ibama, que varia de acordo com a utilização que se faz deles. Nas atividades pesqueiras, segundo a Portaria Ibama 110-N/92, é necessária licença de pesca (registro geral do Ibama)⁵⁹ para as seguintes categorias: indústria pesqueira, embarcação pesqueira, pescador profissional, pescador amador, armador de pesca, aquíicultor, empresa que comercia animais aquáticos vivos e clubes ou associações de amadores de pesca. A fiscalização, em quase todos os rios brasileiros, está ao encargo da Polícia Florestal, em convênio com agentes do Ibama. Portanto, a licença de pesca do Ibama é necessária sempre que o pescador sair para trabalhar, devendo ser apresentada pelos fiscais quando solicitada.

Desde o surgimento da Lei de Crimes Ambientais, por “petrecho proibido”, “falta de licença”, atividade em local “proibido”, em época “proibida”, ou por quantidade de peixes acima do “permitido”, o pescador pode estar incorrendo em inúmeras infrações legais que, dependendo do caso, poderão redundar em um crime ambiental, com multas pesadas e sanções como a prisão.

Durante as reuniões mensais da Colônia de Pescadores de Rio Formoso, a ausência de fiscalização da degradação ambiental por parte dos órgãos ambientais competentes está sempre na pauta de discussões e provoca debates acalorados entre o público presente. No entanto, embora raramente

⁵⁹ Esta licença é válida em todo o território nacional pelo período de um ano, contado a partir da data da autenticação bancária; deve, inclusive, acompanhar o transporte interestadual do pescado.

Petrechos permitidos:

Categoria A - Desembarcada: linha de mão, puçá, caniço simples, caniço com molinete, tarrafa (permitida somente no mar) e espingarda de mergulho.

Categoria B - Embarcada: realizada com o auxílio de embarcação e com o emprego dos petrechos permitidos na categoria.

Limite de captura e transporte de pescado: 30 (trinta) kg e mais um exemplar de qualquer peso.

alguém tenha visto a presença de fiscais no rio, todos temem ser pegos pelo Ibama sem a licença. Ter a carteira do Ibama é muito importante para os pescadores da colônia. À sua posse é atribuído o sentido de “poder pescar dentro dos direitos”, um motivo de alívio e um delimitador da fronteira entre pescadores e criminosos. Essa preocupação com a legalidade da pesca se constituiu em virtude da influência do funcionário do Ibama citado anteriormente, uma referência quase lendária que, para os pescadores, se tornou modelo de como deveriam agir os órgãos ambientais. Segundo eles, além de fiscalizar pessoalmente o rio, o funcionário do Ibama nunca deixava de lembrar, durante as primeiras reuniões da colônia de Rio Formoso, que essa associação deveria ser um exemplo de respeito à lei ambiental, destacando as sanções legais para quem não tivesse a carteira da entidade e não obedecesse a lei, por ele mesmo fiscalizada.

Tanto nas entrevistas como nas reuniões dos pescadores, era bastante claro que mesmo que, eventualmente, infringissem certas normas da legislação ambiental, eles referenciavam sua conduta a partir dela, temiam-na, preocupavam-se em manter a carteira atualizada e informar-se a respeito dos detalhes da legislação ambiental, como o tamanho de malhas permitido para pesca. Não havia, durante o período em que pesquisei, fiscalização ostensiva realizada por nenhum órgão ambiental no estuário de Rio Formoso. No entanto, o temor ao Ibama rendeu algumas histórias, que me foram contadas, sobre perseguições aos pescadores pelos barcos e helicópteros do órgão ambiental. Segue uma das mais conhecidas em Rio Formoso, contada por um pescador que acreditava estar sendo perseguido pelo helicóptero do Ibama, após ter sido denunciado (conforme acreditava) por desmatamento de mangue.

“Se você precisa de um pau do mangue, meu Deus se o Ibama vê! Eu vim com cinco caibros e me denunciaram para o Ibama. Você sabe como é, eu precisei, então eu tirei os caibros para um menino da Rua da Lama. Um dia eu desconfeiei, porque um avião do Ibama passou umas 4:00h da tarde. Aí eu preferi esperar o avião passar e resolvi sair de noite, para evitar alguma coisa. O avião que fazia tu, tu, tu (imita o som de helicóptero) ficou parado em cima de mim e depois foi embora. Repare se não foi que me deduraram! Quando eu tava na boca do Rio Ariquindá, perto da ponte nova, o avião voltou e eu peguei a canoa e fui para dentro do canal e o avião ficou em cima do canal. A maré já tava quase vazando e eu disse “ai me Jesus, eu vou pegar a vazante”. E o avião em cima da canoa e eu pulei dentro da água, a canoa quase afunda e o avião se demorou ali. Aí foi

para os lados de Recife. E eu pensei: “agora vai dar para chegar em casa”. Quando eu já tava na praia da Pedra, o avião estourou aqui de novo, eu mergulhei para baixo da canoa e fiquei só como nariz de fora, porque eu não ia deixar eles me filmar, não é? Cortei até os pés nas ostras e eu pensei : “eu vou amarrar a canoa e tentar voltar a pé”. Cheguei em casa às 8:00h da noite. Era o avião do Ibama, da Guarda Florestal, sei lá. Tem um cara aí do Ariquindá que se você passar com um pauzinho, ele tem o telefone do Ibama, do Cipoma e do CPRH e te denuncia. É o cara mais falso da vida, porque ele vivia de vender madeira”. (Zuza, pescador, 2001).

Além do Ibama, instituições (CPRH) ou entidades promotoras de projetos relacionados à preservação do meio ambiente, como universidades, estiveram presentes desde a fundação da colônia, “apoiando” a entidade ambiental e reforçando a imagem da colônia de pescadores como grupo que deveria liderar ações de preservação e controle de usos criminosos dos recursos naturais do estuário existentes no município.

Essa aproximação e cooperação entre colônia e instituições ambientais era positiva para ambas as partes, legitimando as ações de ambas. Os ambientalistas/pesquisadores obtinham reconhecimento público e, sobretudo, dos seus companheiros de instituição, por desenvolverem um trabalho eficiente e participativo. Para esses grupos a participação era usada como um argumento de autoridade para justificar sua atuação ou suas atividades de pesquisa no espaço do estuário. Outro efeito desta aproximação entre entidades ambientais e pescadores foi a criminalização de atividades cotidianas e o medo de ser punido por elas (ter conhecimento da lei é também temer ser alvo dela). Embora os pescadores reclamassem frequentemente da ausência de fiscalização no estuário, havia um medo generalizado entre eles de ser pegos praticando uma infração ambiental, o que não seria difícil, pois atividades corriqueiras, como cortar madeira para consertar uma canoa avariada, tinham se tornado crimes e passaram a ser realizadas sigilosamente.

CAPÍTULO 7

O VÍCIO, A POLÍTICA E A PROTEÇÃO AMBIENTAL

Ao mesmo tempo que a legislação e o Ibama inspiram medo aos pescadores, a proteção ambiental também tem sido a grande marca de identidade da Colônia de Pescadores de Rio Formoso desde sua fundação. A colônia vem se notabilizando, desde a sua fundação, pela promoção de mutirões ecológicos, pela difusão da educação ambiental nas escolas, periferias e assentamentos e pelo encaminhamento de denúncias de agressão ambiental aos órgãos competentes.

“Essa colônia surgiu mais com o intuito de trabalhar com o meio ambiente, coisa que não se fazia antes. Um dos primeiros trabalhos da nossa colônia foi plantar mangue e limpar o rio” (entrevista, 1999 Chico, presidente da Colônia de Rio Formoso).

De acordo com o chefe da APA de Guadalupe, o principal diferencial da colônia de Rio Formoso, perante outras colônias da APA, era o fato desta não ser “uma colônia viciada”. Para ele, uma “colônia viciada” seria aquela que negocia a proteção ambiental, ou seja, colabora com os órgãos ambientais mediante retribuição imediata, preferencialmente financeira. A Colônia de Pescadores de Tamandaré era a grande referência de “colônia viciada” entre os ambientalistas instalados naquele município. Nascida sob a proteção do Ibama, a colônia de Rio Formoso surge para ser o reverso da de Tamandaré, o que, ainda que por razões diferentes, também vinha ao encontro do desejo dos pescadores de Rio Formoso.

Vício é uma categoria acusatória para distinguir as demandas justificadas do hábito de demandar ajuda dos mais poderosos. Castro e Silveira Correa (2001:161), que pesquisaram a área periférica de Rio Formoso (Rua da Lama), sustentam que a noção de vício refere-se à relação entre uma pessoa que dá um bem material, que presta um serviço e uma pessoa que demanda esse bem ou serviço, sejam essas pessoas do mesmo círculo social ou detentoras de prestígio ou recursos financeiros.

Para o chefe da APA, a Colônia de Rio Formoso não era viciada porque se organizava e promovia autonomamente atividades de proteção ambiental sem exigir nenhum retorno imediato; essa imagem de colaboração

oferecida como um dom desinteressado tornava a Colônia de Pescadores de Rio Formoso uma comunidade exemplar aos olhos do chefe da APA. Segundo ele, a colônia tinha “adquirido a consciência de que preservar o mangue era a melhor forma de defender seus interesses”, pois, pela preservação daquele ecossistema, eles estariam garantindo a manutenção dos estoques pesqueiros e, por conseguinte, “a própria sobrevivência da comunidade de pescadores e as futuras gerações”. Esta postura da colônia valeu a indicação do seu presidente pelo chefe da APA para o prêmio do CPRH por relevantes serviços prestados ao meio ambiente.

A colônia de Rio Formoso promoveu mutirões de limpeza do manguezal do rio que banha a cidade nos anos de 1996, 1999 e 2002. No mutirão de 1996, além da limpeza, realizou-se o plantio de centenas de mudas de manguezal⁶⁰; foi o primeiro ato da colônia, que teve como participantes os 30 primeiros filiados. Do mutirão de 1999, participaram 130 pessoas (100 pescadores e 30 funcionários da prefeitura), que contaram com o apoio da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Em 2002, 90 pessoas participaram do mutirão, com apoio da Prefeitura e da Comissão Pastoral de Pescadores. Acompanhei a organização dos dois últimos mutirões e reconstitui o primeiro através de entrevistas. Os três mutirões refletem momentos distintos da história das relações da Colônia de Pescadores de Rio Formoso com o poder municipal e com entidades devotadas à proteção ambiental; a consideração desses três empreendimentos torna possível constatar-se a indissociação entre dualismos clássicos, como práticas e representações ou crença e cálculo.

O mutirão de 1996 foi realizado com a colaboração do Ibama, que concedeu as licenças necessárias para a atividade de limpeza e replantio do mangue. De acordo com Chico (presidente), a idéia de um mutirão ecológico partiu do funcionário do Ibama e foi imediatamente aprovado pelos pescadores que se aproximaram da nova colônia e sentiam-se incomodados com a acumulação de lixo em parte do rio. O funcionário do Ibama queria, através do mutirão, manifestar o surgimento da nova associação de forma positiva, através de um ato coletivo que demonstrava a preocupação e ação autônoma contra a degradação ambiental.

Quando a colônia foi fundada, em 1996, o então prefeito da cidade, Hildo Hacker (o ex-patrão de Laranjeiras), dispensou Chico de suas ati-

60 Segundo o Presidente, os pescadores da colônia de Rio Formoso já plantaram, em regime de mutirão, 16.840 mudas de manguezal.

vidades no setor de recursos humanos da Prefeitura, deixando-o à disposição das necessidades da colônia, com salário integral para exercer a atividade. Chico tem relações de amizade com o prefeito e, principalmente, com sua mulher, que se tornou prefeita em 2000. Os filiados da colônia são residentes nas áreas urbanas periféricas de Rio Formoso, que se constituíram como espaços privilegiados de intervenção e base política do ex-prefeito Hacker e de sua mulher, Graça. Segundo os filiados à colônia, tanto Hacker quanto sua mulher ajudavam as pessoas em caso de necessidade com remédios, cestas básicas, material de construção, madeira e até casas e empregos na prefeitura.

Em 1999, Hacker, então prefeito de Sirinhaém, afirmava investir muitos recursos em políticas de assistência imediata às pessoas que o procuravam pedindo ajuda. Este estilo de fazer política ficou evidente no próprio espaço da prefeitura, durante a entrevista realizada com ele. Nessa ocasião, havia uma multidão de pessoas à espera do prefeito com receitas médicas nas mãos ou pedindo ajuda na forma de cestas básicas, dinheiro, material de construção, instrumentos de trabalho (redes de pesca, ferramentas etc.). Todo o período da manhã na agenda do prefeito era devotado a atender os pedidos. Embora em menor proporção, a esposa de Hacker também atendia pessoas em Rio Formoso, que formavam uma imensa fila no corredor da prefeitura, para as quais distribuía leite, remédios e cestas básicas.

Em todos os três mutirões promovidos pela colônia, os participantes receberam cestas básicas, sempre solicitadas por Chico como forma de “incentivar a participação”, segundo suas palavras. Ele considera a distribuição de cestas básicas justa, pois a limpeza e replantio praticados pela colônia seria função da prefeitura. Já no primeiro desses mutirões, a colônia recebeu a colaboração do prefeito Hacker, através da compra de cestas básicas para os 30 participantes. Além do acesso privilegiado para pedir ajuda de dois dos três prefeitos empossados desde o início da colônia, o presidente da associação distribuía, todo mês, 3 ou 4 cestas básicas entre os “pescadores considerados muito necessitados”, o que reforçava sua reputação como um homem generoso. Geralmente, a doação das cestas mensais era realizada com recursos oriundos das mensalidades que os associados pagam à colônia⁶¹; outras vezes, o presidente mobilizava seus contatos para conseguir

61 De acordo com o levantamento do livro contábil da colônia, havia, em 2002, 212 sócios (71 mulheres) e em 2001, 255 sócios (77 mulheres). A média dos assíduos no pagamento das mensalidades nos dois anos foi de aproximadamente 70 associados. Deixa de ser associado à colônia quem ficar um ano ininterrupto sem pagar a mensalidade, que em 2002 era de R\$2,00. É necessário comprovar 10 anos de filiação, através de um atestado

cestas suplementares ao número que os recursos da colônia eram capazes de financiar.

Freqüentemente a distribuição ocorria durante as reuniões mensais da colônia, que são também os momentos para pagamento da mensalidade. A reunião costuma se converter no momento de dar e receber, um espaço de demonstração do *status* de quem tem dinheiro para saldar suas dívidas e participar do ato de generosidade coletiva da doação das cestas básicas e do fracasso daqueles que precisam demonstrar publicamente que precisam de ajuda. É, ainda, o espaço de prestação de contas do presidente a respeito do uso dos recursos pagos pelos associados.

Diferentemente da doação de cestas básicas compradas com recursos da colônia, que é realizada nas reuniões mensais de associados, as doações de cestas básicas aos participantes de mutirões são feitas em segredo, escondendo-se o fato, principalmente do chefe da APA, pois este sustenta que as práticas de proteção ambiental devem ser fruto do exercício abnegado de tomada de consciência coletiva, desvinculada de qualquer forma de interesse ou ganho pessoal. Quando descobriu as distribuições de cestas básicas financiadas pela prefeitura, o chefe da APA ficou desapontado e considerou o fato “uso do meio ambiente para fins políticos”.

Chico evitava o assunto das doações com o chefe da APA, pois queria conservar a boa relação com esse órgão e com o CPRH, mantendo a imagem de que os pescadores ofereciam um dom desinteressado à cidade. Essa crença tornou a colônia muito bem-vista em determinados setores da cidade que valorizavam esse ato de abnegação, como professores e membros da igreja e, especialmente, profissionais de instituições prestadoras de serviços, como o Sebrae, que considerava a colônia o grupo mais organizado e atuante de Rio Formoso. Para Chico não havia contradição em receber cestas básicas em troca da participação no mutirão, afinal, dizia ele: “estamos ocupando um tempo em que deveríamos estar na maré e ficamos fazendo o trabalho dos outros, porque só tem lixo no mangue porque o CPRH não fiscaliza e a prefeitura não executa”.

Houve um acordo tácito entre os associados de que a colônia deveria funcionar como uma caixa de ajuda aos integrantes em situação de risco, ou seja, que estivessem com a “família passando necessidade”. É ao presidente da colônia que as pessoas se dirigem nestas situações, tanto para pedir

do presidente da colônia, para ter direito à aposentadoria como pescador.

as cestas básicas quanto para solicitar o corte de madeira do manguezal para reparos nas casas ou barcos. Cabe ao presidente da colônia a atribuição de julgar o que é degradação e o que é “necessidade”, o que faz com que também recaia sobre ele, além do papel de mediar pedidos de ajuda, o de gestor ambiental dos recursos naturais do manguezal.

“Já houve caso aqui de pescador falar comigo para pedir para cortar 3 ou 4 esteios (troncos de árvore). Se você chegasse na casa dele, tinha medo de entrar. O telhado caindo com 7 filhos dentro. Eu via que ia cair e eu ia dizer: “não corte não”? Eu autorizei que ele cortasse. Sabe por quê? Porque eu já plantei mais de mil mudas de mangue. E ele cortou os esteios e já tá tudo restaurado de novo. E se salvou uma família. Entre escolher o homem e o meio ambiente, eu escolhi o homem. Eu não acho que escolher o homem é devastar o meio ambiente”. (Chico, presidente da colônia de Rio Formoso, 1999).

Quando os associados da colônia foram mobilizados para participarem dos mutirões, não havia ainda a certeza sobre se haveria algum tipo de retribuição para o pesado trabalho de retirar toneladas de lixo do mangue durante todo o fim de semana. As cestas só foram distribuídas depois da conclusão do mutirão e Chico foi sempre enfático, durante as reuniões que antecederam a atividade, dizendo que o mutirão não era um trabalho pago, mas que era o estabelecimento ou estreitamento de um vínculo com a entidade, a abertura de um circuito de troca com a colônia, ou melhor, com seu presidente.

“Eu não disse que ia pagar nada pelo mutirão, mas todo mundo aceitou. Porque eles já sabem que quando eu digo para eles: “quer fazer um negócio hoje para a colônia?”, eles vão. Eles vão porque sabem que amanhã ou depois eu dou alguma coisa para eles, uma ajuda, entendeu? Eles sabem que o meu método de trabalho é esse. Eu não prometo, eu digo que vou tentar”. (Chico, presidente da Colônia de Rio Formoso, 1999).

O segundo mutirão ocorreu em 1999 e foi apoiado pela Unicap (Universidade católica de Recife). A Universidade Católica de Pernambuco⁶² desenvolveu, entre 1999 e 2000, um projeto multidisciplinar formado por

62 A UNICAP foi criada em 27 de setembro de 1951 e reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto 30.417, de 18 de janeiro de 1952. Originou-se da primeira Escola Superior Católica da região, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, fundada em 1943, pela Província dos Jesuítas do Nordeste. A UNICAP constitui, hoje, um complexo educacional que oferece a uma comunidade de aproximadamente 15.000 estudantes cursos do primeiro grau à pós-graduação *stricto sensu*. Entre os diversos cursos de graduação oferecidos pela instituição, já se registram cerca de 50.000 diplomados. Consta no *site* da Unicap que a universidade tem um “duplo compromisso de sua idéia geratriz, vivenciando a tarefa eclesial de evangelização, pela presença da Igreja Católica no mundo, e o projeto de desenvolvimento do Nordeste, região carente de recursos humanos qualificados.”

quatro programas, com um orçamento de US\$ 2 milhões, intitulado “*Desenvolvimento Sustentável do Município de Rio Formoso*”; o financiamento ficou ao encargo da fundação suíça Avina. Dentre os objetivos do projeto estavam: favorecer o desenvolvimento sustentável, colaborar para o desenvolvimento de projetos transformadores e, ao mesmo tempo “monitorar e assessorar projetos restauradores do campo social”. Tratava-se de “reforçar a autonomia e a formação da cidadania a partir da formulação de um elenco de intervenções para a geração de emprego e renda.” (Unicap 1998:36).

Mudar a realidade de Rio Formoso, transformando-a em referência para todo o Estado. Esse é o objetivo do Projeto de Desenvolvimento Sustentável implantado naquele município pela UNICAP, em parceria com a Avina (ONG Suíça). São 80 professores e 85 estagiários engajados, desde 1999, nesse programa de natureza social.

A iniciativa de elaborar e implantar um projeto como esse é pioneira no Brasil. A UNICAP, que já desenvolve alguns programas em diversas comunidades carentes da Região Metropolitana do Recife, é a primeira universidade brasileira a adotar um município com o propósito de fornecer soluções e alternativas capazes de melhorar a qualidade de vida da população.

O projeto está sendo implantado através de quatro programas. Todas as ações visam a valorizar o desenvolvimento da região através do acesso à educação, ao trabalho e à terra. Os profissionais envolvidos no projeto interagem diretamente com a comunidade local, permitindo sua participação nos vários processos de mudanças que estão sendo realizados na cidade. O monitoramento dos resultados comprova que as ações desenvolvidas pela UNICAP já estão refletindo visivelmente na redução dos índices de pobreza e desigualdade da região. (*site da Unicap- novembro 2003*).

O projeto teve início em junho de 1998, quando pesquisadores da universidade realizavam um trabalho de campo na área de manguezal existente em Rio Formoso, ocasião na qual teriam “observado as dificuldades da população local”. De acordo com o recente histórico do projeto apresentado no *site* da Unicap, “tudo surgiu com a recuperação dos ecossistemas, envolvendo a parte da investigação e recuperação do mangue”. A partir das pesquisas no mangue, teria surgido a idéia de fazer um projeto maior, que abrangesse todo o município e que “contribuísse para a sobrevivência da população”. Ainda no *site*, a coordenadora do projeto relata que “ao contrário do que possa parecer, o projeto não tem nenhuma conotação política e, certamente, está promovendo uma nova perspectiva de vida na cidade”.

Em meados de 1999, durante a minha primeira ida a campo, a Unicap era onipresente em Rio Formoso. Sua presença foi marcante no cotidiano da cidade durante os anos de 1999 e 2000. Seus 90 pesquisadores estavam nas escolas, nos assentamentos, no mangue, nas matas, no sindicato, nos hospitais, na Prefeitura, na Rua da Lama e em todas as secretarias do poder municipal. Aproximadamente 165 alunos e professores estavam envolvidos nos projetos da Unicap e freqüentavam Rio Formoso semanalmente. Havia um fluxo intenso de ônibus que traziam e levavam professores e pesquisadores de Recife a Rio Formoso, Kombis circulando o dia todo pelo município, barcos com pesquisadores percorrendo os rios e grupos caminhando no meio do mangue e matas. A única pousada e os poucos restaurantes da cidade estavam quase sempre lotados por professores e alunos da Unicap.

Como minha pesquisa começou na mesma época deste projeto, foi-me necessário um grande esforço para tornar claro aos associados da colônia de pescadores que o meu trabalho não tinha nenhuma relação com o da Unicap no município. Na verdade, acho que eles só se certificaram da não vinculação depois que a Unicap encerrou seu projeto em 2000 e eu continuei voltando a Rio Formoso em 2001 e 2002.

Os pesquisadores da Unicap não omitiam o fato de o projeto dispor de US\$ 2 milhões; pelo contrário: ressaltavam essa informação sempre que tinham oportunidade e acrescentavam que tais recursos seriam utilizados na “adoção do município”. A pesquisa inscrevia-se na missão cristã (católica) de melhorar a qualidade de vida de uma população percebida como das mais carentes do estado, com o objetivo de pôr em prática os preceitos da salvação pela ciência e pelo espírito cristão, expressa entre os seus pesquisadores pelo conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A presença numerosa de pessoas interessadas em ajudar, aliada ao oferecimento de casas, cursos de capacitação e distribuição de remédios, enquadrava-se perfeitamente no que os residentes de Rio Formoso interpretam como “coisa de política”, ou seja, o termo de acusação associado ao “vício”. Se o vício é a ajuda atrelada ao hábito de demandar, no glossário das acusações locais, coisa de política é a ajuda concedida sem demanda prévia, sem contradom estabelecido; portanto, algo que se suspeita estar relacionado a pedido de votos no futuro.

No início os pescadores não acreditavam, acharam que era coisa de política. Mas era verdade a Unicap estava mesmo fazendo sem receber nada

em troca, mas muitos ainda diziam “isso é coisa de política, isso é coisa de política”. Mas a Unicap é mesmo apolítica. (Chico, presidente da Colônia Z-7, 2001).

A perspectiva de um dom sem contra-dom definido fazia pouco sentido no universo simbólico dos moradores de Rio Formoso, que estavam habituados a determinados tipos de intercâmbio pré-definidos e com variações apenas no intervalo de tempo entre o dar e o receber, tais como a troca de curto prazo entre determinados bens (madeira, promessa de emprego, dinheiro etc.) e votos, estabelecida na “época da política” (Palmeira e Heredia 1995), ou a troca de médio ou longo prazo entre políticos e população, estabelecida fora da época da política, mas referenciada nela - a troca da “ajuda” pela gratidão futura em forma de voto.

Durante os dois anos de atuação da Unicap, as relações entre a colônia e a universidade tornaram-se estreitas. Segundo as duas biólogas que coordenavam o programa *Preservação e desenvolvimento sustentável dos ecossistemas de Rio Formoso, estuário-mangue e Mata Atlântica*, a colônia de pescadores foi a primeira entidade local procurada e com a qual se estabeleceu parceria.

O segundo mutirão de limpeza realizado pela colônia foi feito em parceria com a Unicap e visava a reunir ações de subprojetos relacionados a meio ambiente e saúde: os subprojetos *Lixo e Cidadania* e *Combate a Parasitoses*. O objetivo era promover a um só tempo a limpeza das margens do mangue e combater os piolhos das crianças; por isso a mobilização foi nomeada *Mangue limpo, cabeça limpa*. O período de organização do evento foi marcado por conflitos com a prefeitura de Rio Formoso, que, segundo as pesquisadoras da Unicap, teria se empenhado em boicotar o evento, fazendo-o, inclusive ser adiado em função de desentendimentos. A Unicap queria que a prefeitura vacinasse todos os participantes contra tétano e fornecesse 100 pares de botas e luvas para a atividade. A Prefeitura se recusou a atender a estas condições, alegando que estaria arcando com todos os custos do evento promovido pela Unicap.

Em 1997, um líder sindical da região foi eleito para a prefeitura de Rio Formoso, o que representou uma transformação considerável em relação aos investimentos da administração municipal em relação à gestão anterior. No que tange à colônia de pescadores, logo no início da gestão, Chico foi

chamado a reassumir suas funções no departamento pessoal da prefeitura, perdendo o direito de ficar à disposição da colônia de pescadores. O fato foi interpretado pelos pescadores como uma tentativa de pôr fim à colônia, uma punição ao apoio aberto da entidade à candidatura da esposa de Hacker durante as eleições. Houve alguns que compreenderam o fato por uma lógica faccional que estaria começando a se esboçar em Rio Formoso: o fato da “colônia estar ficando mais importante” do que o sindicato de trabalhadores rurais.

A intervenção junto à prefeitura, pelo mesmo funcionário do Ibama que colaborou para a fundação da entidade, insistindo na importância da permanência de Chico no trabalho exclusivo para a colônia, impediu o seu deslocamento para outras funções na prefeitura. Posteriormente, ele foi nomeado pela prefeitura para assessorar a Unicap em assuntos envolvendo pesca e manguezal. Chico disse que tanto ele quanto a colônia sofreram retaliações ao longo da gestão da liderança sindicalista. Ele teve seu salário reduzido a um terço até o fim desta administração e a colônia perdeu dois projetos (um de recursos para apetrechos de pesca e outro de aquisição de equipamentos para fazer hambúrguer e almôndega de peixe) devido a exigências e à criação de dificuldades burocráticas e financeiras pela prefeitura⁶³. No entanto, o que foi considerado a maior perda da colônia foi a impossibilidade de construir sua sede⁶⁴: em 2000, a colônia havia conseguido licença do CPRH para construir na beira do mangue e recursos da Unicap para a construção do galpão-sede; a prefeitura, no entanto, não cedeu o terreno.

“O prefeito fez sabotagem com a colônia. Não cedeu o terreno para construir a sede. O CPRH, a Marinha e o Ibama liberaram, mas o prefeito não deixou. Nós não tivemos nenhum apoio da prefeitura”. (Zuza, pescador, 2001).

Por fim, o mutirão de limpeza do mangue se realizou. A prefeitura colaborou aplicando a vacina antitetânica nos participantes do mutirão e a Unicap teria dado o equipamento de segurança (botas e luvas). Segundo Chico, em meio ao conflito com a prefeitura, eles teriam procurado o ex-prefeito de Rio Formoso solicitando colaboração para o mutirão e conseguiram

63 Os pescadores se referiam a estas dificuldades como “má-vontade do prefeito” e “corrupção”. Segundo o presidente da colônia, a prefeitura teria exigido contrapartidas financeiras para apoiar os projetos.

64 A colônia não tem sede própria, funciona em casas alugadas pela prefeitura.

um auxílio importante. A Unicap e a colônia garantiram uma participação expressiva na atividade, com a distribuição de 100 cestas básicas para os voluntários.

“A Unicap arranhou 100 cestas básicas. Mas ela não quer que diga que foi a Unicap, quer que diga que foi a colônia”. (Chico, presidente da Colônia Z-7).

A distribuição de alimentos tornou-se um assunto tabu para as pesquisadoras da Unicap, devido às críticas provenientes do chefe da APA. Embora fossem ambientalistas, as pesquisadoras não viam a distribuição de cestas básicas como ilegítima, pois enquadravam a doação de alimentos nos preceitos cristãos de ajuda a uma população que consideravam “miserável”; o projeto de adoção do município da Unicap previa, inclusive, atividades assistencialistas. Durante o mês que precedeu o evento houve uma grande corrida dos filiados à colônia, à procura de Chico. Alguns teriam sido informados de que a Unicap distribuiria um salário mínimo aos participantes do evento, o que levou a uma disputa pela inclusão de nomes na “lista das cem vagas do mutirão” e uma participação expressiva.

“Na limpeza da Unicap nós só conseguimos um suco e pão com mortadela. Saiu uma cesta básica com um saco de feijão duro que nem a peste que ninguém conseguiu comer, arroz e dois fubás. Sabe o que eu ganhei como mutirão? Uma coceira nos pés que eu não consegui nem dormir”. (Zuza, pescador, 2001).

Após o mutirão, houve um descontentamento geral por parte dos participantes, pois teriam ganhado uma cesta básica muito inferior àquela com a qual estavam acostumados a receber de Hacker, por exemplo. “Prometer muito e ter dado pouco”, se tornou uma avaliação recorrente em Rio Formoso sobre os resultados da presença da Unicap depois de dois anos de atuação da universidade na cidade. Segundo o balanço de Chico, “a Unicap não apresentou nenhum resultado concreto para a comunidade de pescadores”. Os pesquisadores não teriam conseguido explicar o motivo do desaparecimento de determinadas espécies de animais do manguezal, como certos tipos de caranguejos, e não construíram a sede da colônia. As duas pesquisadoras do programa sobre o mangue da Unicap ainda vão a Rio Formoso, especialmente para dar aulas práticas aos seus alunos de graduação em Bio-

logia, tomando o manguezal como área de trabalho de campo. Elas participam eventualmente das reuniões de pescadores, quase sempre para apresentar vídeos realizados durante o período de duração da pesquisa. Fazem um certo esforço para manter na memória dos filiados à colônia aquele período áureo de onipresença da universidade. No entanto, em 2002, a presença das pesquisadoras já fazia parte da rotina da colônia, elas não chamavam mais atenção e nem eram mais aguardadas como antes; não eram mais chamadas nem mesmo de doutoras, mas sim pelos seus primeiros nomes. Sentavam-se em meio à platéia de pescadores e não conduziam mais as reuniões, como em meados de 1999.

A proximidade entre a colônia e a Unicap criou a expectativa de que a colônia “pegaria muitos projetos”, o que de fato não ocorreu até o fim 2002, devido a rivalidades com o grupo que assumiu o poder municipal entre 1997 e 2000 e que sempre percebeu a colônia como uma entidade sustentada por inimigos políticos. A colônia de Rio Formoso nasceu sobre os auspícios de grupos externos (Ibama e, depois, a Unicap); no entanto, sempre manteve uma forte ligação com uma determinada facção do poder local (ligada aos proprietários rurais e representada pelo prefeito Hildo Hacker e sua família), que vinha colaborando na manutenção da política da ajuda (cestas básicas) aos associados. Este equilíbrio entre colaboração externa (segmentos ambientalizados) e internas (família Hacker) garantia prestígio institucional e reforçava a concepção de entidade exemplar no que tange aos ideais de autogestão e incremento da preservação ambiental.

Mesmo não atraindo projetos, a colônia tornou-se ainda mais prestigiada durante o período da presença da Unicap, reforçando a imagem de entidade cooperativa, que não media esforços na colaboração com os pesquisadores da universidade. No âmbito da política municipal, reforçou alianças que permitiram a manutenção da “política da ajuda”, pois as recusas de colaboração da prefeitura da liderança sindicalista tornavam-se demandas atendidas por Hacker, que tinha interesse em manter os vínculos com sua base eleitoral, representada pela Colônia de Pescadores⁶⁵.

Durante a gestão do prefeito sindicalista, os segmentos urbanos identificados com a forma de administração de Hacker sentiram-se abandonados e reclamavam a ausência do prefeito e de sua ajuda. Conforme notaram

⁶⁵ Hacker se comprometeu a colaborar com material de construção para o aterro no terreno que a Unicap construiria para a colônia.

Castro e Silveira Correia (2001:162) a respeito da Rua da Lama (observações que eu considero pertinentes para toda periferia urbana de Rio Formoso), a prefeitura de perfil sindicalista classificava e qualificava os pedidos da população a partir de uma distinção de acordo com a qual as reivindicações originárias de trabalhadores rurais, saídos das plantações, eram vistas como naturais, ao passo que as demandas que partiam da periferia urbana eram percebidas como viciosas. Para o prefeito, os habitantes da periferia urbana pressionavam para ver reproduzidas em sua gestão as práticas passadas do poder municipal.

Se, para a colônia, a presença da Unicap não gerou nenhum resultado “concreto” em termos materiais (sede) e científicos (explicação para a extinção de determinadas espécies), para determinados indivíduos que trabalharam para os programas, a Unicap abriu novas perspectivas profissionais e de prestígio individual. Neco e Floro são dois pescadores atualmente muito valorizados pelo Ibama, CPRH e pelos professores da Unicap como grandes conhecedores de flora e fauna. Trato as trajetórias de Neco e Floro na próxima parte deste segmento, buscando situar suas experiências de conversão à preservação ambiental. Eles tornaram-se referências para entidades ambientais da “sabedoria nativa do meio ambiente”, conforme expressão usada pelo administrador da Rebio Salinho.

Em 2002, a configuração da política municipal de Rio Formoso apresentava-se completamente diferente. Nas eleições municipais de 2000, o prefeito sindicalista não conseguiu se reeleger e a esposa de Hacker (Graça Hacker) assumiu a prefeitura. Chico lançou-se candidato a vereador pelo PSDB, no mesmo partido de Graça Hacker e tendo seu total apoio. Ele obteve 182 votos, mas não foi eleito. Graça buscou ajudá-lo, dividindo com ele o atendimento de pedidos dos eleitores. Ela deu-lhe madeira para que redistribuísse aos eleitores no nome dos dois. A disposição de Graça em ajudá-lo foi interpretada por Chico como retribuição à sua fidelidade em tempos difíceis, quando sua família ficou fora do poder municipal de Rio Formoso. Ao ser empossada, Graça ofereceu a Chico o cargo de diretor de recursos humanos da Prefeitura, mas ele preferiu continuar à disposição da colônia. Entre 2001 e 2002, a prefeita apoiou iniciativas da colônia, colaborando para a realização de um seminário em 2001 e do terceiro mutirão de limpeza do mangue, em 2002.

Em novembro de 2001, a colônia promoveu, com recursos da Prefeitura e apoio da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), o *Primeiro Seminário de Pescadores de Rio Formoso: pesca, vida e dignidade*, cujo objetivo era “exigir o cumprimento da legalidade”, ou seja, exigir o cumprimento do ZEEC (Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco). Segundo Chico, o objetivo do seminário⁶⁶ era “exigir os direitos dos pescadores”. Eles estavam tendo seus direitos prejudicados, por exemplo, pelo “veneno despejado pela lavagem de máquinas dos engenhos nos rios, pelas lanchas de turistas provenientes de Tamandaré e Porto de Galinhas, que estariam entrando no rio e ameaçando as pequenas embarcações”. Chico ressaltou que a prioridade do seminário era pressionar os órgãos ambientais a “definir território de turistas e de pescadores”.

O território dos pescadores ao qual Chico se refere é a subzona determinada no ZEEC como F2, subzona que compreende os estuários dos rios Formoso, Sirinhaém-Maracaípe e Ipojuca-Merepe. Segundo a interpretação que os pescadores têm, o ZEEC é uma “divisão legal do espaço entre as pessoas”, a área estuarina pertence a eles, enquanto a área “do Rio Ariquindá para baixo” pertence aos turistas. Diante da falta de atuação do CPRH para disciplinar a navegação na área, os organizadores do seminário convidaram a participar do evento, além do chefe da APA de Guadalupe, representantes de outras entidades, como o Ministério Público Estadual, a Marinha e o Ibama. O objetivo era denunciar a todas as entidades públicas competentes as infrações ambientais que vinham ocorrendo, sobretudo aquelas que prejudicavam a pesca, ou seja, a pesca predatória e o trânsito de lanchas no estuário, em alta velocidade, dificultando a pesca artesanal e trazendo risco de acidentes para os pescadores.

A denúncia sempre foi um grande dilema relacionado às atividades da colônia de pescadores, desde sua fundação. Na segunda reunião da colônia, em setembro de 1996⁶⁷, já constava registrada em ata uma denúncia de desmatamento feita por um pescador; portanto, o uso das reuniões como espaços privilegiados de denúncia ocorria desde a fundação da entidade. A presença de representantes do Ibama e da Federação de Pescadores de Per-

66A Prefeitura financiou o evento, disponibilizando para a colônia e convidados: lanche, 100 pastas e camisas com inscrições do evento e tíquetes que davam direito a almoço grátis em um restaurante de Rio Formoso.

67A primeira reunião da colônia Z-7 registrada em ata data de 30 de agosto de 1996, quando se desvinculou da colônia Z-5 (Tamandaré) e Chico foi eleito por aclamação o presidente da entidade até eleições da diretoria.

nambuco durante os primeiros meses de existência da colônia certamente contribuiu para encorajar esta atitude, que surtiu efeito a princípio, pois o Ibama respondia às denúncias fazendo rondas de barco no manguezal. Nas reuniões em que eu estive presente, escutei associados relacionando a posse da carteira de pescador fornecida pelo Ibama a uma licença para denunciar.

A partir de 1999, devido ao apoio do CPRH às atividades da Unicap, o Chefe da APA passou a freqüentar as reuniões da colônia; ele encorajava os pescadores a fazerem denúncias anônimas por telefone ao Cipoma. Várias denúncias feitas durante as reuniões eram dirigidas aos turistas, que trafegam em alta velocidade e prejudicavam a pesca; no entanto, como eram visitantes, dificilmente se poderia identificar o nome do infrator⁶⁸. As denúncias em que o nome do infrator era citado na reunião referiam-se, geralmente, à pesca predatória e eram dirigidas a vizinhos ou pessoas conhecidas, residentes na cidade.

O fato de o anonimato ser praticamente impossível em uma cidade pequena em que quase todos os pescadores são vizinhos tornava raro o encaminhamento de denúncias à polícia ambiental ou a entidades ambientais devido ao medo de retaliações. Durante uma reunião ocorrida em 2001, um pescador descreveu o impasse da situação, afirmando que não se podia denunciar o turista porque não se sabia quem ele era e não se podiam denunciar os outros infratores porque eles sabiam quem eram os pescadores. Portanto, existiam denúncias impossíveis de serem feitas.

“O CPRH diz que, para denunciar, a gente não precisa dizer o nome; ora, mas, mesmo assim o pessoal corre um risco tremendo. Se eu vejo você hoje colocando bomba e amanhã a polícia vem te pegar, é claro que você vai saber que fui eu quem te denunciou. Eu não tiro a razão dos pescadores, eles são pais de família e, de repente, ele cai numa dessas de ter que matar o cara para não morrer ou então deixar alguém matar ele para não virar assassino. Aqui ninguém denuncia não. O Ibama já esteve aqui por causa de um rapaz que mora na Praia da Pedra. E que não é sócio da colônia e estava desmatando o mangue. Eu sei quem denunciou, mas ele achava que era um pescador que tinha denunciado e veio aqui na colônia falar comigo. Ele queria uma satisfação e eu disse que não sabia de nada e que nenhum pescador tinha me falado nada. Então, ele se conformou. Então você vê, ele queria procurar uma pessoa e nem tinha certeza se foi ele. Eles vêm com revólver e a pessoa tem medo (...) A pesca predatória não é feita por pescadores, mas por pessoas que vivem infiltradas na pesca. Para eles tanto faz pegar 10 ou 100 Kg de peixe e amanhã não pegar nenhum,

68 A exceção são as lanchas de passeio do Hotel-fazenda Amaragi, localizado em Rio Formoso e freqüentemente objeto de acusações nas reuniões.

porque eles não vivem da pesca. Eles são daqui, de Rio Formoso, mas os pescadores não denunciam porque são ameaçados. Você sabe. São pais de famílias, pessoas humildes que não estão a fim de confusão. E esse pessoal que pesca com bomba, eles ameaçam e dizem que quem denunciar, eles dão tiro. E eles fazem. E se alguém denuncia e ele vai preso? Vai ficar no máximo seis anos. Seis anos passa rápido. E depois que sair ele vem matar. Se você está sendo ameaçado por alguém ou você se muda ou dá um fim naquela pessoa”. (Chico, presidente da colônia Z-7, 1999).

“O Ibama quer que nós sejamos o gatilho, mas nós somos o cano. É a nossa vida, fica onde? Um cara no mangue me disse:

-Eu boto redinha sim! Mas se eu levo um pito do Ibama, depois tu vai encontrar comigo”. Ele me disse isso pessoalmente. A gente (Gil e Zuza) não era mais para estar vivo. Nós somos representantes do meio ambiente e da colônia, mas a gente é ameaçado e toma corrida”. (Gil, pescador, 2001).

O grupo social mais fortemente submetido à educação ambiental e que mais conhece os métodos de encaminhar uma denúncia explicou sua recusa-se em fazê-la devido ao temor de conflitos e agressões em um universo onde o anonimato é impossível. Solicitados a identificar os violentos degradadores que pescam com explosivos, carrapaticidas ou usam redinha⁶⁹, a resposta imediata era que eles são “os pescadores infiltrados”, o que geralmente significa alguém que pesca e não é filiado à colônia ou não possui carteira de pescador concedida pelo Ibama. Entre os degradadores citados pelos pescadores havia um policial, um funcionário da Compesa (companhia de águas de Pernambuco), um assentado e um morador da *Rua da Lama*. Enfim, são quase todos vizinhos da área urbana de Rio Formoso e pessoas próximas em termos de posição na hierarquia social da cidade.

Denunciar alguém tão próximo significaria, para o denunciado, uma desonra e, para o denunciante, a certeza de um conflito pessoal imediato e com grandes possibilidades de um desfecho violento. Em Rio Formoso, o homicídio está entre as formas legítimas de resolução de conflitos. As conseqüências de uma denúncia eram antevistas pelos pescadores como certeza do enfrentamento de situações conflituosas que redundariam em alternativas como morrer, fugir ou matar. A previsão das conseqüências de uma denúncia tornava as possibilidades de ganho nulas, se comparadas às possibilidades de perda. O temor dos pescadores não seria infundado, pois mesmo sem dispor de dados precisos, a promotora da cidade indicou que os homicídios lidera-

69 Apretcho de pesca que bloqueia a entrada dos caranguejos na toca.

vam a lista de crimes praticados no município e estes estavam quase sempre associados a conflitos motivados pela defesa da honra.

O risco pessoal para quem faz uma denúncia formal era bastante alto. No entanto, durante as reuniões da colônia havia denunciante costumeiros, que utilizavam o espaço para comunicar infrações, mesmo que elas não resultassem em punições aos acusados. Quando entrevistados, estes pescadores se queixaram de serem freqüentemente alvo de ofensas, chamados de dedos-duros ou fofoqueiros e, eventualmente, de sofrer situações vergonhosas provocadas pelos acusados ou por seus parentes. Um pescador relatou, durante uma reunião, que chamou a atenção de uma moradora da *Rua da Lama* que ele presenciou jogando no rio um porco morto de cerca de sessenta quilos e acabou “tomando uma corrida” do seu marido e sendo ridicularizado pelas pessoas que presenciaram a situação.

O fato de ter ocorrido um intenso trabalho de doutrinação ecológica entre os pescadores (um esforço bem sucedido porque vinha ao encontro de seus interesses produtivos e institucionais) resultou numa diferenciação entre este grupo e aqueles que não foram submetidos à educação ambiental. Os pronunciamentos nas reuniões geralmente apontavam para a ilegitimidade do argumento da proteção ambiental perante outros moradores de Rio Formoso, que não professavam a mesma crença.

A imposição da regulação legal dos conflitos entre pessoas situadas em um mesmo nível da hierarquia social choca-se frontalmente com as estratégias locais de resolução de conflitos, tornando a denúncia de crime ambiental despropositada. A situação é diferente quando o degradador situa-se em posição distanciada do denunciante. Em 2002, houve denúncia institucional e individual de poluição do rio, encaminhadas, respectivamente, à promotoria da comarca e à delegacia de Rio Formoso, pela Colônia e por um pescador. Durante obras de saneamento no município, as antigas ligações domiciliares foram desativadas e ligadas em rede. O projeto previa a construção de três unidades de tratamento de esgoto; no entanto, devido a problemas no repasse de verbas do Prodetur, foi construída apenas uma unidade de tratamento. Em 2002 a unidade de tratamento não suportou o volume de esgoto da cidade e começou a despejar todo o excedente diretamente no rio.

Um ano antes do vazamento da Compesa, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) montou um campo de estágio de criação de

ostras em Rio Formoso, que vinha sendo mantido e beneficiaria 15 famílias de pescadores da colônia. A poluição do rio matou a criação de 70.000 ostras e, desde o acidente, a colônia, com apoio da UFRPE, vem pedindo indenização em nome dos pescadores pela perda da criação. Esta foi a única denúncia encaminhada formalmente pela colônia: diferentemente das denúncias mais recorrentes, que envolviam denunciantes e denunciados socialmente próximos e com normas pré-estabelecidas de resolução de conflitos, este caso envolvia um conflito com o Estado, possibilitando um conflito cujo palco vem sendo a arena legal, não envolvendo maiores riscos aos pescadores.

De tão recorrente, a questão da “fraqueza dos pescadores” decorrente do medo da denúncia se tornou tema freqüente nas reuniões, seja com a intenção de traçar comparações com os “sem terra” (MST) ou para discutir formas alternativas de denúncia que reduzissem o grau de exposição dos denunciantes. Quando o tema do medo da denúncia surgia nas reuniões, havia sempre quem dissesse “se fosse os sem-terra, não ia ter medo”. A existência de ocupações de terra conduzidas com sucesso na Mata Sul Pernambucana pelo MST vem produzindo reflexões sobre a identidade dos movimentos e associações coletivas para além do espaço agrário. De acordo com o que observei entre os pescadores de Rio Formoso, as ocupações de terra parecem vir obrigando a colônia a questionar seu modelo de organização e conduta; no entanto, isso começou a acontecer em um contexto específico, quando a postura pacífica da colônia passava a ser vista como pouco eficaz para atrair benefícios concretos para o grupo.

O contraponto entre a “coragem dos sem terra” e a “fraqueza dos pescadores” possibilitava a reflexão a respeito da identidade de pescador e do caráter de sua organização. Os pescadores da Colônia de Rio Formoso tornaram-se um exemplo da organização da sociedade civil sonhada pelos funcionários das instituições ambientais, ou seja, totalmente auto-sustentável e mobilizada para o trabalho voluntário, mas a partir de 2001, a situação de impotência conferida pelo medo da denúncia traduzia-se em um sentimento de frustração coletiva.

Durante as reuniões da entidade, eles apontavam “os sem-terra” como a organização exemplar, pela sua força e capacidade de enfrentar o poder estabelecido e pela coragem. O MST era um espelho do qual os pescadores da colônia acreditavam ser o reflexo invertido. “Eles ocupam, saqueiam,

fazem manifestação, são unidos, enquanto “nunca se ouviu falar em um movimento de pescadores no Brasil”, eles sabem que “a pressão traz a vitória”, dizia um pescador em meio a uma reunião, recebendo aplausos dos presentes.

A colônia foi fundada pouco depois das primeiras ocupações de terra promovidas pelo MST e sindicato de Trabalhadores Rurais; no entanto, desde 1999, período em que comecei a acompanhar as reuniões do grupo, jamais havia escutado nenhuma referência a esse movimento nas reuniões. Se até 2001 o grande tema era a denúncia, o medo de denunciar e a inoperância do CPRH, do final de 2001 até 2002 a questão do medo começou a aparecer associada a sugestão, pela comparação com o estilo aguerrido dos sem-terra, de uma mudança da postura pacífica e sempre colaboradora da colônia. As comparações com o MST não foram apenas feitas nas reuniões, mas longamente debatidas pelo público presente. Diante da insistência no tema, o presidente da colônia buscava reproduzir as acusações comuns de desonestidade que recaem sobre aquele movimento na região, onde se afirmaria que eles pegam créditos para comprar armas e carros e que revendiam as terras que conquistavam.

A pressão dos associados pela mudança na posição da colônia iniciou-se logo após os primeiros seis meses da administração de Graça Hacker. Analisei o livro de presenças às reuniões e os livros contábeis da colônia, procurando estabelecer relações entre número de filiações ao longo do tempo de existência da colônia / pagantes assíduos / entradas e saídas de filiados da entidade. Houve uma certa redução do número de sócios entre 2001 e 2002. Em 2001, a colônia tinha 255 sócios; em 2002, este número baixou para 212. Interroguei um dos sócios sobre o assunto e ele disse “tem muito pescador que saiu porque o Chico não fala nada”.

Dentre as pessoas muito participantes nas reuniões e seminários da colônia, havia um pescador chamado De Assis, que desapareceu completamente dos encontros mensais. Ele era um símbolo da colônia, chamado pelo chefe da APA de “a artilharia de Chico”. Representava a ala avessa ao estilo conciliador impresso à colônia por Chico. Sua presença era sempre garantia de exigência, denúncia, queixas e exposição clara de conflitos. Ele era o representante da colônia em situações onde se precisava assumir uma postura combativa.

De Assis se afastou da colônia quando começou a “virar sua artilharia” contra a Prefeitura. Chico não apoiava as medidas mais drásticas

propostas por De Assis que, frustrado diante do não-cumprimento da promessa de campanha de construir uma sede para a colônia, sugeria nas reuniões denunciar a prefeitura pelo despejo de poluentes e lixo hospitalar no rio. De Assis passou a ser ignorado pelos muitos pescadores fiéis a Chico e se afastou das reuniões. Em um primeiro esboço de reação contra a liderança de Chico na colônia, começou a fazer intrigas sobre a vida pessoal de Chico (a acusação comum de ter várias mulheres) e divulgar que Chico estava “do lado da prefeitura e não dos pescadores”.

“Nós temos uma prefeita e ela não trabalha pelos pescadores. Nós temos aí um prédio que se chama de “sede provisória”. Ela alugou um prédio para segurar, manipular e prender o presidente da colônia, que é funcionário da prefeitura. O presidente não tem voz ativa, porque ele é funcionário, ele tem rabo preso. Quando eu pegava um documento e que era contra a prefeitura, ele ficava de mão atada. É por isso que eu não participo mais quase de reunião nenhuma. Porque quando eu levanto minhas teses, ele acha que eu sou do contra, mas eu falo a favor de minha classe, dos meus companheiros. Esse sofrimento que a gente tem aqui hoje é não ter uma sede própria. Nós não temos até hoje nenhum projeto, não temos uma escola, uma estrutura melhor. Todas as colônias têm um médico, dentista, balança, frigorífico. O sonho meu era de Rio Formoso já ter isso, mas não avançou. Sabe por quê? Não avançou em termos políticos. É isso que eu digo aos companheiros, não vamos mais escolher um presidente que tenha vínculos com prefeitura”. (De Assis, pescador, 2002).

Se, durante a administração da liderança sindicalista, a colônia alinhou-se na oposição, apoiada pelos pesquisadores da Unicap, após as eleições de 2000, com a vitória do grupo que “ajudava” a colônia desde sua fundação, a entidade torna-se aliada da situação. Durante o processo eleitoral, a atual prefeita teria prometido ao presidente a construção da sede da entidade, mas, até o fim de 2002, a colônia ainda funcionava em um espaço pequeno e muito precário (em comparação com outros locais ocupados desde 1999) na Rua da Levada, onde foi colocada uma grande faixa, onde aparecia escrita em letras enormes “Sede Provisória” e abaixo em letras um pouco menores “Colônia de Pescadores de Rio Formoso”, como uma forma de lembrar publicamente que aquele local não foi aceito como o cumprimento da promessa de campanha.

A sede própria é vista pelos filiados como um símbolo de independência do grupo, “a colônia liberta” da dependência de acordos a cada gestão municipal para ter um prédio alugado e garantir a existência física da

entidade. Para os associados, a falta do endereço fixo seria a principal causa da entidade não ter conseguido nenhum projeto desde a sua fundação. A sede própria é percebida como um símbolo de independência, o meio através do qual se alcançaria a utopia dos serviços de uso exclusivo dos pescadores: “o hospital dos pescadores”, “a escola dos pescadores”, “o frigorífico dos pescadores”, “a fabrica de hambúrguer e almôndega de peixes dos pescadores”.

Na tentativa de controlar os ânimos de muitos associados contrariados com a indefinição da prefeitura em relação à construção da sede, Chico promoveu o terceiro mutirão de limpeza do manguezal, do qual participaram 90 pessoas. Semanas antes do evento, ele pediu a colaboração do CPRH para promover palestras de sensibilização da comunidade “à questão do cuidado com o lixo” e para “tornar o evento mais coletivo”, de acordo com as palavras de Chico. Segundo a lista de presenças do CPRH, cerca de 400 pessoas assistiram às palestras realizadas ao longo de três dias na *Rua da Lama*, Assentamento Serra D’água e escolas públicas urbanas de Rio Formoso.

A escolha deste assentamento e da *Rua da Lama* relacionava-se ao fato de a colônia de pescadores considerar os dois locais grandes focos poluidores e degradadores do rio. Os assentados de Serra D’água eram acusados pelo CPRH de desmatamento e, pelos pescadores, de despejar resíduos de fertilizantes e herbicidas no rio. Já os moradores da *Rua da Lama* seriam os principais responsáveis pelo despejo de lixo nas margens no manguezal. Os assentados de Serra D’água, não são apenas vítimas de denúncias e acusações; em 1999, eles mesmos já apontavam a degradação do rio como um problema interno do assentamento:

“Boa parte dos nossos companheiros ficam omissos. Eles sabem quem envenena a água e não tem coragem de dizer. Às vezes a gente não sai para denunciar para não perder tempo com a roça. O outro fator é a pessoa estar muito perto de quem bota o veneno e não tem coragem de denunciar porque sabe que o cara vai sofrer. Um dos problemas é a miséria que o cara que bota veneno tá vivendo. Custa R\$ 2,00 um carrapaticida⁷⁰ e ele vende o camarão a R\$ 5,00. O vizinho faz isso, mas o parceiro não tem coragem de denunciar porque tá vendo a miséria na casa dele. É tudo ligado, a miséria que ele faz no rio tá ligada à miséria que ele tem em casa. Isso não quer dizer que ele tem que viciar, porque se a gente fica calado ele vicia e bota veneno hoje, bota amanhã e depois acaba fazendo como lazer em dia de domingo.” (Pedro Assunção, parceiro de Serra D’água, 1999).

70 O uso de carrapaticida é um método de pesca predatória praticado em Rio Formoso. Dissolvido na água do rio, o carrapaticida tira o oxigênio e mata camarões em um grande raio de distância; esses camarões são recolhidos e vendidos na cidade.

As palestras de sensibilização foram realizadas pelo educador ambiental da APA de Guadalupe⁷¹, através de encontros com roteiros adaptados ao público de cada um dos locais, mas obedeceram ao critério de destacar a importância da sustentabilidade da limpeza do rio, ou seja, manter rio limpo após o mutirão através de um esforço de disciplina ambiental. No assentamento Serra D'água, diante de uma platéia numerosa⁷², o palestrante destacou a importância da reunião, afirmando que aquela era a primeira palestra de educação ambiental realizada em assentamentos de Rio Formoso.

O educador começou a palestra em Serra D'água dando duas informações: que 160 toneladas de lixo tinham sido recolhidas do mangue no mutirão anterior e que o Brasil era o quarto consumidor mundial de agrotóxicos. Ao longo da palestra, tratou-se da importância de se praticar uma agricultura sustentável através do plantio de culturas permanentes, que impedissem o assoreamento, e do risco do uso de defensivos químicos para o meio ambiente e para quem os aplica, lembrando a morte de um famoso cantor de dupla sertaneja que morreu de câncer em consequência do uso de agrotóxicos.

Nas escolas, houve convite à participação dos alunos no mutirão e destacou-se a importância dos manguezais para a preservação das espécies, ressaltando-se que o lixo, o esgoto e os agrotóxicos são grandes agentes poluidores. Na Rua da Lama, diante de uma platéia estritamente feminina, de associadas da colônia de moradoras do local, a palestra proferida por Chico e pelo representante do CPRH centrou-se, sobretudo, na importância do cuidado com o lixo doméstico. A palestra foi toda fundada na crítica ao hábito de “despejar lixo na porta de casa”, buscando criar um estigma sobre aquele hábito e sugerindo a adoção de uma etiqueta ambiental como elemento de distinção entre os moradores da Rua da Lama e dos assentamentos.

As moradoras da Rua da Lama destacaram seu incômodo e responsabilidade pelo lixo doméstico, mas culparam os assentados de Serra D'água pelo aumento da “poluição que mata os peixes”, uma delas afirmou

71 Ele foi executor local do Projeto Recife Costeiros por dois anos e, a partir meados de 2000, foi contratado pelo CPRH para trabalhar na APA de Guadalupe.

72 No intervalo, alguns assentados disseram que a palestra trataria da implantação do aterro sanitário e da usina de beneficiamento de plásticos em Serra D'Aguaá, realizados com recursos do governo do Estado e com a colaboração de universidades. Havia uma grande preocupação em garantir que os empregos gerados pela usina fossem todos para os parceiros e seus familiares. Após a palestra alguns assentados tinham a versão de que o motivo da realização do mutirão e da manutenção da limpeza depois dele seria “para preparar o município para o turismo”.

que “quando Serra D’água tinha dono ninguém sujava o rio”, ao passo que a transformação em assentamento teria aberto um período de grande poluição das águas por agrotóxicos. Ao final de todas as reuniões eram apresentados dois vídeos: um desenho animado chamado “Tá Limpo” e um vídeo produzido pela Unicap chamado “Vida no Mangue”, sobre a riqueza e degradação do Estuário de Rio Formoso, com entrevistas e cenas de pescadores da colônia. Na reunião da Rua da Lama, todos já tinham visto o vídeo mais de uma vez.

Em novembro realizou-se, por dois dias, o mutirão de limpeza do mangue. Além da presença dos pescadores, o movimento obteve um reforço de cerca de 50 estudantes, que recebiam recursos da prefeitura através de um programa de complementação de renda denominado “agente jovem”. Durante o evento, alguns estudantes trabalhavam contrariados por terem de manusear o lixo; por isso, quando o ritmo de trabalho deles ficava muito lento, eram repreendidos pelas professoras que os ameaçavam, dizendo que se não participassem, não seriam mais convocados em futuras atividades e, portanto, seriam excluídos do programa de renda.

Durante a organização do evento, Chico propôs à Prefeitura a distribuição de cestas básicas entre os participantes do mutirão. Na cerimônia de encerramento, da qual participaram representantes do CPRH, Sebrae e CPP, destinada à avaliação dos resultados do mutirão, a prefeitura ofereceu, no clube da cidade, uma feijoada aos participantes e convidados e, através de Chico, distribuiu as cestas básicas aos participantes. O educador ambiental do CPRH não viu nenhum problema na atitude de Chico ou na da Prefeitura, que considerava um incentivo a mais à participação. O Chefe da APA, no entanto, viu a questão de outro modo: quando tomou ciência de que haveria distribuição de cestas básicas, censurou severamente o educador ambiental da APA, pois achava que o apoio do órgão a um mutirão ecológico que previa distribuição de alimentos aos participantes “passava a imagem de que o CPRH estava colaborando para alimentar o vício e compactuando com a transformação de um evento ecológico em propaganda política para a prefeitura”.

Chico não tem mais expectativas de o CPRH trazer algum benefício para a colônia. Na última reunião de 2002, ele se referiu ao CPRH como um “órgão que comparece, mas não resolve”, ou seja, não cumpre sua obrigação, que seria controlar as agressões ambientais, ao invés de pressionar os

pescadores a encaminhar denúncias. Durante as reuniões da colônia também era comum o comentário de que os representantes de entidade ambientais “só andam na pista (estrada asfaltada) e no ar condicionado”, não estando dispostos ao trabalho penoso de fiscalizar a área de mangue. A falta de expectativas em relação ao Ibama e ao CPRH vem se traduzindo na crescente autonomia da colônia para promover a proteção ambiental, procurando apoio em esferas extra-ambientais como a CPP (Pastoral dos Pescadores), Universidades, Sebrae e, sobretudo, a prefeitura.

Vimos que o esforço de proteção ambiental empreendido pela Colônia de Rio Formoso está relacionado às suas condições específicas de fundação e às alianças com instituições ambientais que ajudaram a lhe imprimir essa identidade ecológica. Atualmente, medidas como coibição da pesca predatória ou controle de poluição no rio estão relacionadas à garantia de produtividade da pesca em um contexto no qual esta atividade vem assumindo um papel cada vez mais importante, diante da extensão de direitos aos pescadores e da redução de outras alternativas para os trabalhadores que deixaram as plantações, pelo fechamento das portas do serviço público, pelo esgotamento das oportunidades nas cidades do sudeste brasileiro e pela redução de contratações nos engenhos durante o período da moagem.

Preservar o meio ambiente, para os pescadores da colônia de Rio Formoso, tornou-se condição de manutenção do prestígio institucional da colônia e de seu presidente. O descrédito em relação à atuação das entidades ambientais como CPRH, Cipoma e Ibama fez com que a colônia solicitasse à prefeita de Rio Formoso, desde 2001, a criação de uma Guarda Municipal Estuarina formada por pescadores, cuja função seria coibir a pesca predatória e o desmatamento de mangue. A idéia entusiasmava os pescadores, que viam neste projeto tanto uma maneira de superarem a chamada “fraqueza dos pescadores” quanto uma oportunidade de trabalho.

CAPÍTULO 8

O MACHADEIRO E O CAÇADOR: TRAJETÓRIAS DE CONVERSÃO À PROTEÇÃO AMBIENTAL

Em 1999, o presidente da colônia de pescadores contou-me que dois associados da entidade haviam sido contratados pela Unicap por seus vastos conhecimentos da fauna e flora locais; esses associados eram Neco e Floro. Trato, neste segmento, de como o trabalho com assuntos ambientais permitiu a abertura de oportunidades, tornando pessoas tidas como degradadores do meio ambiente em depositários de conhecimentos sobre a fauna e flora local. Em 2002, terminado o projeto da Unicap em Rio Formoso, Neco continuava acompanhando duas equipes de pesquisadores da universidade em pesquisas relativas à fauna e à flora do mangue. Floro tornou-se um guia mateiro respeitado e disputado entre pesquisadores, funcionários do Ibama e profissionais da área de ciências biológicas por seus conhecimentos na identificação da flora da Mata Atlântica local.

Floro é um homem muito ocupado: só voltava para a sua casa em Rio Formoso a cada 15 dias, devido à alta demanda por seus serviços em outros municípios de Pernambuco e estados do nordeste (Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte). No final de 2002, prestava serviços como guia mateiro, simultaneamente, para o Ibama, uma empresa de reflorestamento e a Unicap. Tanto Floro quanto Neco eram prestigiados pelos segmentos ambientalizados da região, que se referiam à trajetória de vida deles como provas da possibilidade de conversão da degradação em preservação.

Os chefes da Rebio Saltinho e da APA de Guadalupe insistiram para que eu conhecesse e entrevistasse Floro e Neco: orgulhavam-se deles. Ao referir-se a eles, diziam: “Floro foi um dos maiores destruidores das matas” e “Neco foi um dos maiores caçadores da região” e hoje se tornaram “os maiores colaboradores da preservação ambiental da região”. Em uma reunião da colônia de Rio Formoso, um pesquisador da Unicap, considerado por funcionários do Ibama e do CPRH que atuavam no local como uma “sumidade em Mata Atlântica do Nordeste”, apontou para Floro e disse “eu sou professor da Universidade e Floro é o meu professor”.

Floro nasceu em 1940 na Praia da Pedra, em Rio Formoso, e é filho de trabalhadores rurais. Residiu em Rio Formoso durante toda a vida e

tornou-se um machadeiro conhecido na região. Trabalhou em diversos engenhos da região canavieira nordestina (Alagoas, Paraíba e Pernambuco), derubando a mata para abertura de novas áreas de cultivo de cana-de-açúcar, até 1964. A sua versão do abandono da profissão de machadeiro é sustentada por argumentos ecológicos, embora tenha assinalado dificuldades pessoais de conviver em um ambiente que considerava muito conflituoso e violento: “eu só estava aprendendo ignorância no dia-a-dia de machadeiro”.

Deixando o ofício de machadeiro, Floro “foi para a pesca”; teve, também, a oportunidade de se tornar funcionário público e recusou-a, devido ao baixo salário, que não seria suficiente para sustentar seus 7 filhos. Filiou-se à colônia de pescadores de Tamandaré e, em 1996, transferiu-se para a de Rio Formoso, sendo considerado pelos pescadores um dos seus fundadores. Floro se aposentou através da colônia em 1999 e, imediatamente depois, começou a trabalhar com os pesquisadores da Unicap.

As trajetórias de Floro e Neco permitem perceber que, entre os efeitos do esforço de proteção ambiental empreendido por agências do estado e a universidade na região, encontram-se a abertura de novas perspectivas profissionais. Indivíduos que, outrora, eram *experts* na exploração de recursos naturais da região tornaram-se dispensáveis a partir do fim da expansão das lavouras e da desestruturação da agroindústria canavieira. Além disso, o endurecimento da legislação de controle ambiental tornou profissões como as de machadeiro e caçador dispensáveis, ilícitas e desvalorizadas.

A revalorização de saberes como os de Floro e Neco está articulada a novas orientações do mundo científico, representadas, por exemplo, pelo avanço de novos campos do saber e pela descoberta de novas potencialidades dos recursos naturais. As biotecnologias e a engenharia genética abriram vastas possibilidades para a indústria de transformação genética e tornaram a diversidade biológica (biodiversidade)⁷³ um importante estoque da capital para o desenvolvimento. Essas mudanças refletiram-se na valorização dos ecossistemas em função de sua biodiversidade e vêm motivando pesquisas para avaliar o potencial de diversidade biológica de cada bioma.

Pesquisas vêm comprovando, por exemplo, que a Mata Atlântica apresenta proporcionalmente maior diversidade biológica e um nível de

73 A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) conceituou o termo como variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende, ainda, a diversidade dentro das espécies, entre espécies e de ecossistemas.

endemismo maior do que a Floresta Amazônica⁷⁴. No entanto, apesar dessa diversidade, a situação da Mata Atlântica é considerada grave pelos órgãos ambientais, pois este bioma reúne a maioria das espécies ameaçadas de extinção. A biodiversidade brasileira ainda é pouco conhecida, existindo muitas espécies que ainda não foram catalogadas pelos cientistas. A desestruturação da agroindústria permitiu uma outra forma de conquista territorial: a dos cientistas empenhados na catalogação de novas espécies nos enclaves de Mata Atlântica existentes dentro dos engenhos e manguezais. Essa tarefa exige necessariamente a colaboração de pessoas que tenham familiaridade com a flora e a fauna locais, capazes de identificar plantas e sementes, encontrar e identificar animais. As pessoas capazes desta tarefa são aquelas que antes tinham na destruição ambiental o seu meio de sobrevivência, abrindo campos para plantação ou capturando animais na mata.

“Eu fui o maior destruidor das florestas, hoje eu tenho o prazer de preservar a natureza. Eu era machadeiro, tudo no mato eu fazia. Eu trabalhei no machado até 1964, porque eu achei que as árvores não era para ninguém acabar com elas não. Eu tomei aquela revolta dentro de mim para não trabalhar mais com mata. Eu estava trabalhando no Engenho Eixo em Alagoas, da Usina Catende. Quando foi um dia de terça-feira, eu olhei assim para o tempo e disse eu só pego em machado para trabalhar em floresta até hoje. Nisso eu não trabalho mais. Aí saí e fui para a pesca. Eu pescava, cortava cana e trabalhei de pedreiro. Eu me aposentei em 1999 e arrumei um serviço na Unicap. Aí a universidade parou e eu fiquei prestando serviço para o Dr. Almeida. Eu trabalho fazendo colheita de semente e plantio de semente, viveiros lá em São Lourenço da Mata, em dois engenhos dos Brennand e aqui em Amaragi, que é do Estado⁷⁵. Eu presto serviço em todo canto, para a Fortes Engenharia, para Universidade Rural, Federal e Unicap. Eu já trabalhei com o povo de Brasília e Santa Catarina. Em guia mateiro, eu estou em primeiro lugar aqui na região. Eu comecei a trabalhar com o professor Sergio Tavares da Unicap e ele chegou à conclusão que eu era professor dele. Eles são professores na parte científica e eu na parte vulgar, porque nem leitura eu tenho. Minha leitura é muito pouca, mas, conhecendo esse pessoal, o meu conhecimento ficou mais elevado e foi adiante. Eu tenho nome até a nível internacional. Eu trabalhei com um americano que se chama Luís Argas, lá de Chicago, nos Estados Unidos. Ele me telefonou um dia desses porque ele vem para Rio

74 Especialistas do Jardim Botânico de Nova York realizaram pesquisas no sul da Bahia, que comprovaram a existência de 454 espécies de árvores por hectare, superando o recorde da Amazônia Peruana de 300 espécies por hectare. Isso revela que a Mata Atlântica possui a maior biodiversidade do mundo. A Amazônia possui 215 espécies de mamíferos catalogados, enquanto a Mata Atlântica tem 353 (Capobianco 2002:129).

75 Floro trabalha para Almeida, agrônomo, comerciante e proprietário de terras em Rio Formoso e São Lourenço da Mata, que teve sua empresa contratada para executar o replantio de mata nativa na Via de Penetração Sul, exigências do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado entre Comdema de Tamandaré e Prodetur.

Formoso em janeiro para ficar duas semanas. Eu não tenho riqueza, mas eu tenho muitos conhecimentos. Meus filhos acham o serviço de floresta um serviço um pouco sujo. Agora eu só deixo esse serviço quando eu morrer”. (Floro, 2002).

A valorização do conhecimento sobre a natureza pelos pesquisadores geralmente não significou uma busca por sua reprodução entre os mais jovens, que continuaram percebendo as atividades associadas ao mundo natural como uma extensão do trabalho rural. O aumento da presença dos cientistas em Rio Formoso reforçou essa perspectiva, evidenciando a existência de um conhecimento vulgar e um conhecimento científico da natureza. Serre (2000: 110-111) pesquisou cursos para adultos promovidos pela Unicap em Rio Formoso, buscando traçar a sua clientela, o perfil dos projetos individuais dos alunos e os contrastes entre as diferentes estratégias de aquisição de saber; analisou, ainda, especificamente os investimentos em educação de Moisés, o filho de Floro.

Moisés fez o curso de direito e cidadania promovido pela Unicap, no qual apresentou um trabalho final sobre preservação ambiental. Ele é um dos jovens empenhados no desenvolvimento de atividades inovadoras como aqüicultura e piscicultura. Durante toda a vida em Rio Formoso, vem trabalhando no cultivo de lavoura branca em um local situado próximo ao mangue, conhecido como Siqueira⁷⁶ e pratica pesca como principal meio de sobrevivência. É um dos poucos filiados jovens da Colônia de Pescadores de Rio Formoso. Moisés nasceu em 1973, participou ativamente dos três mutirões de limpeza do mangue e, em 2002, estava terminando o segundo grau. Contou-me que respeita muito o trabalho de guia mateiro de seu pai, Floro, mas assinalou que, desde que fez o curso da Unicap, tem como seu “maior sonho” continuar seus estudos e ir para a universidade fazer um curso relacionado ao meio ambiente e se tornar cientista. Moisés havia feito o primeiro grau e encerrado os estudos em 1999. Com a presença da Unicap, voltou à escola para fazer o segundo grau.

O contato com a universidade experimentado por pai e filho (Floro e Moisés) teve efeitos semelhantes em termos de aberturas de novas expectativas profissionais. A onipresença em Rio Formoso de segmentos ambientalizados permitiu a Floro readaptar conhecimentos prévios sobre o mundo

⁷⁶ O Engenho Siqueira foi vendido pela usina proprietária em lotes a camponeses, nos anos 1960, devido à sua improdutividade.

natural, empregados anteriormente em atividades agora criminalizadas (desmatamento), a uma atividade valorizada e prestigiada socialmente: a proteção ambiental. Floro falava de seu trabalho com orgulho do reconhecimento que vinha recebendo, sendo considerado um homem bem sucedido social e financeiramente em Rio Formoso.

O interesse de diversos agentes por conhecer e proteger o meio ambiente na região permitiu a Floro transformar sua posição social, mas seus filhos não se interessavam em aprender seu ofício, que consideram, segundo palavra dele, “sujo”. Para o seu filho Moisés, identificar, plantar e buscar sementes, continuava sendo uma modalidade de trabalho inferior e ele queria ultrapassar esta fronteira, pois não pretendia ser um *expert* no “conhecimento vulgar” da natureza; almejava o conhecimento científico semelhante ao dos pesquisadores da Unicap.

As experiências de Floro e Moisés permitem entrever os múltiplos e diferenciais sentidos e expectativas gerados no encontro entre idosos, jovens e cientistas. A Unicap valorizava na população idosa/adulta os saberes acumulados, como percebemos no caso de Floro, ao passo que os jovens tomavam o trabalho intelectual, “limpo” e prestigioso dos pesquisadores como modelo a ser seguido, reforçando a depreciação do trabalho manual diante do acadêmico.

Diante do desinteresse dos filhos e da crescente demanda dos pesquisadores por seus conhecimentos, Floro preocupava-se, devido à sua idade, que considerava um pouco avançada, em ir transmitindo a outra pessoa as informações que possuía da mata. No final de 2002, Floro me disse “Neco é o meu aluno na floresta”. Neco nasceu em 1957, no Engenho Goicana, em Rio Formoso; é solteiro, não tem filhos e mora com a mãe na Rua da Levada. É pescador profissional, ou seja, possui carteira de pescador desde 1978. Viveu a maior parte da vida exclusivamente da venda dos peixes que pescava e, eventualmente, caçava tartarugas para venda e outros animais da mata para consumo próprio. Neco é um dos poucos pescadores de Rio Formoso que praticam a pesca marítima, possui barco de médio porte e pesca em outros estados. Desde 1999, ele parou de pescar e vem prestando serviços nas pesquisas sobre vegetação de manguezal realizadas pelos professores da Unicap.

“Na Unicap eu fico contando e medindo mangue e mata. Eu fico vendo os paus e dizendo a qualidade das madeiras e pegando flores. A gente faz

umas parcelas na mata de 10 metros x 10 metros, mais ou menos uns 50 metros quadrados e estuda as espécies. Vê a altura para saber o que tinha naquela mata. Eu fazia isso no mangue e na mata”.

Embora seja comum ver pessoas vendendo siris e caranguejos na estrada em Rio Formoso e Tamandaré, há um sistema consolidado de encomendas para determinados tipos de produto como camarão e, principalmente, para carne de caça. O aumento da poluição e dos métodos predatórios gerou desconfiança em relação à procedência do pescado por parte dos compradores de classe média, grupo geralmente representado por uma pequena parcela de residentes de Rio Formoso e pelos veranistas e donos de bares provenientes de Tamandaré. Essa desconfiança intensificou o mercado de encomendas de pescadores que possuem criações de camarão na Rua da Levada e Siqueira⁷⁷. Em geral, os pescadores já têm uma clientela fiel que se dirige à sua casa e pede a quantidade desejada, pescada imediatamente no tanque diante do comprador. No caso da caça, o procedimento do comprador é procurar alguém conhecido como bom caçador e encomendar a carne do animal desejado com uma certa antecedência.

Neco aprendeu a conhecer a flora e a fauna locais com os pais. Sua mãe fazia artesanato com fibras naturais e levava-o à mata para ajudá-la a recolher o material para confecção de cestos. O pai era um conhecido caçador da região, que ensinou o ofício ao filho. Neco afirmou que não caça mais por razões legais e ecológicas. Parou de caçar em 1986, porque “a lei proibiu a caça e a pesca de baleia e tartaruga”⁷⁸.

“Na mata eu andava desde os 8 anos com meu pai e minha mãe. Minha mãe fazia artesanato e eu andava muito com ela, que me mostrava as árvores. O meu pai era caçador dos melhores, ele era dos melhores caçadores de paca dessas redondezas e eu aprendi com ele. Até 1986 eu caçava em tudo que era canto. Em 1986 a caça foi proibida e a pesca de baleia e de tartaruga. E eu pegava tartaruga. E eu deixei também de caçar porque as coisas estão se acabando e eu estava contribuindo para acabar com as

77 Segundo alguns pescadores de Siqueira e da Rua da Levada, os primeiros tanques de criação de camarão (aquicultura) teriam sido feitos através de financiamentos de projetos, obtidos durante os anos 1980 pela colônia de pescadores. Embora poucos pescadores de Rio Formoso tenham conseguido participar do projeto, muitos construíram tanques por conta própria e aprenderam o procedimento técnico. Como a atividade demanda investimentos, há muitos tanques abandonados ou o com baixa produtividade em Rio Formoso. Atualmente a aquicultura é considerada uma atividade que degrada o meio ambiente, pois requer o desmatamento de uma área considerável de mangue e envolve o uso de produtos químicos que são despejados no rio durante a renovação das águas dos tanques.

78 Em 1986, foi assinado um tratado universal para a proibição da pesca à baleia, através da Comissão Baleeira Internacional (CIB).

espécies. E eu pensei comigo mesmo que ia deixar de matar passarinho e bicho. Passarinho eu deixei antes. Eu caçava paca, cotia, tatu, capivara, porco do mato. Mas a minha especialidade era paca e tatu. Mas eu não vendia, só uma vez que eu matei uma capivara de 20 Kg e vendi uns 15 Kg porque eu tava ruim de bolso. Eu caçava sozinho e com outras pessoas. Antes não era proibido, a gente andava com espingarda por todo canto”. (Neco, 2002).

Segundo Neco, seus pais o teriam ensinado a ser um bom observador do mundo natural e esta sabedoria o teria tornado um bom caçador e pescador e, naquele momento, um bom guia de mata e mangue, valorizado pelos pesquisadores da Unicap. Traçando comparações adquiridas com a experiência de pescarias “em todos os rios de Pernambuco e da Paraíba que deságuam no mar”, Neco desmente as versões da crise e falta de peixe no Rio Formoso. Para Neco não existe “um rio tão criador de peixe, mesmo com um número tão grande pescador” quanto o Rio Formoso. A “crise da pesca” era para Neco um problema de falta de habilidade dos pescadores.

Embora reconhecesse os prejuízos resultantes do crescimento da pesca predatória no município, para Neco, o excesso de pessoas desconhecedoras do ofício de pescador seria a razão para que houvesse tantos pescando sem conseguir tirar do rio o suficiente para alimentar suas famílias. Seu sucesso na pescaria e seu padrão de vida relativamente mais alto que o dos outros pescadores alimentavam muitas histórias sobre seus poderes fantásticos e insinuações de uso de feitiçaria na pescaria. Para Neco, o fato de ser um pescador bem sucedido era resultante apenas de sua capacidade de observação do comportamento dos animais:

“É muito difícil para quem começa a pescar agora, porque tem muita gente pescando. Eu sempre encontro peixe. Eu não sei se é sorte ou experiência. Tem uma história muito engraçada que contam por aí. Eu saía às 4:00 horas da madrugada para pescar e trazia às 8:00 horas uns 18 Kg de peixe. Quando eu voltava, o outro pescador estava se arrumando ainda para ir pescar. E era sempre assim, ele saía e voltava com pouquinho peixe, só 2 Kg. Eu sempre botava uma blusa de manga comprida preta para pescar, por causa dos mosquitos. E ele dizia por aí que eu sempre pescava com uma casaca preta e nunca saía sem ela, ele dizia que era uma coisa de eu fazer feitiçaria. Tem umas pessoas que a gente até ensina, sabe. Mas eu aprendi observando. Às vezes eu vejo que o cardume está de frente para lá, então se eu for de frente para ele e tiver 30 peixes no cardume, são 60 olhos me olhando. E eu indo por trás só tem os meus dois olhos. É na traição, peixe só se pega na covardia. Frente a frente é difícil demais. Tem

gente que pensa que peixe é parado, que não ouve e que não vê. Peixe ouve, vê muito bem e corre muito”. (Neco, 2002).

Semelhantemente à versão apresentada por Floro, Neco também descreve sua conversão à proteção ambiental como resultado de um momento súbito de tomada de consciência. Como em uma iluminação, em um determinado dia, seus ofícios de caçador e machadeiro passam a ser concebidos por eles como uma contribuição para a história de destruição da natureza local; a partir dessa constatação escolheram interromper imediatamente suas atividades. Tanto para Neco quanto para Floro isto aconteceu em um dia preciso e inesquecível das suas trajetórias de vida, o dia em que se encerrou uma etapa e do qual são capazes de se lembrar detalhadamente.

“Eu fui cortar uma madeira para botar na casa. Eu levei uma espingarda 32 que eu tinha e eu vi o camatião (pássaro que vive no mangue) no ninho. Aí o rapaz disse atira, atira. Insistiu tanto que eu atirei e ele caiu e eu levei o camatião que é um socó do mangue para casa. Aí tudo bem, dois dias depois eu passei lá e tava um camatião pendurado e outros no chão. O tiro que eu dei matou o grande e os 3 novinhos. Aí eu fiquei pensando: porque eu fiz isso? Eu tava sabendo que ele estava no ninho, eu tive a culpa disso aí. Desse dia pra cá eu parei, eu não atirei mais em passarinho, podia atirar em um bicho grande que tenha carne e que dê muita coisa, mas nessas coisas pequenas, não”. (Neco, ex-caçador, 2002).

Certamente, as versões “encantadas” da conversão de Floro e Neco agradavam e vinham ao encontro das crenças de pesquisadores da Unicap e funcionários de instituições ambientais. Manter essas versões era compactuar com a imagem idealizada que os favorecia. No entanto, as mudanças na lei e seus efeitos imediatos sobre o cotidiano foram citados, tanto por Neco quanto por Floro, como motivações adicionais para a decisão de interromper a derrubada da mata e a caça. Floro referiu-se ao ambiente conflituoso dos engenhos em 1964, ano em que, segundo suas palavras, “tomou uma revolta e abandonou o machado”.

Floro relatou ter presenciado muitas situações de violência contra trabalhadores rurais nos locais por onde prestava seus serviços, em função de conflitos salariais. O incômodo com as brigas, conflitos e a violência frequente impulsionou-o a “abandonar o machado”. Inscrita em termos históricos, a decisão de Floro adquire outros sentidos, pois 1963 foi o ano de aprovação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, um período conturbado em que houve

pressões dos patrões pela saída de trabalhadores do engenho. Como mostrou Sigaud (1993), essas saídas são narradas como escolhas, exercício da vontade, e não como um ato de expulsão. É possível supor que a doutrinação ecológica recebida através do contato com segmentos ambientalizados tenha provocando releituras das decisões tomadas no passado, levando Floro a interpretar o “abandono do machado” como uma tomada de consciência da degradação ambiental que estava provocando. No caso de Neco, a interdição legal representada pelas mudanças na legislação ambiental em 1986 foi assinalada como uma razão para o encerramento de sua trajetória de caçador. Nos dois casos, a releitura ecológica do passado enriquece a biografia dos pescadores e lhes confere ainda mais prestígio perante os segmentos ambientalizados.

Da cana ao caos

Parte 3

CAPÍTULO 9

“UMA USINA-SÍMBOLO”

Em 2002, Tamandaré e Rio Formoso ainda sofriam os efeitos da descontinuidade nas condições produtivas da agroindústria, originada na década de 90. O município de Sirinhaém apresentava um panorama totalmente distinto, com pleno emprego e produtividade recorde de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. A Usina Trapiche era a empresa responsável pela situação privilegiada de Sirinhaém, constituindo a única empresa do setor sucroalcooleiro existente na região que superou as dificuldades ocorridas ao longo da década de 1990. Após ser vendida, em 1997, a empresa reestruturou-se e, na safra de 1999/2000, empregou 900 pessoas na indústria e 2.900 no campo; aumentou este número na safra de 2002/2003, para 5.000 trabalhadores. Em março de 2003, em visita à Usina Trapiche, o governador de Pernambuco afirmou para a imprensa que ficou com uma “impressão muito boa” e que “a Trapiche é uma usina-símbolo”. O governador fez essa afirmação depois de ter sido conduzido às matas preservadas da usina, à moderna área industrial e à equipada escola para filhos de trabalhadores, situada na área central da propriedade. Produtividade e preocupação sócio-ambiental eram os investimentos que o presidente da usina queria mostrar ao governador.

Na safra 2002/2003, a Usina Trapiche registrou o esmagamento de 907 mil toneladas de cana. Embora o volume tenha sido cerca de 10% menor do que o da safra anterior, a produção caiu pouco, em função do rendimento industrial, que cresceu 9%, resultando na elevação do índice de produção de açúcar por tonelada de cana esmagada de 94 quilos para 102 quilos. A empresa possui cerca de 14 mil hectares plantados com cana-de-açúcar e, no fim de 2003, preparava-se para investir na implantação de 500 novos hectares. Além do aumento da área plantada, a Trapiche investiu R\$ 800 mil na aquisição de novos caminhões e carregadeiras (Jornal da Cana, 17/3/2003), investindo um total de R\$ 2,5 milhões na preparação da safra de 2004.

Até o final de 1996, a Usina Trapiche era uma propriedade pertencente ao Grupo Brennant, originário de Pernambuco. Em 1997, devido às dificuldades para manter a empresa, o grupo vendeu-a ao proprietário da Usina Serra Grande. Após assumir a administração da Usina Trapiche, Luiz Antônio de Andrade Bezerra, diretor presidente da Usina Serra Grande e

Trapiche, iniciou um processo de investimentos em modernização e gerenciamento da empresa, ainda que “mantendo a administração centralizada no negócio da cana”. Na segunda safra da empresa (1998/1999) após o início da nova administração, a Usina Trapiche teve “a maior produção da sua história” até aquele momento, com um crescimento de 36,7% na quantidade de açúcar fabricado em relação à safra anterior (97/98). A companhia produziu 2,5 milhões de sacos de açúcar de 50 quilos, batendo um recorde entre as empresas do setor instaladas no Estado.

A usina foi beneficiada pela estiagem, que possibilitou uma colheita mais rápida da cana-de-açúcar e propiciou uma maior concentração de açúcar na planta. A paralisação de usinas próximas a Sirinhaém, como, por exemplo, a Usina Central Barreiros, também fez com que a Trapiche moesse mais cana nesta safra, quando foram processadas 416 mil toneladas de cana comprada de fornecedores. Na safra 97/98, a empresa ainda processou 291 mil toneladas de cana que não eram próprias.

O salto na produtividade da empresa não foi apenas um efeito do contexto meteorológico e da crise das outras empresas. O investimento em novos equipamentos contribuiu para o aumento da produtividade no processo industrial, como a instalação de aparelhos modernos como o vácuo contínuo, possuído apenas pela Usina Trapiche em todo o Brasil. O maquinário diminui o tempo necessário ao cozimento do açúcar e permite um ganho de rendimento de 8% na fabricação do produto. Entre 1997 e 2000, a empresa investiu R\$ 4,7 milhões na modernização da estrutura da empresa, canalizando recursos, sobretudo, na aquisição de equipamentos que aumentassem a eficiência industrial e na maximização do uso dos recursos naturais, a partir da instalação de um turbo gerador com capacidade de produzir 5.000 kw por hora, o que permitiria à usina a geração de 12.200 kw de energia por hora. A energia utilizada pela empresa no processo industrial é gerada numa hidrelétrica, que fica a onze quilômetros da fábrica, numa barragem do Rio Sirinhaém.

O aumento da produção de açúcar pela empresa também resultou de modificações nas plantações da usina, como adubação e aumento do plantio nas várzeas. Algumas dessas áreas chegaram a apresentar uma produtividade de até 135 toneladas por hectare. A média da empresa é de 64 toneladas por hectare, cerca de 20% maior do que a produtividade registrada em 1997,

quando a média era de 55 toneladas da planta por hectare. A empresa resolveu fazer uso do vinhoto nos terrenos arenosos, que precisam de adubação mais rica. Para isso, foram construídos 10 quilômetros de canal, que incluem uma ponte suspensa de 80 metros sobre o Rio Sirinhaém, a qual pode ser erguida, caso ocorra alguma enchente. O solo arenoso representa cerca de 20% do total da área da empresa.

A empresa também tem investido na capacitação de recursos humanos e na preservação do patrimônio ambiental. Na área da Usina Trapiche, há 18 escolas mantidas pela empresa, onde estudam 1.380 crianças, e um posto médico, que oferece atendimentos ambulatoriais e consultas odontológicas para os funcionários. Na área de treinamento de pessoal, um projeto de capacitação dos cortadores de cana vem sendo desenvolvido. Entre 1998 e 1999, o departamento de Recursos Humanos investiu intensivamente na adoção de medidas que permitissem o aproveitamento máximo do tempo de trabalho dos cortadores de cana, pela implantação de práticas como técnicas para afiar ferramentas, mudança do horário de trabalho para períodos com calor menos intenso, alimentação especial e premiação por produtividade.

Durante dois anos, instrutores vindos de São Paulo monitoraram os cortadores da usina, com os objetivos de “conscientização” e melhoria da produção e qualidade do seu trabalho. Esses instrutores eram trabalhadores com alto padrão de produtividade (cerca de 45 toneladas por semana) e grande experiência de treinamento de trabalhadores rurais em usinas do sul do país. O setor de recursos humanos da usina tentava, também, estimular a produtividade dos cortadores com distribuição de cestas básicas, realização de festas para os funcionários da “turma campeã de corte” (os mais produtivos) e aumento no salário.

As iniciativas inovadoras em tecnologia e qualificação de recursos humanos da Usina Trapiche vêm sendo reconhecidos em âmbito regional e nacional pelo setor sucroalcooleiro. Em 1999, recebeu em São Paulo um prestigiado prêmio distribuído a empresas e empresários do setor sucroalcooleiro em todo o país, o Mastercana⁷⁹. Em 2003, recebeu novamente o

⁷⁹ A premiação Mastercana existe desde a década de 90, constituindo a única premiação certificada do setor sucroalcooleiro. O prêmio é entregue a cerca de 50 ganhadores, entre profissionais, produtores e prestadores de serviços de todo o país. É um grande evento: a edição de 2003 demandou investimentos de R\$ 800 mil. A organização é encargo da ProCana - empresa de informações para a agroindústria canavieira -, que realiza pesquisas entre os integrantes de cada categoria para a escolha dos premiados. A cerimônia de premiação reúne convidados estrangeiros, personalidades ligadas às atividades sucroalcooleiras e representantes dos governos Federal e Estadual.

troféu Mastercana Nordeste 2003 de Usina/Destilaria do Ano, na categoria Programas de Qualidade Total. A seguir, transcrevo o depoimento do gerente recursos humanos da Usina Trapiche sobre a experiência de capacitação de cortadores de cana, registrado em 1999.

“A gente trouxe os instrutores de São Paulo para fazer a capacitação, a gente passou dois anos com dois instrutores de São Paulo, que já tinha tido experiência em mais de 33 usinas pelo sul do País com sucesso. Então esses homens passaram dois anos aqui conosco. Fora isso, tem o pessoal da conscientização, que lida com a melhoria da qualidade de trabalho. Isso vem rendendo, ao longo do tempo, alguma coisa. Vou dá um exemplo para você. O trabalhador que consegue trabalhar com a ferramenta afiada ele corta 5% a mais que o outro que não utiliza. O horário de trabalho, para o cortador, é uma coisa fundamental para a produtividade dele. Se uma empresa não se preocupa nas primeiras horas da manhã, ela está perdendo todo o potencial desse homem pela manhã, então aqui por exemplo, a gente começa o mais cedo possível, faz um trabalho de conscientização junto com eles, eles escolhem um determinado horário e é cumprido este horário. Então é só trabalhar com esse tipo de entendimento que você tem uma produtividade maior, isso é um dos fatores, a outra coisa é a organização em turnos, todo trabalhador nosso é organizado em turnos, é avaliado a produção dele diariamente pelo computador, e os menos produtivos são chamados aqui de volta na empresa, são conscientizados, são retreinados para que possam melhorar a produtividade. A outra coisa que nós chegamos a conclusão também é que o sol aqui é muito forte, principalmente nesse período de outubro até fevereiro o sol é muito forte, e eles perdem muita quantidade de sais. Tem dor de cabeça, tonteira, essas coisas todas, que o pessoal ignorante diz que é preguiça, a gente trata aqui de uma maneira mais adequada, então nós temos um lanche hoje em dia, a gente dá cem gramas de rapadura ao trabalhador, que é a glicose direta para ele, dá um pão de cem gramas, esse pão com mortadela, ou cachorro quente, com soja, verduras, com algumas coisas, com um pouquinho mais de sal, para cereais, esse sal, nesse açúcar, fazer aquele soro caseiro que a gente faz, de uma forma diferente, forma de alimentação, então com isso a gente tem tido o que, a partir das dez horas da manhã a gente está distribuindo esse lanche e conseguimos melhorar em 15% a produtividade. Aí você começa a juntar esses fatores, por isso que eu disse peças de um quebra cabeça, 5% de uma ferramenta adequada, 15% daqui, 20%, por isso você vai conseguindo juntar essas peças todas, um somatório de fatores que vão influenciar diretamente na produtividade”.

Outra medida empreendida pela empresa para torná-la mais eficiente e lucrativa foi a busca da redução das reclamações trabalhistas da empresa. Segundo o Gerente de Recursos Humanos, em meados dos anos 1990, ou seja, antes da venda da usina, havia uma média de 1.200 reclamações, com

uma parcela de até 5% do faturamento comprometido com questões trabalhistas, no passivo da empresa. Em 1999, o índice das questões trabalhistas se reduzira a menos de 1% do passivo, totalizando cerca de 100 reclamações.

As medidas adotadas para redução de ações trabalhistas visavam à prevenção de situações que poderiam gerar futuros conflitos entre empresas e trabalhadores através de ações trabalhistas. Para tal, a usina vem evitando, através da confecção de banco de dados informatizado, a contratação de trabalhadores faltosos, pouco produtivos ou que moveram ações contra ela. A destruição de sítios foi outra medida adotada para reduzir o passivo trabalhista; com isso, evitaram-se ações trabalhistas relacionadas à conservação das moradias.

Houve transformações, ainda, na forma de recrutamento de trabalhadores durante as safras, incumbência tradicionalmente atribuída ao administrador, que selecionava os trabalhadores e posteriormente encaminhava os seus documentos à usina para contratação. A Usina Trapiche vem “desempoderando” os administradores, retirando-os gradativamente da função de mediadores das contratações, a partir da implantação do que o gerente de RH da Trapiche denomina um “recrutamento de nível profissional”.

O recrutamento profissional tem sido instaurado a partir da informatização de dados relativos aos trabalhadores. A usina vem formando um banco de dados informatizado com dados de todos os trabalhadores que já foram contratados pela empresa. Neste banco, constam informações de produtividade, frequência, número de safras trabalhadas e índices de reclamações trabalhistas de cada trabalhador contratado pela empresa. A partir da consulta a este banco de dados, decide-se a contratação ou não de trabalhadores. O gerente de RH da usina admite que a exigência de um número crescente de mão-de-obra a cada safra não permite que 100% dos recrutamentos sejam realizados desta forma, existindo ainda a necessidade das “carteiras de trabalho trazidas pelos administradores”; no entanto o banco de dados vai se desenvolvendo com o volume crescente de contratações a cada ano, reduzindo ano a ano a necessidade da mediação de administradores.

“O administrador era como se fosse um governadorzinho daquele engenho todo, então ele mandava e desmandava, e até hoje ele faz isso em outras empresas, então a gente tirou essa força do administrador e colocamos o recrutamento a nível profissional. Então isso trazia um prejuízo muito sério na empresa, que quando a gente ia ver a ficha do trabalha-

dor, fazer uma análise, no computador, quando nós fizemos o sistema de informática da gente, a gente via que o camarada era excelente, com poucas faltas, com produtividade alta, com reclamação trabalhista zero, e o simples fato dele ter discutido alguma coisa em relação ali dentro, estava queimado na empresa. E por outro lado a gente via trabalhador com baixa produtividade, com frequência indesejada, sendo trazido pelo administrador para trabalhar na empresa. Chegamos à conclusão de que ele não tinha capacidade para fazer esse trabalho. Aí fizemos uma modificação, uma reestruturação no trabalho, para que a gente pudesse dar um nível profissional a isso. Nós mantivemos o administrador, fizemos um treinamento com ele de gerenciamento eficaz, coisas que são levadas ao nível dele mas com técnicas, para que eles tivessem uma melhor administração treinamos eles em planejamento, para que tivessem planejamento, e outras coisas, tirando esse poder deles, simplesmente, a partir de hoje o administrador não interfere mais na relação com a empresa”.

Durante o período de trabalho de campo pude verificar a existência de inúmeros sítios, ou seja, casa e árvores frutíferas em meio à plantação de cana, destruídos. Segundo informações obtidas na delegacia de Sirinhaém, existiam vários processos contra a usina relacionados à derrubada de sítios. As casas teriam sido derrubadas a partir da entrada dos novos proprietários. A versão que obtive de um dos advogados da empresa, que evitou ao máximo o assunto, era a de que a maioria das casas tinha sido destruída há anos, durante a gestão Brenand. No entanto, o gerente de RH da Trapiche afirmou, em 1999, que uma quantidade entre 30% e 40% das reclamações trabalhistas movidas por trabalhadores contra a empresa estava relacionada a moradias.

Os encargos financeiros decorrentes do descumprimento da manutenção da 23ª cláusula da Convenção Coletiva⁸⁰ dos trabalhadores rurais (referente à obrigação da manutenção da moradia fornecida pelo empregador), que o gerente da Trapiche afirma ser a encarnação do “centralismo jurássico sindical”, têm levado a empresa a optar pela destruição de casas a trabalhadores para evitar futuras reclamações.

Dos trabalhadores que permanecem nas vilas ou sítios existentes na propriedade, a direção da usina vem exigindo um rígido “disciplinamento”. Alguns constrangimentos são impostos aos ocupantes de sítios, como o controle da extensão das lavouras de subsistência, a proibição da extração de madeira ou da caça de animais nas matas da empresa. A criação de animais também tem sofrido controle estrito, não sendo permitidos animais criados soltos, mas somente amarrados. É totalmente proibida a manutenção da criação ao trabalhador que for pego por três vezes com animais soltos.

80

A destruição de sítios e os constrangimentos impostos à permanência de trabalhadores nestes locais, através da criação de rígidos regulamentos internos, não significaram o abandono total da intenção de manter trabalhadores morando em áreas da usina. Em 2003, quando o governador de Pernambuco visitou a Usina Trapiche, o presidente da empresa lhe propôs a realização de um estudo para implantar conjuntos habitacionais para os trabalhadores do setor em áreas cedidas por usinas, o que indica a intenção de manter a moradia se a obrigatoriedade legal de obedecer a Convenção Coletiva, ou seja, com um custo mínimo e sem onerar a empresa com futuras cobranças trabalhistas.

Ao progressivo fechamento do espaço da empresa à moradia dos trabalhadores vem correspondendo um movimento de abertura de áreas reservadas para a proteção da flora e fauna dentro desses domínios, desde o início da nova administração. Tal mudança de enfoque e prioridades não implicou mudanças no antigo quadro de funcionários do setor administrativo. As principais gerências continuaram sendo ocupadas pelos mesmos funcionários da época da administração do grupo Brenant⁸¹.

Para estes gerentes, a proteção ao meio ambiente vem sendo considerada a grande inovação em termos retrospectivos e comparativos entre as duas gestões. Segundo o gerente administrativo da Usina Trapiche, no início da nova administração ele teria pensado que “a preservação tinha algo de estratégico, mas depois foi percebendo que Luiz Antônio gostava mesmo daquilo”; conforme o diretor de recursos humanos, “a preservação é uma questão pessoal e de abnegação do proprietário”. Segundo os dois gerentes, assim que assumiu a empresa, o novo proprietário, procurou deixar claro que a preservação ambiental deveria ter um papel prioritário na gestão, dando continuidade às experiências de preservação da fauna e flora que vinham sendo desenvolvidas na Usina Serra Grande.

A intenção de empreender uma gestão cuja “filosofia é progredir em meio ambiente”, segundo as palavras do gerente administrativo, não foi declarada apenas ao quadro administrativo da Usina Trapiche. Poucos meses depois da empresa passar ao controle do Grupo Serra Grande, o novo

81 O motivo da manutenção do quadro teria sido, segundo o gerente administrativo da usina, a valorização, pelo novo presidente da, da “formação acadêmica” de seus gerentes, como um indicativo de profissionalismo do setor sucroalcooleiro. Quando a usina foi comprada, todo quadro gerencial possuía nível superior; o gerente administrativo, por exemplo, disse-me que ele tinha, inclusive, feito dois cursos superiores (ciências contábeis e administração).

proprietário fez questão de patentear para todo o quadro de funcionários da usina a sua atenção às questões ambientais. Em meados de 1997, ele solicitou, sem antecipar as razões, o comparecimento de todos os funcionários da Usina Trapiche ao pátio central da empresa fez encenar uma peça teatral diante da grande platéia de trabalhadores e gerentes, cujo tema era a extinção e a importância da preservação de um pássaro regional conhecido como mutum-de-Alagoas⁸². O mutum é uma espécie endêmica definitivamente extinta, segundo a *Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção*, apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente em 1989.

O espetáculo teatral e a nova forma de administrar surpreenderam os trabalhadores e, especialmente os gerentes da empresa, que também não foram avisados sobre os motivos da convocação e consideraram, a princípio, a encenação da peça uma excentricidade do novo proprietário. Posteriormente, os gerentes foram informados de que a preservação da flora e da fauna era uma “paixão” do presidente da usina e, por isso, a fiscalização das áreas de mata e mangue deveria ser tratada como prioridade. Da mesma forma, qualquer tipo de devastação cometida na área da empresa seria tratada com máximo rigor. Um administrador que perdeu controle do fogo durante a queima da cana, propagando incêndio em áreas de mata, foi imediatamente demitido. O acontecimento ainda é muito citado e que se tornou exemplar para os trabalhadores.

A preservação de animais vem dando muita notoriedade ao presidente do grupo Serra Grande, valendo-lhe várias premiações pela proteção de mutuns e capivaras. O proprietário possui um núcleo de pesquisas e instalações próprio para pesquisadores dentro da Usina Serra Grande. No final de 2002, havia 26 pesquisadores estudando os remanescentes de Mata Atlântica nesta usina, através de convênios estabelecidos com as universidades federais de Alagoas e Pernambuco para a pesquisa da fauna e da flora das matas da área.

Em 2002, o gerente de patrimônio da Usina Trapiche afirmou que em 2001 um grupo de ornitólogos registrou nessas matas uma espécie de pássaro raro considerado em extinção (uma coruja conhecida como caburé de Pernambuco). No início de 2003, pesquisadores da UFPE, UFRJ e *Con-*

82 Em 15 de maio de 2003, foi divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente uma nova Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Constam nesta lista 395 animais, entre aves, mamíferos, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres. Destes, oito foram considerados definitivamente extintos e dois, a ararinha-azul e o mutum-de-Alagoas só existem em cativeiro.

servation International registraram em artigo a descoberta de uma espécie de ave completamente nova nas matas da Usina Trapiche. Trata-se de uma pequena coruja, que pesa cerca de 50 gramas e mede 14 centímetros, da ponta do bico à cauda; essa descoberta foi rigorosamente documentada e cientificamente descrita, na edição de Junho da Revista Brasileira de Ornitologia, também conhecida como Revista Ararajuba, publicada pela Sociedade Brasileira de Ornitologia. A notícia também foi publicada nos jornais do estado, que destacaram que a descoberta foi realizada na grande extensão de matas preservadas da Usina Trapiche.

Segundo o vice-presidente da *Conservation International* no Brasil, a área na qual se encontra a Mata Atlântica ao Norte do Rio São Francisco, região que inclui todas as florestas litorâneas entre os Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas, é conhecida como Centro de Endemismo de Pernambuco, formando uma região que abriga mais de 50% de todas as 850 espécies de aves existentes na Mata Atlântica, com dezessete sob algum tipo de ameaça e uma extinta na natureza: o Mutum-de-Alagoas (*mitu- mitu*), que está se reproduzindo na Usina Serra Grande.

O local chamado de Centro de Endemismo de Pernambuco é considerado o espaço da maior quantidade de espécies de aves ameaçadas de extinção nas Américas, sendo que a maioria delas só ocorre neste local. Dos originais 56.400 km² da mata original do Centro de Pernambuco, restam menos de 2.000 km² (menos de 4%) de florestas consideradas em razoável estado de conservação. Estas florestas estão distribuídas em pequenos fragmentos espalhados nas áreas de maior declividade dos engenhos de cana-de-açúcar. Portanto, o perfil do Centro de Endemismo são os enclaves de mata, o que não garante uma conectividade da paisagem, não tornando possíveis a manutenção e regeneração da floresta e as trocas genéticas para a manutenção de muitas espécies.

A proximidade entre a administração da usina e os pesquisadores vem provocando mudanças nesse padrão de conservação. Na Usina Serra Grande, foram criados corredores ecológicos, ou como disse o gerente administrativo da Usina Trapiche, “em Serra Grande se sacrificou área de cana para aumentar o espaço dos animais”. Nos cerca de 6.000 hectares de Mata Atlântica da Usina Trapiche, o mesmo vem sendo realizado, através do desenvolvimento de um projeto de repovoamento de capivaras e da im-

plantação de corredores ecológicos, ou seja, da conexão de áreas isoladas de mata através de replantio, para aumentar a área de circulação de animais e possibilitar uma maior variedade genética da fauna e da flora; esse projeto vem sendo apoiado pelo Núcleo de Biodiversidade da UFPE.

“Essa empresa de Serra Grande, ela tem tudo isso aí, então a gente está tentando trazer essa política de proteção do meio ambiente para cá (Usina Trapiche). O que se tem feito lá: o trabalho de matas, ele tem mais de 10.000 hectares de mata preservados lá, em Serra Grande, mais de 10.000 hectares. Capivara, tem um projeto Capivara, que ele ganhou um prêmio de nível nacional também, de proteção do mutum, que estava em extinção naquela zona da serra, ele está trazendo do Rio de Janeiro para aquela região lá, então é uma pessoa apaixonada, é um abnegado mesmo, o proprietário dessa empresa é um apaixonado por isso aí (...) hoje ele não permite nem que a própria empresa tire madeira, veja bem a gente compra em serraria, qualquer madeira que seja necessária para a empresa, para que não se destrua a mata, está se recompondo, se reflorestando várias mata da empresa da gente, e o objetivo é aumentar em 100% as matas que a gente tem hoje. Com relação ao mangue, a mesma coisa, está sendo feito um trabalho intensivo, de fiscalização da empresa que a gente estava vendo que estava havendo uma degradação do mangue, então está havendo uma atuação muito forte no sentido de se preservar esse mangue, preservar essas condições, tudo isso por uma questão mesmo pessoal, de abnegação.” (Gerente de Recursos Humanos da Usina Trapiche, 1999).

O proprietário da Usina Trapiche vem buscando reproduzir na área da empresa adquirida em Sirinhaém medidas que demonstraram ser eficazes do ponto de vista de produtividade e prestígio empresarial, quando foram adotadas na empresa do grupo situada no norte de Alagoas, a Usina Serra Grande. Embora a “paixão” e a “abnegação” do proprietário pelo meio ambiente fossem freqüentemente reiteradas pelos gerentes da Usina Trapiche como a explicação de tão grande zelo pelo meio ambiente, as iniciativas de proteção ambiental não representavam um custo cujo retorno fosse apenas o prestígio empresarial.

Em Sirinhaém, reflorestar ou preservar áreas de mata são formas de ocupar e proteger legalmente um dado território dos movimentos sociais devotados à ocupação de terras para fins de reforma agrária existentes na região. Segundo o gerente de RH da Usina Trapiche, uma comissão mista da Fetape e do MST teria procurado a usina e assinalado a possibilidade de realizar uma ocupação na propriedade da empresa, tendo desistido da ação diante da demonstração, através de mapas, de que toda área da empresa que não era produtiva estava ocupada com matas.

Por outro lado, a preservação ambiental torna-se correlata do crescimento do lucro da empresa através das crescentes possibilidades técnicas de redução de custos de produção, pela racionalização e maximização do uso dos recursos naturais existentes dentro do espaço da empresa. No final dos anos 90 já se adotavam, na Usina Trapiche, práticas de uso racional dos recursos naturais existentes na propriedade, visando à dinamização da produção, tais como a reutilização de água⁸³. Em 2002, a usina submetia ao licenciamento ambiental do CPRH um projeto de ampliação do aproveitamento do potencial hídrico de determinados engenhos da empresa, com o objetivo de criar pequenas centrais hidrelétricas para a produção de energia. Anteriormente, em 2001, a usina investiu R\$ 1,5 milhão em equipamentos que permitissem a produção de energia para a moagem de 2002, indicando que a adoção de práticas sustentáveis de gestão empresarial pela Usina Trapiche estão correlacionadas à busca de redução dos custos de produção com insumos como água, energia e fertilização.

As práticas de gestão ambiental adotadas pela Usina Trapiche não são exemplos isolados; representam a exportação de um modelo considerado mais competitivo de gerir usinas, que vem sendo adotado em Alagoas desde meados da década de 1990. No entanto, a produção de energia vem ocupando também um papel de destaque no faturamento das usinas pernambucanas; essas empresas estão diversificando seus investimentos através da produção, utilização e venda de energia obtida do bagaço da cana, durante a época de moagem, e comercialização de energia obtida por centrais hidrelétricas fora deste período.

A energia de origem orgânica é obtida a partir da transformação da biomassa, ou seja, a utilização de matéria que já esteve viva em forma animal ou vegetal, como geradora de energia. Um dos tipos de biomassa mais utilizados é o bagaço da cana, aproveitado no processo chamado cogeração, isto é, a obtenção de calor, energia mecânica e elétrica a partir de uma mesma fonte primária. A quantidade de bagaço obtida nas usinas é muito elevada (cerca de 30% da cana utilizada), o que significa um grande potencial de geração de energia elétrica para comercialização.

Treze usinas ligadas ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar) geraram 30,8 Megawatts (MW) em 2001,

83 O setor sucroalcooleiro já vem desenvolvendo práticas de economia da água desde os anos 80, utilizando em seu processo industrial sistemas de reuso de água, normalmente via circuitos fechados de "sprays" e torres de resfriamento.

o suficiente para abastecer 180 mil residências que apresentem um consumo mensal de 100 quilowatt/hora de energia por mês. O potencial de geração de energia elétrica a partir do bagaço de cana no Brasil está estimado em aproximadamente 4.000 MW e a tecnologia para esse aproveitamento já se apresenta disponível no mercado. Em Alagoas são produzidos cerca de 200 MW, sendo o potencial produtivo do setor estimado em 400 MW.

Estas transformações na forma de apropriação dos recursos naturais pelo setor sucroalcooleiro têm se traduzido retoricamente, na construção de um discurso, difundido sobretudo através das imprensas locais, fundado na difusão de uma nova imagem da atividade, que busca convertê-la de altamente impactante em atividade com grande potencial de sustentabilidade, como aponta o trecho abaixo, produzido pelo presidente da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (Stab-Leste):

“No que diz respeito ao meio ambiente, se por um lado a atividade sucroalcooleira sempre foi vista como impactante, o que transcende esse conceito é a produção de energia limpa e renovável, contribuindo efetivamente para a limpeza do ar. São fatores como a produção do álcool que possibilita a diminuição do uso dos combustíveis fósseis; o seqüestro de carbono no plantio da cana que minimiza a emissão de gases provocadores do efeito estufa. Há a produção de alimento energético (açúcar) e a geração de energia a partir do bagaço de cana (biomassa), sem implicações ambientais.

A cana é uma cultura não exportadora de nutrientes do solo, pois esses retornam ao meio ambiente na forma de vinhaça, torta e cinzas, devolvendo ao solo o que foi tirado na produção. Há, ainda, o uso reduzido de agroquímicos, pois as doenças e pragas são tratadas com materiais geneticamente resistentes e com controle biológico. O balanço disso tudo é positivo e demonstra que a cana-de-açúcar é um super vegetal, pois tem uma alta capacidade de conversibilidade energética, apresentando alta sustentabilidade” (Lira 2003).

A STAB é uma associação nacional do setor sucroalcooleiro, formada por quatro regionais no país⁸⁴: Regional Leste, em Maceió/AL; Regional Sul, em Piracicaba/SP (sede nacional); Regional Centro, em Ponte Nova/MG e a Regional Setentrional, em Recife/PE. A Regional Leste tem cerca de 200 pessoas físicas como sócios. A Stab-leste promove anualmente, desde 1984, simpósios com grande número de participantes (aproximadamente

84 Fundada em 1963, a STAB congrega, sem fins lucrativos, cerca de 1.200 sócios, entre pessoas físicas e jurídicas, dentre os quais técnicos, estudantes, empresas produtoras de açúcar e álcool, empresas de insumos e serviços do setor sucroalcooleiro, em diversos Estados do Brasil. Tem como principal objetivo difundir tecnologias que visem aprimorar o desempenho agroindustrial do país.

600 a cada ano), entre técnicos, pesquisadores, produtores, empresários, estudantes e fornecedores de insumos e serviços. Os temas dos simpósios da Stab refletem as matérias sobre as quais têm recaído os interesses do setor nos últimos anos. Desde o ano 2000, detecta-se, nos encontros da entidade, uma ênfase às temáticas da preservação ambiental e da manutenção e racionalização do uso de recursos naturais existentes nas usinas.

Em 1999, o Simpósio da Agroindústria da Cana-de-Açúcar de Alagoas (STAB-Leste) tratou da “Manutenção do Emprego pelo Setor Sucroalcooleiro Alagoano”. Em 2000, a “Gestão Ambiental” foi tema do XVII simpósio, marcando o momento em que o setor tomava medidas voltadas para a preservação e recuperação dos remanescentes da Mata Atlântica nos engenhos e usinas. Neste Simpósio se deu a implantação do Programa de Preservação e Recuperação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da Região Canavieira Alagoana, e nele foram lançadas sete novas Reservas da Biosfera na região. Em 2001 o tema foi Recursos Hídricos, refletindo o interesse do setor sucroalcooleiro alagoano na busca de alternativas para o uso da água disponível. Em 2002, os debates das reuniões da STAB concentraram-se no tema “Potencial Energético da Cana-de-açúcar”.

A preocupação, que tem sido verificada no setor sucroalcooleiro alagoano ao longo dos últimos anos, em promover práticas de preservação ambiental e colocar em discussão investimentos em novos usos dos recursos naturais disponíveis, indica que os investimentos empreendidos pela Usina Trapiche vêm ocorrendo em meio a uma configuração de esforço coletivo do setor em se tornar competitivo após a mudança de cenário nos anos 1990. Esse esforço coletivo, da qual a Usina Trapiche é um exemplo, aponta para a crescente associação no universo empresarial sucroalcooleiro entre competitividade, preservação e uso racional dos recursos naturais existentes no domínio da empresas.

Embora as mais divulgadas transformações em termos de gestão do setor sejam as relativas ao meio ambiente, devido à valorização externa (imprensa, mercado internacional) deste tipo de mudança em um universo considerado símbolo de arcaísmo, mudanças profundas relativas à gestão de recursos humanos também estão em curso no processo de modernização das usinas. Como observamos na nova gestão da Usina Trapiche, tornar-se competitivo vem implicando transformações na tradicional organização social

do trabalho da região, como a tentativa de extinguir a função dos administradores do recrutamento de trabalhadores e a eliminação das condições geradoras de conflito, que permitiam a intervenção sindical, como a destruição dos sítios.

As primeiras iniciativas de proteção dos recursos naturais promovidas sob a administração do atual proprietário da Usina Trapiche datam do final dos anos 80, quando, em outra usina de sua propriedade, a Usina Serra Grande (em São José das Lages, norte de Alagoas), foi iniciado replantio de mata com o objetivo de proteger, pela recuperação da vegetação ciliar, os 40 reservatórios de água da usina, mananciais fundamentais para cultivo de cana e para o seu processamento industrial. O projeto de replantio teve seqüência ao longo da década de 1990 e, desde 2002, vêm sendo plantados cerca de 30 hectares de mata por ano na área desta usina. Havia nessa usina, em 2002, cerca de 8,5 mil hectares de Mata Atlântica resultantes de replantio.

A ampliação das iniciativas de preservação da Usina Serra Grande conduziu à sua aproximação e posterior associação a duas entidades: o Criadouro Científico Zoobotânico Sete-Cores e a Usina Leão. Juntas, as três criaram, em 5 de junho de 1996, uma ONG chamada IPMA (Instituto de Preservação da Mata Atlântica), com a finalidade de desenvolver programas e projetos de preservação e conservação dos remanescentes da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica nas áreas florestadas pertencentes aos sócios do instituto. Atualmente o IPMA é integrado exclusivamente por usineiros do estado de Alagoas.

Atualmente, o IPMA é uma entidade prestigiada entre os organismos ambientais federais e estaduais e as universidades federais de Alagoas e Pernambuco, que consideram o instituto um importante parceiro no esforço de preservação ambiental nos dois estados. O IPMA está desenvolvendo o Plano de Gestão Ambiental para a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em parceria com o Ibama/AL, com o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA/AL (órgão estadual de meio ambiente em Alagoas) e com a Universidade Federal de Alagoas. Em 2003, o IPMA foi indicado ao prêmio oferecido pelo IMA /AL, na categoria “conquista social”, por se destacar na defesa do Meio Ambiente e pela colaboração nas atividades e campanhas promovidas pelo IMA, dirigidas à educação ambiental e à defesa do meio ambiente alagoano⁸⁵.

85 O IMA indicou o IPMA ao prêmio pelas seguintes atividades:

Em 2002, os integrantes do IPMA delimitaram 40.000 hectares de mata nativa para serem transformados em RPPN (Reservas Particulares do Patrimônio Natural)⁸⁶, ou seja, áreas privadas que os proprietários dedicam à conservação. 15.000 hectares de áreas de encostas foram disponibilizados por diversas usinas afiliadas ao IPMA para a recomposição natural da mata nativa. Para acelerar esse processo, projetou-se plantar nos 3 anos subsequentes mais de 1.500.000 mudas de espécies da Mata Atlântica.

O IPMA viabilizou a criação de unidades de conservação da Mata Atlântica; todas as usinas associadas são obrigadas a ter, ao menos, uma reserva e treinarem professores das escolas existentes nas usinas como agentes multiplicadores, para que desempenhem o papel de educadores ambientais. A estrutura administrativa do instituto é realizada através do rodízio anual nos cargos dos sócios-usineiros de Alagoas. Várias usinas de Alagoas anunciam na imprensa alagoana sua preocupação com a promoção de práticas de responsabilidade social e a sustentabilidade nos domínios de suas empresas; esses textos patenteiam a existência de concorrência entre elas na demonstração das práticas modernizantes e socialmente responsáveis, como a erradicação do trabalho infantil⁸⁷. É o que diz, a seguir, o presidente da STAB sobre uma dessas usinas:

-
- Preservação, conservação e recuperação da Mata Atlântica no Nordeste;
 - Identificação dos remanescentes florestais de cada sócio;
 - Identificação das áreas a serem transformadas em reserva;
 - Desenvolvimento de programas de sustentabilidade das reservas;
 - Elaboração e encaminhamento de projetos aos órgãos financiadores;
 - Programas de pesquisa de fauna e flora;
 - Fiscalização e sinalização;
 - Capacitação dos guardas florestais;
 - Parceria com órgãos ambientais e Ministério Público;
 - Proteção e recuperação de nascentes com reflorestamento, sinalização e fiscalização;
 - Reintrodução do mutum-de-Alagoas;
 - Criação do Centro de Visitação do Mutum-de-alagoas (Usina Triunfo);
 - Termo de cooperação técnica com universidades;
 - Criação do Centro de Produção de Mudas de Cajueiro;
 - Identificação das áreas disponibilizadas para recuperação florestal;
 - Criação de mecanismo legal de proteção às áreas em recuperação;
 - Programa de Educação Ambiental “Mata Atlântica e o Meio Ambiente”.

86As RPPNs existem desde 1990, através de um programa do Ibama. Os critérios para obter reconhecimento como RPPN são: a área ser significativa para proteção da diversidade biológica; possuir paisagens de grande beleza ou reunir condições que justifiquem ações de recuperação ambiental, capazes de promover a conservação de ecossistemas frágeis ou ameaçados. Não existe limite para as RPPNs. A menor tem 1 ha e a maior chega a 104 mil ha. Entre as vantagens do reconhecimento enquanto RPPN estão: isenção do ITR – Imposto Territorial Rural - na área reconhecida; prioridade na análise e concessão de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA); maior facilidade de acesso a crédito agrícola nos bancos oficiais.

87 A Abring tem implementado ações específicas como o “Programa Empresa Amiga da Criança”, em resposta à convenção nº 138 da OIT e às recomendações da Unicef. Tem, também, assinado diferentes pactos setoriais: em 1996, foi assinado um pacto com produtores do setor de álcool, citricultores, empresas automobilísticas e

“A Usina Coruripe foi a pioneira na luta pela erradicação do trabalho infantil; a empresa não tem medido esforços para fazer valer esta determinação. E tem se empenhado em incentivar que os fornecedores de cana não empreguem crianças e jovens nos canaviais. Mas também incentiva que haja ações sociais como esporte, lazer e educação para todos os filhos de funcionários, afinal lugar de criança é na escola. O diretor da Usina, Vitor Montenegro Wanderley, afirma: “Fomos pioneiros nessa meta, aqui na usina, não trabalhamos com crianças”. No ano 2000, a Usina Coruripe foi a primeira do setor sucroalcooleiro no Estado de Alagoas a receber o Selo Abrinq, como “Empresa Amiga da Criança”. Entre os trabalhos desenvolvidos, fundamentais para a conquista deste Certificado, destacam-se a total erradicação do trabalho infantil na sua área de influência e o desenvolvimento do Projeto “Basquete Cidadão”. O II Encontro Municipal pelos Direitos da Criança e do Adolescente de Coruripe, em agosto de 2001, foi um momento de muita importância no reconhecimento do trabalho que a Usina desenvolve. Na ocasião, o Diretor Gerente da Usina Coruripe, Márcio Silvío Paiva, recebeu a comenda de protetor integral da infância e da juventude”. (Lira 2003)

No Boletim Folha da Cana, um conhecido veículo informativo do setor sucroalcooleiro alagoano, são freqüentes os textos publicados por gerentes das usinas ou por associações que os representam no tocante a estes temas. Em cada edição dos boletins há artigos de várias usinas, apresentando suas experiências e investimentos em termos de esforço de estruturação da “cultura da cana-de-açúcar no tripé: responsabilidade social, utilização racional dos recursos naturais e sustentação econômica, promovendo bem-estar e dignidade aos seus colaboradores e à comunidade na qual está inserida, com desdobramentos positivos para o Estado e para o País” (Lira 2003).

É a partir do termo “cidadania corporativa” que os investimentos sociais das usinas são concebidos pelos agentes do setor sucroalcooleiro, assim como pelos dirigentes de entidades representativas patronais (Sindacúcar, Stab-Leste). Segundo a sua argumentação, a cidadania corporativa seria “uma combinação de ações sociais e empresariais que visam a ir além do cumprimento das leis trabalhistas, previdenciária e ambiental, cujo objetivo seria instituir um canal permanente de diálogo com o quadro funcional e a sociedade na qual as empresas estão inseridas” (Lira 2003). Conforme este enfoque, as usinas deveriam agir como elementos propulsores de políticas públicas, visando a melhorias para a população e criando novas alternativas para as atuais e futuras gerações, especialmente aquelas situadas no nordeste brasileiro, áreas em que os índices negativos de desenvolvimento humano

produtores do setor de calçados. Nestes acordos houve envolvimento dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio.

têm sido preocupantes, devido a problemas como analfabetismo e mortalidade infantil. Promover a cidadania corporativa, através de práticas que deem notoriedade a responsabilidade social das empresas, visaria, além do cumprimento desse papel social, à criação de melhores alternativas de relacionamento com seus funcionários, fornecedores e público consumidor e, conseqüentemente, o fortalecimento da marca institucional.

A explicação para a transformação do comportamento do empresário alagoano, em plena difusão entre uma parcela do empresariado pernambucano, passa por uma mudança nos signos de prestígio, agora identificados com práticas modernas de gestão. Essa alteração vem permitindo novos padrões de concorrência entre os membros do setor, devotados a mudar a sua imagem, tradicionalmente identificada com más condições de trabalho e degradação ambiental. Por outro lado, a mudança de atitude também atende às condições concretas de manutenção do perfil exportador da atividade: parte representativa da produção (especialmente a de açúcar refinado das usinas de Alagoas e Pernambuco) é destinada à exportação⁸⁸ e a preocupação com o meio ambiente tornou-se, ultimamente, uma exigência do mercado internacional.

Segundo Leitão (2002), “a maioria dos países e compradores internacionais exigem certificados ambientais, como os da série ISO 14.000, e evitam comprar mercadorias produzidas com mão-de-obra infantil ou provenientes de fábricas que poluem e que são preconceituosas na escolha de funcionários” (Leitão 2002); portanto, cumprir padrões ambientais é, também, uma exigência para se continuar no mercado internacional.

A ambientalização e as exigências éticas do mercado consumidor externo vêm contribuindo para que se operem transformações no perfil das empresas, especialmente daquelas mais associadas com a produção de impacto ambiental e a exploração de mão-de-obra infantil, como a agroindústria canavieira. Embora as exigências por parte dos consumidores brasileiros com responsabilidade social sejam ainda pouco expressivas⁸⁹, há uma crescente preocupação do público consumidor externo em escolher produtos de empresas responsáveis na hora da compra.

88 A Usina Trapiche, por exemplo, destinava, em 2000, 30% de sua produção de açúcar refinado para a exportação.

89 Segundo Leitão (2002), citando pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, 16% dos consumidores brasileiros (no caso das classes A e B, 20%) escolhem produtos de empresas responsáveis socialmente. Na Austrália, por exemplo, são 60% e nos Estados Unidos, 53%.

A responsabilidade social vem se tornando tema freqüente de seminários e artigos na imprensa e pesquisas acadêmicas⁹⁰. Segundo Cappellin et alii (2002:235), ocorria, até as décadas de 1970 e 1980, “uma espécie de autolegitimação social das atividades empresariais, prevalecendo as crenças de que o estado era a entidade incumbida de implementar um projeto distributivo e de dar resposta à questão social”. Desta crença resultava que a função dos empresários resumia-se a produzir e dar empregos; portanto, todas as iniciativas sociais que eles eventualmente praticassem deviam-se somente à sensibilidade e generosidade pessoais.

Segundo Cappellin et alii (ibidem) esta postura sofreu sérias críticas na década de 1990, com a progressiva retirada do Estado da questão social e um aumento da ênfase nas mudanças qualitativas no mundo dos negócios, transformando critérios de eficiência e excelência empresarial, que passaram a incorporar dimensões que estão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental. Tornar-se uma empresa ética passou a ser elemento de prestígio e diferenciação; há, porém, preocupação por parte do empresariado e das entidades que os representam em desvincular a responsabilidade corporativa, ambiental e social das antigas práticas de filantropia, ou do mero cumprimento da lei.

O exame da forma como a Usina Trapiche vem introduzindo novas práticas empresariais aponta para transformações na forma de uso, ocupação e gestão do território da empresa, manifestas, por exemplo, na retirada de moradias e no aumento de reservas ambientais particulares. Visando à racionalidade e à competitividade, a usina aumentou os espaços destinados às reservas, buscando adequar-se a um novo atributo de prestígio empresarial e, sobretudo, reduzir despesas com insumos como água e energia. Por outro lado, vem igualmente eliminado antigas práticas de dependência pessoal entre patrões e trabalhadores, como a ocupação do espaço da empresa com sítios de moradores. Tais práticas são percebidas atualmente como possibilidades de aumento do passivo da empresa; são, portanto, consideradas irracionais.

Essa tendência não significou o abandono de todas as práticas pré-existentes. Aquelas que podem ser apresentadas como dons oferecidos pelas empresas, como a manutenção de escolas, por exemplo, permaneceram, mas

90 Refiro-me, por exemplo, à pesquisa “*A responsabilidade social das empresas no Brasil*”, coordenada pelos professores do programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Paola Cappellin, Gian Mario Giuliani, Regina Morel e Elina Pessanha.

atualizadas como manifestações de responsabilidade social. No entanto, benefícios aos trabalhadores que podem onerar a empresa, porque se tornaram deveres patronais, estão sendo progressivamente eliminadas como irracionalidades ou arcaísmos.

CAPÍTULO 10

ENTRE A PROTEÇÃO DO MANGUE E A DE SEUS MORADORES.

Educação e meio ambiente são setores conduzidos com muito zelo pelo novo proprietário; são, também, os únicos setores que na Usina Trapiche não são gerenciados por funcionários, mas por parentes do presidente, o casal formado por sua filha e o seu genro, que são responsáveis, respectivamente, pelas áreas de educação e meio ambiente das usinas Serra Grande e Trapiche. A filha, doutorada em letras, aparece com pouca frequência na Usina Trapiche, mas realiza pessoalmente a reciclagem dos professores das escolas da empresa uma vez por ano.

O genro do proprietário, José Clodoaldo, conhecido em Sirinhaém pelo apelido de Zé da Bala⁹¹, é o gerente responsável pela manutenção do patrimônio natural, por convênios com universidades e pelo gerenciamento ambiental das duas empresas. Além disso, na ausência do proprietário, José Clodoaldo é considerado seu substituto, responsável pelas decisões administrativas. Representa o presidente da empresa, tem autoridade e é tratado como dono da usina por gerentes e funcionários.

José Clodoaldo tem um perfil bastante diferente dos outros gerentes administrativos da Usina Trapiche, quase sempre profissionais oriundos de Pernambuco, com nível superior e trajetórias profissionais bem estruturadas. No universo da usina, formado quase totalmente de operários e trabalhadores rurais, os gerentes se destacam por sua semelhança com os executivos de grandes corporações, sempre elegantemente trajados, muitas vezes com terno e gravata, apresentando um comportamento ao mesmo tempo polido e distanciado no tratamento com os funcionários e visitantes.

O gerente de patrimônio, vulgo Zé da Bala, está na faixa dos 40 anos, é nascido em Brasília, filho de pai militar, morou em muitos estados do Brasil e nos Estados Unidos por dois anos, onde trabalhou como faxineiro. Não tem nível superior, embora alguns gerentes tenham insistido em me dizer que ele fala muitos idiomas e conhece o mundo todo, em uma tentativa de atenuar seu comportamento informal, seus trajes esportivos e as grandes

⁹¹ Segundo o gerente de segurança da Usina Trapiche, o apelido foi dado pelo fato dele ser um bom atirador, participando freqüentemente de competições de tiro.

tatuagens visíveis nos seus braços. Certa vez, após o término de uma reunião entre José Clodoaldo, o promotor e o juiz de Sirinhaém, a qual teve oportunidade de acompanhar, após a saída de José Clodoaldo, o promotor disse-me ter ficado surpreso porque sempre associou a imagem da Trapiche com homens “engravatados” e Zé “se vestia e se comportava como uma pessoa comum”. Ele se esforça para ressaltar essa impressão, falando alto, contando piadas e tomando cerveja na cantina da usina com os funcionários; na hora do almoço, prefere a companhia de seu motorista e do chefe da segurança à dos gerentes da empresa.

As áreas que concentram maiores investimentos da usina, na intensificação do esforço de proteção ambiental, são as envolvidas em concessões de aforamento, situadas em regiões de manguezal da propriedade. A área de mangue da Usina Trapiche situa-se em Barra de Sirinhaém e possui 3.110 hectares de vegetação; é a maior área de mangue contínuo do Estado de Pernambuco, incluindo o leito dos estuários (246 ha), o manguezal (2778 ha), a superfície de uma lagoa chamada Feiteira (37 ha) e as ilhas de terra firme (49 ha). Existem, neste manguezal, 32 ilhas estuarinas, das quais 17 seriam ocupadas por 57 famílias que lá praticam pesca e agricultura de subsistência.

Em janeiro de 1998, a Usina Trapiche denunciou os moradores das Ilhas de Barra de Sirinhaém ao Ministério Público, alegando que eles estavam degradando o meio ambiente através do desmatamento para criação de lavouras de subsistência, pesca predatória e produção de carvão; a usina solicitava, portanto, sua remoção do local. Em abril de 1998 foi aberto inquérito civil para investigar as denúncias. Entre janeiro e abril de 1998, a usina buscou negociar um acordo pela saída dos pescadores das ilhas, oferecendo-lhes terrenos pavimentados e eletrificados às margens da auto-estrada PE-60, a quatro quilômetros do mangue. Neste mesmo período, alguns pescadores das ilhas alegaram ter sofrido violências por parte da equipe de segurança da usina, que queimou e derrubou sete casas de moradores.

A disputa iniciada em 1998, motivada pela intenção do proprietário em implantar uma reserva ambiental privada na usina, prolongou-se até 2002, passando por diferentes fases: ao longo desse período, alternaram-se tentativas de intimidação através de medidas contra a permanência dos moradores (casas derrubadas e queimadas), ordenadas pela administração da usina, conflitos jurídicos e tentativas de negociação de indenização.

Em 1990, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) começou a atuar na região de Barra de Sirinhaém, voltando suas ações para a assistência aos pescadores através de projetos sociais (Prorenda, Banco do Nordeste etc.). Diante das tentativas de intimidação da usina aos pescadores de Barra de Sirinhaém, a CPP reagiu, defendendo judicialmente o direito de permanência dos moradores nas ilhas. Também assessorou moradores que tiveram as suas casas incendiadas na apresentação de denúncias na delegacia, onde foi aberto inquérito contra funcionários envolvidos nesse ato (um agrônomo e seis outros funcionários, entre eles o chefe da segurança da usina). Em 2003, o processo contra eles ainda não terminara; os acusados já haviam participado de várias audiências no fórum de Sirinhaém e, segundo o promotor, o caso indicava absolvição dos processados por falta de provas.

A presença de religiosos na região é, entretanto, anterior à chegada da CPP. Desde os anos 80, a CPT (Pastoral da Terra) atuava na área através de projetos de evangelização dos moradores das ilhas, onde não há igreja ou escola, e da defesa de trabalhadores rurais; esses projetos eram empreendidos pelo frei de Sirinhaém e por voluntárias católicas do município, que auxiliaram na defesa dos trabalhadores que tiveram seus sítios destruídos por ordem da administração da Usina Trapiche no final da década de 1980. Em 1989, quando a usina ainda pertencia ao grupo Brenant, este frei teria jogado um monte de peixes mortos sobre a mesa do gerente de recursos humanos da usina, em protesto contra a poluição ambiental provocada pela empresa.

Em 1998, ano de criação e do início do trabalho da CPP nas ilhas, a entidade reagiu à decisão da usina de retirar os moradores das ilhas, sob a alegação de que estes estavam perfeitamente adaptados ao ecossistema, não representando riscos ao mesmo. Para comprovar a convivência harmônica dos pescadores com o meio ambiente, a CPP solicitou ao Ibama e ao CPRH a realização de visitas técnicas e a elaboração de um parecer sobre a existência de impactos ambientais nas ilhas. As visitas foram realizadas pelo Ibama e pelo CPRH em abril e em maio de 1998, respectivamente. Os dois pareceres constataram que a ocupação dos moradores das ilhas não representava impacto ambiental significativo ao meio ambiente. Esses laudos ambientais passaram a ser uma das principais armas da CPP contra o argumento da usina de que a presença dos pescadores causava a degradação do manguezal.

“Não foram comprovados, através dos técnicos do Ibama que vistoriaram a área, desmates de mangue ou de mata de restinga que seja atribuído à

depreação do meio ambiente. Existindo no entanto, um pequeno corte na periferia próxima à residência de um dos moradores locais, que seria, segundo informações, o início de construção de um viveiro para peixes e camarões, mas que no momento está desativado e que do ponto de vista que se teve não pode se atribuir um impacto ambiental substancial, não sendo de proporção alarmante”. (Parecer Técnico nº 033/98 Ibama)

“Quanto à população residente nas ilhas, não causam impactos significantes no ambiente. Observou-se que a maior parte vive em condições precárias, mas que poderiam receber orientação técnica. Hoje há vários projetos que integram comunidades nativas a ações de desenvolvimento sustentável (...). Foram encontradas placas por todo estuário, onde estava escrito “USINA TRAPICHE – ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL”, fato que causou estranheza à equipe, por não ter tomado conhecimento de projeto da usina para a área estuarina da bacia do rio Sirinhaém. Se faz necessário lembrar, que parte da área em questão já se encontra protegida, tanto por legislação federal, e mais diretamente por legislação estadual, que decretou a APA de Guadalupe, e que de forma direta ou por área de influência, abrange todo estuário”. (Parecer Técnico CPRH).

Em junho 1998, após os laudos dos órgãos ambientais que comprovaram a impropriedade da denúncia de degradação ambiental praticada contra os moradores, os advogados da Usina Trapiche desistiram da tática de usar a legislação ambiental para expulsar os moradores e entraram com um pedido de reintegração de posse contra nove famílias que habitavam uma das maiores ilhas do estuário, a Ilha do Constantino; a argumentação desenvolvida baseava-se na proteção à propriedade privada. A CPP continuou a dar apoio jurídico aos pescadores, contratando dois advogados para defendê-los. Segundo a usina, o contrato de comodato de 10 anos, feito entre os moradores da ilha e o antigo proprietário da empresa, expirou em 17/06/1998. Os novos proprietários tencionavam, assim, integrar a ilha à área protegida que a empresa criaria futuramente em seus domínios.

A área objeto de litígio é considerada domínio de marinha aforado com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Os advogados da CPP realizaram um levantamento no SPU e verificaram que, no processo da Usina Trapiche, constavam em aberto três anos de pagamento do foro da Ilha do Constantino (1989, 1992 e 1993). Finalmente, em dezembro de 1998, o pedido de liminar de reintegração de posse da Ilha do Constantino, impetrado pela usina, foi negado pela juíza de Sirinhaém, decisão que permitiu que os moradores das ilhas exercessem seu direito de defesa dentro do processo sem precisar sair do local.

Em 1998, a CPP foi apoiada por diversos outros setores no esforço de defesa dos moradores das ilhas: a imprensa pernambucana, a Igreja Católica (Paróquia e Seminário Franciscano de Sirinhaém e Arquidiocese de Ipojuca), o Conselho Estadual de Meio Ambiente, a Federação de Pescadores de Pernambuco, um deputado estadual e um federal do Partido dos Trabalhadores (João Paulo e Pedro Eugênio), e organizações não governamentais (Centro Josué de Castro e Misereor). A participação da imprensa pernambucana foi um elemento fundamental, pois divulgou durante todo ano de 1998 uma versão favorável à permanência dos pescadores e tornou público cada acontecimento que envolvia a disputa entre usina e moradores nos tribunais e fora deles.

Entre janeiro e dezembro de 1998, foram publicados dez artigos noticiando o conflito em jornais de grande circulação no estado, como o Jornal do Comércio e o Diário de Pernambuco. Segundo a coordenadora da regional nordeste da CPP, no início das audiências, o Promotor Público da Comarca de Sirinhaém teria assumido uma atitude de “porta-voz querendo convencer os pescadores a aceitarem a proposta da usina Trapiche”. No entanto, diante do apoio maciço aos pescadores por parte de importantes entidades e a partir do momento em que “o conflito saiu na imprensa”, o promotor teria se sentido “acuado” e “resolvido ouvir as partes para tomar uma decisão”.

Além da imprensa, houve o apoio de diversas entidades, que contribuíram, sobretudo, através do envio de fax em solidariedade à causa dos pescadores e pressionando por um posicionamento do governador Miguel Arraes diante à disputa; seu governo era considerado por membros da CPP como mais próximo dos apelos da igreja católica, dos movimentos sociais e da proteção à população mais carente. Esse alinhamento do governo estadual ao CPP foi se tornando cada vez mais pronunciado ao longo do ano de 1998; finalmente, a partir dos apelos da CPP e de outros segmentos que apoiavam o governo do estado, o estatuto territorial das ilhas do Estuário de Sirinhaém acabou sendo modificando através de um decreto estadual que permitiu a permanência dos pescadores nas ilhas.

Este processo iniciou-se em 21 de maio de 1998, quando, em uma das audiências públicas para apuração das denúncias da usina, realizada na câmara de vereadores de Sirinhaém, o Consema (Comissão de Controle

da Pesca do Conselho Estadual do Meio Ambiente) apresentou como proposta para resolução do conflito a transformação das 17 ilhas habitadas do estuário do Rio Sirinhaém em uma Área de Proteção Ambiental de gestão privada, ou seja, gerida pela comunidade. O projeto previa o cadastramento dos pescadores e o zoneamento do estuário, onde haveria uma área de preservação permanente, outra destinada à habitação, e uma terceira para a agricultura familiar. O zoneamento da área ficaria a cargo da CPRH.

Em junho de 1998, uma comissão formada por moradores das Ilhas e integrantes da CPP reuniu-se com o governador para pleitear a criação de uma APA. Em 28 de dezembro de 1998, cerca de um ano após a criação da APA de Guadalupe, foi criada a APA de Sirinhaém, uma a área de 6.589 hectares entre os municípios de Sirinhaém e Rio Formoso e contígua a APA de Guadalupe (mapa 4). Consta no artigo 1º do decreto de criação da APA que o objetivo da área é “constituir-se na promoção do desenvolvimento sustentável baseado na implementação de programas de desenvolvimento econômico-social voltados às atividades que protejam e conservem os ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, visando à melhora da qualidade de vida da população”. O artigo 5º do mesmo documento torna toda área estuarina do Rio Sirinhaém Área de Proteção da Vida Silvestre e, segundo parágrafo único deste artigo, fica vedada a construção de novas edificações nesse espaço. O decreto da APA proíbe, ainda, o corte de mangue e a produção de carvão, além de disciplinar a circulação de barcos a motor.

Segundo entrevista do presidente do CPRH, concedida na época da criação dessa unidade de conservação ao *Jornal do Comércio* (20/12/98), a criação da APA de Sirinhaém teria sido uma forma de fazer “convergir os interesses da usina de preservar a área e o dos pescadores em continuar nas ilhas” (*Jornal do Comércio* 20/12/1998). Os artigos do decreto de criação da unidade deixam evidentes a intenção de combinar os interesses imediatos da CPP-moradores e os interesses de médio e longo prazo da Usina Trapiche. A APA assegura legalmente a permanência dos moradores; no entanto, esta permanência fica condicionada à disciplina imposta pelo zoneamento ecológico-econômico da unidade, no qual estão apontados limites para a ocupação territorial. Foram considerados como territórios propícios a moradias apenas duas das dezessete ilhas ocupadas.

Na condição de APA, a área das ilhas passou a ser alvo de vasta legislação e estar, em tese, submetida à autoridade do CPRH. No entanto, o

órgão ambiental não construiu uma sede e tampouco fiscaliza com regularidade a área; na prática, é a Usina Trapiche que o faz. O estatuto de unidade de conservação teve como efeito central conferir respaldo legal e apoio do aparelho policial do estado para que a usina empregasse todos os seus meios (funcionários, carros, barcos e helicóptero) para a realização do controle ambiental de áreas preservadas. Foi o que de fato aconteceu logo após a criação do Cipoma, quando a usina intensificou o monitoramento e a fiscalização de suas áreas e estabeleceu um convênio com a polícia militar para que os policiais da APA de Guadalupe estendessem a vigilância até a área da usina. Cerca de três vezes por semana, os policiais do Cipoma realizavam rondas nas áreas verdes da propriedade e acompanhavam as incursões dos seguranças da empresa nestas áreas.

A disputa pela permanência dos moradores nas ilhas seguiu após 1998. Nos anos seguintes, a administração da Usina Trapiche continuou a tentar desocupar as ilhas, através de meios legais e extralegais, como a massiva presença policial, o monitoramento das atividades dos moradores e, principalmente, a negociação de indenizações. A CPP continuou a acompanhar e assessorar os moradores, incentivando-os a “persistir na luta”. Apesar de já não dedicar o mesmo espaço nos noticiários concedido ao caso em 1998, a imprensa pernambucana (jornal e televisão) continuou noticiando os desdobramentos do conflito, quase sempre apresentando a versão dos moradores das ilhas.

A partir do início de 1999, a arena da disputa pelas ilhas foi deixando gradualmente os tribunais e se consolidando no próprio espaço do estuário. A vida dos moradores passou a ser rigorosamente monitorada pela divisão de segurança da usina. Em seus relatos, os moradores descreveram a presença permanente de helicópteros sobrevoando suas casas, visitas de funcionários da usina para contabilizar e verificar se não houve crescimento do número de famílias e de habitações e a presença freqüentemente de policiais do Cipoma armados, acompanhando e respaldando as incursões de funcionários da empresa.

Muitos moradores das ilhas foram procurados e assediados por funcionários da usina com propostas de indenizações financeiras para que abandonassem suas casas. Alguns deles também procuraram a usina e fizeram propostas para negociar a saída. Ao longo de aproximadamente seis anos

(1998-2003), vários fizeram essa negociação individualmente, acertando indenizações que, a princípio, oscilavam entre R\$ 700,00 e R\$ 1.500,00; materiais de construção e terrenos também oferecidos como indenização. A usina negociava o valor das casas (taipa) e não as benfeitorias. Alguns pescadores conseguiram trocar suas casas nas ilhas por outras na área urbana de Sirinhaém e por eletrodomésticos.

Embora a CPP afirmasse a existência de 56 famílias habitando as ilhas, segundo os próprios moradores e uma ex-funcionária da CPP, apenas 35 famílias habitavam-nas. Ao final de 2002, 24 famílias tinham aceitado indenizações da usina. Permaneciam 11 em uma das ilhas (Ilha Grande), das quais 6 estavam negociando indenizações com a usina e as outras cinco não cogitavam sair. Os primeiros moradores a negociar com a usina receberam indenizações de valor mais baixo do que aqueles que aguardaram o avançar do conflito. Se em 1998 a usina oferecia apenas a doação de um terreno, em 2002 já oferecia uma casa no valor de R\$ 3.000,00, incluindo eletrodomésticos (fogão e geladeira), em área urbana próxima à estrada principal. Em alguns casos, a indenização ainda incluía um emprego na usina para os chefes de família e seus filhos.

Semelhantemente ao que acontecia com os sítios situados nas plantações da usina, quando um desses moradores saía, os funcionários da usina recebiam ordens de derrubar a casa abandonada, arrancar árvores e incendiar lavouras. A partida de cada morador das ilhas seguia o mesmo ritual; a única diferença era o tipo de ocupação que se seguia à destruição. Nos sítios situados no meio da plantação, deixava-se o local abandonado ou plantava-se cana. No estuário, o espaço do sítio recebia imediato replantio de mangue ou vegetação de restinga, com a fixação de uma placa com os dizeres “Usina Trapiche - Área de Preservação Ambiental”.

A CPP promoveu, ao longo dos últimos anos desse período (1998-2003), freqüentes reuniões nas ilhas, exortando os moradores a não aceitar as propostas da usina, com base no argumento de que a vida fora do mangue representaria o fim do único meio de subsistência das famílias lá residentes; para a CPP era certo que a usina interditaria a área para a pesca. Com o passar do tempo, os acordos propostos pela usina tornaram-se mais tentadores e os moradores foram cedendo, o que provocou desgaste na imagem da CPP e gerou rixas internas entre os moradores que queriam ficar e os que queriam aceitar os acordos e partir.

A CPP considerava negociar com a usina uma traição a “quem sempre esteve do lado dos pescadores”. Assim, os moradores que procuravam a empresa eram afastados de projetos comunitários agenciados pela CPP (financiamento de apetrechos de pesca, produção de passa de caju etc.) e não eram convidados para reuniões da associação; passavam, ainda, a ser tratados com distanciamento pelos representantes da entidade e, em certas situações, também pelos moradores mais fiéis a pastoral. Alguns desses que negociaram indenizações e aguardavam o término da construção de suas casas pela empresa relataram que certos moradores deixaram de lhes dirigir a palavra e que membros da CPP ameaçaram-nos, dizendo que eles seriam obrigados a indenizar a entidade pelos benefícios recebidos no passado; isso teria deixado outros moradores receosos de negociar com a usina.

A estigmatização e as ameaças abriram um precedente para críticas à atuação da CPP por parte dos moradores que desejavam aceitar indenizações. Estes começaram a incorporar e propagar as acusações da direção da usina à CPP, tais como estar interessada em “manter a miséria nas ilhas” para obter recursos de organizações internacionais, ou criar projetos que não davam retorno à população local, como mera propaganda da entidade aos membros da igreja e a estrangeiros.

A imagem da usina também se desgastou ao longo do conflito. Ao contrário do que aconteceu em Alagoas em relação ao grupo Serra Grande, que teve suas iniciativas de proteção ambiental e responsabilidade social louvadas pela grande imprensa e por publicações do setor sucroalcooleiro, em Pernambuco, a iniciativa do grupo de promover a proteção ambiental causou efeito contrário: entre 1998 e 2003 a Usina Trapiche teve sua imagem freqüentemente associada pela imprensa pernambucana a “violência e insensibilidade social” em relação às famílias carentes que habitavam o manguezal da usina.

“Alguns moradores dizem que a convivência com os funcionários da usina é de desconfiança desde o mês de maio (1998), quando os pescadores X (Ilha do Constantino), 68 anos, e Y (Ilha Grande), 64 anos, encontraram seus casebres derrubados ao voltarem de Sirinhaém. Não vimos quem foi e nem podemos acusar ninguém, mas vivemos em um clima de apreensão com eles rondando as áreas onde moramos, relatou um dos pescadores”. (Jornal do Comércio, 20/12/ 1998).

“Após ouvir depoimentos de quatro pescadores que vivem há 30 anos em terras da Usina Trapiche, em Sirinhaém, o promotor local confirmou as

denúncias de violência e ameaças que eles dizem sofrer de PMs. Segundo o promotor, os pescadores reproduziram a mesma história: três PMs fardados, com metralhadoras, chegaram ameaçando prendê-los se não deixassem as terras e dizendo que vão abrir mão do mandato a pedido do fiscal da usina (chefe da segurança). Os pescadores dizem que, desta forma, os PMs os obrigam a se sentir devedores dele. Na próxima semana, o promotor vai ouvir o fiscal da Trapiche. Um dos ouvidos contou estar morando ao relento porque um PM disse que se não derrubasse seu casebre, iria se dar mal”. (Jornal do Comércio, 14/3/1999).

A CPP também atacou a usina por meio de denúncias de poluição. Em 1998 e em 2001, após denúncias encaminhadas pelos moradores através da CPP, a Usina Trapiche foi autuada pelo CPRH e multada por poluir com vinhoto um afluente do Rio Sirinhaém. A autuação tornou-se publicamente conhecida, com ampla divulgação na imprensa pernambucana. Em meados de 1998, a Usina foi multada em R\$ 5.000,00 e em abril de 2001, em R\$ 30.000,00. O alto valor da multa foi justificado pelo CPRH em razão da reincidência da usina no crime ambiental de derramamento de resíduos químicos no rio.

Contrariamente aos efeitos gerados em Alagoas, onde o órgão ambiental fez parcerias e indicou os esforços de preservação do grupo Serra Grande (através do IPMA) para concorrer a premiações de mérito ambiental, o órgão ambiental pernambucano não apenas multou a Usina Trapiche, como divulgou esse fato através do setor de notícias do seu *site* na internet (*site* do CPRH em 17/5/2001). Segue a transcrição da notícia sobre a dupla autuação sofrida pela empresa, por infração ambiental:

Usina Trapiche degrada o meio ambiente
“A Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH), multou em R\$ 30 mil a usina Trapiche, localizada no município de Sirinhaém, responsável pelo derramamento de vinhoto em um riacho que deságua no rio Sirinhaém. De acordo com o engenheiro da CPRH, apesar de não ter provocando a morte de peixes no riacho, o vinhoto diminuiu consideravelmente a quantidade de oxigênio dissolvido no corpo hídrico, o que torna a sobrevivência dos peixes ainda mais difícil. No ano de 1998, a CPRH autuou em R\$ 5 mil a usina, por causar poluição no mesmo riacho. “Como é uma reincidência, a multa aumenta de valor”, explica o engenheiro”.

As duas denúncias de poluição encaminhadas pelos moradores, incentivadas e mediadas pela CPP, ocorreram em momentos de agravamen-

to da tensão entre usina e CPP/moradores das ilhas. Em 1998, a denúncia coincidiu com o pedido de reintegração de posse da Ilha do Constantino pela Usina; visava a fragilizar a imagem da empresa perante juizes, promotores, órgãos ambientais e opinião pública, pela ampla propagação que o caso teve na imprensa. A denúncia de 2001 inscreve-se na mesma lógica, ocorrendo durante um momento de enrijecimento do controle baseado na legislação ambiental: nessa ocasião, a usina, seguindo o decreto de criação da APA, derubou duas casas recentemente construídas pela CPP com recursos de uma ONG holandesa, destinados a assistir moradores atingidos por enchentes.

Após a segunda denúncia de poluição, a usina passou a ser alvo de constantes exigências ambientais. No entanto, estas exigências não foram feitas pelo CPRH, mas pela promotoria de Sirinhaém. Um dado fundamental para a compreensão desta nova esfera de cobrança foi à atuação de Roberto Brainer, um novo promotor, a partir de 1999. Roberto ingressou no Ministério Público em 1996, quando acumulou duas promotorias na Mata Sul de Pernambuco: Maraial e Vitória de Santo Antão. Em 1999, Roberto deixou essas duas promotorias e passou a acumular outras quatro: três de defesa da cidadania, em Olinda, e a de Sirinhaém, onde passou a atender duas vezes por semana. A atuação desse promotor Sirinhaém rendeu-lhe notoriedade, especialmente por sua atuação no conflito das ilhas, caso no qual apoiou os moradores, em parceria com a CPP.

Em 2002, após a denúncia de poluição contra a usina, houve duas audiências públicas nas quais foram ouvidos Ibama, CPRH, CPP, Usina, Prefeito e DER. A usina tentava provar que não havia nexo de causalidade entre a mortandade de peixes do dia da denúncia e o despejo do vinhoto; alegava uma falha de procedimento do técnico do CPRH (o chefe da APA de Guadalupe), que sustentou sua atuação a partir de fotografias tiradas no local e não em perícia técnica imediata, a partir da medição da DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) em amostras da água do local atingido. Finalmente, devido ao reconhecimento pela justiça da falha no recolhimento das provas, a usina não foi responsabilizada criminalmente.

Apesar disso, nas duas audiências devotadas ao julgamento dessa denúncia, o promotor assinalou veementemente que a usina descumpria uma série de normas ambientais, sendo necessário o seu comprometimento legal, tanto na minimização de riscos quanto na rigorosa adequação à legisla-

ção ambiental. A audiência, cuja proposta inicial era discutir a veracidade da infração supostamente cometida pela usina e sua punição através de multa, tornou-se, segundo o promotor, um debate sobre os impactos ambientais da cultura da cana-de-açúcar.

A promotoria pediu explicações sobre projetos da usina que ainda não possuíam licença ambiental, exigiu a construção de uma ponte de aço para que o canal de fertirrigação da empresa não sucumbisse às fortes chuvas e acusou a usina de obstruir a sinalização das estradas com plantações. Ao fim das audiências, o promotor optou pela proposição de uma ação civil pública contra a usina no Ministério Público, solicitando obediência às normas ambientais descumpridas. Todo esse processo foi detalhadamente acompanhado pela imprensa pernambucana, que citava freqüentemente o nome de Roberto quando a disputa retornava aos tribunais.

A proposição de uma ação civil pública pelo promotor de Sirinhaém reforçava a sua disposição pessoal em disciplinar as atividades da usina segundo as normas ambientais. Essa disposição articulava-se à tentativa de deslocar o conflito da defesa do direitos dos moradores para a defesa do meio ambiente, o que permitiria trazer o conflito para a esfera de atribuições do ministério público. Em 1981, com a lei que instituiu a política nacional de meio ambiente, o Ministério Público ganhou a função de “tutelar o meio ambiente”. Segundo Lopes et alii (1999:15), a maior vantagem do Ministério Público não é a possibilidade de “entrar na justiça”, mas a independência de atuação para em fazer acordos entre as partes, sem precisar recorrer ao judiciário.

A atuação de Roberto caracterizou-se pela atuação diferenciada no que considerava uma questão de interesse coletivo ou interesse de um grupo, pela pressão sobre a usina, através de instrumentos legais para sanar problemas ambientais e por usar a independência do ministério público para fazer acordos buscando encerrar o conflito entre pescadores e usina. Propor uma ação civil pública indicava a disposição à continuidade do conflito, circunscrevendo-o à arena ambiental e ao julgamento do ministério público, o que significava torná-lo representante da coletividade contra a empresa. A disputa entre pescadores e usina foi conduzida por ele, visando à tentativa de acordo; nas negociações entre usina e moradores, Roberto buscou um acordo coletivo que fosse mais lucrativo para os moradores.

“O que se pede é que a Usina faça algumas coisas e deixe de fazer outras.

Antes de ampliar o sistema de fertirrigação, uma atividade potencialmente poluidora, que procure o trâmite correto, ou seja, a licença ambiental prévia. A ampliação do sistema não foi licenciada. Propus mudança do canal de fertirrigação para torná-lo mais seguro. Minimizar os riscos. Pedia ainda o fim do plantio de cana nas áreas de preservação permanente, distância de locais para colocar o fogo na cana. A usina diz não compreender por que o Ministério Público pega no pé, pois há outras indústrias que funcionam de forma precária, que não pagam direitos trabalhistas, que poluem, que degradam, que não têm carro de bombeiro. Eu faço isso porque eu acredito nisso, estou sensibilizado para o problema. Acho que como a maior e a melhor usina, a Trapiche deve ser exemplo para as outras e não ficar se espelhando no que está errado. Ela que seja o exemplo”. (Roberto Brainer-Promotor de Sirinhaém, entrevista 2002).

As razões da proposição da ação mereceram destaque, através de reportagens com depoimentos do promotor sobre a obstrução da sinalização das estradas pela usina, em telejornais e na imprensa escrita locais. Embora a liminar de ação civil pública proposta pelo promotor tenha sido caçada, o disciplinamento ambiental tornou-se mais uma acusação da CPP no combate à usina, reforçando a sua imagem negativa de degradadora do meio ambiente. No final de 2001, a CPP realizou em Sirinhaém uma “passeata pela paz”. A manifestação contou com a participação de membros da Igreja Católica de Pernambuco, moradores das ilhas e integrantes da CPP; houve longa cobertura da imprensa para o evento na TV, com denúncias à pressão pela expulsão dos moradores das ilhas, associada ao desrespeito da empresa às normas ambientais.

Embora a imprensa divulgasse a posição do promotor como de total confrontação em defesa da permanência dos moradores das ilhas, sua intervenção caracterizou-se, principalmente, pela busca por estabelecer “um acordo” que, segundo ele, “beneficiaria a parte mais fraca”. Roberto visitou em 2000 as casas nas ilhas acompanhado da imprensa e da CPP e, julgando as condições de vida dos moradores precárias, concluiu que a permanência nas ilhas era mais uma opção da CPP do que dos próprios moradores; assim, através de audiência, convocou a empresa a apresentar uma boa proposta aos moradores.

Para Roberto, a presença do Ministério Público no conflito poderia pressionar a usina a fazer acordos mais vantajosos aos pescadores do que aqueles que estavam sendo realizados individualmente. O processo de conciliação foi iniciado em uma audiência realizada em Recife no final de

2001, durante a qual o promotor reuniu a usina, moradores e a CPP pra que fosse firmado um termo de compromisso cuja finalidade era, segundo a ata da audiência: “dar início ao processo de composição amigável, na tentativa de encontrar uma solução não litigiosa para o conflito na região estuarina de Sirinhaém, instando as partes a uma “trégua no conflito”. A usina apresentou proposta e a CPP recusou novamente. A possibilidade de um acordo coletivo e da regulação do conflito pelo Ministério Público parecia não interessar nem à CPP, nem à usina.

O estabelecimento do qualquer acordo que retirasse os moradores das ilhas seria acatar a derrota no espaço social que projetou e notabilizou a CPP como entidade aguerrida na luta pelos direitos dos pescadores. Além disso, à medida que a CPP começou a pressionar os moradores a resistir às propostas da usina, o promotor passou a ser cada vez mais procurado por eles para esclarecer dúvidas sobre acordos; isso legitimava a sua posição como mediador privilegiado para representar os interesses dos pescadores.

“Se houver um conflito e de um lado estiver a usina e do outro os pescadores, eu vou proteger os pescadores. Isso não é ser parcial. Você não pode tratar duas pessoas desiguais com igualdade. Senão a balança não fica correta. Eles estão fragilizados diante da Usina, então eles precisam de proteção. E eu faço isso de forma escancarada e a Usina sabe disso”. Eu julgava o acordo como ótimo. Um terreno fora da ilha para que possam manter a agricultura de subsistência. Para uma empresa do tamanho da Trapiche, isso era fácil de negociar, mas ela colocou a princípio 3 hectares. Tenho certeza que chegava a 30 hectares se a negociação avançasse. Além disso daria material de construção. Mais o projeto da pastoral... Comprometi-me a buscar mais recursos do governo para a instalação de fossas sépticas e instalação de água e luz, com a condição de não utilizar a área se não fosse para preservação ambiental. Barracão para guardar o material de pesca e permissão de atividade pesqueira. Eu só enxergava benefício no acordo. Mas a CPP apresentou uma proposta que a Usina considerava irreal com terreno do tamanho de um módulo rural. A Usina não aceitou e está fazendo acordos individuais, sem poder contar com apoio do Ministério Público. A Usina disse que não aceitava contra-proposta porque o desgaste já estava muito grande. Um grupo de pescadores veio me visitar dizendo que eles queriam fazer o acordo, mas a Pastoral estava suggestionando a não aceitar. Foram feitas queixas em relação ao dinheiro dos projetos, pois eles não sentem benefícios do dinheiro que vem de fora. Como não é dinheiro público eu não posso fazer nada. Recebo também pessoas que dizem que querem ficar lá ou que querem manter filhos lá e a usina quer derrubar as casas. Não dou ordem para ficar ou sair. O que não pode é a CPP impor a vontade dela aos moradores. A Usina sustenta que os moradores espontaneamente não querem aquele combate e que a CPP é que faz a cabeça deles”. (Promotor de Sirinhaém, 2002).

Ao final de 2001, quando ambas as partes haviam desistido de realizar acordos na justiça, os representantes da usina e da CPP mudaram a forma de lidar com a questão das ilhas, abandonando a linguagem ambiental em que a disputa vinha se desenrolando. Cenário, personagens e roteiro do conflito sofreram drásticas mudanças. Saíram de cena os advogados da usina e da CPP; o genro do proprietário e uma funcionária local da CPP em Sirinhaém ocuparam os seus lugares. O cenário de negociação e conflito deixou de ser o fórum e transferiu-se para as ilhas; os papéis se inverteram e as disputas passam a ser travadas em torno da proteção aos pescadores (quem protege e quem explora os pescadores), não mais ao meio ambiente.

Os investimentos na mediação dos conflitos das ilhas na justiça esgotaram-se quando, tanto para usina quanto para a CPP, a permanência da disputa nos tribunais passou a trazer desvantagens: para a CPP, a proximidade com o promotor acarretava a perda gradual do seu papel de mediadora; para a usina, um acordo coletivo entre moradores e usina significaria um aumento significativo dos custos de indenização.

As disputas judiciais em Barra de Sirinhaém apontaram para a crescente valorização de espaços que antes não recebiam nenhuma atenção ou valor pelas usinas, por não serem apropriados à produção de cana. A valorização da proteção ambiental nos últimos anos, trazendo prestígio empresarial às propriedades dispostas a preservar, tornou o manguezal uma área privilegiada. No caso da Usina Trapiche, o controle sobre essa área significava o domínio sobre a maior faixa de manguezal do estado, um domínio incontestável, tendo em vista que a uma APA de Sirinhaém não possuía sede ou chefe. Foi uma unidade de conservação criada como resposta do governo do estado a pressões de movimentos sociais (CPP) e como um mecanismo para disciplinar um conflito através de parâmetros ambientais de uso e ocupação do solo.

Assim como o manguezal de Barra de Sirinhaém, até o final dos anos 1980, os seus moradores também não recebiam atenção ou visitas de organizações interessadas em sua sustentabilidade ou direitos. A abertura de linhas de financiamento para projetos comunitários e a disponibilidade de recursos de organizações internacionais fez surgir espaços para a atuação de “assessores de comunidades”, pessoas capazes de traduzir a linguagem burocrática dos projetos, atrair recursos para esta população e defendê-la quando

desamparada. O caso das disputas pelo mangue é indício de um duplo movimento, de conquista e controle territorial de áreas preservadas e da tentativa de tutelar populações nelas inseridas.

CAPÍTULO 11

PROTEÇÃO, CASA E TRABALHO

Entre julho e agosto de 2000, todo o estado de Pernambuco foi assolado por fortes chuvas. Os índices pluviométricos foram 74% maiores que os previstos para a época, 36 municípios foram severamente atingidos pela chuva e em 16 declarou-se estado de calamidade pública; Sirinhaém encontrava-se entre os 18 municípios de Pernambuco em estado de emergência. Situadas na beira do rio, poucas casas e lavouras dos habitantes das ilhas resistiram à enchente. Praticamente todos ficaram desabrigados, sobrevivendo durante muitos meses de doações do governo do estado e da prefeitura.

Diante de tal situação, a CPP submeteu a uma organização não governamental holandesa um projeto cujo objetivo geral era “socorrer em caráter de emergência 56 famílias que foram atingidas pelas chuvas, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência coletiva entre as pessoas beneficiadas e, assim, despertando nelas o compromisso de assumirem o protagonismo de sua própria história na luta pela permanência em seus locais de moradia e trabalho.” (Projeto:2000). O projeto foi aprovado no final de 2000, recebendo da ONG holandesa um total de US\$ 68.065,00 para a reconstrução de 56 casas de Madeirit e a compra de colchões, camas, lençóis, toalhas e filtros de água.

O convívio com freqüentes enchentes fez com que muitos dos moradores das ilhas fizessem os reparos emergenciais em suas casas logo após a chuva ter cessado, ou seja, antes de 2001, quando a CPP começou a liberar recursos para recuperação das moradias. Até o final de 2002 haviam sido liberados R\$ 38.000,00 para a construção de 26 casas de taipa. Em outubro de 2001, construíram-se as duas primeiras casas nas ilhas com recursos obtidos pela CPP. Essas casas foram erguidas na Ilha das Cajazeiras, ocupada por quatro famílias, duas delas chefiadas por mulheres, Dona Zefa e Dona Maria, com 60 e 54 anos, respectivamente.

Priorizou-se a construção das casas dessas duas moradoras devido ao fato de elas habitarem a Ilha mais atingida pelas chuvas; suas casas eram algumas das que estavam em estado mais precário. Poucos dias após as moradias terem sido erguidas através de regime de mutirão realizado pelos moradores, foram totalmente destruídas por seguranças da usina e policiais

militares por eles requisitados, sob pretexto de que, segundo o decreto da APA, nenhuma nova casa poderia ser construída no local.

Os moradores procuraram a CPP, que deu queixa do fato na delegacia local; um inquérito foi instaurado para apurar o acontecimento. O sargento que acompanhou a derrubada tornou-se alvo de investigação por participar de uma ação ilegal, pois acompanhou uma ação de derrubada da usina sem ter exigido mandato judicial que atestasse a legalidade da ação. Josefa e Maria, as moradoras, tornaram-se testemunhas da participação do policial na ação. Eu acompanhei as duas senhoras e a funcionária da CPP que atua em Sirinhaém até a delegacia para depor contra o policial.

Na hora do depoimento, frustrando as expectativas da funcionária da CPP, Zefa e Maria isentaram completamente o policial de qualquer culpa no acontecimento, dizendo que os verdadeiros responsáveis pela destruição das casas eram os funcionários da usina, os quais acusaram, ainda, de vigiá-las permanentemente para verificar se elas estavam tirando madeira do mangue. Ficava, assim, claro que as moradoras não estavam dispostas a seguir as determinações da CPP de ampliar os limites do conflito para um opositor que não fosse a usina. Como Zefa e Maria ficaram sem casa para morar, a usina deu-lhes moradias no centro de Sirinhaém; iniciou-se, dessa forma, uma seqüência de acordos entre os moradores e usina.

No capítulo anterior, detive-me em apresentar e reconstituir a trama e a cronologia do conflito, apresentando o posicionamento da Usina e da CPP, como instância mediadora dos interesses dos moradores. Busco neste capítulo identificar com mais precisão os personagens centrais que sustentaram a disputa e, principalmente, apresentar as pessoas mais diretamente afetadas pelo conflito: os moradores. Ao longo da disputa com a usina, eles foram qualificados de praticantes de agricultura predatória (roçado) e degradadores. Segundo a CPP e entidades que os apoiavam, eram pescadores, protetores naturais do meio ambiente. Foram, também, qualificados, por ambos os lados e em diferentes momentos da disputa, como “miseráveis”.

Durante os mais de cinco anos de duração do conflito, a versão da imprensa pernambucana esteve mais próxima da perspectiva da pastoral, ou seja, apresentava-se o que acontecia nas ilhas como o “confronto do poder econômico e da violência” representados pela usina, interessada na desocupação das ilhas para o desenvolvimento de projetos de criação de camarão,

contra “pescadores miseráveis” que viviam no local há mais de quarenta anos, “perfeitamente integrados ao meio ambiente do manguezal”.

Nas matérias jornalísticas em que representantes da usina foram chamados a opinar, o gerente administrativo da empresa destacou as experiências prévias de preservação do grupo empresarial e “o risco do manguê se tornar uma grande favela”. Segundo os representantes da usina, “os movimentos sociais estariam defendendo a sobrevivência de famílias em condições precárias”, enquanto a usina oferecia a possibilidade de “condições dignas de vida”, dando-lhes casa e acesso a escolas, saneamento, hospital e água potável. Havia ainda defensores da permanência dos pescadores que atribuíram a “precariedade das condições de vida nas ilhas” a uma questão de “valores”. Em diversos momentos, o conflito das ilhas adquiriu contornos de uma disputa entre CPP e Usina pela sinceridade da intenção de proteger essa população; trocavam-se acusações para determinar quem era o protetor e quem era o explorador dos pescadores.

“Não entendemos por que os movimentos sociais, políticos e órgãos governamentais defendem a permanência destas pessoas nas ilhas, onde vivem em condições sub-humanas (...). A responsabilidade civil pela área é da empresa, que ainda se dispõe a doar terrenos nas margens da PE-61. Não temos obrigação social com estas pessoas. Por isso não nos sentimos na obrigação de construir casas para elas. Mas nos dispomos a pedir à Prefeitura de Sirinhaém para ajudá-las. (Gerente administrativo da usina” (Jornal do Comércio, 20/12/1998).

“Os moradores das ilhas vivem uma vida simples, que pode ser considerada até precária, já que moram em casebres de taipa e não dispõem de água encanada, esgotamento sanitário e energia. Eles criaram na área um microssistema que lhes permite tirar o que necessitam para a sobrevivência. Achar que as ilhas estuarinas não são adequadas para a moradia depende de uma questão de valores. O que pode ser considerado por alguns como vida de miséria para eles é visto como um paraíso”. (Engenheiro de pesca do Pró-renda, Jornal do Comércio, 20/12/1998).

Adiante, relato a seqüência do conflito, identificando as pessoas diretamente envolvidas nele: a funcionária da CPP em Sirinhaém e os moradores das ilhas, procurando situar o sentido atribuído e as posições assumidas perante os diversos momentos da disputa. Começo essa narração pela funcionária da CPP em Sirinhaém, que foi minha informante principal na reconstituição do conflito e me apresentou aos moradores das ilhas. Evânia

nasceu em 1974 em Barra de Sirinhaém, filha adotiva de pai operário que trabalhou muitos anos e se aposentou pela Usina Trapiche. Atualmente, Evânia vive com seus filhos na casa de sua mãe viúva, em Sirinhaém.

Conheci-a em 2001, através do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Sirinhaém, o qual me informou que “a CPP em Sirinhaém era a Evânia”, dando-me seu endereço. Quando cheguei à casa de Evânia e falei sobre a pesquisa que desenvolvia e sobre a minha intenção de conhecer o trabalho da pastoral nas ilhas, ela me convidou para um almoço em Sirinhaém, durante o qual me fez um longo relato da disputa com a usina entre 1998 e 2001 e me convidou para visitar as ilhas e acompanhar o depoimento de Zefa e Maria na delegacia. Dias depois, levou-me ao fórum de Sirinhaém, local onde transitava com total liberdade, e apresentou-me ao promotor Roberto Brainer e ao juiz.

Evânia começou a realizar trabalho voluntário em 1998, no seminário franciscano de Sirinhaém, através do qual começou a participar do trabalho da CPP nas ilhas. Antes do trabalho na igreja, era caixa em um supermercado local. Em 2000, em virtude do trabalho intensivo que vinha fazendo e da relação de confiança que desenvolveu com os moradores, foi contratada e tornou-se funcionária da CPP, recebendo um salário mínimo.

Ao longo dos anos, Evânia assumiu as funções da CPP nas ilhas e tornou-se o principal elo de ligação entre o judiciário de Sirinhaém, moradores e a pastoral. Desenvolveu com os moradores uma relação absolutamente pessoal, levando-os ao hospital em caso de doenças e partos ou à delegacia em caso de agressão pela usina. O trabalho intensivo e bem sucedido de Evânia tornou as visitas dos representantes da CPP vindos de Recife cada vez mais raras, voltadas exclusivamente a exibir o trabalho da entidade a visitantes, membros da igreja católica ou estrangeiros representantes de organizações não governamentais.

Embora compartilhasse da mesma perspectiva da CPP em relação à importância da permanência dos moradores nas ilhas, em 2001 Evânia já demonstrava sinais de descontentamento com a pouca valorização de seu trabalho pelos membros da entidade, que lhe negavam acesso a documentos relacionados aos moradores, e lhe solicitavam serviços arriscados, como fotografar e denunciar o lançamento de poluentes no rio e violências cometidas pela usina. Ficava ainda sob encargo de Evânia dar explicações aos morado-

res sobre projetos e promessas da CPP não realizados ou fracassados. Em outubro de 2002, quando voltei ao campo, encontrei Evânia desolada, pois tinha sido demitida há uma semana da CPP por justa causa, acusada de traição e desvio de verba da entidade. Ela foi denunciada na Delegacia de Sirinhaém, onde um inquérito foi aberto para apurar o desvio da verba referente à construção das casas doadas pela ONG holandesa.

No dia seguinte ao nosso encontro, Evânia foi convocada no Conselho de Desenvolvimento do Município de Sirinhaém (Codemus)⁹², onde era conselheira representante da pastoral, para dar explicações sobre as acusações que a CPP havia participado ao conselho, solicitando imediato descredenciamento da funcionária como representante da entidade, por desonestidade. Evânia foi duramente atacada na reunião, mas também fez sérias acusações à CPP, apresentando documentos que provavam que a entidade vinha obtendo recursos em nome dos moradores e ameaçando-os, se não seguissem as determinações da entidade.

A demissão de Evânia relaciona-se ao impasse legal da proibição da construção de novas casas nas ilhas e à disposição da usina em destruir qualquer nova construção. Quando foram liberados os recursos da CPP para a construção das casas, doze moradores das ilhas fizeram acordos com a usina e aceitaram deixar as ilhas em troca de uma casa de alvenaria em área eletrificada, com abastecimento de água, dois quartos, fogão e geladeira no centro de Sirinhaém. Receberam, ainda, a garantia verbal do gerente de patrimônio, José Clodoaldo, de que poderiam continuar a pescar no estuário depois que saíssem.

Os moradores que decidiram negociar tinham consciência de que os fundos holandeses haviam sido conseguidos em seus nomes e pediram a parte (R\$ 1.500,00) que acreditavam ser, por direito, sua, para investirem nas novas casas, fora das ilhas. Evânia acedeu ao pedido, sem nada comunicar aos membros da CPP. Sua mudança de postura aconteceu após a pastoral ter recusado a proposta mediada pelo promotor, considerada muito boa por ela e por vários moradores.

“Foi depois desta proposta da usina de dar os hectares de terra e as casas, desde que a pastoral ajudasse com os recursos do projeto. Mas a pastoral

92 O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Sirinhaém é composto por representantes da Prefeitura e da sociedade civil organizada, constituindo um espaço de informação e discussão de projetos relacionados à cidade. Diferentemente do Comdema (Tamandaré), esse conselho é formado estritamente por representantes nascidos ou residentes há muitos anos no município.

recusou. Eu entrei nessa confusão depois disso, da recusa da pastoral e da proibição de construir as casas. Então eu ajudei quem quis sair, mas eu conscientizei eles da situação. Mas se eu ver que eles querem mesmo sair eu deixo e ajudo. Mas eu não podia dizer que é para todo mundo, se não ninguém ia querer ficar nas ilhas. Todo mundo ia querer uma casa de alvenaria aqui fora. Então fiz as casas daqueles que realmente queriam morar lá dentro e quem queria sair eu fui deixando correr solto. Primeiro porque eu não estava ganhando nada da usina, eu estava fazendo o meu papel de cidadã. Eu via tanta miséria de um lado e tanto dinheiro rolando do outro. Você viu que eu ganhava menos de R\$ 200,00. Não era salário para o trabalho que eu enfrentava de andar dentro do mangue sozinha. Você viu algum dia a pastoral andando por lá? Eu enfrentava a usina, o Zé da Bala que é um ignorante e não é homem de dar ponto sem nó. E ele me disse que a coisa só chegou onde chegou porque eu era uma mulher, senão eu não estaria andando por aí mais não. A CPP queria que, se alguém da usina me desse bom dia, eu fosse na delegacia prestar queixa por ameaça. Eu enfrentei o poder econômico todo aqui em Sirinhaém, Prefeitura, comércio, denunciei a usina por agressão ambiental. Hoje eu sou mais suja do que pau de galinheiro aqui em Sirinhaém e ninguém me emprega mais aqui. E ainda por cima me despedem por justa causa dizendo que eu peguei o dinheiro dos pescadores. Aí foi quando eu me revoltei com tudo isso”.

A descoberta do que estava acontecendo deu-se quando membros da CPP foram às ilhas contabilizar as 26 casas que Evânia afirmava já estarem construídas e constataram que doze casas tinham sido construídas em terrenos cedidos pela usina. A entidade demitiu imediatamente a funcionária, que na ocasião foi publicamente chamada de ladra e traidora. Quanto aos doze moradores que construíram fora das ilhas, a CPP afirmou que seriam obrigados a indenizá-la, devolvendo o dinheiro usado na construção das suas casas nas ilhas e em projetos do passado.

A ruptura foi o ponto final de um processo prévio de mudanças de parceria e estratégia de negociação. No início de 2002, o gerente de patrimônio da usina começou a visitar as casas dos moradores no mangue, negociando pessoalmente propostas de indenização com os moradores. Ao contrário dos advogados que tinham pouca margem de negociação, o genro do proprietário teria recebido total liberdade para propor acordos, desde que tirasse todos das ilhas. Os moradores consideraram a presença do homem visto como dono da usina em suas casas uma grande intimidação, devido ao seu “comportamento arrogante” e à sua “ignorância”.

O fato de grande parte dos moradores estarem ligados por parentesco fazia com que a decisão de sair tivesse de ser tomada coletivamente,

o que demandava tempo para negociações interfamiliares. José Clodoaldo reagia às dúvidas dos moradores em negociar com ameaças de cessar os acordos; isso os levou a solicitar a presença de Evânia, ou mesmo do chefe de segurança da usina, uma pessoa mais próxima e considerada mais cortês, na realização de acordos.

Embora a versão de que Evânia tenha sido “comprada pela usina” fosse corrente em Sirinhaém, ela explicou sua participação nos acordos por motivos pessoais e para atender ao desejo dos moradores, diante de propostas da usina que eles consideraram atrativas. A indisposição da CPP em investir na realização de um acordo em um momento onde havia melhor margem de negociação fez com que a instituição fosse perdendo apoio do judiciário local, convencido de que ela estava mais interessada em manter o conflito do que no bem-estar dos moradores.

Ao longo dos anos, Evânia criou relações estreitas com o promotor e com o juiz, um capital social que ela considerava um dos maiores ganhos que o trabalho na CPP havia lhe conferido em termos de *status* na cidade. Certa vez, acompanhando Evânia ao fórum, elogiei sua desenvoltura na comunicação com advogados, promotor e juiz; ela me perguntou, rindo: “dá para imaginar que eu era só a caixa do supermercado aqui ao lado do fórum?”. A ruptura com a CPP não representou o seu afastamento em relação ao judiciário local; ela, ao contrário, informava ao promotor cada passo da negociação entre usina e moradores.

Segundo Evânia, os moradores diziam estar cansados de viver há tantos anos um cotidiano de incertezas, resultante da disputa judicial e do desconforto de viver sob a vigilância cada vez mais incisiva da usina. Por outro lado, a certeza de que a usina estava disposta a fazer cumprir as interdições legais que impediam a construção de novas casas e o aumento do número de moradores, limitava as possibilidades de reprodução familiar naquele espaço, tornando cada vez mais sem sentido insistir na permanência.

A parceria entre Evânia e José Clodoaldo na realização de acordos converteu-se na criação de uma rede de proteção aos moradores. José Clodoaldo, consciente de sua imperícia em realizar acordos, deixou as negociações nas mãos dela, que foi autorizada a levar as propostas dos moradores à usina. Essas propostas demandavam, principalmente, a negociação de casa e trabalho. A princípio, Evânia negociou a proteção jurídica dos advogados

da usina para ela própria e para os moradores, que temiam ser envolvidos pela CPP em algum inquérito policial, por usar recursos da entidade para construir fora das ilhas.

A seguir, Evânia obteve, pela usina, a aposentadoria de alguns idosos, além de empregos, com carteira assinada, de “fiscais do mangue” para os adultos que eram chefes de algumas famílias. Um fiscal do mangue usava seus conhecimentos sobre esse espaço para auxiliar a vigilância da usina a coibir a pesca predatória e o desmatamento, bem como para realizar o replantio de mangue em todo o estuário. Os acordos com a usina incluíam sempre a garantia do direito à pesca na região aos moradores e a seus filhos, desde que realizada de forma não agressiva ao meio ambiente.

Para todos os que decidiram deixar o mangue, Evânia negociou casas prontas próximas umas das outras no centro de Sirinhaém, no valor de R\$ 3.000, com uma geladeira e um fogão. No fim de 2002, das 35 famílias que habitavam o mangue, apenas 5 queriam permanecer no local. Acompanhei várias incursões de Evânia nas ilhas, transmitindo propostas; nesses momentos, procurei, sobretudo, identificar os moradores, e situar a chegada ou saída das ilhas em suas trajetórias de vida. É o que apresento a seguir.

Os moradores e suas ilhas

Visitei, na companhia de Evânia, quatro das ilhas mais populosas, a Ilha do Val, a Ilha do Constantino, a Ilha Grande e a Ilha das Cajazeiras. Exceto a Ilha Grande, aonde, devido à profundidade na maré alta, o acesso é feito por canoa, as demais ilhas possuem intercomunicação através de caminhos pelo manguezal. O acesso entre elas é feito a pé, cruzando longas trilhas, com água escura na altura dos joelhos; é preciso andar cuidadosamente por elas, desviando de raízes de mangue entrelaçadas no fundo, chamadas de estrepes.

Para chegar às ilhas, parte-se do centro de Sirinhaém, seguindo-se por cerca de 15 minutos em transporte alternativo (carros particulares e motos), rumo ao distrito de Barra de Sirinhaém, até um trecho de estrada dentro da usina Trapiche. Deste ponto em diante, caminha-se cerca de uma hora por dentro de canaviais e mais 10 minutos através da água do rio, até a primeira ilha, a Ilha do Val. De lá, caminhando-se por mais meia hora dentro d'água, chega-se à ilha do Constantino, de onde se pode atingir a Ilha Grande através de mais uma longa caminhada por dentro do mangue.

A Ilha Grande e a do Constantino são as mais povoadas. O circuito entre as duas é realizado diariamente pelas crianças; a única escola na região das ilhas funciona em um galpão sem paredes, coberto de palha e com uma única professora, que leciona ao mesmo tempo para alunos de séries distintas do ensino fundamental. Não há nenhuma forma de atendimento médico a menos de uma hora e meia de caminhada, o que torna comum a ocorrência de partos ou o falecimento de crianças acidentadas no meio do caminho entre as ilhas e o centro de Sirinhaém.

A ilha de mais fácil acesso é a Ilha Grande. Chega-se lá a partir de uma estrada por onde circulam transportes coletivos há cerca de 15 minutos de Sirinhaém; de lá, caminha-se mais meia hora até um rio com cerca de 15 metros de largura. Chegando neste ponto, os moradores gritam para que algum vizinho que esteja do outro lado, pedindo que venha atravessá-los com uma canoa. Quando ninguém escuta o chamado, é preciso percorrer andando um trecho com um metro e meio de profundidade na maré baixa, ou nadando, quando a maré está alta. É uma travessia perigosa, devido à forte correnteza no meio do rio. Partindo da Ilha Grande pode-se chegar, com mais 20 minutos de caminhada, em terra firme e, após mais 30 minutos seguindo uma trilha dentro do mangue, à Ilha das Cajazeiras. Nessa ilha moravam as famílias de Maria e Zefa (que tiveram suas novas casas, doadas pela CPP, destruídas pela Usina), Alcides e Valdomiro.

Em 1988, quando tinha 40 anos, Maria, que era viúva, conheceu um morador da Ilha das Cajazeiras e foi viver com ele. Seu marido havia morrido alguns anos antes, com 93 anos; ela, então, permaneceu na ilha com seu filho e a família do marido. Sobreviviam da venda de caranguejos e da produção de frutas no sítio (sobretudo caju e manga), que vendiam na feira de Sirinhaém. Duas das netas de Maria se casaram com rapazes das ilhas vizinhas; eram muito recorrentes os casamentos entre moradores, algumas vezes, entre parentes.

Zefa morava na Ilha das Cajazeiras desde 1993, quando, a convite de Dona Maria e do marido, construiu junto com seu marido uma casa no local. Ela nasceu no Engenho Mariana (Sirinhaém), e conheceu seu marido, do Engenho Machado (Rio Formoso), na Usina Trapiche. Zefa trabalhou na Usina Trapiche durante 10 anos e seu marido, durante 13 anos, cortando e limpando cana. Em 1990, ela e o marido foram, segundo o termo por ela

usado, “botados para fora” do trabalho e da casa que ocupavam na usina. Zefa teve 24 filhos; dentre os 12 que estavam vivos, 4 moravam com ela na ilha. Seu marido faleceu no início de 2001, aos 75 anos. Desde o início de 2002, Maria e Zefa moravam em Sirinhaém em casas que receberam como indenização da usina.

Alcides nasceu na Ilha das Cajazeiras em 1945; é filho de trabalhadores da usina que tiveram permissão do antigo proprietário de construir casas e fazer roçado no mangue. Trabalhou durante quinze anos na Usina Trapiche e perdeu o emprego em 1987, em uma onda de demissões que colocou muitos trabalhadores “para fora”. Morava no local com a mulher e 4 filhos e sustentava-se, desde a demissão, da pesca e da roça. Em troca da sua saída da ilha, negociou com a usina uma casa e a volta ao emprego. Em 2002, ele esperava a finalização da construção de sua casa em Sirinhaém e trabalhava há cerca de seis meses fazendo o replantio de mangue nas ilhas.

Valdomiro nasceu em 1941 e morava na Ilha das Cajazeiras desde 1984, quando um amigo que lá também vivia resolveu abandonar o local e deixou a sua terra para ele. Valdomiro construiu na ilha uma casa de taipa para a sua família. Morava sozinho em 2002, mas visitava mensalmente sua mulher e seus filhos, que foram viver em Recife alguns anos antes, porque não gostavam da vida na ilha. Trabalhou a maior parte da vida cortando cana como clandestino, inclusive para a Usina Trapiche, onde por muitas vezes fez contratos. Após completar 50 anos, já não conseguia mais contratos, e começou a sobreviver da captura e venda de caranguejos no estuário do Rio Sirinhaém. Valdomiro procurou a administração da usina em novembro de 2002 e começou a negociar a sua saída da ilha, em troca de uma casa de alvenaria em Sirinhaém, atitude que via como uma forma de trazer a família de volta ao município.

Silva morava na Ilha Grande desde 1990 e dizia que foi para lá porque “comprou um lote enganado”, ou seja, sem saber dos problemas advindos de o terreno ficar em área de foro. Ele é o presidente da Associação de Moradores das Ilhas de Barra de Sirinhaém, entidade criada com o incentivo da CPP. Seu Silva é considerado uma liderança nas ilhas; é responsável pela criação da única escola existente para os moradores de todas as ilhas do estuário, criada para que os moradores pudessem receber os benefícios do projeto bolsa-escola. No entanto, como essa escola tinha menos de 25 alunos,

não pôde constar na rede oficial de ensino, nem dispor dos recursos públicos.

Embora tenha, desde 1998, assessorado as ações de funcionários da CPP nas ilhas, Silva ressentia-se por ter esperando “um contrato com a CPP que nunca aconteceu”. Em setembro de 2002, quando a CPP teria começado a fazer o que Silva chamava de “pressão psicológica” sobre os moradores (ou seja, ameaças de exigir indenização de quem tivesse usado recursos da CPP de forma irregular), Silva procurou a usina e pediu um emprego. No mesmo mês foi “fichado” como “vigia do mangue”, com a função de impedir a pesca predatória, incêndios e corte de mangue.

Os três filhos de Silva também foram contratados em 2002 pela usina. Ter quatro homens da família trabalhando tornou a vida da família melhorou muito a vida financeira da família, em comparação com os anos anteriores, quando, segundo Silva, representantes da CPP pressionavam os moradores para que não fossem procurar emprego na Usina Trapiche (a maior empregadora da região); isso teria agravado as condições de vida das famílias do local, levando muitos moradores a pedir esmolas ou a coletar recicláveis em um lixão em Sirinhaém.

Dentre os cinco moradores que não tinham nenhum interesse em negociar a sua saída com a usina, tive oportunidade de conversar com dois: Abelardo e Lucena. Os outros três, em função de sua fidelidade à CPP e à minha proximidade com a funcionária demitida, que eles consideravam uma traidora, recusaram-se a ter qualquer contato comigo. Todos os três eram bastante idosos e viviam sozinhos, o que explicaria, segundo seu Silva, a pouca disposição e mesmo desnecessidade de mudar do local. Para os casais mais jovens, especialmente aqueles que tinham filhos em idade escolar e poderiam pleitear recursos de complementação de renda, permanecer nas ilhas significava também perder recursos financeiros. Para muitas mulheres, sair representava mais segurança, pois, cerca de um ano antes, uma moradora havia sido vítima de violência sexual; a saída do local tinha, portanto, considerável apoio feminino.

No final de 2002, havia apenas três famílias na Ilha do Constantino: as de Graça, Moura e Abelardo. Destas, somente a de Abelardo não tinha intenção de sair da ilha. Abelardo nasceu em 1937 e foi morar no local em 1967, quando foi demitido de um dos engenhos da Usina Trapiche, onde cortava cana. Não tendo onde morar e ainda solteiro, foi para a ilha do Cons-

tantino, onde logo se casou com uma vizinha. Ele ressaltou que, na época que foi morar na ilha, se ganhava melhor com “a vida do mangue do que como clandestino.” Abelardo tentou negociar sua saída com o gerente de patrimônio da usina, de quem solicitou uma casa em Sirinhaém e R\$ 10.000,00 pelas benfeitorias do sítio (árvores frutíferas e roça de macaxeira). A proposta não foi levada a sério pelo gerente de patrimônio, o que irritou o morador. O gerente de patrimônio diz que não tem mais nenhum interesse em negociar coisa alguma com ele.

Na Ilha do Constantino também mora Moura, 53 anos, com sua mulher e quatro filhos. Ele veio do Rio Grande do Norte para trabalhar em um engenho da região, onde permaneceu por 10 anos como trabalhador rural. No fim da década de 1970 foi demitido. Na década de 1990, a convite de amigos, foi morar na Ilha do Constantino, vivendo de “bicos” e de “pedir esmolas”, pois não conseguia sustentar a família com pesca e roçado. Desde novembro de 2002, trabalhava em um projeto de reflorestamento do mangue da usina, destacando que aquela era a primeira vez na sua vida em que teve uma “ficha”.

Na Ilha do Val moravam Lucena e Maria José. Lucena nasceu em 1928 e instalou-se na ilha em 1965; segundo ele, “quando saiu o direito trabalhista”, se tornou pescador, porque “não queria ficha de trabalho”. Associou-se, então, à Colônia de Pescadores de Sirinhaém, indo morar no mangue e mantendo o seu belo sítio com muitas árvores e uma casa de farinha sem ter nenhum problema com a usina. Somente em 1998, quando a propriedade foi vendida, foi proibido de ampliar sua roça. Atualmente, é aposentado pela colônia de pescadores e disse que não se interessava em fazer acordo e abandonar seu sítio, pois já tinha uma casa em Barra de Sirinhaém.

Maria José, outra moradora da Ilha do Val, nasceu em 1940 em Alagoas e já morou por 42 anos em um dos engenhos da Usina Trapiche; depois da “Revolução de Arraes”, em 1965, foi para a Ilha do Val, onde construiu sua casa sozinha e teve um filho aos 44 anos. Morava com o filho, que trabalhava para a Usina Trapiche e passava dias sem voltar para casa. Durante a maior parte do tempo que morou na ilha, vendeu na feira caranguejos e siris que capturava no mangue. Segundo ela, devido à escassez de caranguejos, precisou trabalhar no lixão de Sirinhaém. Quando soube que a Usina estava negociando casas, procurou o chefe de segurança, que freqüentava a mesma

igreja evangélica que ela, e disse que estaria disposta a sair se ganhasse uma casa e tivesse recursos para seu sustento. Evânia intercedeu e a usina aposentou Maria, dando-lhe uma casa com fogão e geladeira em Sirinhaém.

Fora das ilhas, conheci Dijanete, 55 anos, ex-moradora daquela região e chefe do principal e mais antigo grupo familiar que habitava a Ilha do Constantino. Encontrei-a em sua nova casa em Sirinhaém, cercada por seis outras casas ocupadas por outros moradores das ilhas, sendo três destas ocupadas por filhos seus, de 22, 27 e 34 anos, com suas respectivas famílias. Essas famílias, por sua vez, foram formadas a partir de casamentos com filhos de outros moradores das ilhas. Nas outras três casas estavam Maria, Zefa e Maria José, vizinhas de Dijanete desde a época em que moravam nas Ilhas de Barra de Sirinhaém.

Dijanete nasceu na Ilha do Constantino; seus pais eram trabalhadores da usina e moraram no local desde 1914. Casou-se com outro morador da ilha, que trabalhou como operário da usina até o fim dos anos 1960, quando o sindicato, durante uma greve, teria “perdido sua carteira de trabalho e ele, perdido todos os seus direitos”. Seu marido morreu na década de 1980, de uma doença adquirida através do uso de herbicidas na usina. Dijanete requeria, como indenização, uma pesquisa nos computadores da empresa que provasse os anos trabalhados pelo marido na usina, para que “recuperasse os direitos que ele perdeu junto com a carteira” e ela pudesse, enfim, receber uma pensão.

Segundo ela, as relações com o antigo proprietário, Dr. Antonio (Brenand) eram boas, porque ele não incomodava ninguém. A casa que tinha na ilha foi construída por sua ordem, depois que, em uma visita às ilhas, ele viu sua “situação”. O incômodo nas ilhas só teria começado após a chegada do novo dono, quando os roçados foram proibidos.

“Eles sempre me deixaram em paz. Quem fez minha casa foi Dr Antonio Brenant. Ele esteve lá e viu minha situação e aí fez a casa. Ele até pediu para eu dar uma das minhas meninas, mas eu disse que não dava não. Ele queria a menina porque ela se chamava Graça, o mesmo nome da mulher dele. Meus filhos todinhos nasceram lá e meu marido também era de lá. Lá a gente vivia do mangue e tinha roça. Mas depois a usina proibiu e ficamos sem plantar. Aí eu e meus filhos ficamos só na pesca”.

Dijanete parecia satisfeita com a realização do acordo. Seu grupo familiar é, também, uma unidade econômica bem estruturada; embora ne-

nhum de seus filhos fosse empregado da usina, a vida financeira foi facilitada, em termos de comercialização do produto da pesca, após a saída da ilha. Os filhos e o genro, considerados bons pescadores, continuavam a pegar caranguejo no mangue como antes, mas a facilidade de acesso à praia, principal ponto de venda, permitia que ela e uma das filhas vendessem os caranguejos com certa facilidade. Dijanete conta como foi o processo de negociação com a usina:

“Primeiro chegou Seu Zé Clodoaldo. Aí chegou com uma ignoranciazinha, todo bruto, dizendo assim que eu ia sair com uma mão na frente e outra atrás. Chegou ele e Seu Assis e eu disse que eu não ia falar com ele na ignorância. Para fazer uma coisa dessas, eu tinha que chamar a minha família e combinar. Eu tenho uma pessoa que eu gosto há 5 anos também e todo mundo sabe e eu chamei ele também e ele disse faça o acordo porque isso aqui não vai dar certo para você, porque a usina não quer que você faça casa. Então mandei chamar Seu Assis e no dia seguinte ele chegou lá em casa e eu disse “eu vou fazer”. O Seu Assis é uma pessoa legal, ele disse para eu não ir naquela ignorância do Seu Zé, porque se eu quisesse ele fazia a minha casa e me entregava na chave. Aí meu menino Ramos fez a casa da pastoral e a usina foi e desmanchou. Aí eu disse que quando eu saísse, iam derrubar a minha casa e como é que ele ia ficar? E ele começou a chorar, eu sabia que não ia ficar mais ninguém. Aí falei com Seu Assis para fazer a minha casa e uma para Ramos e meus outros filhos. E eles me deixaram levar tudo o que eu quisesse da casa antes da usina destruir, telha, madeira e tudo. Mas depois as mulheres da pastoral que são muito brabas reclamaram e disseram que eu ia ter que pagar R\$ 1.500,00. E antes a usina tentou fazer um acordo na justiça que ainda era melhor do que este, pois eles iam dar a casa feita e dez hectares de terra para os moradores. E a pastoral não quis. Eles querem ver a gente na miséria sem ter casa para morar. Eu só não tinha saído de lá da Ilha do Constantino porque não tive oportunidade. Antes eu já tivesse saído de lá há mais tempo”.

Mas como explicar que um conflito que durou cerca de seis anos tenha sido solucionado em poucos meses, sem que um dos lados da contenda (CPP) tivesse mesmo chegado a se dar conta disso? O afastamento de mediadores que sustentavam o conflito a partir de entidades socialmente fictícias (os pescadores miseráveis, o poder econômico impiedoso, os protetores naturais do meio ambiente) é um dos elementos da resposta. A retirada do conflito dos tribunais significou distanciamento da imprensa, do promotor e dos agentes da CPP, abrindo espaço para a transferência da disputa em linguagem jurídica ambiental para a linguagem local, entre agentes reais, onde os reais interesses de quem disputava o espaço do estuário puderam ser expostos com clareza e a partir de uma relação direta e personalizada.

As trajetórias dos moradores das ilhas indicam que se instalar no mangue foi uma alternativa encontrada pelos trabalhadores rurais para manter seus sítios diante do fechamento das portas dos engenhos. Ter permanecido tanto tempo sem sofrer incômodos foi decorrência da desvalorização produtiva daquele território para os patrões e do seu esforço em demonstrar generosidade. Houve, durante a permanência destas famílias no mangue, uma mudança radical de concepção em relação ao valor deste espaço. Se antes era apenas uma área inóspita insalubre e improdutiva, agora é reconhecida como um importante ecossistema. Ter uma área tão vasta de manguezal dentro da empresa tornou-se uma potencialidade de obtenção tanto do reconhecimento quanto do repúdio de diferentes setores da sociedade (universidades, órgãos ambientais, movimentos sociais), dependendo da postura adotada na gestão deste espaço.

A reconstituição das disputas em torno do estuário revela, também, uma tendência, manifesta em diversos momentos, de converter a permanência dos moradores em uma questão de proteção ao meio ambiente. A usina queria a desocupação do mangue devido à degradação provocada pelas lavouras dos moradores. Em seguida, a CPP defendeu a permanência deles com o argumento de que eram “perfeitamente adequados ao meio e defensores naturais do manguezal”; acusava, ainda, a usina de ser uma grande agressora ambiental. Por fim, o promotor retomou os argumentos da proteção ambiental, buscando acionar a empresa por irregularidades nessa área, o que deu início a uma nova disputa. Converter conflitos sociais em questões ambientais fez com que a imprensa, o ministério público e órgãos ambientais prestassem atenção a essas pessoas e instituições, ou seja, permitiu que preocupações de grupos específicos fossem tratadas como assuntos de interesse público.

CONCLUSÃO

Costa, Alonso e Tomioka (1999:175), ao analisarem conflitos ambientais gerados pela expansão viária no Brasil, encerram o artigo sobre o tema afirmando que “a efetiva incorporação da questão ambiental só ocorrerá quando a pauta ambiental for progressivamente normalizada, por meio de sua introjeção não apenas no direito, mas sobretudo nas práticas sociais cotidianas”. O material apresentado neste trabalho permite dizer que já existe uma adoção da “questão ambiental” nas práticas cotidianas das formações sociais pesquisadas, se tomarmos como pressuposto de “introjeção” o fato de que a legislação ambiental vem se tornando uma referencia nas práticas sociais.

O rápido processo de legitimação pública das reivindicações ambientalistas costuma ser atribuído ou à ação estratégica de agentes ambientalizados (Viola e Leis 1995), ou ao aumento de constrangimentos legais e da ação de instituições de controle, fiscalização e regulamentação ambiental (Costa, Alonso e Tomioka 1999:158). Neste trabalho procurei demonstrar que a difusão e adesão entre segmentos cada vez mais amplos da sociedade limitam progressivamente a idéia de um protagonismo dos ambientalistas na inserção da questão ambiental nas agendas políticas locais.

Nos casos descritos, vimos que são justamente os grupos não identificados previamente com questões ambientais, como a Pastoral, a usina, sindicatos rurais e colônias de pescadores que têm sido importantes responsáveis pela difusão e inserção dos instrumentos de proteção ambiental na esfera local. A eficácia na introdução da questão ambiental realizada por estes segmentos vem ocorrendo em função de sua capacidade de traduzir ambientalmente antigos e novos conflitos locais.

Muitos destes conflitos ambientais estavam relacionados a disputas por terra (acampamentos), pelo espaço de poder sobre novos territórios (assentamentos rurais) ou sobre parcelas antes sem valor, que posteriormente vieram a se tornar valorizadas (manguezal). Através das denúncias originadas em contextos de grande tensão como Mamucaba, Cipó e Saeuzinho, demonstrei que se lançou mão do recurso da denúncia em períodos de acirramento do conflito entre rendeiros e ocupantes/sindicato, funcionando como um meio de desmoralizar inimigos publicamente. Nos casos de Cipó e

Sauезinho, nos quais a denúncia foi dirigida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, tornou-se também um mecanismo de atualização da ação sindical, buscando adicionar novos atributos negativos a antigos inimigos.

No Assentamento Laranjeiras, os instrumentos legais de proteção ambiental foram usados como recurso nas disputas entre instituições (Inkra, Ibama, CPRH) pela partilha da gestão sobre novos territórios. Internamente, o mecanismo da denúncia de crime ambiental foi, primeiro, um instrumento para retaliar o eleitorado infiel, e, depois, um recurso para expulsar um intruso considerado socialmente ilegítimo para ser contemplado com uma parcela no assentamento. Mostrei, ainda, como no Assentamento Amaragi a denúncia se converteu em um meio de afirmar uma nova liderança frente às pretensões de manutenção da dominação pelo ex-patrão.

No caso ocorrido nos domínios da Usina Trapiche, vimos o uso de diversos instrumentos legais e administrativos relacionados à legislação ambiental como mecanismos na disputa legal pelo manguezal: denúncia de crime ambiental, inquérito civil público, proposição de ação civil pública, vistorias de órgãos ambientais. Para a Usina Trapiche, a acusação de degradação ambiental praticada contra os moradores no Ministério Público foi um recurso legal que parecia juridicamente mais rápido e politicamente mais correto do que um pedido de reintegração de posse, que difundiria uma imagem de empresa socialmente insensível. A CPP respondeu às acusações em linguagem ambiental, convertendo um conflito relacionado ao direito de propriedade em conflito ambiental, e sustentando a permanência dos pescadores a partir de pressupostos consevacionistas, que atribuíam legitimidade à ocupação territorial à populações consideradas tradicionais.

A história prévia da usina mostra que houve mudanças na forma dos proprietários usarem e perceberem as áreas de mata e mangue situadas em suas propriedades. O manguezal da Usina Trapiche era considerado um espaço da propriedade sem valor produtivo pelo antigo proprietário, útil apenas para demonstrações da generosidade do patrão, que permitia a constituição de sítios, construía casas e prestava assistência; enfim, protegia seus ex-funcionários e aposentados da usina. Vendida a usina a um grupo partidário dos novos símbolos da excelência empresarial, como a preservação ambiental dos domínios da empresa, o novo proprietário continuou a investir no mangue como um espaço de demonstração de prestígio, obtido agora pela preservação ao meio ambiente e não de seus moradores.

A mudança de perspectiva sobre o meio ambiente também se traduziu em uma mudança de perspectiva em relação aos habitantes que vivem próximos aos locais mais preservados, permitindo a valorização de segmentos sociais antes socialmente desvalorizados e que as instituições ambientais passaram a considerar como exemplares pela sua relação harmônica com a natureza. Essa valorização vem permitindo a formação de novas associações profissionais, como a Colônia de Pescadores de Rio Formoso, que investem na atribuição de “protetores naturais do meio ambiente” a eles conferida, através da organização práticas de educação ambiental, como os mutirões de limpeza do mangue.

Indiquei que a projeção da colônia vem permitindo o crescimento do número de associados e a valorização da pesca (uma atividade socialmente desqualificada), assim como de seus praticantes, o que, inclusive, motiva a demanda pelos conhecimentos ambientais de alguns de seus membros e a abertura de oportunidades de trabalho para os mesmos. Por sua vez, a associação à colônia permite a inclusão do pescador na categoria de segurado especial, possibilitando a extensão de direitos, como o da aposentadoria, a segmentos sociais excluídos do mercado de trabalho por longa data.

A difusão da valorização à proteção ambiental conduziu ao reconhecimento da existência de populações autóctones e estilos de vida tradicionais merecedores de proteção e prestígio por não representarem uma ameaça à integridade ecológica de áreas ainda preservadas. Por outro lado, quando os ocupantes dessas áreas não podem ser identificados como étnicos, indígenas ou identificados com a preservação por suas atividades pouco impactantes, seu direito a ocupar territórios protegidos passa a ser questionado e suas atividades tornam-se alvo de vigilância; e o que aconteceu com os trabalhadores rurais assentados, rigidamente fiscalizados pelo Comdema e pelos moradores dos sítios das ilhas de Barra de Sirinhaém, controlados pelo Cipoma e pela vigilância da usina.

Em termos comparativos, considero o processo estudado no litoral sul-pernambucano, primeiro como manifestação de um processo de racionalização e disciplinamento do uso da terra, do mar e do estuário, promovido por instituições ambientais. No caso de Tamandaré, as unidades de conservação e projetos (APAs de Guadalupe, Costa dos Corais e Rebio salinho, projeto Recifes Costeiros) legitimaram a presença de segmentos am-

bientalizados. O conselho de defesa do meio ambiente (Comdema) tornou-se instrumento para onde convergiram as várias instituições envolvidas com a proteção ambiental, que antes atuavam isoladamente. A “forma conselho”, legitimada pelo pressuposto da participação da sociedade civil, permitiu o empoderamento de instituições ambientais existentes em Tamandaré, mas também se tornou um espaço para denunciar insatisfações referentes ao uso do espaço, sobretudo o urbano, por moradores e veranistas, além de uma entidade difusora das potencialidades do uso da legislação ambiental.

A criação de forças policiais devotadas ao controle ambiental, como Cipoma e Guarda Marítima, tornou-se a manifestação da racionalização ambiental mais conhecida pelos habitantes dos municípios estudados. Embora constituam forças destinadas à proteção ambiental, suas formas de controle e atuação são muito distintas. A Guarda Marítima é considerada, pelos setores ambientalistas, eficaz no controle de infrações ambientais de Tamandaré; ela captura degradadores e leva-os a julgamento público no Comdema, o que funciona na prática como recurso para disciplinar a orla marítima de Tamandaré e, principalmente, garantir a integridade do campo de experiências do projeto. A Guarda está sob controle direto e permanente da coordenação do Projeto Recifes Costeiros, que geralmente acompanha os guardas em suas incursões, deixando pouca margem de autonomia na condução das ações.

O Cipoma, ao contrário, é visto como ineficaz, porque não prende ninguém. A companhia atua de forma independente, recebendo à distância orientações da polícia militar e do chefe da APA de Guadalupe. Essa independência vem permitindo uma leitura própria da legislação ambiental, a partir da qual vêm se estabelecendo adaptações das práticas policiais de acordo com cada situação. Essa adequação tem permitido uma solicitação crescente dos moradores locais, que demandam da autoridade policial principalmente a violência simbólica representada pela sua presença.

Tentei ao longo deste trabalho apresentar o caráter heterogêneo das práticas que se apresentam sob a forma de “proteção ambiental, desconstruindo a noção de que o meio ambiente se trata de um objeto natural. O objetivo foi, portanto não emprestar uma unidade ao tema que não existe, não dissimular heterogeneidades sob reificações, mas explicar as práticas relacionadas ao meio ambiente pelas práticas vizinhas nas quais se ancoram

como conflitos de diversas ordens entre instituições, vizinhos, inimigos ou patrões e empregados. Espero que através deste método pictórico, que produz quadros estranhos onde as relações substituem objetos como afirma Paul Veyne (1992:181), tenha sido possível ampliar o horizonte de compreensão sobre a dinâmica de processos em análise.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRALD, Henri. 1996. "Política ambiental e discurso democrático – o caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente". Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS.

ALLIÈS, Paul. 1980. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presse Universitaires de Grenoble

ANDRADE, M. C. de. 1964. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense

_____. 1994. *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Unesp

AURIAC, F. & BRUNET, R. (coord.) .1986. *Espaces, Jeux et enjeux*. Paris: Fayard

BARRETO FILHO, Henyo. 2001. *Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo

BATESON, Gregory. 1994. *Naven. The culture of the Iatmul People of New Guinea as revealed through the study of the Naven Ceremonial*. Stanford. University Press. pp171-197

BECK, Ulrich.1992. *Risk Society.towards a new modernity*. London: Sage

BECKER, B. 1993 "A Amazônia pós- ECO-92: Por um Desenvolvimento Regional Responsável" In: M. Burstyn. (org). *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense

BELLO, Julio. 1985. *Memórias de um Senhor de Engenho*. Recife: Fundape

BERNARDO, L.1999 *Esquisse de L'Offre Educative pour Adultes a Rio Formoso. Invitation à une reflexion sur les significations et surinvestissements de l'école pour adultes en contexte d'incertitude*. Memoire ad hoc

BEZERRA, Gregório. 1979. *Memórias 1946-1969*.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

BOLTANSKI, Luc et alli. 1994. "La dénonciation". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. no 51, pp.3-40.

- BOURDIEU, Pierre. 1989 “A Força do Direito. Elementos para uma Sociologia do Campo Jurídico” In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel
- _____. 1996. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp.
- BURSZTYN, Marcel. 1993. “Estado e Meio Ambiente no Brasil: desafios institucionais” In: Marcel BursztyN (org), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense. pp 83-101
- CHEIBUB, Zairo e Locke, Richard (2002) “Valores ou interesses ? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas” in *Empresas, Empresários e Globalização* Rio de Janeiro: Relume Dumará
- CALLADO, A. 1964. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editora
- CAMARGO, Aspásia et alli (org) 2002. *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92* São Paulo: Estação Liberdade
- CAPPELIN, P et alli. 2002. “As organizações sociais brasileiras e a responsabilidade social”. In: A. Kirshner et alli (org.) *Empresas. Empresários e Globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará
- CAPOBIANCO, João Paulo. 2002. “Biomias Brasileiros” In: A Camargo et alli (orgs.) *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio 92*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. 1992 “Sociedades indígenas e natureza na Amazônia” *Tempo e Presença*, ano 14 no. 261, pp. 25-26
- CASTRO, J.P. e J.G. Silveira Correa. 2001. “Aider le peuple em difficulté” In: *Cahier du Brésil Contemporain*, n. 43/44
- CHAMORRO, Sergio. 2000. *Com a Cara e a Coragem: Uma etnografia de uma Ocupação de Terra*. Dissertação de Mestrado, PPGAS- Museu Nacional-UFRJ
- CHAMPANGNE, P. 1997 “L’environnement, lés risques et le champ journalistique”, Strasbourg: *Regards Sociologiques*, no 14, pp 73-90
- CLAVERIE, Elisabeth e P.Lamaison. 1982. *L’Impossible mariage. Violence et parenté em Gévaudan 17, 18 et 19 siecle*. Hachette
- COMERFORD, John C. 1999. Ocupando: estudos sobre ocupações de órgãos públicos por trabalhadores rurais. In: *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará

- COSTA, S. et alli. 1999. "Negociando Riscos: Expansão Viária e Conflitos Ambientais no Brasil". *Novos Estudos*, no 55: 157-175
- COSTA NETO, Conrobert. 1999. "Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade" In: L.Costa et all (org), *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Muad Editora
- CPRH.1998. Parâmetros Técnicos-Ambientais Para Assentamentos Rurais Inseridos na APA de Guadalupe
- CPRH. 1998. Plano de Gestão e Zoneamento Ecológico Costeiro
- CPRH. 1999. Diagnóstico Sócio-Ambientais & Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro- Litoral de Pernambuco
- CRESPO, Samyra & Pedro Leitão. 1993. *O que o brasileiro pensa da ecologia*. Rio de Janeiro MAST, CNPq, CETEM , ISER
- CRUZ, Rita de C. 1996. " Políticas de Turismo e Construção do Espaço Turístico-Litorâneo no Nordeste do Brasil " in Lemos, Amália (Org.) *Turismo. Impacto Sócioambientais*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 2000. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto
- DEAN, Waren.1996. *A ferro e fogo. A história e a devastação da mata atlântica brasileira*.São Paulo: Companhia da Letras
- DESCOLA, Philipe. 1989. "Societies of nature and the nature of society". In: *Conceptualising Societies*. Adan Kuper (ed.). London, NewYork: European Association of Social Anthropologists
- DONNAN, H. & T.Wilson (eds).1994. *Border Approaches: Anthropological Perspectives on frontier*. Boston: University Press of America
- DOUGLAS, Mary. 1998. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp
- DOUROJEANNI, Marc. 1998. Áreas Protegidas:Problemas antigos e novos, novos rumbos. *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Vol. 1Curitiba: IAP, Unilivre, FBPN e Rede Pró- Unidades de Conservação. Pp.69-102
- DRUMOND, J. 1991 "A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa" in *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro. FGV. Vol 4 n.8

EISEMBERG, P.1977. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1870-1910)*. São Paulo: Paz e Terra

ELIAS, Norbert. 1990. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar

ESCOBAR, Arturo. 1991 “Anthropology and the Development Encounter : the making and marketing of development anthropology” *American Anthropology* no 4, vol. 18.

ESCURET, G. 1989. *Les Sociétés et leurs natures*. Paris: Armand Colin

L'ESTOILE, Benoit de. 2000 “ Nous sommes les employés de l'Etat: modèles anciens et nouvelles formes de domination (versão provisória apresentada no Atelier Occupations de terres et transformations sociales au Nordeste du Brésil) Paris

FABIANI, Jean-Louis. 1989. “La nature, l'action publique et la régulation sociale” In: N. Mathieu et M. Jollivet (org), *Du rural a l'environnement*. Strasbourg: ARF Éditions/L'Harmattan. pp.195-208.

FAJOLLES, David.2000. *Mamucaba: Lattente. Paper* para a XXI Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, (mimeo)

FOUCAULT, Michel.1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal

FREIRE, Gilberto. 1937. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora

_____. 1943. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora

FUKS, Mario 1996 “Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente no Rio de Janeiro” In: L.FERREIRA & E.Viola (org.) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Ed Unicamp. pp.189-216

_____. 2001. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

GARCIA JR, Afrânio. 1983. *Terra de Trabalho: trabalho familiar e pequenos produtores*, Rio de Janeiro: Paz e Terra

_____. 1990. *O Sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Editora Marco Zero

- HANNERS, Ulf. 1997. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chaves da Antropologia Transnacional". *Mana* 3 (1): 7-40
- HEREDIA, B. 1979. *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- _____. 1989. *Formas de dominação e espaço sócial: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero
- JULIÃO, Francisco. 1962. *O que são as ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- KENT, Michael. 2003. "Ecoturism, Environmental Preservation and Conflicts over Natural Resources". *Horizontes Antropológicos*, n.20: 185-203
- LEACH, Edmund. 1960. "The frontier of Burma". *Comparative Studies in Society and History* 3 (1): 49-73
- LEACH, Melissa. 2000. "New shapes to shift: war, parks and the hunting person in modern west Africa". *Man*, vol 6 no. 4
- LEITÃO, Miriam. 2002. "Além da ação social". *Jornal O Globo*
- LEONEL, Mauro. 1998. *A Morte Social dos Rios*. São Paulo: Editora Perspectiva
- LIMA, Ludmila M. 2002. "Cooperação e parceria no contexto de um projeto piloto: a experiência do PPTAL" IN: Lima, SOUZA LIMA, A. C.(org). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública* Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp.147-198
- LIRA, M. 2002. *Gestão Social e Ambiental: a energia sustentável da cana*. *Boletim Folha da cana* ano III n.4 agosto de 2002
- LITTLE, Paul. 1999. "Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: facing a new millenium" in *Annual Review Anthropology* n.28 pp.254-84
- LOPES, José S. L. 1978. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- ____ et alli. 1999. "O Papel do Estado e o Meio Ambiente: algumas instituições em foco" In: *Do local ao Internacional: Práticas Políticas, Relações Sociais. Facções*. *Cadernos do NUAP*, no 4. Rio de Janeiro, Editora Nau

____ et alli. 2001. Relatório Final de Pesquisa- Participação da População no Controle da População Industrial. PPGAS-Museu Nacional

MACHADO, Lia.1995. “Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica. In: *Cadernos LAGET no 5*. Rio de Janeiro: Laboratório de Gestão Territorial. Depto de Geografia. UFRJ

MAIRMON, Daila.1992 . “Empresa e Meio Ambiente” *Tempo e presença*. ano 14 n.261

MATTOS, C .1997. “Desenvolvimento Sustentável nos Tempos da Globalização. Alternativa de Sobrevivência ou Nova Utopia ?” In: B.Becker & M. Miranda (org) *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

MARCUS, George 1998. *Ethnography: Through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press

MARTINS, José Pedro. 2002 *A década desperdiçada: o Brasil, a Agenda 21 e a Rio + 10*. Campinas: Editora Komedi

MARTINS, José de Souza 2000 *Reforma Agrária: o impossível diálogo* . São Paulo:Edusp

MATHIEU, Nicole & JOLLIVET, Marcel 1989 *.Du Rural a L'Environnement*. Starsburg: ARF Editions/L'Harmattan.

MELLO, Evaldo Cabral de. 1997. *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*.Rio de Janeiro: Topbooks Editora

MELLO, Mário Lacerda de. 1975. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*.Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais,

_____.1999 . *O Norte Agrário e o Império (1871- 1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora

MOTTA, Roberto. 1988. *Meat and Feast: The Xangô Religion of Recife, Brazil*. Columbia University

MENEZES, Laís. 2000. Uma Perspectiva Histórica sobre a Constituição e o Desenvolvimento das Políticas Públicas Ambientais no Brasil – 1972/1997 (encaminhamento de defesa de qualificação) Pós Graduação em História – UFF

MENEZES, Thereza.1998. *Tradição, Hospitalidade e Turismo: um estudo sobre produção de identidades em Ilhéus(Bahia)*. Dissertação de Mestrado, PP-GAS- Museu Nacional-UFRJ

_____. 2000. *Produzindo um Território Protegido: novas formas de delimitação de fronteira e regulação de conflitos a partir dos usos da legislação ambiental em três municípios da Zona da Mata de Pernambuco*. Trabalho apresentado XXII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília

_____. 2001. *Produzindo um território protegido: Um estudo sobre novas formas de delimitação de fronteiras na Zona da Mata de Pernambuco* (monografia)

_____. 2002. *Uso da denúncia de crime ambiental em assentamentos rurais na Mata Sul pernambucana*.Trabalho apresentado na XXIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Gramado

MILTON, Kay.1993 . *Environmentalism: The view of anthropology* .London: Routledge

MORAES, A.C. S/d. “A Dimensão Social nas Formações Sociais Latino-americanas”.s/e

NEDER,R.1996 .“O Problema da Regulação Pública no Brasil”: três casos In: L. Ferreira. & E. Viola (org) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Ed Unicamp

NITSCH, M.1997.*Planejamento sem Rumo*.PNUD/Planaflo, Porto Velho

ORLOVE, Benjamim and Brush, Stephen. 1996 Anthropology and the Conservation of Biodiversity”. *Annual Review of Anthropology* vol. 25

PÁDUA, José Augusto. 1987. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil.In Pádua, J. A (org.). *Ecologia Política no Brasil*.Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj

_____. 2002. “A formação da agricultura brasileira: uma herança predatória”. In: Aspásia Camargo et alli (org.), *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio-92*.São Paulo: Estação Liberdade:Instituto Sócioambiental

PALMEIRA, Moacir. 1977. “The Aftermath of Peasant Mobilization: Rural Conflicts in the Brazilian Northeast since 1964” in N. Aguiar, ed., *The Structure of Brazilian Development*. New York: Transactin Books: pp.71-98

_____.1978. “Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional” , In: *Actes du XIIème Congrès International des Américanistes*, pp.305-15. Paris: Société des Américanistes- Musée de L’Homme

_____.1979. “Desmobilização e Conflito:relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana”. *Revista de Cultura e Política*, CEDEC, v.1, n.1,p.41-55

_____. 1998. “Cadidatos e Candidaturas: enredos de campanhas eleitorais no Brasil” In: Barreira, I. & Palmeira, M. (org). São Paulo: Annablume

PALMEIRA, M. e B. Heredia. 1995. “Os comícios e a política de facções”. *Anuário Antropológico*, 94. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro

PALMEIRA, Moacir e Marcio Goldman (dir). 1996. *Antropologia, Voto e Representação*.Rio de Janeiro: Contra Capa

PARESHI, Ana Carolina C. 2002 . *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: Entre o Projetismo, a Ideologia e as Dinâmicas Sociais*.Tese de Doutorado, Universidade de Brasília

PIRES MENEZES, 2002. “Gestão Territorial e Geográfica dos Vales do Amazonas” In: Souza Lima (org.), *Gestar e Gerir: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil*.Rio de Janeiro: Relume Dumará

PROJETO UNICAP. 1998. *Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Município de Rio Formoso*. Universidade Católica de Pernambuco. Recife

PROJETO CPP. 2000. *Projeto de ajuda aos pescadores das 17 ilhas de Siringaém vítimas de chuvas e enchentes*

PRODETUR- Pernambuco s/d. Centro Turístico de Guadalupe. Memorial Descritivo

RAFFESTIN, Claude. 1986. “Écogénèse territoriale et territorialité”. In *Espaces, Jeux et Enjeux*. F. AURIAC et R. BRUNET (eds). Paris: Fayard

RIBEIRO, G. 1992. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento” in *Série Antropologia* n. 23 . Brasília: UNB/ Flacso

___ & BARROS, F.1994. “A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Subjetividade na Contemporaneidade. *Série Antropologia* 171

- SERRE, Delphine 2000. *L'école et le cours d'adulte au coeur de la Réforme Agraire*. (mimeo)
- SERVOLO de MEDEIROS, Leonilde, LEITE, Sergio (orgs). 1999. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: UFRGS e CPDA-UFRRJ
- SIGAUD. 1979. *Os Clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades
- _____. 1988. "Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho" In: Rosa et alli.(org.) *Impactos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos e nucleares*. Rio de Janeiro: Marco Zero ed.
- _____. 1993. "Des Plantations aux Ville: les ambiguïtés d'une choix. Études Rurales, n 131-132
- _____. 1994. "Direito e Gestão de Injustiças". *Antropologia Social: comunicações do PPGAS*, n.4
- _____. 1996. "Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos". *Estudos Históricos*, São Paulo, n.18
- _____. 1999. "Les Paysans et le droit: le mode juridique de règlement des conflits". *Information sur les Sciences Sociales*. Vol. 38 n.1
- _____. 2000. "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana". *Novos Estudos Cebrap*. No 58: pp.73-89
- SIMMEL, George. 1964. *Conflict and the web of group affiliations*. New York; The Free Press
- SMITH, V. e EADINGTON, W. R. 1992. "Introduction: The Emergence of Alternative Forms of Tourism " In: V.Smith, e W. R. Eadington (org.) *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Developement of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SOUZA LIMA, A. C. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes
- _____. 2002.(org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública* Rio de Janeiro: Relume Dumará
- THOMAS, Keith. 1996. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Compa-

nhia das Letras

THOMPSON, E.P. 1997. *Senhores e Caçadores*. São Paulo: Paz e Terra

VEYNE, Paul. 1992. "Foucault revoluciona a História" In: *Como se escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília

VIOLA, Eduardo. 1987 "O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecológica". In: J.A Pádua (org). *Ecologia Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj

_____. 1992. "O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia a conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável" in Goldemberg, M. (org.) *Ecologia, Ciência e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan

_____. 1994. "Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil". In: *Novos Estudos*, n. 40: 171-184

WEBER, Max . 1974. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora

_____. 1974. "Burocracia" In. H.Gert & C.Wright Mills. *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar

_____. 1999 "Sociologia da Dominação" in *Economia e Sociedade*.(vol.2) Brasília: Editora UNB

SOBRE A AUTORA

Mestre e doutora em Antropologia pelo PPGAS-Museu Nacional/UFRJ. Atualmente é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRJ). Este texto é uma versão abreviada e revisada de minha tese de doutorado defendida em maio de 2004 e que obteve o grau aprovado com recomendação de publicação pela banca formada por Lygia Sigaud (orientadora-PPGAS-Museu Nacional), Antônio Carlos Souza Lima (PPGAS-Museu Nacional), José Sérgio Leite Lopes (PPGAS-Museu Nacional), Henyo Barreto Filho (UnB) e Henri Acselrald (IPPUR-UFRJ). A tese foi também indicada pela Comissão de Ensino do PPGAS-Museu Nacional para participar do Concurso Brasileiro CNPq-ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias - Edital 2005.

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

ISBN 978-85-63354-17-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

ISBBN 978-85-63354-18-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2

Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015

ISBN 978-85-63354-31-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

ISBN 978-85-63354-50-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

ISBN 978-85-63354-66-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

ISBN 978-85-63354-52-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9

Michel Justamand, e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.). 2017

ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10

Carmen Junqueira, Michel Justamand, e Renan Albuquerque (orgs.), 2017

ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-010-8

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12

Iraíldes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-012-2

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-017-7

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-024-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15

Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-031-3

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16

José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-031-3

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17

Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e

Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-050-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-051-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19

João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

no prelo

Coleção FAAS TESES
Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú

Carmen Junqueira, 2018

ISBN 978-85-5467-027-6

Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada

Thereza Menezes, 2018

ISBN -978-85-5467-045-0

Órfãos das letras no contexto amazônico:
memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira

Brasil-Peru-Colômbis

Maria de Nazaré Corrêa da Silva

no prelo

Os Rikbaktsa: mudança e tradição

Rinaldo Sergio Vieira Arruda

no prelo

Seringueiros do Médio Solimões:
fragmentos e memórias de vida e trabalho

José Lino do Nascimento Marinho

no prelo

Obras afins

Coleção Diálogos Interdisciplinares

(Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand)

1 - É possível uma escola democrática?

Michel Justamand (org.).

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand.

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

Michel Justamand.

4 - História e representações: cultura, política e gênero.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.).

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa (orgs.).

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

Emerson Francisco de Souza (org.)

7 - Diálogos Híbridos.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

8 - Diálogos Híbridos II.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM

Sebastião Melo Campos

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM

Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza

11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica

Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org)

12 - Tabatinga e suas Lendas

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

Eliane Aparecida Faria de Paiva

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM

Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloisa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.)

15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.l. 2

Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org)

16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si

Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org)

17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia

Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org)

18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia

Camilo Torres Sanchez (org.)

19 - Processos psicossociais na Amazônia

Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.)

20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I:

intercâmbios nordestinos

Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo

21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II:

intercâmbios nordestinos

Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (org)

22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação

Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (org)

23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial

Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (org.)

24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do
Nordeste do Brasil

Miguel Ângelo Silva de Melo

25 - Reflexões sobre violência e justiça

Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima

26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em
escolas da rede municipal de ensino de enjamin Constant-AM

Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos

Coleção Arqueologia Rupestre

(Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand)

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental.

Michel Justamand

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

Michel Justamand.

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres.

Michel Justamand.

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar.

Michel Justamand.

5 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato –

PI

Michel Justamand.

6 - A mulher rupestre.

Michel Justamand.

7 - Arqueologia da Sexualidade.

Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari.

8 - Arqueologia do Feminino.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A.

Funari.

9 - Arqueologia da Guerra.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e

Pedro Paulo A. Funari.

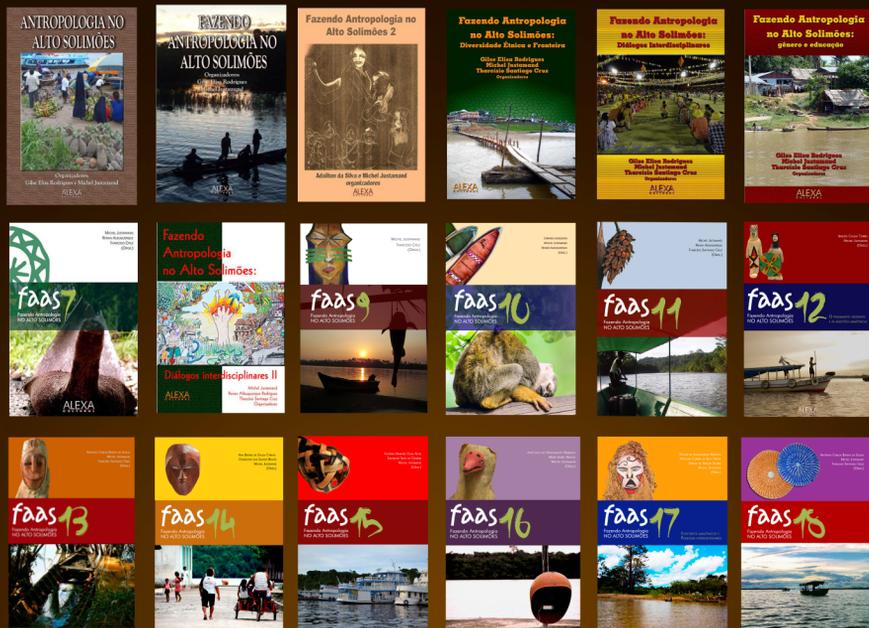
10 - Arqueologia e Turismo.

Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



Coleção FAAS TESES

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand



ALEXA
CULTURAL



EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN 978-85-5467-045-0



9 788554 167045 0